

REVISTA BRASILEIRA DE
CULTURA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

17

Julho/Setembro — 1973

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA
Publicação trimestral do Conselho Federal de Cultura

DIRETOR

Mozart de Araújo

CONSELHO DE REDAÇÃO

Octavio de Faria

Djacir Menezes

Adonias Filho

Pedro Calmon

Afonso Arinos de Mello Franco

Redação: Palácio da Cultura — 7º andar
Rio de Janeiro — Brasil

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

ANO V

-

JULHO/SETEMBRO - 1973

—

N.º 17

Sumário

ARTES

DELSO RENAULT.	<i>O Retrato Imaginário do Aleijadinho.</i>	9
------------------------	---	---

LETRAS

AFRÂNIO COUTINHO.	<i>Prêmio Machado de Assis»</i> . . .	19
ANDRADE MURICY.	<i>Premio «Machado de Assis»</i> . . .	22
ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO	<i>Evocação de Ribeiro Couto</i> _____	27
BRAULIO DO NASCIMENTO.	<i>Um Século de Pesquisas do Romancista Tradicional no Brasil</i>	37
IRMÃO JOSÉ OTÃO.	<i>Cinqüentenário de Alceu Wamosy</i>	55

CIÊNCIAS HUMANAS

DJACIR MENEZES.	<i>Reminiscências de um Professor</i> . . .	65
VAMIREH CHACON.	<i>Do Humanismo Diletante ao Humanismo Militante.</i>	71
ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS.	<i>O Brasil no Contexto Continental</i>	81
Luis HENRIQUE DIAS TAVARES.	<i>A Independência como Decisão da Unidade do Brasil.</i>	89
ANTÔNIO DA ROCHA PENTEADO.	<i>O Homem e o Equilíbrio Ecológico Racional na Amazônia Brasileira.</i>	97

Artes

O Retrato Imaginário do Aleijadinho

«La carrière de l'Aleijadinho est entourée de bien des mystères» (...) *Germain Bazin*.

DELSO RENAULT

GENTE provinda de todos os recantos do país povoa as ladeiras íngremes de Ouro Preto. A histórica cidade acolhe milhares de forasteiros no fim da semana, especialmente, se algum feriado faz da sexta-feira um dia de lazer. O número de pessoas parece ter multiplicado. Além dos atrativos históricos de que a cidade é tão farta, uma data centenária é motivo de festejos e comemorações: o 150º aniversário da morte de *Antônio Francisco Lisboa — o Aleijadinho*.

Contam os registros que a 18 de novembro de 1814 falecia na sua casa da rua Detraz de Antônio Dias — hoje rua do Aleijadinho — o genial artífice da arte barroca. Tinha então 84 anos de idade (ou 78?), pois nascera a 29 de agosto de 1730 (ou 1738?) no arrabalde de Bom Sucesso, pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias.

Muita gente está extasiada diante do Cristo Flagelado, exposto no Museu da Inconfidência; outros param a admirar suas criações da Igreja de São Francisco de Assis. A mesma indagação que me fiz no meio daquela gente — tenho certeza — estariam fazendo centenas de pessoas que admiravam as imagens e a arquitetura do artista: Como seria o Aleijadinho?

DELSO RENAULT

Pouca cousa se sabe, com segurança, sobre a pessoa de *Antônio Francisco Lisboa*. E nada se conhece de sua pessoa física. Os raros desenhos existentes são imaginários. Sua figura lendária se perde nas dobras do tempo. Nossa imaginação vai buscá-la na névoa que comumente recobre as cercanias e as serras da velha Vila Rica. Vestimo-lo com as roupas estranhas, que os livros nos descrevem, e ficamos a ver seu corpo mutilado passar pelas vielas sombrias da cidade. Todos os autores que dele se ocuparam, descrevem as horríveis mutilações que contraíram seus pés e suas mãos. Mesmo a propósito de sua doença as opiniões são controvertidas: a partir de 1777 as doenças provenientes dos excessos venéreos — dizem alguns — começaram a se manifestar e atacaram-no de forma violenta. Que doença seria? De que morreu o Aleijadinho? Qual foi a doença que o mutilou? A lepra? A chamada zamparina? O reumatismo infeccioso? O bócio? Aquela que carrega o horrível nome de tromboangeite obliterante? ⁽¹⁾ Especialistas que opinaram sobre sua doença não chegaram a um diagnóstico coincidente. Os sintomas da doença estudados tantos anos depois de sua morte, ajudariam a delinear a fisionomia de *Antônio Francisco Lisboa*? A doença teria ocasionado estas mutações no seu físico: dedos das mãos e dos pés deformados; pescoço grosso, bem como o nariz e as orelhas; pálpebras roldas, com os olhos de fora; lábio inferior grosso e pendente; traços fisionômicos grossos e deformados. É fora de dúvida que uma doença mortificou-o e atrofiou seu corpo: «Tanta preciosidade se acha depositada em seu corpo enfermo que precisa ser conduzido a qualquer parte e atarem-se-lhe os ferros para poder obrar». ⁽²⁾

Seus biógrafos são acordes em alguns pontos: era *pardo* escuro, sendo filho de português e de mãe africana ou crioula. Consta do assento de óbito: «Aos dezoito de Novembro de mil oitocentos e quatorze faleceo *Antonio Francisco Lisboa*, pardo, solteiro, de setenta e seis annos com todos os Sacramentos encommendado e Sepultado em cova da Boamorte, e para clareza fiz passar este assento em que me assigno. O Coadjutor José Carneiro de Moraes». Seu biógrafo mais remoto — Rodrigo José Ferreira Bretas — diz dele: «Antes da molestia ja se mostrava bem feio».

Seria ele tão feio quanto nos fazem crer as lendas fragmentadas, que acompanham seus passos pelas históricas cidades de Minas? A essas se pode juntar a do atentado de que se teria valido seu escravo Januário: munido de uma navalha procura cortar a própria vida, dizendo que assim o fazia para não ter de servir a um senhor tão *feio*. A indagação volta-me à mente no instante em que me encontro no meio das pessoas, que percorrem o interior da decantada Igreja de São Francisco: como seria o rosto do artista? A descrição por todos os autores repetida é da autoria de Ferreira Bretas: «Antonio Francisco era *pardo escuro*, tinha voz forte, a fala arrebatada, e o genio agasta-

O RETRATO IMAGINÁRIO DO ALEIJADINHO

do: a estatura era baixa, o corpo cheio e mal configurado, o rosto e a cabeça redondos, e esta volumosa, o cabelo preto e annelado, o da barba cerrado e basto, a testa larga, o nariz regular e algum tanto pont'agudo, os beiços grossos, as orelhas grandes, e o pescoço curto». (3) Até a idade de 47 anos o artista viveu cuidando de sua arte e gozando boa saúde, e gostava de danças populares das quais participava.

• * *

com o passar do tempo a doença mutilou-o ainda mais. O mesmo Rodrigo Bretas descreve-o com tintas tão horríveis que nos vemos diante do retrato do Quasimodo: «As palpebras inflamaram-se e, permanecendo nesse estado, offereciam á vista a sua parte interior; perdeu quasi todos os dentes e a boca entortou-se, como succede frequentemente ao estuporado. O queixo e labio inferior adquiriram uma certa expressão sinistra e de ferocidade, que chegava mesmo a assustar a quem quer que o encarasse inopinadamente. Esta circumstancia e a tortura da boca o tornaram de um aspecto asqueroso e medonho». (4)

A fealdade do artista é repetida pelos autores, que se debruçaram sobre sua biografia. (5) A propósito da imagem de São Jorge a cavalo — cuja autoria é duvidosa — se repete outra passagem lendária: Bernardo José de Lorena, governador da Capitania, mandou certa vez chamar o «mulato genial», para incumbi-lo de realizar uma imagem de São Jorge, que desejava substituísse a existente, então de proporções diminutas e mal talhadas. *Aleijadinho* é recebido na sede do governo pelo ajudante de ordens — José Romão — que ao vê-lo não conteve a exclamação: — *Feio homem!* O remate da história também é batido. O artista retrucou a insolencia e observou: — É para isso que S. Ex. me ordenou que aqui viesse? Põe mãos à obra e conclui a imagem, que desfila na procissão de Corpus Cristi, de forma imponente. Na rua o povo aplaude a suntuosidade do desfile, mas, não contém o riso ao identificar no rosto de São Jorge o retrato fisionômico do ajudante de ordens:

O São Jorge que ali vae,
com ares de santarrão
não é São Jorge nem nada
é o alferes Zé Romão.

Sua aparência física seria, portanto, horrível. Já ouvi de alguém que os membros anatomicamente defeituosos de suas criações — e são inúmeras as imagens de pés tortos ou cambotas — refletiriam os aleijões do seu criador. As figuras de mulher não trazem essa marca. Elas são belas e bem acabadas.

* * *

A personalidade do *Aleijadinho* é, como se vê, um enigma. Alguns caracteres são coincidentes entre os estudiosos que dele se ocuparam:

DELSO RENAULT

documentos manuseados comprovam o pagamento de dois negros para transportá-lo às capelas das Mercês e dos Perdões, em Ouro Preto. Em manuscrito do século XIX, e que deve ser anterior à publicação de Bretas, ele é qualificado de *Aleijadinho*. É um mutilado. O assento de sua morte e sua admissão na Irmandade de São José dos Pardos — corporação de carpinteiros — atestam ser um homem de cor. *Homem pardo e aleijado*. Retomemos o fio desta meada um tanto mítica: os forasteiros que percorreram as Minas Gerais, quando o artista se acha na sua maturidade, referem-se de leve à pessoa do *Aleijadinho*. E quase nada sobre suas criações.

É o ano de 1809. O viajante John Mawe descreve as residências mineiras, os hábitos da sociedade de Vila Rica: «O resto da minha estadia em Vila Rica, antes de partir para o Tijuco, passou-se muito agradavelmente. Nas reuniões da noite, às quaes eu era convidado, è ordinariamente formadas de homens e senhoras, observei que estas, de preferênciã, imitavam as modas inglesas». Nenhuma palavra sobre as igrejas, que ostentam o traço personalíssimo do «homem de Vila Rica», como vai chamá-lo Saint Hilaire. Augusto de Saint Hilaire passa por Ouro Preto sete antos mais tarde. Os olhos do forasteiro se voltam para algumas obras do *Aleijadinho*. Assim alude às *estátuas* de pedra sabão, passando por Congonhas do Campo: «Ces statues ne sont pas des chefs-d'oeuvres, sans doute; mais on remarque dans la manière dont elles ont été sculptées quelque chose de large qui prouve dans l'artiste un talent naturel très prononcé». ⁽⁶⁾ O barão de Eschweg'visita a Capitania em 1811 e assim se expressa: «O principal escultor, que aqui se salientou, é um homem *aleijado*, com as mãos paralíticas, ele se faz amarrar o cinzel e executa dessa maneira os mais artísticos trabalhos». ⁽⁷⁾ John Luccock — viajante inglês que deixou livro interessante — faia da paisagem, dos hábitos da gente da terra. Admira os chafarizes e o frontal das igrejas, mas critica e mendicância que perambula pelas vielas. Spix e Martius param em Vila Rica em 1818. Quatro anos depois da morte de *Antônio Francisco Lisboa*.

Em épocas estanques François Castelnau, Van Welch e Richard Burton sobem as ladeiras íngremes de Ouro Preto. Castelnau se queixa delas. Burton penetra no sertão mineiro e vai conhecer Ouro Preto em 1867. Comete algumas heresias históricas a respeito da pobre Marília e parte dizendo que as igrejas são de «parco *gosto e arrebicado estilo*».

* * *

Os arcades, que viveram nessa quadra, tampouco se referem ao *Aleijadinho*. Em 1788 *Antônio Francisco Lisboa* está com 58 anos de idade. Quando o poeta Cláudio Manoel da Costa — por sinal advogado da Ordem de São Francisco de Assis percebendo anualmente 80 oitavas de ouro ⁽⁸⁾ — publica o poema Vila Rica, o *Aleijadinho*

O RETRATO IMAGINÁRIO DO ALEIJADINHO

se acha na vitalidade de sua forma artística. Os versos foram compostos em 1773. O malogrado poeta se inspira nos oratórios das matrizes de Antônio Dias e de Nossa Senhora do Pilar. Nem uma palavra sequer sobre os arabescos abertos na pedra pelo cinzel do *Aleijadinho*. Os líricos da Inconfidência não conhecem o artista? Esquecem-no ou ignoram sua vida recôndita?

Vem a propósito lembrar a observação do pesquisador Curt Lange a respeito da atividade musical na Vila Rica dessa época. A participação do artista de cor nas manifestações artísticas da época é comprovada. O governo da capitania e a irmandade contratam-no para os serviços nos quais é competente. «Puede decirse que en Minas Gerais se produjo, por primera vez» — comenta Curt Lange — «la integración del hombre africano a la cultura occidental en *grado superlativo* [..] Y este se articula con increíble rapidez». O autor da pesquisa *La Musica en Minas Gerais* aponta como exemplo desse processo de adaptação e superação do mulato «el extraño e casi mitológico caso del Aleijadinho» [...] «quien llegó a convivir, por diversos motivos, mas que otros con el grupo de compositores y músicos mulatos». (°) O próprio pesquisador responde a esta indagação: — como se sabe que os músicos foram homens de cor? Explica ele que nas Confrarias e Irmandades de «sangre limpia», correspondentes a brancos, não encontrou músicos, salvo raríssimas exceções; enquanto os músicos mulatos — mulatos claros ou escuros — integravam as Irmandades de gente de cor, nas quais os brancos não entravam. Curt Lange ressalta como era evoluída e apaixonante a música em Vila Rica: os casamentos, enterros, saraus e todos os atos da vida civil e militar reclamavam uma criação musical adequada. Por isso — diz ele — o número de músicos individualizados em Vila Rica é muito maior do que se pode imaginar. «Não se exagera al decir que Minas Gerais albergo en el periodo de 1710 a 1800 más de mil profesionales da arte da música». (10) Quando Mozart escreveu sua Primeira Missa, em 1768 — afirma Lange — a música religiosa de Minas Gerais havia alcançado um apogeu incrível.

A influência, ou melhor, o poder da Igreja era dominador. No Consistorio das Igrejas maiores — na Mesa presidida pelas autoridades eclesiásticas — se decidia a respeito da contratação dos pintores, dos músicos para os trabalhos na Casa de Deus. A província das Minas Gerais tem a fama do ouro, do luxo, e do melhor pagamento pelos serviços prestados. Daí a maior demanda para a feitura da «arte religiosa». É assim fundamentada a observação do pesquisador Curt Lange quando alude aos numerosos artistas de renome atraídos para as regiões auríferas de Minas Gerais.

A propósito da colaboração do homem de cor nas manifestações artísticas da época — e aqui o pesquisador se refere à música — ele adianta aspecto pouco divulgado: «Además, en diversas documenta-

DELSON RENAULT

dones se encuentra asentada la pigmentación de la piel del músico, sea en las relaciones de habitantes de una villa, decretada de tiempo en tiempo por orden del Gobernador, sea en documentos sueltos». (11) Retornemos ao aspecto pouco esclarecido — ou seja as poucas referências às suas criações. A despeito da intensa atividade artística do *Aleijadinho* no período aqui focalizado, ainda assim, as poucas referências partem de forasteiros. Os poetas e oradores da Arcàdia eram homens da elite. A «vila do ouro» ostentava uma sociedade requintada e contaria com cerca de 25.000 habitantes. A sociedade é formada de senhores e escravos e de outros grupos, onde se podem alistar os comerciantes, os profissionais liberais, os mestres de obras e outros. «O conjunto desses grupos e subgrupos determinou a aglutinação de uma classe média-citadina típica, que prevaleceu nas cidades da mineração no 2º quartel do século. [...] Principalmente as corporações de pardos chegaram a ser veículo de luta contra aquela classe dominante».

Esse aspecto social é bem focalizado pelo autor que nos socorre mais uma vez. «As leis da igreja não discriminavam o homem social de cor. O interesse da classe estabeleceu a discriminação como um dos seus princípios mais rígidos. (12) No início esse agrupamento colonial é heterogêneo. Mas, a partir de 1733 os grupos se chocam.

Alguns poetas cantam as virtudes dos homens do governo. Por que se ocupariam da pessoa daquele mulato? Por que se ocupar de uma obra de arte? Esse conjunto de fatores explica a razão do silêncio dos intelectuais da época a respeito da obra de *Antônio Francisco Lisboa*. Mal sabiam eles que na esteatita se abriu a independência artística, que chegara antes do movimento dos inconfidentes, numa forma de protesto à usurpação do ouro.

Na verdade, a arte do *Aleijadinho* só vai ser reverenciada muito mais tarde. É do começo desse século o surgimento da auréola do artista. Seu vulto cresce com a publicação comemorativa do bicentário de Ouro Preto dada à luz em 1911. Os pesquisadores do IPHAN defendem a autoria e a autenticidade de muitos de seus trabalhos. As publicações e os artigos da imprensa projetam sua figura no exterior. Mário de Andrade batiza-o de «o Profeta do Brasil» e observa: «O *Aleijadinho* coroa como gênio maior o período em que a entidade brasileira age sob a influência de Portugal. É a solução brasileira da arte portuguesa».

* * *

Não é de hoje que a personalidade do artista atrai a curiosidade dos pesquisadores. Recorreu-se até mesmo à grafologia para decifrar o enigma: o *retrato do Aleijadinho*. Muitos anos atrás a imprensa do Rio de Janeiro divulgou uma série de artigos de Campos Birnfeld, dedicado à pesquisa grafológica. com base num recibo original —

O RETRATO IMAGINÁRIO DO ALEIJADINHO

recibo por serviços prestados — passado por *Antônio Francisco Lisboa*, o grafólogo parte para o estudo e o levantamento da figura física e da personalidade do artista.

«Não é de um psicópata — escreve ele — nem de um anormal essa grafia: é de um supra-normal cuja resistência física é demonstrada por sua longevidade. como o estado de sua saúde mental é importante e fornece a chave para valiosas hipóteses, devo estudar essa grafia, dissecando-lhe primeiramente os índices neurológicos, valendo-me para isto da ciência de Freud, adaptada à grafologia». ⁽¹³⁾ Depois de estudar letra por letra o talhe grafológico do documento o técnico esboça o retrato do *Aleijadinho*: «Tem 35 anos, está no apogeu do vigor físico. De estatura abaixo da normal, corpo truncado, com as pernas curtas e os braços longos, mãos grandes com dedos redondos e grossos e as falanges, sobretudo dos polegares, muito compridas. O tórax saliente e o ventre cheio sem ser obeso denotam as características antropológicas do africano, contrastando com a cabeça redonda de europeu, contraste esse que demonstra o caldeamento imperfeito das duas raças. Um corpo de negro com cara de caboclo».

Encerremos essa transcrição extensa mas curiosa: «Nesse corpo, excepto o aleijão vindo do berço, por imperícia obstétrica (sic), não há linhas angulosas, mas falta-lhe a harmonia, pelo desequilíbrio dos volumes. A cabeça arredondada, contudo, parece equilibrada sobre os ombros largos e gordos. O rosto redondo, sem excesso de músculos, deixa ver os ossos da face, formando uma saliência sobre as faces. O nariz, levemente achatado, com narinas vampíricas e abertas, termina em cavas nasais indicadoras de desprezo, contrastando com um sorriso inconstante e malicioso, que comprime dois beiços avermelhados, grossos, e dão expressão a essa boca um tanto rasgada, mostrando as duas fileiras de dentes alvíssimos, prognatas e grandes. O bigode escasso e a barba rala e retorcida enchem a parte inferior do rosto, dando-lhe uma certa rotundidade de linhas. Não tem papada. Seu queixo é inexpressivo».

O grafólogo retoca e arremata o retrato *imaginário*: «A força fisionômica desse rosto manifesta-se pelo brilho vivo de uns olhos salientes e dilatados, com as pupilas pretas, íris castanha, conjuntiva amarela, cílios grossos, recurvos e pestanas cerradas de cerdas grossas, curtas e ralas, em arco interrompido na base nasal, sob uma copa de cabelos lisos e orelhas grandes e irregulares. A mobilidade do olhar penetrante e tenaz faz parecer que esteja sempre de esguelha e que tenha qualquer coisa premente e um desejo antagônico, um pensamento intenso, uma emoção forte a transmitir». ⁽¹⁴⁾

Não desprezemos o esforço de Rodrigo Bretas. Mas, é preciso convir: os informes sobre o *Aleijadinho* colhidos por Bretas através de Joana (nora do artista) e de depoimentos são válidos dentro de certa

DELSO RENAULT

medida. Pessoas nascidas por volta dos oitocentos revelariam ao publicista uma impressão direta. Seriam depoimentos de cidadãos de 58 anos de idade, que conheceram o artista, ou com ele conviveram. Os depoentes, que vieram ao mundo por volta de 1814, isto é, após sua morte nada podem informar de objetivo. Os informes se perdem no nebuloso capítulo da *tradição oral*. O governo agiu certo em trazer aos olhos das gerações jovens o retrato ainda que imaginário do *Aleijadinho*. Porque é preciso evocar as formas caducas, antes que elas se percam nas dobras do tempo. Especialmente as formas que compõem a constelação do seu passado artístico.

BIBLIOGRAFIA

- 1) CORREA NETO, Alípio, *A doença do Aleijadinho*, S. Paulo, Ed. Mestre Jou.
- 2) «Registro de Fatos Notáveis escrito pelo capitão Joaquim José da Silva, 2º vereador do senado da câmara da cidade de Mariana no ano de 1790, estabelecido pela Ordem régia de 20/7/1782», in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 1, 1896, Imp. Oficial de MG., Ouro Preto.
- 3) «Traços Biográficos Relativos ao Finado-Antônio Francisco Lisboa, BRETAS, Rodrigo José Ferreira, in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 1, 1896, Imp. Oficial de MG., Ouro Preto.
- 4) Idem, *ibidem*.
- 5) DELAMARE, Alcebiades, *Vila Rica*, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.
- 6) HILAIRE, August Saint, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. 2º parte. Vol. 1'.
- 7) VASCONCELOS, Diogo de, *Bicentenário de Ouro Preto, 1711/1911*, Memória Histórica. Imprensa Oficial do Estado de MG.
- 8) uma oitava equivale à oitava parte da onça. No séc. XVIII a oitava valia 1\$200 réis. O advogado percebia, portanto, 96\$000 anuais.
- 9) LANGE, Francisco Curt, *La Musica en Vila Rica*. Separata de Ia Revista Musical Chilena, nº 102/103: 1967/1968.
- 10) Idem, *ibidem*.
- 11) Idem, *ibidem*.
- 12) SALLES, Fritz Teixeira de. *Estudos — Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1963.
- 13) PENALVA, Gastão. *O Aleijadinho de Vila Rica*. Rio de Janeiro, Renascença, Ed. 1933.
- 14) Idem, *ibidem*.

Letras

Prêmio Machado de Assis (*)

ANDRADE MURICY

AFRÂNIO COUTINHO

I

A Academia Brasileira de Letras galardoou hoje com a mais ilustre laurea brasileira, o Prêmio Machado de Assis, o nobre trabalhador das letras nacionais, o confrade José Cândido de Andrade Muricy.

A personalidade de Andrade Muricy, esse paranaense tranqüilo, é caracterizada pela serenidade e o equilíbrio. Não é dos exaltados e extrovertidos, ao contrário pertence à família dos bichos de concha, mais à vontade na conversa nos gabinetes e no trato silencioso dos papéis velhos e velhos livros, do que nas reuniões sociais ou aglomerações festivas. Bem compreendo como a sua timidez e a sua sensibilidade devem estar sendo postas à prova neste momento.

Desde muito cedo revelando pendores para o cultivo da música, acostumou-se aos longos momentos de solidão, entregue horas a tio aos exercícios do aprendizado. O mesmo tête-à-tête estendeu imediata-

(*) Discursos proferidos no dia 19 de julho de 1973, na Academia Brasileira de Letras.

AFRÂNIO COUTINHO

mente à literatura. E com essas duas companheiras ideais ligou a sua vida de homem solteiro.

A surdina foi o clima de sua vida. Nunca chamou a atenção sobre si. A sua obra literária — romance ou ensaios — caracteriza-se por esse tom de surdina. É para ser apreciada no meio tom e à meia luz, no canto de uma sala, sem companhia.

Compreende-se daí o seu gosto pelo simbolismo, literatura de entretons e claro-escuro. Andrade Muricy nasceu talhado para ser o que é hoje a maior autoridade em simbolismo brasileiro. Nada nessa escola lhe é estranho. Não erraria muito se afirmasse que ele dá a impressão por vezes de ter saído das páginas do *À Rebours* de Haysmans após longos papos com Des Esseintes.

Nasceu Andrade Muricy em Curitiba, em 1895, tendo-se bacharelado em Direito, em 1919, na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi professor, advogado e jornalista. Dedicou-se à crítica literária e musical, tendo sido professor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, e crítico musical do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, durante muitos anos. Foi também Diretor do Teatro Municipal.

Sua obra divide-se por diversos gêneros. Romancista, publicou *A Festa Inquieta* (1926), obra de análise psicológica de fina fatura. Musicista e crítico musical, exerceu a crítica musical do *Jornal do Comércio* desde 1937, numa atividade consagrada pela continuidade e alto nível, seriedade e competência, de todos reconhecidos. São testemunhos as duas séries de *Caminho de Música*, de 1946 e 1951, que reúne os seus ensaios, espelhando a atividade musical em nosso meio com o gosto cultivado de um *expert*. Também é autor de um notável estudo sobre *Vila Lobos* (1961), de quem foi íntimo amigo. Crítico literário, a vasta obra que publicou o situa entre os melhores críticos brasileiros: *Emiliano Pernetá* (1919), *Alguns Poetas Novos* (1918), *O Suave Convívio* (1922), *Silveira Neto* (1926). Em *O Suave Convívio* estão alguns ensaios críticos de mais elevada qualidade, fruto de sensibilidade apurada e agudo senso crítico.

Andrade Muricy é atualmente, como disse, o maior conhecedor e crítico do movimento simbolista brasileiro. Atesta-o o estudo geral publicado em *A Literatura no Brasil* (Direção de Afrânio Coutinho, vol. IV, 1969), visão panorâmica da poesia e crítica simbolistas, trabalho que se destaca pela visão crítica de conjunto, raramente feito entre nós sobre uma escola ou estilo de época.

Mas como estudioso do movimento simbolista, a Andrade Muricy devemos uma obra monumental. O *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro*, editado em 1952 pelo Instituto Nacional do Livro, em três magníficos volumes. Crítica e antologia ao mesmo tempo, esta obra constitui uma contribuição inestimável aos estudiosos, resultado de pesquisa árdua e esgotante, ao mesmo tempo que de senso crítico

PRÊMIO MACHADO DE ASSIS

penetrante e abrangente. É uma obra que, em qualquer cultura, deve ser colocada na primeira plana dos livros indispensáveis de historiografia literária.

Andrade Muricy participou do movimento modernista, membro destacado do grupo da revista *Festa*, com Barreto Filho, Tasso da Silveira, Francisco Karam, Adelino Magalhães, Cecília Meireles e outros. Sobre o Modernismo, publicou uma excelente antologia, denominada *A Nova Literatura Brasileira* (1946). É a primeira a reunir com objetividade a contribuição literária modernista.

Ainda a culminar a atividade literária de uma vida dedicada à literatura, Andrade Muricy tem sido editor e preparador de textos. Disso resultaram contribuições que o tornam ainda maior credor dos estudiosos das letras: as edições das obras de Emiliano Perneta, B. Lopes e Cruz e Sousa, contribuições que o confirmam o juízo de que Andrade Muricy é o maior conhecedor do Simbolismo brasileiro, sobre o qual reuniu a vida inteira um arquivo primoroso.

Em que pese à opinião de nossos confrades paulistas, o movimento modernista não é restrito a nenhuma província brasileira. Estão sendo levantadas as histórias dos movimentos modernistas das províncias, alguns com qualidades bem próprias e específicas, independentes do movimento paulista. São Paulo, por condições sociais e econômicas, foi o abcesso de fixação de todo um movimento estético de âmbito nacional, resultado da modernização da consciência nacional, expresso inclusive politicamente. Limitá-lo à área paulista é reduzi-lo de proporções e significado, o que não podemos aceitar quando quer que o encaremos de uma perspectiva nacional.

Exemplo típico do que afirmo foi o movimento carioca em torno da revista *Festa*, a partir de 1928, data dos seus primeiros números, porém resultado de longa gestação anterior no seio do grupo antes referido.

Pois bem, se examinarmos a doutrina de *Festa* e a obra poética, publicada sob sua inspiração, de alguns dos membros do grupo, como Tasso da Silveira, Francisco Karam ou Cecília Meireles e Murilo Araújo, bem como a obra crítica de um Andrade Muricy ou um Barreto Filho, sentiremos com segurança que os seus traços fisionômicos nada têm a dever à influência do movimento paulista. *Festa* é o oposto do ultranacionalismo, do antropofagismo, da violência formal, da subversão estética, da revolução ruidosa, do piadismo osvaldiano, do cabotinismo escandaloso de muitos. *Festa* é estética intimista, de espiritualidade, de leveza, de sutileza, de surdina, de tradicionalismo dinâmico. *Festa* ocupa lugar de relevo em nosso movimento modernista. como o grupo carioca também peculiar de Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Renato Almeida. Teixeira Soares. como o grupo da revista *Estética*, de Rodrigo Melo Franco. como os diferentes grupos de Belém, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte etc.

AFRÂNIO COUTINHO

O movimento modernista se for reduzido ao grupo de São Paulo ficará diminuído na sua enorme variedade, riqueza e caráter nacional.

A Academia reconhece isto por já haver acolhido ao seu meio personalidades de escritores de variada tendência modernista, inclusive de São Paulo, pois nem todos os paulistas oferecem a mesma característica.

Quanto ao grupo de *Festa*, a Academia já distinguiu com o Prêmio Machado de Assis a Tasso da Silveira, Adelino Magalhães, Murilo Araújo, e com outra laurea a alada Cecília Meireles.

Agora, com tôda a elevação, distingue Andrade Muricy. com isso a ilustre Instituição também se honra. Faz justiça a tôda uma vida dedicada à literatura e à música, como crítico, como erudito, como romancista, uma vida que tem na arte a sua razão de ser.

DISCURSO DE AGRADECIMENTO

ANDRADE MURICY

II

RESULTA para mim duplamente comovedora a curiosa coincidência, na data desta solenidade, 19 de julho, do recebimento do Prêmio Machado de Assis com a véspera do Centenário do nascimento de Alberto Santos Dumont. Na sua disparidade, essas ocorrências conduzem-me para um mar de evocações e de entressonhos.

... O grande coral de órgão das araucárias agonizantes ressoa lá muito longe, sob o céu límpido de que é feita a minha saudade...

A gigantesca floresta de dois andares: a mataria virgem debaixo da sombra dos sombrios pinheirais, varada pelos grandes rios, vai com estes até o dramático arremesso das corredeiras planetárias das espetaculares cataratas, na fimbria do extremo Oeste...

A música sinfônica e coral chega-me, no entanto, entretecida já da estridência das serrarias que, pouco a pouco, irão calar esse mundo sonoro primordial. Mas, também, outras vozes, largas e serenas, se vão elevando do cantante ouro «Van Gogh» dos trigais, dos agrestes jardins de erva-mate, dos escuros cafezais pontilhados de escafiate. Também, — e ainda —, outras vozes, contrapuntadas na grande **VOZ** do homem vivendo, labutando, produzindo, carregadas através de outras correntezas: pelas rodovias audaciosas, até o litoral; passado pelo qual

PRÊMIO MACHADO DE ASSIS

se entra no Paraná, e que revive, com as suas reservas de caráter e vivacidade, não amortecidas por mais de um século de esquecimento, desde que a vida da antiga Comarca paulista se transportou para o ridente planalto curitibano, o qual Tasso da Silveira evocou pondo a tônica na harmonia paisagística que se diria grega, mas da velha Hélade clássica. Curitiba, por sua vez, assume altanería de metrópole. Porque na transfiguração pela saudade, que denunciam estas evocações iniciais, não se subentendem sentimentos outros que personalíssimos; não se deverá detectar nelas qualquer saudosismo no referente à realidade vital prodigiosa que o Paraná representa no cenário brasileiro atual. Não reajo minimamente contra essa grandeza nova assumida pela minha terra, devassada já nos anos de 1640 pelo meu avoengo, o bandeirante Baltazar Carrasco dos Reis, que recebeu d'El-Rei a sesmaria do Barigüi, onde já vivia quando Curitiba obteve o seu enquadramento oficial, sesmaria do Barigüi, em que fui dos derradeiros dos seus descendentes a terem nascido.

A civilização veio pelo Litoral, galgou a Serra do Mar, mercê sobretudo da obra-prima de Teixeira Soares e Rebouças, a precursora ferrovia turística do Brasil; mas não estacionou: prosseguiu em ritmo lento, irregular, desigual, porém nem pobre nem desprovido de representatividade nacional. A epopéia californiana do progresso, com a proliferação de cidades de vitalidade subitânea impressionante, não encontrou a nossa unidade federativa desprovida de subestrutura cultural: letras artísticas, ensaísticas, sociológicas e jurídicas; ciência, música e artes plásticas. Um passado cultural mais provincial do que provinciano.

Pelo centro da minha Curitiba do início do século (1903), esgueirava-se um humilde afluente do Rei Iguaçu, o Ivo. Bem próximo de suas margens, hoje recobertas, havia um colégio, que foi o das minhas primeiras letras: o «Santos Dumont», primeiro educandário «no mundo», sublinhava a sua diretora, a portuguesa Mariana Coelho, a receber o nome, então recentemente glorioso — ainda a título da «navegabilidade dos balões», e anteriormente ao salto genial para «o mais pesado que o ar». Fruto do ardor cívico da professora adveio-me o ter ali recebido lições muito especiais daquele ufanismo provindo do livro de Afonso Celso que era, com *Os Lusíadas* e a *Iracema*, de leitura e análise obrigatórias. O Pai da Aviação tinha o seu nome lembrado todos os dias. Para isso, vozes infantis superagudas e não muito ajustadas afirmavam: «A Europa curvou-se ante o Brasil», exprimindo a sua jubilosa admiração àquele que fizera «brilhar no céu mais uma estrela»: — Santos Dumont. Eduardo das Neves, palhaço preto célebre, autor do hino, nele declara, pondo inesperada surdina na expressão entusiástica, que aqueles «parabéns» tinham sido «clamados em meigo tom»... Inimaginável, estupefaciente ilogismo, o inesquecível «meigo tom» afinal fornecera a rima indispensável para «Dumont»,

ANDRADE MURICY

e bastava-nos para aquilatar, em curiosa adequação, o brotar ingênuo do patriotismo. Era o mesmo Eduardo das Neves quem, na época, nos alimentava de sonoro encantamento com a sua torva modinha «Perdão, Emília, se roubei-te a vida»...

Esse ambiente de ressoante romanticismo humilde, foi favorável à fixação de uma aura de musicalidade em seu espírito. Já na adolescência, graças à prestigiosa docência de Dario Velozo, mistagogo de todas as audacias, cheguei, ex-abrupto, a Richard Wagner. Isso através do prisma literário, e desajudado de demonstrações propriamente musicais. O que nos prendia a Wagner era a figura legendária, o mago, o eleito, tal como nô-lo retratava Dario. Fui, assim, para as regiões da grande música por inesperado caminho do pensamento e das letras, sem que me afastasse das raízes populares da minha comoção musical primeira, e permitiu-me acolher, mais tarde, calorosamente, o movimento nacionalista brasileiro, servindo-me de ponte Ernesto Nazareth cujas obras fui criado ouvindo, e as canções de Alberto Nepomuceno. Pude festivamente acolher a conquista definitiva dessa climática pela genialidade de Villa-Lobos. Estudos teóricos, aturada prática de leitura ao piano, uma sôfrega iniciação no mundo um tanto secreto da Musicografia, prepararam-me para poder, neste momento, ousadamente presumir que a suma láurea das letras nacionais venha, por certo modo, premiar uma ambivalência, incluindo no conjunto de minhas obras o teor de perto de três mil folhetins, artigos avulsos e algumas monografias dedicados à Música, e fruto de vários lustros de uma atividade aplicada e modesta.

Decano, hoje, pelo melancólico privilégio da idade, dos críticos musicais de nossa terra, foi-me advertido, várias vezes, por vozes amigas que, com isso, eu me deixara «marginalizar» no referente à produção propriamente literária. Lembremos que Tobias Barreto comentou, episodicamente, eventos músico-teatrais. José de Alencar fê-lo com maior assiduidade e vivacidade, em *Ao Correr da Pena*. Machado de Assis senhorilmente transpôs, nesse terreno, a fronteira entre o puro discursivo e o mais puro ficcionismo, em páginas soberbas, como os contos «Cantiga de Esponsais» e «Um homem célebre»: não devendo ser esquecida a sua bela crônica sobre a morte de Carlos Gomes. Entretanto, o livro que registra a inauguração do gênero em nossa bibliografia é o que reúne os *Folhetins* do teatrólogo Martins Pena, que nos chega animado dum intuicionismo surpreendente em sua afirmação precursora. Depois dessas práticas não sistemáticas, mencionaria um verdadeiro profissional, Mário de Andrade; lembrarei o aparato erudito Ja obra *Francisco Manuel e o seu Tempo*, de Ayres de Andrade, a exemplaridade do *Catálogo Temático das Obras do Pe. José Maurício Nunes Garcia*, de Cleofe Person de Mattos, — minha aluna — bem como a magistral *Introdução ao Estudo da Música Indígena Brasileira*, de **Helza** Cameu, que representam valores relevantes da cultura

PRÊMIO MACHADO DE ASSIS

brasileira, e por si sós justificariam dedicar-se alguém exclusivamente às letras musicográficas».

No meu caso da aludida inquinação de marginalização em bene-Melo da Música, a observação amical resulta, parece-me, de duplo equívoco. Primeiramente, a minha intenção fora a de continuar, fosse romo fosse, na área das letras, mesmo se recorrendo, como veículo mais do que como forma, ao jornalismo musicográfico. Para isso procurei, evitando a busca imediata dos prestígios do ritmo verbal, manter-me, isso sim, fiel à expressividade que me era habitual. Depois, porque, antes e em simultaneidade com essa atividade especializada, o trato das letras tem-me sido sempre contínuo. De par com experiências de ficção, de início foi predominando em mim o interesse crítico, guiado por aventuras e versáteis leituras. Um muito prolongado retiro nos Alpes Réticos, na Suíça alemã, repôs-me, por algum tempo, num estado de contemplatividade e de ensimesmamento exaltado. Valeu-me isso a criação do romance impressionista, nitidamente poemático, *A Festa Inquieta*, escrito em 1924/25, o qual me saiu por entre uma revoada de poemas em prosa a ele juntados numa nova edição.

De volta, as lides polêmicas insistentes, favoráveis à explosiva revelação duma psique brasileira autônoma ao grande público mundial, graças a Villa-Lobos, mesmo elas não me absorveram a ponto de impedir-me de dar obediência a outras vozes solenes de minha vida interior que de mim para mim se alteavam. Elas forçaram-me a realizar sondagens em território ainda mais afim com o meu feitio introspectivo: o da poética simbolista. Eu me criara como num caldo de cultura de simbolismo: aluno cativadíssimo de dois dos fundadores do movimento no Brasil, o mais sedutor dos artistas que conheci, Emiliano Pernetá, e o iluminado esoterista Dario Velozo. Fraternal convívio de mais de sessenta anos, sem uma sombra, ligou-me ao grande poeta e pensador Tasso da Silveira, filho de Silveira Neto, o autor dum dos mais nobres livros simbolistas: *Luar de Hinvecno*. Por fim, fiz-me, ao vir para o Rio, amigo filial de Nestor Vítor, amizade eminentemente reveladora. Recolhi os arquivos desses autores e, ainda, o da figura-maior, o Cisne Negro Cruz e Sousa. Morto em 1932 Nestor Vítor, que seria naturalmente o indicado para a tarefa, decidi esforçar-me por trazer à luz da historiografia literária um primeiro quadro do movimento simbolista. O que realizei, fi-lo, sem dúvida, em meio do insopitado fluxo torrencial da produção músico-crítica. Porém já então envolvera-me vivo interesse pela renovação modernista, dentro do qual compusera *A Festa Inquieta*, interesse também refletido em *A Nova Literatura Brasileira*, singela vitrina do Modernismo, tentativa de, à luz dum historicismo de feição antológica, enfocar o movimento como num corte nele procedido num momento em que os vagalhões encapelados da Semana de Arte Moderna já se aquietavam numa conquista de construtiva serenidade. No período sincrético que precedeu essa significativa convulsão, pude detectar o

ANDRADE MURICY

influxo subterrâneo do Simbolismo em muitos daqueles que buscavam uma sinceridade nem intencionalmente programática, nem desportivamente predatória. Em 1927 sentíamo-nos conscientes de nossos desígnios, e daí o termo lançado *Festa*, — título saído, é-me grato dizê-lo, do meu já por demais aludido romance, pouco antes aparecido. Essa revista, nascida em casa de Cecília Meireles, foi o crisol de nossos esforços por uma construtividade jubilosa, — (e, como «juvenis», participaram dessa efervescência festiva dois dos hoje insignes mestres, os Acadêmicos Afonso Arinos Sobrinho, hoje «de Mello Franco», e Afrânio Coutinho). Há «festas» e «festas»: a «Kermesse», de Rubens, a de Trimalcíão, do *Satyrícon*, de Petronio; as sutilíssimas, de Watteau ou Debussy; sem falar nos nossos Reisados e Candomblés. .. O caráter autêntica e discretamente jubilar da nossa *Festa* apreendeu-o inteligentemente, no considerável estudo analítico que lhe consagrou, Neusa Pinsard Caccese, publicado em livro pelo Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, em 1972.

Este insigne galardão, quando mais não fosse, valeria pela estranha e, para mim, eminentemente consoladora ocorrência: a de que o meu nome fica, assim, acrescentado ao dos de três outras colunas mestras de *Festa*, os meus companheiros e amigos Tasso da Silveira, Adelino Magalhães e Murílio Araújo, que também receberam a láurea a mim agora tão generosamente conferida. Ousaria confessar, data venia, ter tido a tentação de interpretar a esses quatro atos solenes, também, como uma circunstancial e inesperada confirmação do significado daquela publicação no quadro evolutivo das letras brasileiras.

O magnânimo gesto da Academia Brasileira de Letras teve o condão de vir em mim «desselar as fontes da saudade», como diria Kipling. Causa que me foi irresistível do insistente e abusivo tom reminiscente destas palavras que deveriam levar o colorido da mais exclusiva e efusiva gratidão. Em sua talvez inadequada extroversão, estas palavras realmente querem é exprimir a medida mesma da força do sentimento que me leva, neste momento, a apresentar aos seus insignes componentes os meus mais profundos e veementes agradecimentos.

Evocação de Ribeiro Couto

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

Com meu saudoso amigo o poeta mineiro Otávio Dias Leite, é que, em 1940, fui ao Itamarati, a fim de conhecer Ribeiro Couto. Ele me acolheu com expansões que me confundiram. Era bem o Ribeiro Couto de que eu tanto ouvira falar: alegre, cordial, efusivo, de extrema afabilidade.

Muito falamos nesse dia e em mim ficou a lembrança de alguém voltado para os amigos, desejoso de estimular, de ser útil. Couto publicara então o seu *Cancioneiro de Dom Afonso*, livro de'icioso. Eu, estreará. A conversa tinha de ser mesmo sobre poesia. Desde então nunca mais nos vimos. No entanto, jamais deixou de me escrever, de me enviar os livros que ia compondo nas suas andanças de diplomata. Daí ter surgido entre nós uma dessas amizades que não exigem presença, que dela prescindem nem a consideram essencial para que se estabeleçam vínculos de afeição. Eu o sabia longe, mas ao abrir qualquer obra do inconfundível poeta e prosador que foi Ribeiro Couto era a ele que via, humano, vibrante, entusiasta, e cada palavra que lia era como se a ouvisse proferida por aquele com quem estive apenas uma vez e todavia passei a ter como um dos meus melhores amigos.

Já ao final, escrevia com letra hesitante: adoecera dos olhos, mas não esquecia aqueles a quem queria bem. De Belgrado me mandou ele, em 1957, quando ainda saudável, a bela edição feita por Seghers dos seus *Jeux de l'Apprenti Animalier* (que ele também escreveu versos

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

franceses), como de Lisboa me ofertara, em 1945, as poesias escolhidas a que deu o título de *Dia Longo*. Mais tarde, em agosto de 1960, a dedicatória posta nas suas *Poesias Reunidas*, edição José Olympio, indicava que a doença dos olhos, que o acometera não há muito, se agravava. E em 30 de maio de 1963, quando, em Paris, já aposentado, se preparava, cheio de esperanças, para o retorno ao Brasil, a notícia rude de sua morte súbita. Extravasei tôda a mágoa numa elegia que era ainda uma tentativa de tê-lo comigo como sempre o tive, distante embora, no meu pensamento e na minha vida. Que ele sabia ter a palavra exata na hora exata, mantinha-se, à distância, em contato com os amigos que deixara nestas bandas do Atlântico. como nesta carta de 10 de julho de 1944, que me remeteu de Lisboa, quando da morte, a 23 de maio daquele ano, de meu irmão João Alphonsus: (*)

«Meu caro Alphonsus.

Pelo boletim noticioso do Itamarati, hoje aqui chegado, fiquei sabendo da morte do João Alphonsus. Tomei um grande choque.

Perda tristíssima não só para v. e toda a família, como para quem quer que em nosso país tenha amor pela arte. Nestas linhas, quero apenas exprimir a v. meu profundo pesar e envîar-lhe um comovido abraço.»

Gestos assim eram muito dele, companheiro de todas as horas, cordial e afetivo. Diante da perda tristíssima que representava também a sua morte, não pude desabafar senão numa «Elegia para Ribeiro Couto», escrita poucos dias depois de sua partida definitiva (ele como que estava sempre partindo e sua poesia de desterrado está povoada de adeuses) :

I

Longe estavas; sabê-lo
Já nos era bastante.
«Em Belgrado irei vê-lo,
Ao amigo constante.

Em Belgrado, talvez,
Lisboa, Amsterdam.
Já no próximo mês...
Ou quem sabe amanhã.

(*) Na *Antologia da Poesia Mineira, Fase Modernista*, que organizei e editei em 1946, em Belo Horizonte, dei, por engano, a data da morte de João Alphonsus como sendo 24 de maio de 1944, quando ela ocorreu na noite de 23. Aproveito para retificar aqui o equívoco.

EVOCÇÃO DE RIBEIRO COUTO

E enquanto fugia
A vida, era suave
Saber que nalgum día
Talvez, nalguma nave,
O mar desvendáramos
E longe, docemente,
À espera teríamos
O nosso amigo ausente.

Ausente, ausente! E sempre o cancionero
Do ausente a ressoar na despedida
Do irmão, no grande adeus do companheiro
Que estava em nós, vivendo a nossa vida.

Em nossa vida... A maia
Postal sempre traria
A sua doce fala
De irmão que na agonia
Embora, na aflicção
Dos olhos já turvados,
Deixava a incerta mão,
Em sinais conturbados,
Percorrer o papel
Para levar a alguém
Seu coração fiel
— Morto de querer bem.

Permiti-me a transcrição. E permiti-me ainda voltar a João Alphonsus (perdoai-me, mas ainda sou do tempo dos serões noturnos com números de canto, recitativo etc.) para lembrar que dele foi que ouvi os primeiros versos de Ribeiro Couto. Em tais serões, como em horas outras de efusivo convívio familiar, muita vez escutei-o dizendo à sua maneira, entre irônica e terna, o que aliás os versos em si mesmos admitiam:

Esta menina gorda, gorda, gorda,
Tem um pequenino coração sentimental.
Seu rosto é redondo, redondo, redondo;
Tôda ela é redonda, redonda, redonda,
E os olhinhos estão lá no fundo a brilhar.

O tom colloquial muito me agradou, embora eu não estivesse em idade de ajuizar da qualidade de qualquer poema. Mas tenho como certo que esse poema «Gorda» me preparou para entrar, com gosto, na intimidade da poesia de Ribeiro Couto.

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

Deixei escrito certa vez que Ribeiro Couto possuía uma qualidade a que se poderia chamar sabedoria do cotidiano. Convenhamos que não há sabedoria mais difícil do que essa. Porque não nasce de leituras ou exercícios intelectuais. Não nasce mesmo de uma disciplina interior, de um controle das forças contraditórias que formam correntes em nosso espírito. É uma graça natural, um dom, um presente que poucos recebem da divindade.

Para as almas simples, que sabem captar a poesia que existe nas coisas mais singelas e vulgares, o mundo apresentará, cada dia, renovados aspectos. Há para essas almas como que um processo de recriação permanente: a terra se impregna sempre da pureza das coisas recém-nascidas, numa perpétua gênese. E o coração, vencendo o mal, estará sempre disposto a receber a vida como a dádiva maravilhosa a que aludiu outro grande poeta, o mineiro Emílio Moura, morto em 1970: «Que alegria sentir que a vida é uma dádiva maravilhosa!»

Ribeiro Couto era um desses espíritos capazes de encontrar um encanto especial nas coisas aparentemente desprovidas de poesia. Aparentemente: porque em tudo que foi criado existe um contingente poético oculto e cabe às almas sensíveis descobri-lo e trazê-lo para a claridade.

Não foi inutilmente que o nosso Manuel Bandeira conseguiu escrever, por exemplo, um notável poema sobre os sapos. Aí está, sem dúvida, um tema eminentemente antipoético. Manuel Bandeira, dotado como poucos, que era, da sabedoria do cotidiano, soube animar, à sua maneira, tema assim difícil e árido. Partiu, como é sabido, de uma premissa singular: o poema sobre os sapos não tinha como objetivo principal decantar os humildes e, para tanta gente, repulsivos batráquios. Pretendia, isto sim, representar uma sátira contra os poetas parnasianos: ele mesmo explica o fato no seu *Itinerário de Pasárgada*, (*Obra Completa*, Editora Aguilar, 1958, 1º vol., pag. 48): «A propósito desta sátira devo dizer que a dirigi mais contra certos ridículos do post-parnasianismo. É verdade que nos versos

A grande arte é como
Lavor de joalheiro

parodiei o Bilac da «Profissão de Fé» («Imito o ourives quando escrevo. . .»). Duas carapuças havia, endereçada uma ao Hermes Fontes, outra ao Goulart de Andrade. O poeta das *Apoteoses*, no prefácio ao livro, chamara a atenção do público para o fato de não haver nos seus versos rimas de palavras cognatas; Goulart de Andrade publicara uns poemas em que adotara a rima francesa como consoante de apoio (assim chamam os franceses a consoante que precede a vogal tônica da rima), mas nunca tendo sido ela usada em poesia de língua portuguesa, achou o poeta que devia alertar o leitor daquela inovação e pôs sob o título dos poemas a declaração entre aspas: «Obrigado à consoante de apoio». Goulart não se magoou com a minha brincadeira e

EVOCÇÃO DE RIBEIRO COUTO

sete anos depois foi quem me arranhou editor para o meu volume *Poesias*. »

Lá segue a sátira, e eis senão quando de repente o poeta encontra o seu verdadeiro veio de poesia. É o seu destino de solitário que lhe surge diante dos olhos; é o seu destino de homem solitário e triste, de homem sofrido e resignado, que o leva a evocar o sapo-cururu, depois de se ter referido ao sapo-tanoeiro, que é quem diz, como «parnasiano aguado»:

Meu Cancioneiro
É bem martelado.
Vede como primo
Em comer os hiatos!
Que arte! E nunca rimo
Os termos cognatos.
O meu verso é bom
Frumento sem joio.
Faço rimas com
Consoantes de apoio.
Vai por cinqüenta anos
Que lhes dei a norma:
Reduzi sem danos
A fôrmas a forma.

Depois de lembrar o sapo-boi com o seu refrão:

— «Meu pai foi rei! — «Foi!»
— «Não foi!» — «Foi!» — «Não foi!»

(Já aí nos aproximamos da poesia); depois de mencionar os sapo-pipas, que

Falam pelas tripas:
— «Sei!» — «Não sabe!» — «Sabe!»

faz-nos ver que o destino do sapo-cururu é bem diverso:

Longe dessa grita,
Lá onde mais densa
A noite infinita
Verte a sombra imensa;
Lá, fugido ao mundo,
Sem glória, sem fé,
No perau profundo
E solitário, é
Que soluças tu,
Transido de frio,
Sapo cururu
Da beira do rio...

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

Não há quem desconheça, e Bandeira se refere ao fato na pág. 50 da *Obra Completa*, no seu mesmo *Itinerário de Pasárgada*, que «a geração paulista que iria, ainda nesse ano de 1919, iniciar a revolução modernista, tomou-se de amores pelo *Carnaval*» livro em que estava a sátira dos sapos. E diz mais Bandeira: «Segundo informação de Mário de Andrade, foi Guilherme de Almeida quem primeiro assinalou o livro e o revelou aos companheiros. Naturalmente a sátira dos «Sapos» estava a calhar como número de combate e, com efeito, por ocasião da «Semana de Arte Moderna», três anos depois, foi o meu poema bravamente declamado no Teatro Municipal de São Paulo pela voz de Ronald de Carvalho sob os apupos, a gritaria do «foi não foi» da maioria do público, adversa ao movimento.»

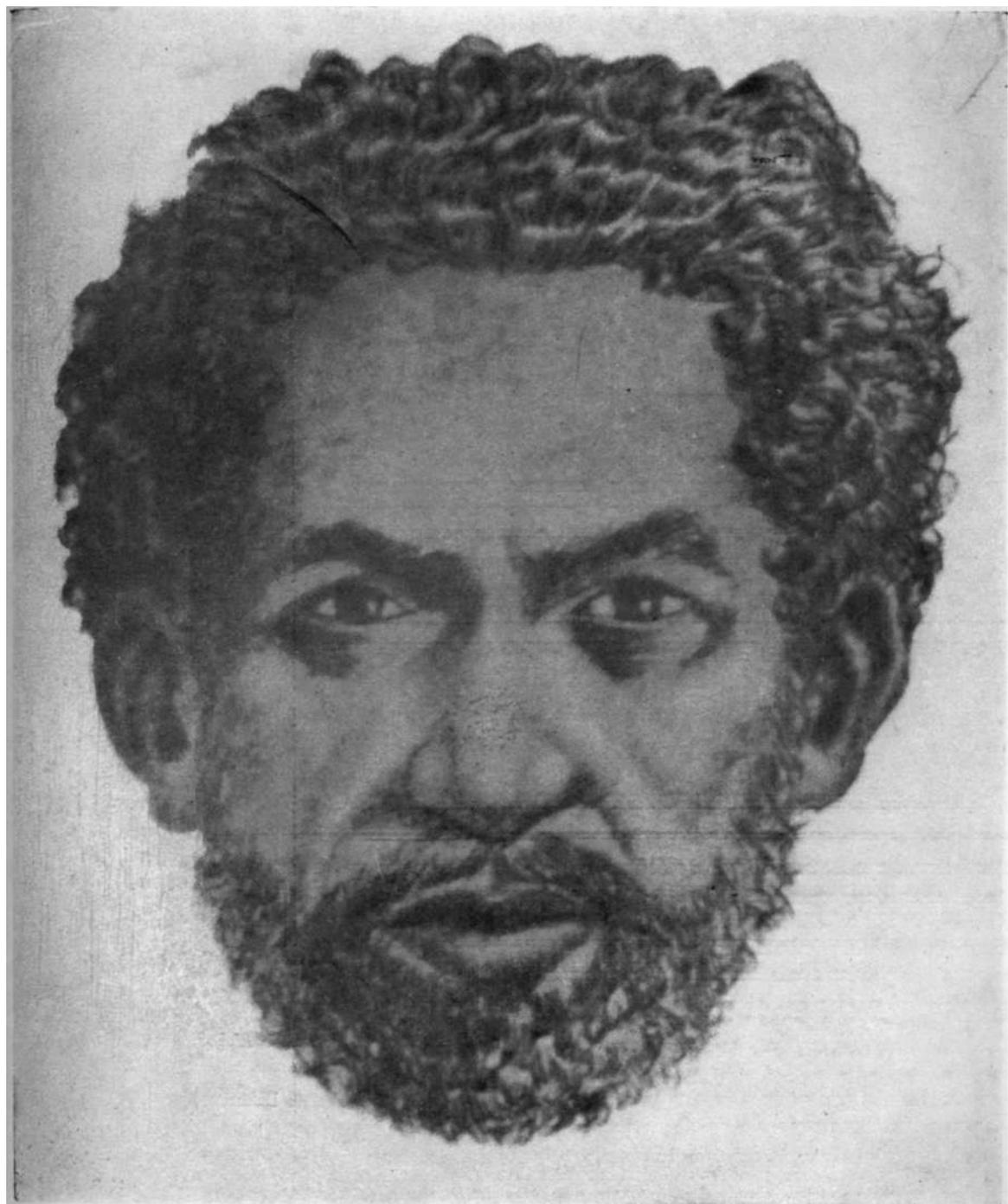
Cito Bandeira muito de propósito, para uni-lo a Ribeiro Couto. Que os dois foram grandes amigos e a Couto caberia receber Bandeira, em 1940, na Academia Brasileira de Letras. Bandeira dá este seguimento ao comentário acima: «Dessa geração paulista, uns dez anos mais moça do que eu, já me era conhecido Ribeiro Couto, que se mudara para o Rio e foi levado a minha casa por Afonso Lopes de Almeida. Couto, esse tornado em forma humana, escondeu o jogo na primeira vez em que nos vimos. Falava pouco e baixo, como se já estivesse praticando os versos que escreveria mais tarde:

Minha poesia é tôda mansa.
Não gesticulo, não me exalto...

Disse, ou antes murmurou em quase inaudível surdina um soneto que nunca publicou, pelo menos em livro, soneto a uma negra, em que me impressionou muito o segundo hemistiquio do alexandrino inicial: «A raça te entristece.» Esse primeiro encontro foi o princípio de uma amizade que dura até hoje e me tem sido fonte de grandes alegrias, grandes ensinamentos. De algumas grandes raivas também...»

Mas o principal vem na página seguinte: «As minhas relações com Couto estreitaram-se quando, falecido meu pai em 1920, fui morar só na Rua do Cúrvulo, hoje Dias de Barros. Poucos meses antes mudara-se o meu amigo para a casa de D* Sara, à mesma rua. No discurso com que me recebeu vinte anos mais tarde na Academia Brasileira de Letras fala Couto, com graça e emoção, dessa casa e de sua boa senhoria (...) A Rua do Cúrvulo ensinou-me muitas coisas. Couto foi avisada testemunha disso e sabe que o elemento de humilde cotidiano que começou desde então a se fazer sentir em minha poesia não resultava de nenhuma intenção modernista. Resultou, muito simplesmente, do ambiente do morro do Cúrvulo. Disse-o Couto melhor do que eu mesmo poderia explicar agora:

«Das vossas amplas janelas, tanto as do lado da rua em que brincavam as crianças, como as do lado da ribanceira, cora



Antônio Francisco Lisboa.
o *Aleijadinho.*

(Desenho de Belmonte)

M. 1.

do Irmao Vicente Fre
 scosta e simonista e simonista e
 tres Cartas e simonista e simonista e
 cedida da fatura das Imagens das
 Padres do Sr. Ven. como em esse
 e os seus neste presente anno e para
 clareza para este livro a
 Sinab. Matrimony das Conyugadas
 do Campo hoje, 3 de Maio de
 1798.

Fr. Francisco

Recebi do Irmão Vicente tre/zentos e sincoenta e sinco **oytavas** e/trez coartas e seis vinténs de ouro **pro**/cedidas da fatura das Imagens dos/ Pasos do Sr. q.' veneramos eu e os me/os of^{ss} neste prezente anno e para/ clareza paço este de m.^a letra e/ sinal: Mafozinhos das Congonhas do Campo hoje, 31 de dez" de/ 1798.

An^o Franc. L^a

EVOCÇÃO DE RIBEIRO COUTO

cantiga de mulheres pobres lavando roupa nas tinas de b́rrela, começastes a ver muitas coisas. O morro do Cúrvulo, em seu devido tempo, trouxe-vos aquilo que a leitura dos grandes livros da humanidade não pode substituir: a rua.»

Quem sabe — aduziríamos nós — não teria começado aí também a se fazer sentir em Ribeiro Couto «o elemento do humilde cotidiano», que não falta à sua obra?

Tudo nele, em poeta tão delicado, é espontâneo. E por ser espontâneo mesmo é que não raro prefere ele o doce embalo da redondilha. E não apenas da redondilha: entrega-se à canção que não se limita a ser simples trova, que se espreguiça em ritmos vários e dolentes, que faz vibrar da mesma vida e da mesma ingênua cadência nos decassílabos e mesmo nos dodecassílabos.

Desde os primeiros livros já víamos um Ribeiro Couto capaz de decantar enternecidamente suas tristezas. Tristezas que nunca se faziam desespero, antes eram acariciantes, suavemente doloridas. Sua fase inicial (influenciada pelo simbolismo, como seu livro de estréia *O Jardim das Confidencias*), é a do moço doente ou que se libertou há pouco da doença e que não esquecerá jamais as longas horas de febre que tanto o oprimiram na sua solidão entre remédios.

O admirável *Cancioneiro de Dom Afonso* (dedicado a Anah e Afonso Arinos de Mello Franco), um dos seus livros da madureza, será ainda uma evocção da mocidade ameaçada pelo isolamento a que o obrigava a doença no Sanatório de Bella Lui, na Suíça. Mas uma evocção mansa, muito ao seu jeito de ser, em confissões que mais parecem surdinas e embalos:

Já não me vês aqui como na Suíça, outróra.
Lembras-te, Afonso, da nossa inquieta nostalgia?
Naquele tempo nosso peito era doente
E a hora da febre todas as tardes nos oprimia.
Ah, se pudéssemos! E na branca montanha em frente
A evocção da terra natal, pelo céu em fora,
Sacrifícios campais, fumassa espessa, erguia.

com efeito, não era possível assentar praça na infantaria.
Tantas portas ao nosso passo estavam fechadas!
Inútil era que a Suíça, calma e fría,
Nos desse a ânsia de sentir no nosso peito ardente
A suspirada mão de nossa mãe Bahia.

Agora, quero a mão de outra mãe. Clamo em vão.
A verdadeira mãe está morta e sepulta.
Também em nosso peito, em feridas cicatrizadas,
A mocidade ingênua está morta e sepulta.
Ó irmão civil! Cantemos juntos a desilusão.
Façamos modinhas ao gosto do povo, «Morena ingrata»,

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

«Vidas cansadas»,

E outras que tais. próprias para violão.

Ribeiro Couto afeiçoava, assim, as modinhas ingênuas, ao gosto popular, o que se reflete gostosamente na sua poesia. Afeiçoava também os provérbios. Veja-se como os emprega engenhosamente em outro poema do *Cancioneiro de Dom Afonso*:

«— Afonso, que bom este novo encontro no caminho!
Agora, sem neves nem balcão de cura.»
«— com águas passadas não mói o moinho.»
«— Afonso, diante destas águas mortas
Penso no sonho morto e na morta aventura.»
«— Deus escreve direito por linhas tortas.»
«— Afonso, em todo caso é triste a nossa fuga,
A protissão sem glória, o conformado espanto.»
«— Mais vale quem Deus ajuda do que quem cedo madruga.»
«— Afonso, a vida foi-nos amarga, fel e vinagre.
Tu ias ser o rei, eu ia ser o santo.»
«— Santo de casa não faz milagre.»

No seu livro de memórias *A Escalada* (José Olympio, Rio, 1965, págs. 107/114) Afonso Arinos de Mello Franco, escrevendo na noite de 30 de maio de 1963, evocou magistralmente o amigo morto em Paris na manhã daquele dia. «Velho amigo, companheiro de quase toda a vida, as lembranças e imagens de Couto se atropelam e se confundem na minha memória traterna. Ríspido e terno, rigoroso e boêmio, exato e fantasista, apegado ao real e vivendo num mundo subjetivo, Couto foi, talvez, a personalidade mais rica, variada e atraente de toda a nossa geração. Poeta menor, se dizia dele (e ele também o dizia, de si mesmo), mas quem foi maior que este poeta menor.' Quem nos despertou emoções intelectuais mais capazes de retrescar, com o bálsamo das lágrimas, os olhos ressequidos pelas ambições e pavores do nosso tempo? A força e a grandeza dos seus versos se escondem atrás de palavras simples que vertem, como água pura, das fontes naturais e profundas do sentimento.»

Força e grandeza, simplicidade, que eu sinto neste poema, ainda do *Cancioneiro de Dom Afonso*, a que Couto chamou «Toadas de Wittenburherweg»:

Andam cada vez mais tristes
Estas toadas que eu canto.
Já hoje que aqui me vistes
Não tereis surpresa alguma:
Sabéis por que andam tão tristes
Estas toadas que eu canto.

EVOCÇÃO DE RIBEIRO COUTO

Já hoje que aqui me vistes
Conheceis meu acalanto:
Vozes perdidas na bruma.

Sabéis que essas vozes tristes
São as vozes com que eu canto.

Ou neste, com que encerrou ele o *Cancioneiro do Ausente*, o tocante
«Outras torres»:

Outras torres se erguerão
Onde estas se erguem agora;
E outros campos e outras flores
E outros homens e outros prantos
Haverá pelos tempos em fora.
E outra alegria!

Quando da poeira do chão
Surgir a idade diferente
Ninguém saberá como fui,
Nem mesmo saberá se fui.
Apenas a voz das ondas na areia da praia
Será a mesma; e a sua canção
Terá a mesma melancolia.

Nem mesmo saberá se fui... Sua poesia o fará sempre presente, essa poesia genuinamente brasileira, essas estâncias nostálgicas que vão desde a modinha ao ritmo mais largo da valsa suburbana. Que alcança por vezes grande intensidade no soneto, como naquele, «Soneto da fiel infância», que se encontra no livro *Entre Mar e Rio*, e no qual, pelo sortilégio da poesia, nos coloca na atmosfera da sua casa humilde e ressuscita, com ternura que nos punge, a suave figura materna. Sem falar nas excelentes páginas de prosa que nos legou.



Ribeiro Couto

Um Século de Pesquisas do Romancero Tradicional no Brasil

BRAULIO DO NASCIMENTO

CELSO de Magalhães (1849-1879) foi o iniciador da pesquisa da literatura oral no Brasil. Sob o título de «A poesia popular brasileira», publicou no quinzenário *O Trabalho*, do Recife, em 1873, uma série de dez artigos, em que expôs suas idéias sobre a formação de nossa poesia, bem como divulgou parte das pesquisas realizadas em Pernambuco, Bahia e principalmente Maranhão, sua terra natal. (1)

Apesar do título aparentemente limitativo de seus artigos, o material compreendia diversas manifestações folclóricas, como o romancero tradicional, poesia popular, lendas, costumes, danças e festas tradicionais. A designação de literatura oral era então desconhecida; só em 1881 seria criada, na França, por Paul Sébillot para agrupar os contos, cantos, mitos, lendas, provérbios e adivinhas. A denominação, que rapidamente obteve aceitação geral, teve seu campo conceitual bastante dilatado, passando a abranger também a linguagem, as danças, jogos e folguedos infantis. (2)

O objetivo básico de seu estudo explica-o Celso de Magalhães na pequena introdução: «Tendo nós coligido, porém, alguns romances e uma infinidade de cantigas soltas, tendo notado um elemento original, embora fraquíssimo, nosso, puramente brasileiro, não nos podemos ter mão ao desejo de fazê-los conhecidos e de mostrar qual esse elemento

BRAULIO DO NASCIMENTO

gerador do nosso Romanceiro» (p. 32). A série de artigos foi interrompida, mas as indicações de Celso de Magalhães constituem um verdadeiro recenseamento de romances peninsulares que, trazidos de várias regiões do Portugal continental e ultramarino, lograram impressionar a sensibilidade popular brasileira, adaptar-se e difundir-se intensamente em diversas áreas de nosso território.

À época em que Celso de Magalhães iniciou suas pesquisas do romanceiro tradicional, circulavam duas coletâneas publicadas na área de língua portuguesa: *Romanceiro*, de Almeida Garrett, de 1847, e *Romanceiro geral*, de Teófilo Braga, de 1867. Eram os modelos disponíveis para o nosso pesquisador, mas que representavam concepções divergentes em relação ao tratamento da literatura oral. De um lado, Garrett, que despertara em Portugal o interesse pelos cantos populares, praticava uma espécie de parceria com a tradição; de outro, Teófilo Braga, com uma visão científica de pesquisador moderno, transcrevia os romances tal como os recolhia da boca do povo, sem retoques nem elaboração factícia.

Diante desses dois caminhos, Celso de Magalhães fez a opção correta; adotou o critério de rigorosa fidelidade ao texto popular: «Todos os romances, xácaras, cantigas, etc., que se citem aqui ou que se tenham de publicar, foram bebidas na tradição oral do povo, e apresentam-se estremes de composição ou correção nossas, não têm arrebiques nem postigos, os quais destruiriam a sua originalidade», (p. 32). Celso vai mais além em sua declaração de princípios, censurando diversas vezes Almeida Garrett, ⁽³⁾ que até hoje não foi perdoado pelos seus rificamentos: «Seguimos, neste trabalho, a coleção de Teófilo Braga, como a mais completa e estreme de qualquer composição própria, o que não acontece com Garrett, que as mais das vezes é emendada e aperfeiçoada, ficando desse modo defeituosa. Garrett muitas vezes troca palavras e mesmo idéias, como ele mesmo confessa, quando acha que os ouvidos melindrosos podem chocar-se com os dizeres simples e rústicos do povo, com as palavras e frases mais ou menos obscenas», (p. 47). Estabelecia, desse modo, os critérios objetivos que iriam nortear as futuras pesquisas de literatura oral entre nós. Constitui exceção a norma garrettiana adotada por José de Alencar ao fundir, num único texto, cinco versões do *Rabicho da Geralda*, o mais famoso romance nacional de vaqueiro, divulgado em 1874. ⁽⁴⁾

Não foi apenas na escolha do método de pesquisa que se manifestou a intuição precursora de Celso de Magalhães. Tomando como ponto de partida os romanceiros de Garrett e Teófilo Braga, não se limitou à identificação dos romances, mas ao estudo comparativo das versões, assinalando as variantes e analisando os processos de adaptação e conservação, confrontando os textos que ouviu ou coletou com os arquétipos lusitanos já divulgados. O método comparativo constitui, em nossos dias, a preocupação principal dos estudiosos do romanceiro: «El trabajo de la tradición — afirma Paul Bénichou, quase um século depois de

UM SÉCULO DE PESQUISAS DO ROMANCEIRO TRADICIONAL NO BRASIL

Celso de Magalhães — merece ser estudiado como proceso creador, y la mejor forma de hacerlo es considerar un romance en la totalidad de sus versiones conocidas, antiguas y modernas, sin vacilar en detenerse, a veces, en detalles y motivos accesorios, de cuya vida tradicional podemos aprender mucho respecto a la génesis de los textos poéticos orales». ^(B)

Celso percebeu, desde logo a importancia de analisar as variantes brasileiras introduzidas no texto português: constituem ponderável elemento de criação, além de demonstrar a incorporação ao nosso patrimônio cultural dos romances trazidos para a América por lusitanos ou espanhóis, com a mesma fortuna dos que seguiram para o Oriente e foram mais tarde coletados, com variantes regionais, na Grécia, Iugoslávia, Turquia, Argélia, onde quer que tenha aportado a cultura hispânica. Ele observou, igualmente, que a inserção de variantes denunciava um processo de adaptação, de integração na alma popular, de identificação com os sentimentos comuns: «No trabalho comparativo que fizemos entre os romances populares portugueses e os nossos havidos por herança, reconhecemos um princípio: em todos eles, apesar das corrupções, cortes, confusões de uns com outros, existe sempre o mesmo fundo maravilhoso ou cavalheiresco, conforme o estilo a que pertençam». (p. 47).

Os romances foram trazidos naturalmente pelos colonizadores portugueses. no século XVI, talvez mesmo pelos primeiros exploradores, e este processo foi continuado intensamente nos séculos seguintes com a migração portuguesa, principalmente açoriana. Partindo dos locais de fixação dos imigrantes, se espalhariam os romances pelo território brasileiro, já levados também pelo elemento nacional penetrando nas cidades e até mesmo nas malocas de índios em plena selva amazônica. ⁽⁵⁾ Submetidos às leis de variação, por força da transmissão oral, adquire o romance características ambientais próprias, como nas demais versões de outras terras. Os novos campos de vivificação do romanceiro de modo algum acelerariam aqueles processos de variação, nem os elementos exóticos inseridos desfigurariam essencialmente os textos tradicionais. As versões modernas, com variantes que adaptam e atualizam o contexto. incidindo com maior intensidade ora na estrutura verbal, ora na estrutura temática, não são menos poéticas do que as antigas, como alguns estudiosos insistem em afirmar. ⁽⁷⁾ As versões dos velhos romances coletadas no Brasil nos séculos XIX e XX reproduzem tematicamente o arquétipo do mesmo modo que as colhidas na América de língua espanhola, nos Estados Unidos e entre os sefarditas no Oriente. E esta semelhança manifesta-se não apenas em relação ao texto, mas também à música dos romances, que muitas vezes perdura nestes lados do Atlântico. ⁽⁸⁾

Alguns romances, entretanto, em decorrência da redução do hábito de serem cantados isoladamente, adquiriram novo tipo de vida; foram

BRAULIO DO NASCIMENTO

incorporados à dança dramática ou às rondas infantis. É o caso da *Nau Catarineta*, parte obrigatória da chegada de marujos, de larga difusão no norte e nordeste do país; ⁽⁹⁾ de *Juliana e D. Jorge* ou do romance do *Cego*, encontrados entre jogos infantis, sob forma de representação. Por outro lado, algumas versões apresentam-se prosificadas parcialmente, fenômeno aliás também observado em Portugal, já em fins do século passado, por Adolfo Coelho. ⁽¹⁰⁾

Celso de Magalhães procedeu a um verdadeiro levantamento dos romances conhecidos na região: registrou cerca de dezessete, mas lamentavelmente só chegou a incluir o texto integral de um nos artigos publicados — *Juliana e D. Jorge*. As indicações sobre os demais, com a transcrição de versos ou fragmentos, porém, são de grande significado, pois revelam a preferência popular por determinados cantos, e representam precioso documentário para conhecimento das verdadeiras condições de adaptabilidade do romanceiro em terras brasileiras, bem como da extensão de sua difusão no século passado.

A PESQUISA DE ROMANCES NO SÉCULO XIX

A relação dos romances peninsulares recolhidos ou apenas ouvidos por Celso de Magalhães comprova o seu enraizamento na memória popular, pois foram colhidos muitos deles no século passado e ainda hoje naqueles estados e em outros. Celso refere os seguintes romances:

1. *Dom Barão (Donzela guerreira)*. Maranhão. «Muito espalhado e cantado entre nós», (p. 49).
2. *Gerinaldo*. Maranhão. «Não anda tão espalhado entre nós como o precedente, mas ouvimo-lo diversas vezes», (p. 52).
3. *A noiva roubada (A boda interrompida)*. Maranhão.
4. *A infanta de França*. Maranhão.
5. *Silvana (Dclgadina)*. Maranhão. «Muito conhecido entre nós», (p. 56).
6. *Bernal Francês*. Maranhão. «É um dos romances mais cantados e conhecidos entre nós, mais do que o de *D. Barão*, porém menos do que o da *Nau Caterineta*». (p. 57). Noutro lugar, diz Celso: «É um dos romances mais sabidos e cantados no Maranhão e também no Espírito Santo.» (p. 59).
7. *Dom Pedro (Helena)*. Maranhão.
8. *Casamento e mortalha*. Maranhão.
9. *Nau Caterineta*. Maranhão, Bahia. «Nenhum é mais sabido, nem repetido com tanta felicidade tal como veio de Portugal», (p. 60).
10. *Conde Alberto. (Conde Yano)*. Maranhão.

UM SÉCULO DE PESQUISAS DO ROMANCEIRO TRADICIONAL NO BRASIL

11. *Conde de Alemanha*. Maranhão.
12. *Dom Carlos de Montealbac (Claralinda)*. Pernambuco.
13. *Passo de Roncesval*. Maranhão.
14. *A moreninha (Frei João)*. Maranhão.
15. *Branca-flor (Rainha cativa)*. Pernambuco.
16. *Juliana (Juliana e D. Jorge)*. Pernambuco.
17. *Flor do Dia (D. Bozo)*. Pernambuco.

Sobre o romance de *Juliana e D. Jorge*, de que Menéndez Pidal encontrou registro na primeira metade do século XVI, (¹¹) cabe dizer que é o mais popular no Brasil. Teófilo Braga, em 1883, assinalava não ter encontrado ainda na tradição continental portuguesa o mínimo vestígio desse romance. (¹²) Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em suas pesquisas sobre romances velhos em Portugal, (¹³) também não o encontrara referido em obra de autores antigos. A primeira versão lusitana seria dada a conhecer em 1886 — treze anos depois da versão pernambucana de Celso de Magalhães — por Leite de Vasconcelos, numa lição coletada em Campo de Víboras, concelho de Vimioso, em agosto de 1883. (¹⁴) E ainda no princípio deste século, na segunda edição do *Romanceiro geral portuguez* (Lisboa, 1906-1909, 3 vol.), Teófilo Braga, que ali reúne a maior parte dos romances conhecidos em língua portuguesa, englobando coletas brasileiras, continentais e ultramarinas, apresenta apenas quatro versões de *Juliana e D. Jorge*: duas lusas (a de Vasconcelos e outra de Francisco de Arruda Furtado, de Ponta Delgada) e duas brasileiras (extraídas de Sílvio Romero, uma delas a coletada e divulgada por Celso, n^o 16, e outra que o próprio Braga recebera do Ceará).

A grande coleta de romances do século XIX foi empreendida por Sílvio Romero e publicada em *Cantos populares do Brasil*, em 1883. (¹⁵) Reuniu pesquisas próprias, realizadas em Sergipe e Rio de Janeiro, e outras, entre as quais as versões colhidas por Celso de Magalhães em Pernambuco e não divulgadas.

Ao contrário de Celso de Magalhães, cuja relação de romances estabelecida acima baseia-se em referência a versões ouvidas, fragmentos e algumas divulgadas (apenas os n^{os} 12, 15, 16 e 17), Romero apresenta muitas versões, quer de romances referidos por Celso, quer de outros, que este não chegou a conhecer (nove: n^o 1, 4, 5, 8, 9, 11, 13, 14 e 15, abaixo). A coletânea de Sílvio Romero abrange os seguintes romances:

1. *Dona Infanta (Os sinais do marido)*. Rio de Janeiro.
2. *A noiva roubada (A boda interrompida)*. Rio de Janeiro.
3. *Bernal Francês*. Rio de Janeiro.

BRAULIO DO NASCIMENTO

4. *Dom Duarte e Donzilha (Conde Niño)*. Sergipe.
5. *D. Maria e D. Arico (Dom Aleixo)*. Rio de Janeiro.
6. *Conde Alberto (Conde Y ano)*. Sergipe. ⁽¹⁶⁾
7. *D. Carlos de Montealbar (Claralinda)*. Sergipe, Pernambuco.
8. *Dona Branca (Dona Lisarda)*. Sergipe.
9. *O casamento malogrado*. Sergipe.
10. *Nau Catarineta*. Sergipe, Rio Grande do Sul.
11. *Iria-a-Fidalga (Santa Iria)*. Rio de Janeiro.
12. *Flor do Dia (D. Bozo)*. Pernambuco.
13. *A Pastorinha (Linda a Pastora)*. Sergipe.
14. *Florioso (A conversada da fonte)*. Sergipe.
15. *O Cego*. Sergipe, Ceará.
16. *Juliana (Juliana e D. Jorge)*. Pernambuco, Ceará.
17. *Flor de Alexandria (Rainha cativa)*. Sergipe, Pernambuco, Ceará.

O critério de coleta de Sílvio Romero foi de fidelidade ao texto, pois também não aprovava o processo de Garrett. Os *Cantos populares* apresentam 17 romances, num total de 23 versões. As lições pernambucanas foram coletadas por Celso de Magalhães: a de *Juliana*, publicada em 1873; as de *D. Carlos de Montealbar*, *Flor do Dia* e *Branca-flor (Rainha cativa)* Sílvio Romero obteve-as de um livro manuscrito de Celso que, lamentavelmente, se extraviou no Rio de Janeiro, quando em poder de Inglês de Sousa para publicação. ⁽¹⁷⁾ A versão rio-grandense-do-sul da *Nau Catarineta* foi recolhida por Carlos de Koseritz. As versões cearenses de *O Cego*, *Juliana* e *Flor de Alexandria* são de Teófilo Braga, que as recebeu de Teixeira Bastos e publicara seis anos antes no *Parnazo portuguez moderno* (Lisboa. 1877, p. 225-232).

Sílvio Romero, na «Advertência» aos *Cantos populares*, refere as fontes subsidiárias: «Dos escritos sobre este assunto de Celso de Magalhães, José de Alencar, Couto de Magalhães, Carlos de Koseritz, Carlos Miller e Teófilo Braga, o coletor joeirou alguns espécimes da nossa poesia popular. Araripe Júnior, Franklin Távora e Macedo Soares enviaram-lhe espontaneamente alguns subsídios. Tudo isto é notado no correr do volume. Aquilo que não foi coligido por nós francamente o declaramos» (p. V). Na edição brasileira dos *Cantos* (2ª edição. 1897), Romero eliminou a indicação dos coletadores, levando assim alguns estudiosos a afirmar que Sílvio recolhera romances no Ceará. ⁽¹⁸⁾

Ainda sobre romances recolhidos no século XIX, merece referência um caderno manuscrito, datado de 1853, de Vassouras, Estado do Rio

UM SÉCULO DE PESQUISAS DO ROMANCEIRO TRADICIONAL NO BRASIL

de Janeiro, dado a conhecer em 1951, no 1º Congresso Brasileiro de Folclore, por Joaquim Ribeiro e Wilson W. Rodrigues. (¹⁹) Apesar de fragmentado — num total de 20 folhas, faltavam 11 —, continha o texto de oito romances:

1. *Historia de D. Duarte (Conde Y ano)*.
2. *D. Carlos ou Historia de D. Guiomar (Donzela guerreira)*.
3. *Historia de D. Silvana (Delgadina)*.
4. *História de D. Bernardo (Bernal Francês)*.
5. *História de D. Marcos (A boda interrompida)*.
6. *Branca Flor e Felisbela (Rainha cativa)*.
7. *História de D. Jorge (Juliana e D. Jorge)*.
8. *Dona Infanta (Os sinais do marido)*.

No estudo comparativo desses romances, os apresentadores transcreveram algumas versões já divulgadas.

Pelo confronto dessas três fontes, verifica-se a expansão do romanceiro tradicional no Brasil, e pode-se imaginar a quantidade de versões desses e de outros romances que resultaria de uma pesquisa intensa no século XIX. De qualquer modo, podemos registrar o conhecimento ou coleta de versões de 26 romances, até os fins do século passado, em 9 estados:

Maranhão	13 romances
Rio de Janeiro	11
Sergipe	9
Pernambuco	4
Ceará	2
Amazonas	1
Bahia	1
Espírito Santo	1
Rio Grande do Sul	1

É evidente que a incidência de maior número de romances no Maranhão, Rio de Janeiro e Sergipe não indica regiões privilegiadas para o florescimento do romanceiro, como veremos ao tratar da coleta no século XX, mas apenas os estudos onde foram feitas pesquisas ou simples registros de romances.

Desse modo, são os seguintes os romances mais conhecidos no século XIX, segundo informações ou coletas:

- *Nau Catarineta*: Maranhão, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Sul.
- *Juliana e D. Jorge*: Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro.
- *Dona Silvana (Conde Y ano)*: Maranhão, Sergipe, Rio de Janeiro.

BRAILLO DO NASCIMENTO

A COLETA NO SÉCULO XX

A pesquisa do romancero entre nós neste século tem-se desenvolvido bastante e revelado, conseqüentemente, não apenas versões arcaicas, mas também romances não mencionados pelos coletadores do século passado. Razão, pois, tinha Menéndez Pidal ao dizer que «dei Brasil debemos esperar hallazgos importantes. El estudio de las áreas geográficas tradicionales nos dice que las áreas periféricas (el Brasil es una de ellas) son más conservadoras que las áreas centrales, y, o esta teoría es falsa, o el Brasil tiene todavía que enriquecer el romancero con valiosos arcaismos». (20) Observa-se realmente que, já na segunda coleta do século XIX, Silvio Romero descobre novos romances; e a descoberta continuou na primeira grande recolta dos princípios deste.

Pereira da Costa, em seu *Folk-lore pernambucano* (21), apresenta versões de 30 romances colhidos em Pernambuco. Inclui os textos de Celso de Magalhães (n^{os} 12, 15, 16 e 17), dos quais só conseguiu versão do n^o 15. Sua coleta pessoal, portanto, compreende 27 romances e supera as pesquisas anteriores, acrescentando 10 romances ainda não recolhidos, nem sequer mencionados.

Para evitar a repetição constante de nomes, indicaremos doravante somente o dos novos romances dados a conhecer nas sucessivas coletâneas, informando o conteúdo de cada uma pela referência ao número dos romances já registrados em Celso de Magalhães (CM), Silvio Romero (SR), etc.

Pereira da Costa reuniu os seguintes romances, alguns em mais de uma versão: Números CM — 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 12, 14, 15, 16 e 17; SR — 1, 4, 8, 11, 13, 14 e 15. Romances novos:

1. *Lisarda*.
2. *Rico Franco*.
3. *Cristão cativo*.
4. *A dolorida*.
5. *D. Felizardo*.
6. *A vida do frade*.
7. *Romance de uma freira (A freira arrependida)*.
8. *Xácara de Nossa Senhora das Dores*.
9. *Xácara de Santo Antônio*.
10. *Xácara de Santa Teresa*.

Depois de Pereira da Costa, muitas versões e novos romances surgiram das pesquisas nos diversos estados. Apesar de ainda reduzido o número de coletâneas publicadas, a exploração tem sido intensa. Num levantamento da atividade desenvolvida entre nós neste setor, feito em

UM SÉCULO DE PESQUISAS DO ROMANCEIRO TRADICIONAL NO BRASIL

1961, Guilherme Santos Neves ⁽²²⁾ arrolou os seguintes coletadores, além dos já mencionados: Rodrigues de Carvalho, Carlos de Koseritz, Lucas Alexandre Boiteux, Guilherme de Melo, Mário de Andrade, Landolfo Gomes, Gustavo Barroso, Amadeu Amaral, Luis da Câmara Cascudo, Hélio Galvão, Renato Almeida, Rossini Tavares de Lima, Théo Brandão, Oneyda Alvarenga, Fausto Teixeira, Osmar Gomes, Mariza Lira, Cecília Meireles, Veríssimo de Melo, Angélica de Resende Garcia, Isabel Serrano, Maria de Lourdes Borges Ribeiro, a que se podem acrescentar Dulce Martins Lamas, Ester Pedreira, Laura Della Monica, Maria Antonieta Campos Tourinho, Jackson da Silva Lima, entre outros.

À mesma época de Pereira da Costa, uma coleta pequena mas importante pela inclusão de solfa e pelas indicações sobre a difusão dos romances, foi publicada por Alexina de Magalhães Pinto. Embora a coletânea apresente nove romances já conhecidos (CM — 5, 9, 10, 12, 15, 16 e SR — 1, 4, 15), apenas quatro (CM — 5, 10, 16 e SR — 15) são de coleta própria em Minas Gerais, alguns parcialmente prosificados; os demais, adaptação de versões de Sílvio Romero, tendo em vista a destinação do livro para crianças. Em nota, Alexina indica os estados em que são conhecidos os romances. ⁽²³⁾

Mais significativa é a recolta de Lucas Alexandre Boiteux, incluída em *Poranduba catarinense*. ⁽²⁴⁾ Reúne dez romances, já conhecidos, num total de 16 versões, colhidas em Santa Catarina: CM — 1, 5 (3 versões), 6, 9, 10, 12, 16; SR — 1, 11 (3 versões), 15.

Em 1959, Rossini Tavares de Lima publicou uma coletânea de 7 romances «Acheegas ao estudo do romanceiro no Brasil» ⁽²⁵⁾ abrangendo São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Alagoas: (CM — 5, 9, 16 e SR — 1, 11, 13, 15). A coleta impressionou pela quantidade de lições de alguns romances: *Juliana* e *D. Jorge* — 22 versões; *Delgadina* — 6; *O Cego* — 6, todos com solfa. Em 1972, Rossini Tavares de Lima reeditou o trabalho, dando-lhe o título de *Romanceiro folclórico do Brasil*, ⁽²⁶⁾ acrescido de novas versões e de alguns romances não incluídos na primeira publicação, todos de coleta própria, com solfa. Entre estes, uma verdadeira preciosidade: o romance de *Blanca Niña*, em duas lições: *Dona Filismina*, recolhida em 1950, e *Senhor Jacinto Pedro*, em 1952, ambas em São Paulo. A primeira, *Dona Filismina*, possui versos quase idênticos aos da lição publicada no *Cancionero de Romances*, de 1550, fl. 288. A coincidência das datas é fato que merece registro especial; é realmente significativo que uma das versões incluídas por Martín Nuncio em seu Livro, quatro séculos depois fosse coletada num país que mal abrisse os olhos para a civilização na época em que os prelos de Zaragoza imprimiam as folhas do *Cancionero*. Acresce ainda ser a primeira vez que se recolhe o romance da *Blanca Niña* em terras brasileiras, ⁽²⁷⁾ o que sempre nos intrigou, pois, além de corrente na tradição portuguesa, é comum nas Américas sob o nome de *La esposa infiel*, segundo comprovam as coletâneas de Auré-

BRAULIO DO NASCIMENTO

lio M. Espinosa (Nuevo Méjico), Julio Vicuña Cifuentes (Chile), Ernesto Mejía Sánchez (Nicarágua) e ainda coletas publicadas na Argentina, Venezuela, Cuba, Porto Rico, México, República Dominicana, etc.

Rossini Tavares de Lima reúne no *Romanceiro folclórico do Brasil* 16 romances peninsulares, num total de 84 versões: CM — 1, 3, 5 (10 versões), 9, 11, 16 (24 versões); SR — 1, 4, 11 (7 versões), 13, 15 (11 versões), e ainda:

1. *Antoninho* (6 versões)
2. *Soldadinho* (*Aparição*)
3. *Dona Filismina* (*Blanca Niña*, 2 versões)
4. *A Peregrina*
5. *Donzela*.

A pesquisa abrange os estados de São Paulo (principalmente), Alagoas, Mato Grosso, Bahia, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais, representando a maior área já explorada por um só pesquisador.

A coletânea mais importante, embora adstrita apenas ao Maranhão, é a de Antônio Lopes: *Presença do romanceiro*, publicada postumamente. ⁽²⁸⁾ Compreende 33 romances, num total de 71 versões, com algumas solfas, abrangendo um período de coleta de 1907 a 1950. Antônio Lopes transcreve somente quatro versões já publicadas: as de Celso de Magalhães, que era seu tio, divulgadas por Silvo Romero e Pereira da Costa (CM — 12, 15, 16 e 17).

Semelhantemente ao que vem fazendo Guilherme Santos Neves no Espírito Santo, ele explorou ao máximo a área maranhense, recolhendo algumas raridades. Entre elas cabe desde logo ressaltar *O Passô de Roncesval* (CM — 13), pertencente ao celo de romances históricos, de transmissão difícil para o Brasil. Celso de Magalhães, que o ouviu na lição garrettiana, afirmou não ser muito conhecido no Maranhão, e lembrava-se apenas de uns poucos versos. A versão colhida por Antônio Lopes, em 1916, apesar das adaptações e atualizações, conserva o núcleo temático da versão do século XVI, incluída no *Cancionero de Romances*, de 1550. Para aferir-se a importância da lição maranhense desse romance de assunto castelhano e ausente da tradição moderna de Castilla, basta lembrar o que diz Menéndez Pidal a seu respeito: «Sorprende, por ejemplo, en el Romancero grande de Leite, la profusión de versiones del romance de la pérdida de *Don Bel*'' *trán*, unas quince, nada menos, todas ellas de Trás-os-Montes, que faltan por completo en la tradición actual de Castilla, pues en toda España solo se conoce ese romance de la batalla de Roscesvalles en Galicia, em Orense, lindando con Trás-os-Montes. Y cosa rara, este

UM SÉCULO DE PESQUISAS DO ROMANCEIRO TRADICIONAL NO BRASIL

romance que tan l mirada difusión tiene en Portugal de hoy, se halla también en el Brasil, donde una versión fragmentaria, recogida en el estado de Maranhão fué publicada en el Prólogo a la vieja colección de Silvio Romero por Teófilo Braga, no recogida después por este en su gran compilación». ⁽²⁹⁾ Essa versão maranhense fragmentada a que se refere Menéndez Pidal é a registrada por Celso de Magalhães, em 1873.

Outra versão rara na coleção é a do *Conde preso*, de que o nosso primeiro coletador não encontrou vestígio no Maranhão e Antônio Lopes foi encontrá-la em pleno sertão maranhense (Pastos Bons), em 1946, sendo a primeira aqui conhecida.

Presença do romanceiro reúne os seguintes romances, alguns parcialmente prosificados: CM — 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17; SR — 1, 4, 5, 8, 11, 13, 14, 15; RTL — 4. Todos os romances referidos ou coletados por Celso de Magalhães e Sílvio Romero, à exceção dos n.ºs CM — 8 e SR — 9. E, ainda, não constantes das coletâneas já examinadas:

1. *A romeirinha.*
2. *Santo Antônio e a Princesa.*
3. *Conde preso.*
4. *Moura encantada.*
5. *Jesus mendigo.*
6. *A devota da ermida.*
7. *D. Duardo* (contaminação) .
8. *Nuno e Rogênia.*

Guilherme Santos Neves, já referido, ainda não reuniu em livro o seu romanceiro, mas já divulgou alguns romances e deu notícia das pesquisas que vem realizando no Espírito Santo desde 1946. ⁽³⁰⁾ Até 1961, elevava-se a 15 o número de romances coletados, em inúmeras versões com solfa: CM — 1, 5, 6, 9, 10, 12, 16 (mais de 50 versões); SR — 1, 15; RTL — 1 (numerosas versões) e mais, não constantes das coleções já estudadas:

1. *Chapim del rei.*
2. *Romance de Margarida.*
3. *Ricardo, soldado jogador.*
4. *Bela Condessa* (ronda infantil).
5. *Senhora Dona Sancha* (ronda infantil).

Em 1969, numa pesquisa realizada na Bahia, sob a direção de José Calazans, publicada em *Folclore geo-histórico da Bahia e seu Recôn-*

BRAULIO DO NASCIMENTO

cavo, ⁽³¹⁾ Maria Antonieta Campos Tourinho, participante da equipe, coletou 12 romances tradicionais, com um total de 19 versões. Todos eles, registrados já no século XIX por Celso de Magalhães e Sílvio Romero, revelam atuação intensa das variantes e alguns apresentam-se prosificados: CM — 1, 2, 3, 6, 10, 12, 14, 15, 16, 17; SR — 4, 15.

A mais recente coletânea, em vias de publicação, é *O romanceiro em Sergipe*, de Jackson da Silva Lima (32), que, semelhantemente a Antônio Lopes e Guilherme Santos Neves, realizou pesquisa intensiva em seu próprio estado. A coleta de Jackson da Silva Lima tem significado especial, pois, realizada no período de 1970-1972, apresenta verdadeiro diagnóstico do estado atual do romanceiro peninsular em nosso país. Acresce que ele recolheu em Sergipe vários romances não obtidos ali por Sílvio Romero, no século XIX. É o caso de *Donzela guerreira* (CM — 1, 2 versões), *Delgadina* (CM — 5, 7 versões), *A moreninha* (CM — 14, 4 versões), *Juliana e D. Jorge* (CM — 16, 18 versões) e *Santo Antônio* (PC — 9, 3 versões).

O romanceiro em Sergipe compreende 19 romances (17 de coleta própria), num total de 103 versões: CM — 1,5 (7 versões), 6, 9, 10 (10 versões), 12 (6 versões), 14, 15, 16 (18 versões), 17; SR — 1, 4 (5 versões), 8 (9 versões), 9, 11, 13, 14, 15 (17 versões); PC — 9 (3 versões). Os romances SR — 9 e 14 (uma versão de cada) foram recolhidos por Sílvio Romero e reproduzidos para confronto.

Cabe mencionar, ainda, outros pesquisadores que têm dado contribuição relevante para o levantamento do romanceiro peninsular no Brasil, através de publicação avulsa em jornais, revistas e obras de folclore: Rodrigues de Carvalho, ⁽³³⁾ versões da Paraíba do Norte (CM — 5, 15; GSN — 3); Luis da Câmara Cascudo, ⁽³⁴⁾ versões do Rio Grande do Norte (CM — 5, 9, 10; SR — 4, 15; GSN — 1, 4); Hélio Galvão, versões do Rio Grande do Norte (CM — 5, 6, 10, 12, 16; SR — 1, 5, 15; PC — 8); Théó Brandão, ⁽³⁵⁾ versões de Alagoas (CM — 5, 9, 12, 15; SR — 15; GSN — 1,3); Hildegardes Viana, ⁽³⁶⁾ versões da Bahia (CM — 1, 6, 9, 10, 16, 17; SR — 1, 8); Oneyda Alvarenga, versões da Paraíba do Norte (CM — 9; SR — 1; GSN — 4, 5) e outros.

Vê-se por aí o volumoso Romanceiro que se poderia organizar com a reunião de todas as versões coletadas (divulgadas ou não), e também a impossibilidade de um registro pormenorizado neste rápido panorama sobre a coleta de romances.

UM SÉCULO DE PESQUISAS

Ao final deste balanço da pesquisa do romanceiro tradicional no Brasil, realizada no período de um século, podemos alinhar alguns

UM SÉCULO DE PESQUISAS DO ROMANCEIRO TRADICIONAL NO BRASIL

números que indicarão a imensa penetração e enraizamento dos velhos romances em terras brasileiras. O exame dos textos nos revela grande fidelidade à primitiva estrutura temática que a memória popular manteve, não obstante a ação contínua das variantes sobre a estrutura verbal, através de um processo intenso de adaptação e atualização, que constitui, em última análise, a condição mesma de sobrevivência da poesia tradicional.

No estudo das pesquisas realizadas no século XIX, verificamos o registro de 26 romances, em 9 estados. As coletas deste século demonstram a enorme difusão do romanceiro, tanto em número de romances encontrados como aumento da área de expansão. Assim é que registramos hoje 54 romances, **com** centenas de versões, distribuídos por 20 estados, por onde se vê que à medida que aumentou o número de estados pesquisados, elevou-se o número de romances conhecidos.

Nem todos os romances, porém, foram encontrados em grande número de estados. Muitos deles, em mais de uma versão, foram recolhidos em apenas um estado, como *Blanca Niña*, *Passo de Roncesval*, *Florioso*, *Cristão cativo*. *Rico Franco*, etc. Outros, entretanto, à medida que se estendem as pesquisas surgem em outros estados, como *Juliana e D. Jorge*. *Nau Catarineta*, *O Cego*, *D. Silvana (Conde Y ano)*.

Distribuir os romances segundo os estados em que foram coletados, com o respectivo número de versões, seria informação, a nosso ver, do maior interesse, mas alongaria demasiadamente este panorama. Assim, daremos apenas a relação dos romances escolhidos, na ordem em que foram surgindo nas coletâneas examinadas, destacando finalmente os quatro mais difundidos com a localização:

Donzela guerreira, *Gerinaldo*, *A boda interrompida*, *A infanta de França*, *Delgadina*, *Bernal Francês*, *Helena*, *Casamento e mortalha*. *Nau Catarineta*, *Conde Alberto (Conde Yano)*, *Conde de Alemanha*, *Dom Carlos de Montealbar*, *Passo de Roncesval*, *Frei João*, *Branca-flor (Rainha Cativa)*, *Juliana e D. Jorge*, *Flor do Dia (D. Bozo)*, *Os sinais do marido*, *Conde Niño*, *Dom Aleixo*, *Dona Branca (Dona Lisarda)*, *O casamento malogrado*, *Santa Iria*, *A Pastorinha (Linda a Pastora)*, *Florioso (A conversada da fonte)*, *O Cego*, *Lizarda*, *Rico Franco*, *Cristão cativo*, *A dolorida*, *D. Felizardo*, *A vida do [rade*, *A [reira arrependida*, *Nossa Senhora das Dores*, *Santo Antônio*, *Santa Teresa*, *Antonmho*, *Aparição*, *Blanca Niña*, *A Peregrina*, *Donzela*, *A romeirinha*, *Santo Antônio e a Princesa*, *Conde preso*. *Moura encantada*, *Jesus mendigo*, *A devota da ermida*, *D. Duardo*, *Nino e Rogênia*, *Chapim del rei*. *Margarida*, *Ricardo*, *soldado jogador*. *Bela Condessa e Senhora Dona Sancha*.

Os mais divulgados:

— *Juliana e D. Jorge* (15 estados): Alagoas, Bahia, Cealá, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Ge-

BRAULIO DO NASCIMENTO

rais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

— *Nau Catarineta* (14 estados): Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba do Norte, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

— *O Cego* (13 estados): Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Guanabara, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

— *Dona Silvana (Conde Yano)*, 11 estados): Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

Evidentemente, a publicação dos arquivos particulares e uma pesquisa bibliográfica mais aprofundada modificariam este panorama; entretanto, é provável que mantivesse, em linhas gerais, as conclusões apresentadas, reafirmando a primazia dos romances de *Juliana* e *D. Jorge*, *Nau Catarineta*, *O Cego*, e *Dona Silvana* na sensibilidade popular brasileira.

NOTAS

(1) Os artigos de Celso de Magalhães despertaram grande interesse na época. Iniciada a série em *O Trabalho*, nº 1, a 15 de abril de 1873, já a 4 de maio do mesmo ano era reproduzida no semanário maranhense *O Domingo*, nº 16, seguindo-se paralelamente a publicação em ambos, neste até o nº 33, de 31 de agosto, continuando em *O Trabalho*, até o nº 11 de 20 de setembro de 1873. Em 1879, Sílvio Romero, em seus ensaios sobre «A poesia popular no Brasil», na *Revista Brasileira* (Rio de Janeiro, tomos I-VII, 1879-1881), transcreve grande parte dos artigos de Celso. Mais tarde, Sílvio Romero reuniu aqueles ensaios em *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (Rio de Janeiro, Tip. Laemmert, 1888), ampliando a área de divulgação das pesquisas do escritor maranhense. Em 1966, sob o patrocínio do Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, Domingos Vieira Filho reuniu os artigos em livro; Celso da Cunha Magalhães, *A poesia popular brasileira*. Maranhão, 1966, 95 p. Em comemoração ao centenário de sua publicação, a Biblioteca Nacional vem de reeditar os artigos de Celso de Magalhães: *A poesia popular brasileira*. Introdução e notas de Bráulio do Nascimento. Rio de Janeiro, 1973, 112 p. Incluímos três romances — *D. Carlos de Montealbar*, *Flor do Dia* e *Branca-Ílor* — coletados por Celso e divulgados por Sílvio Romero. As citações referem-se a esta edição.

(2) Entre nós, continua em plena vigência essa conceituação. Nos *Canfós populares do Brasil* (Lisboa, 1883, 2 v.), Sílvio Romero reuniu não apenas os cantos propriamente ditos, mas também reisados, bailes pastoris, cheganças, marujadas, orações e parlendas. Luis da Câmara Cascudo, em sua obra fundamental sobre o assunto, *Literatura oral* (Rio de Janeiro, Liv. José Olímpio, 1952), afirma: «Todos os autor populares, danças dramáticas, as jornadas dos pastoris, as louvações das lapinhas, cheganças, bumba-meu-boi, fandango, congos, o mundo sonoro e policolor dos reisados, aglutinando saldo de outras representações apagadas na memória cole-

UM SÉCULO DE PESQUISAS DO ROMANCEIRO TRADICIONAL NO BRASIL

tiva, resistindo numa figura, num verso, num desenho coreográfico, são os elementos vivos da literatura oral» (p. 19-20). Guilherme Santos Neves, igualmente, em *Normas para pesquisa de literatura oral* (Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1969), inclui instruções sobre a parte bailada, apresentando as convenções para representação das figuras, coreografia, instrumentos musicais e complementos como estandartes, bandeiras, trono, etc. Edison Carneiro, em *Pesquisa de folclore* (Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Folclore, 1955), entretanto, propõe uma conceituação mais restritiva, reinterpretando o pensamento de Paul Sébillot, fixado numa definição geral: «La littérature orale comprend ce qui, pour le peuple qui ne lit pas, remplace les productions littéraires» (*Le folklore*, Paris, 1913, p. 0). Diz Edison Carneiro, em sua classificação dos fatos folclóricos: A literatura oral «compreende a poesia, as canções, as lendas e os mitos, as estórias, as adivinhas, os provérbios, a literatura de cordel e outros elementos de transmissão oral e envolve as rondas, os jogos, as parlendas e em geral o folclore infantil» (p. 11). Renato Almeida, do mesmo modo, em seu *Manual de coleta folclórica* (Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1965), define: «É a literatura da gente primitiva e do povo. São formas poéticas, narrativas, provérbios, frases feitas, adivinhas, trava-línguas, anedotas, etc, cuja divulgação não se faz por forma escrita ou impressa, mas se passa de boca em boca e se conserva de memória» (p. 155). E arrola sob a rubrica de literatura oral: contos; paremiologia; poesia; romances; desafios; cantos infantis; mito e lenda; réplicas; eufemismos; apodos t xingamentos; mímica; o teatro de fantoches.

(3) Foi bastante censurado o processo de Almeida Garrett. Mais de um século após a publicação do *Romanceiro*, ainda Menéndez Pidal o reprovava por falar «con repugnancia de las versiones bárbaras que hubo de estudiar», acrescentando: «por otra parte, es preciso asentar que no todas las versiones modernas son malas, ni mucho menos. No son tan detestables como Almeida Garrett decia, para así valorizar mejor su personal obra» (*Romancero hispánico*, Madri, 1953, v. II, p. 404-405).

(4) Numa série de artigos publicados em *O Globo*, Rio de Janeiro, dezembro de 1874, já reunidos em livro: José de Alencar, *O nosso cancioneiro*. Cartas ao Sr. Joaquim Serra. Introdução e notas de Manuel Esteves e M. Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1962.

(5) *Creación poética en el romancero tradicionat*. Madri, 1968, p. 8.

(6) José Veríssimo coletou entre índios Maué, em plena selva amazônica, uma versão da *Nau Catarineta*, com versos inteiramente iguais às lições portuguesas. A maloca onde Veríssimo colheu o romance, entre 1877 e 1885, situava-se na margem esquerda do Rio Uariaú, afluente do Andirá. Praticamente desconhecida até pouco tempo, pois figurava num livro rarissimo daquele escritor, (*Estudos brasileiros*, Pará, Ed. Tavares Cardoso, 1889), foi divulgada por Vicente Sales num ensaio sobre «José Verissimo e o folclore» (*Revista Brasileira de Folclore*, Rio de Janeiro, nº 29, p. 85-102, jan.-abr. 1971).

(7) Carolina Michaëlis de Vasconcelos afirmou: «Os textos suplementares de Portugal são contribuições de grande valor, pois constituem mais de uma vez o laço, procurado debalde, entre diversas redações do mesmo romance, e demonstram freqüentemente *ad oculos* como é que a gente-povo deteriora e vulgariza verdadeiras obras de arte, sempre que não haja circunstâncias peculiares que as preservem do estrago». E em nota acrescenta: «Entre os romances judeus e os da América do Sul há também bastantes que estão viciados» (*Romances velhos em Portugal*, 2ª ed., Coimbra, 1934, p. 4). É um ponto de vista do principio do século, pois os estudos foram inicialmente publicados na revista *Cultura Española*, Madri, 1907-1909; mas causa espanto que ainda em nossos dias, editores de romances conservem as mesmas idéias, como C. Colin Smith (*Spanish ballads*, Oxford, 1964), ao afirmar que «the modem oral versions are almost always inferior as poetry to those recorded

BRAULIO DO NASCIMENTO

in the 16th century (Apud S. G. Armistead e J. H. Silverman, in *Hispanic Review*, vol. 37, Nº 2, p. 408, abril 1969).

(8) Por exemplo, uma versão do *Bernal Francês*, coletada possivelmente na Bahia e divulgada por Guilherme Pereira de Melo (*A música no Brasil*, Bahia, 1908, p. 116-120), apresenta melodia que «é leve variante da que se canta na província do Minho, em Portugal», segundo observou Oneyda Alvarenga (*Música popular brasileira*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1950, p. 264).

(9) «Aliás, frisa Oneyda Alvarenga, as cheganças parecem ser mesmo os redutos em que de preferência se refugiaram fragmentos de vários romances que perderam sua funcionalidade como canção» (op. cit., p. 264). Num texto de chegança de marujos coletado no Recife, por volta de 1946, encontrou-se largo trecho do romance da *Donzela guerreira*.

(10) Celso de Magalhães informara num de seus artigos: «Em geral, os romances são cantados na parte dramática e, nas transições, o cantor pára, explica em prosa o que falta, comentando muitas vezes por sua conta, introduzindo anacronismos e tudo quanto o meio em que vive lhe desperta» (p. 48).

(11) *Flor nueva de romances viejos*. 14ª ed., Buenos Aires, 1963, p. 18.

(12) In Silvio Romero, *Cantos populares do Brazil*, v. II, p. 196, nota.

(13) *Romances velhos em Portugal*, 2ª ed., Coimbra, 1934.

(14) *Romanceiro portuguez*, Lisboa, 1886.

(15) Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1883, 2 vol., com introdução e notas de Teófilo Braga. Por motivo de divergências com Teófilo em relação ao texto, publicado sob seus cuidados, Silvio Romero excluiu na 2ª edição (Rio de Janeiro, Liv. Clássica de Alves & Cia., 1897) a introdução e notas, reduzindo a um volume. uma edição anotada por Luis da Câmara Cascudo foi publicada no Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1954, 2 vol.

(16) Silvio Romero observa em nota (*Cantos populares*, 1883, vol. I, p. 11): «Outros dizem *Conde Olário*, o que indica o conhecimento de pelo menos outra versão.

(17) Sobre o fato, informa Antônio Lopes: «Havendo obtido por escrito três romances, não lhes divulgou, todavia, o texto integral. Aguardava, sem dúvida, publicação definitiva dos seus estudos acerca da poesia popular no Brasil, os quais pretendia ampliar e de fato ampliou, remetendo-os ao seu amigo Inglês de Sousa, que estava então residindo em Santos e prometera fazê-los sair a lume no Sul. Por lá se extraviaram. Celso, que faleceu em 1879, passara-os a limpo em outubro do ano anterior, levando-os ao correio no dia 9 do mesmo mês, como consta do seu livro de apontamentos diários desse último ano. Em 1904, Inglês de Sousa informou ao Dr. Manuel Lopes da Cunha, irmão de Celso e pai do autor destas páginas, que o manuscrito se perdera no Rio de Janeiro, durante mudanças de residência do homem de letras e jurisperito paraense» (*Presença do romanceiro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 2). E adiante: «Ela [a versão de Flor do Dia] e outras faziam parte do estudo completo da poesia popular brasileira remetido por Celso a Inglês de Sousa. Sabemo-lo porque no-lo declarou Silvio Romero, no Rio de Janeiro, acrescentando que compulsara o manuscrito do seu discípulo e amigo, quando em poder do romancista e jurisperito paraense» (p. 218).

(18) Fausto Teixeira ao transcrever ere seu estudo «Um romance popular em Minas», a versão cearense de *Juliana e 'D. Jorge*, afirma ter sido «colhida pelo próprio Silvio Romero» (Documento nº 110, de 15-6-1949, da Comissão Nacional de Folclore, p. 4), e também Luis da Câmara Cascudo, a propósito do mesmo romance (*Literatura oral*, p. 219, nota).

UM SÉCULO DE PESQUISAS DO ROMANCEIRO TRADICIONAL NO BRASIL

(19) O caderno manuscrito, pertencente ao historiador Inácio Raposo, trazia o título «Colleção de poesias onde em forma de romances se dá notícia de muytos successos memoráveis que a tradição conservou nesta Província, disposta e compilada por hum Brasileiro». In *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Folclore*, 1951. Rio de Janeiro, 1953, v. II p. 22-111.

(20) «A propósito dei *Romanceiro português* de J. Leite de Vasconcelos». Comunicação apresentada ao III Colóquio luso-brasileiro de Estudos Luso-Brasileiros (Lisboa, setembro de 1957). In Leite de Vasconcelos, *Romanceiro português*. Coimbra, 1958, v. I, p. XX-XXI.

(21) F. A. Pereira da Costa, *Folk-lore pernambucano*. Rio de Janeiro, Liv. J. Leite, 1908. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 70, parte 2, p. 1-641, 1907.

(22) «Presença do romanceiro peninsular na tradição oral do Brasil», in *Revista Brasileira de Folclore*, Nº 1, p. 44-62, set.-dez. 1961.

(23) *Contribuição do folk-lore brasileiro para a Biblioteca Infantil*, Rio de Janeiro, J. Ribeiro dos Santos, 1907.

(24) Florianópolis, Comissão Catarinense de Folclore, 1957. Publicada inicialmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 184, jul.-set 1944.

(25) «Acheegas ao estudo do romanceiro do Brasil», in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, nº 162, p. 5-50, jan.-mar. 1959.

(26) São Paulo, Irmãos Vitale, 1971.

(27) Vale a pena a transcrição de Dona Filismina (p. 83-84):

Estava Dona Filismina sentadinha no balcão,
estava se penteando com pentes de ouro na mão.
Passou ali um Soldadinho e logo roxou-lhe as mãos.
— Se queres alguma coisa tens agora ocasião,
meu marido foi à caça lá pra terras do Aragão.
Estavam nessa conversinha e o marido a chegar.
— Que tu tens, ó Filismina, que estás mudada de cor?
De quem é aquele cavalo que está bem aparelhado?
— É do meu mano mais moço, que veio para soldado.
— De quem é este punhal, que esta em cima do balcão?
— Pegue nele, ó Manuel, espeta-me o coração.
— Não te mato, ó Filismina, vai pra mãe que te criou,
pois que ela saiba bem a besta que me entregou.

(28) *Presença do romanceiro*. Versões maranhenses. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. Organizado por Braulio do Nascimento.

(29) In Leite de Vasconcelos, *Romanceiro português*, v. I, p. XIII.

(30) O acervo de Guilherme Santos Neves abrange centenas de versões de romances, alguns dos quais já mereceram estudos específicos. Em 1963, enviou-nos 22 versões de *Juliana* e *D. Jorge*, das numerosas recolhidas em vários pontos do Espírito Santo, para o nosso ensaio «Processos de variação do romance» (*Revista Brasileira de Folclore*, Nº 8/10, p. 59-126, jan.-dez. 1964). Parte de seu arquivo foi divulgado em *Nau Catarineta* (Versões capixabas). Vitória, 1949; 2ª ed., 1969; *Cantigas de roda*, 1ª série. Vitória, 1948. *Alto está e alto mora...* Vitória, 1954; e no artigo citado da *Revista Brasileira de Folclore*, nº 1, p. 49-59, e em publicações avulsas.

BRAULIO DO NASCIMENTO

(31) José Calazans Brandão da Silva, Júlio Santana Braga e Maria Antonieta Campos Tourinho, *Folclore geo-histórico da Bahia e seu Recôncavo*, Rio de Janeiro, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1972.

(32) Obteve o Prêmio Sílvia Romero, de 1972, da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Além dos romances peninsulares, Jackson da Silva Lima inclui no volume romances de vaqueiros e numerosos outros romances populares, alguns parcialmente prosificados.

(33) *Cancioneiro do Norte*, 2ª ed. aumentada. Paraíba do Norte, 1928; 3ª ed. Introdução de Manuel Diégues Júnior. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1967. Edição comemorativa do centenário de nascimento do autor.

(34) *Vaqueiros e cantadores*. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1939; *Literatura oral*. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1952.

(35) *Folclore de Alagoas*, Maceió, Casa Ramalho, 1949.

(36) «A mulher vestida de homem», in *Revista Brasileira de Folclore*, Nº 6, p. 177-193, mai-ago. 1963.

Cinqüentenário de Alceu Wamosy

IRMÃO JOSÉ OTÃO

1

A 13 de setembro de 1923, em Livramento, morreu o jovem poeta gaúcho cujo cinqüentenário é agora recordado.

O estado sulino estava tomado pelo movimento revolucionário que dividiu os gaúchos. Borgistas e assististas se digladiavam, conhecidos como chimangos e maragatos. Alceu Wamosy se alistara voluntariamente no grupo do Governo tendo ocupado desde logo o posto de alferes-secretário, posto que lhe fora reservado pelas suas qualidades literárias. Antes de se engajar no movimento da revolução dirigia o jornal «O Republicano», de Livramento, jornal situacionista.

2

Nasceu Alceu Wamosy em Uruguaiana, a H de fevereiro de 1895, filho de José Afonso Wamosy promotor público e jornalista e de Maria de Freitas Wamosy.

Interessante notar que o pai, por vinculações de admiração literária, solicitou e obteve que o escritor Guerra Junqueiro o acolhesse como afilhado, por procuração.

A infância de Alceu se passou tranqüilamente em sua cidade natal, nada tendo sido registrado de particular.

IRMÃO JOSÉ OTÃO

Freqüentou a escola primária como outra criança em condições comuns, caracterizando-se pelas distrações, pelos sonhos, pelos devaneios, que mostravam a presença de uma imaginação ardente, cedo revelada em magníficas composições poéticas.

3

Foi, sem dúvida, o trabalho jornalístico do pai que despertou desde cedo a vocação literária de Alceu. De fato, já em 1903 José Afonso Wamosy está na direção de «O Povo» e, em 1907, na direção de outro jornal, «O Democrata».

Transferida a família para Alegrete em 1909, José Afonso Wamosy fundou um novo jornal «A Cidade», que dirigiu durante algum tempo entregando-o depois, em 1911, ao jovem Alceu.

Foi nessa cidade que, em 1913, publicou «Flâmulas», plaqueta de estréia, com vinte sonetos.

No ano seguinte, vem à lume a segunda obra de Alceu, «Na Terra Virgem», na qual figura uma empolgante dedicatória a Cruz e Souza «o mais extraordinário temperamento estético da poesia finissecular, na América», definidora, sem dúvida, da profunda influência dele recebida.

Foi ainda nesse ano de 1914, que Alceu publicou sua obra-prima, o soneto «Duas Almas», que deu margem a um estranho plágio literário.

No ano seguinte, contando vinte anos, Alceu deixou Alegrete e se transferiu para Porto Alegre aonde passou a trabalhar no «O Diário» e na «A Federação». Foi companheiro de Dionélio Machado, Celestino Prunes e de Souza Junior.

Após três anos de lutas na capital, talvez levado pelo temperamento instável e feroso, transfere-se novamente e passa a residir em Livramento assumindo, ali, a direção de «O Republicano».

O movimento revolucionário que ensangüentou o Sul do País em 1923 veio encontrá-lo na direção desse jornal, atraindo-o desde logo para o campo da luta no setor governista.

Alceu Wamosy participou de vários combates como o de Santa Maria, Chica e o da Ponte do Ibirapuitã. Foi, todavia, no combate de Ponche Verde, perto de Dom Pedrito, a 3 de setembro, durante um violento entrevero, que Alceu foi atingido por uma bala.

Recolhido pelos companheiros foi levado a Livramento aonde sobreviveu dez dias.

Antevendo a morte escreveu versos que caracterizam gênios:

«Se eu tiver que morrer, assim, tão moço ainda,
Quero morrer, Senhor, na hora de um sol posto,
Serenamente, à luz do dia que se finda.

CINQUENTENÁRIO DE ALCEU WAMOSY

Quero ter no estertor supremo da agonia
O ultimo adeus do sol a me beijar o rosto
E a minha alma a beber o último adeus do dia».

(Soneto — *Presságio mau.*)

Foi ali, diz Mansueto Bernardi, um dos seus mais completos biógrafos que «nos instantes derradeiros, já suspenso entre a vida e a morte, podendo-se dizer com igual propriedade, já suspenso entre o amor e a morte, pois sua vida foi tôda amor, já suspenso entre o amor e a morte, contraiu esponsais com a senhorinha Maria Antonieta Belaguarda, sua noiva, e, como sua mãe, também Maria, incansável e amorosa enfermeira».

Foi ali que a 13 de setembro veio a falecer como antevira em verso composto no acampamento: («Idealizando a Morte», Soneto)

«Morrer ouvindo a voz de minha mãe e a tua
Rezando a mesma prece ao pé do mesmo santo
Vós ambas tendo o olhar estrelado de pranto
E no rosto e nas mãos palidezes da lua.»

4

Alceu Wamosy morreu aos 28 anos, tendo deixado inédita a obra «Coroa de Sonho», editada dois anos depois por Mansueto Bernardi, em volume denominado «Poesias» de Wamosy, incluindo num só volume «Flâmulas», «Na Terra Virgem» e «Coroa de Sonho».

Em sua obra «Em torno de Alceu Wamosy, vida e obra, documentário» publicado em 1963, diz Enedy Rodrigues Till:

«Wamosy não foi, como se sabe, um poeta épico; mas foi, singularmente, um mavioso lírico que tombou como um bravo em meio da epopéia. Sua alma, delicada e ardente, gerou cantos universais e eternos; sua consciência de cidadão, porém, o levou às raias do heroísmo como homem, e como soldado. A «Romagem do sonho e da alegria», que imaginara, haveria de culminar com uma das páginas mais belas e mais humanas da história política e literária do Rio Grande do Sul.

«Misto de lutador, de apóstolo e de artista», há de representar sempre um verdadeiro símbolo da gente gaúcha, tradicionalmente havida como guerreira, mas que é, no fundo, ao que se salienta, essencialmente lírica», (pag. 19)

São ainda do mesmo autor as palavras que seguem: «João Pinto da Silva, em sua História Literária do Rio Grande do Sul (1924), fez encomiástica referência a Wamosy, ao analisar «Coroa de Sonho», então inédita, «cujas páginas, de fino e discreto lirismo, exibem, em plena maturidade, as altas qualidades do poeta, que em seu livro de estréia, livro de adolescência, insofismavelmente, se anunciavam».

IRMÃO JOSÉ OTÃO

Guilhermino César em sua recente «História da Literatura do Rio Grande do Sub (1º volume) aponta-o como um dos nomes mais representativos da escola simbolista, assim como também o fizeram, ao estudarem o simbolismo brasileiro, Andrade Muricy e Fernando Góes» (pag. 21).

Bastam algumas amostras para poder apreciar o valor do poeta. Assim, o soneto «Por que?», de «Na Terra Virgem»:

Si tu és tão bom, Senhor — si o teu poder é tanto,
Que terra e mar e céus, tudo tu tens na mão;
Si os que vivem sofrendo, achar consolo vão,
Nas dobras imortais do teu paterno manto;

Si não és, simplesmente, a simples ilusão
Dos que os olhos já tem, secos de chorar tanto;
Si apagas tôda a dor e enxugas todo o pranto
Que a desdita acumula em nosso coração;

Si és o supremo bem; si és o gozo supremo
Daqueles a quem punge um mal negro e profunda -
E a quem abate e prostra um sofrimento extremo;

Dize porque é, Senhor! Dizc, Senhor, porque é
Que ainda andam a gemer, nas solldões do mundo,
Bocas que não têm pão — almas que não têm fé!?

Mas, a obra-prima de Wamosy é, sem dúvida, o soneto «Duas Almas», publicado, depois, em «Coroa de Sonho».

Eis como Mansueto Bernardi relata o aparecimento do célebre soneto bem como o doloroso fato de lamentável plágio.

«Foi entre outubro e novembro de 1914, que compôs aquele seu magnífico soneto intitulado «Duas Almas», posto em música pelo maestro J. Octaviano Gonçalves, e hoje tão célebre em todo o Brasil, como o «Ouvir Estrelas», de Bilac, a «Cegonha», de Aníbal Teófilo ou as «Pombas», de Raimundo Corrêa.

DUAS ALMAS

Ó tu, que vens de longe, ó tu que vens cansada,
entra, e, sob este teto encontrarás carinho:
Eu nunca fui amado, e vivo tão sozinho,
vives sozinha sempre, e nunca foste amada...

A neve anda a branquear, lividamente, a estrada,
e a minha alcova tem a tepidez de um ninho.
Entra, ao menos até que as curvas do caminho
se banhem no esplendor nascente da alvorada.

CINQUENTENÁRIO DE ALCEU WAMOSY

E amanhã, quando a luz do sol dourar, radiosa,
essa estrada sem fim, deserta, imensa e nua,
podes partir de novo, ó nômade formosa!

Já não serei tão só, nem irás tão sozinha:
Há de ficar comigo uma saudade tua...
Hás de levar contigo uma saudade minha...

Tem uma história interessante esse pequeno e delicioso poema de quatorze versos.

Publicado pela primeira vez na revista «Fon-Fon», do Rio de Janeiro, em seu número de natal de 1914, foi reproduzido, com ligeiras alterações, pelo «Jornal de Notícias», da Bahia, em 5 de janeiro do ano seguinte, com a assinatura de Evaristo de Paula e acompanhamento da seguinte nota:

«É de Evaristo de Paula, um padre brasileiro, quase obscuro, o magnífico soneto acima, primor em idéia e em forma e já hoje um dos melhores que conhecemos em nossa língua. Foi feito em poucos minutos, no fulgurante salão de Coelho Neco, no Rio de Janeiro, na noite de 25 de abril deste ano, às 23,30 horas e depois recitado ali por seu autor.

História de um passado morto, dessa produção de ouro foi adquirida a custo uma cópia, pelo nosso conterrâneo e jovem literato Altamirando Requião, por intermédio de um intelectual carioca, que a cedeu especialmente para o «Jornal de Notícias».

Descoberto e logo denunciado em público o plágio iniludível, soou em torno das «Duas Almas» um vasto rumor de admiração e de escândalo. Todas as atenções se voltaram para essa rara composição poética, aliciante e macia de carinho, sonora de sentimento, orvalhada de saudade e já hoje parte integrante do patrimônio artístico nacional».

Não podem estas breves notas sobre Wamosy deixar de registrar o entusiasmo e a admiração que votou a Cruz e Souza.

A ele dedicou a obra «Na Terra Virgem», com palavras repassadas de louvor, bem como outras composições.

Consoante os críticos, e entre eles, Agripino Grieco, apesar da admiração de Wamosy por Cruz e Souza pouca influência recebeu ele do Cisne Negro.

Assim também pensa o poeta Waldemar de Vasconcelos:

«Em Coroa de Sonho, que é o seu terceiro e grande livro **nem** sombra de Cruz e Souza paira sobre estas páginas, algumas delas dignas da mais exigente antologia».

IRMÃO JOSÉ OTÃO

É notável todavia, o fervor de Wamosy pelo seu ídolo, extravasado no grande poema que lhe dedicou, publicando-o em «Fon-Fon», Rio de Janeiro, a 5 de janeiro de 1915;

CRUZ E SOUZA

Negro sublime! Glória de uma Raça
Peregrino rapsodo dos «Faróis»!
Pelo teu verso cintilante, passa
uma esquisita luz de estranhos sóis!

Se o teu peã hierático levantas,
Para a beleza celebrar, solene,
A lira de ouro em que teus versos cantas,
É a mesma lira em que cantou Verlaine!

Sacerdote genial da Liturgia
Do grande Sonho, límpido e legítimo!
Rouxinol dos países da Harmonia!
Feiticeiro do Som! Mago do Ritmo!

Quando a cascata de tuas rimas desce,
Numa divina radiação de flama,
O firmamento todo se estremece,
E um chuva de estrelas se derrama!

(Em um volume de «Broquéis»).

Várias edições mereceu a obra poética de Alceu de Freitas Wamosy. Em 1950, Livramento, na Praça General Osório, levanta uma herma ao insigne poeta, com um epitáfio de Eduardo Guimarães, que revela bem a esperança desfeita de grande poeta cedo roubado à vida:

«Sobre a triste angústia suprema,
gélida, a lápide tombou.
Página em branco do Poema,
que a tua mão não terminou.
Mas, sê tranqüilo: entre os labores
que Amor na pedra eternizou,
não murcharão jamais as flores
do sonho que te coroou.»

Uruguaiana embora mais tarde, em 1962, tambera homenageou seu ilustre filho com um busto na Praça Rio Branco. É em Uruguaiana que se encontram seus restos mortais.

Um estudo bastante completo da vida e obra de Alceu Wamosy foi publicado em 1963 por E. Rodrigues Till.

É de esperar que, ao ensejo do cinquentenário da morte, outros estudos apareçam enaltecendo a figura do grande e inesquecível poeta.

É patrono da cadeira n.º 40 da Academia Sul-Riograndense de Letras.

CINQUENTENÁRIO DE ALCEU WAMOSY

BIBLIOGRAFIA

1. WAMOSY, Alceu — *Na Terra Virgem*. Porto Alegre, 1964.
2. WAMOSY, Alceu — *Poesias; obras completas*. Prefácio de Mansueto Bernardi. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1925.
3. TILL, E. Rodrigues — *Alceu Wamosy, vida e obra*. Porto Alegre, 1963.
4. CESAR, Guilhermino — *Historia da Literatura Rio Grandense*. I^o volume.
5. VASCONCELLOS, Waldemar, — *Alceu Wamosy*. Rio de Janeiro, 1940.
6. BRASILIANO, Rubio — *A Poética de Alceu Wamosy*. Erechim, RS, 1950.
7. «Alceu Wamosy, poeta-soldado». *Ini Diário de Notícias*, Porto Alegre, 2 set. 1973, 3. cad.: 6.
8. MURICY, Andrade — *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro*. 2. ed. |Rio de Janeiro| Instituto Nacional do Livro, 1973. 2 vols.

Ciências Humanas

Reminiscências de um Professor

DJACIR MENEZES

NEM sei precisamente por onde começar estas reminiscências de professor, porque principiei a ensinar antes de terminar o curso do Liceu. Devo confessar que não conseguira aprender o suficiente para considerar-me habilitado ao exercício docente, mas era bem maior a insuficiência dos meus alunos.

Foi aí pelas alturas do terceiro ano do «curso de humanidades», como ainda se chamava pela década de 20, já com meus três anos bem puxados no latim do padre Quinderé (que era também meu padrinho), que me ensaiei no ensino, ajudando primeiranistas nas traduções de Cornelio Neposes, *sub tegmine mongubariarum* — à sombra das mongubeiras que povoavam a praça dos Voluntários. Ali fazíamos as lições, as algazarras e as greves. Ainda não se falava em equipes de estudo mas nós praticávamos o método: roíamos, com certo rancor, os versos de Virgílio, a prosa enxuta de Cesar ou a oratória derramada de Cícero. E havia ainda, nas estradas do vernáculo, Camões, que durante muito tempo foi nosso inimigo pessoal.

Se me refiro particularmente ao latim é porque teve para mim significação especial, antes de embrenhar-me na história e na filosofia. O vulto amável do padre Quinderé vinha de longe, como vou relatar.

Contava meu Pai que a comitiva de batizado do incerto cristão que escreve estas bem traçadas linhas, em Maranguape, ao penetrar no templo, deparou Monsenhor Salazar, que indagou o nome do catecùmeno — e encrespou-se: «Djacir?! que nome é esse?» — O Velho explicou-lhe

DJACIR MENEZES

que era formado de Jaci, antepondo o D e rimando com Moacir, que fora o nome do primeiro filho.

O sacerdote, que suspeitava do Velho, fundador da loja maçônica local, declarou, definitivo, que só batizaria juntando antes outro prenome da igreja. Recusa entusiástica. O monsenhor explodiu e retirou-se — quando se aproximou o padre Quinderé, recentemente ordenado, amigo dos meus Pais. com o espírito jovial, que foi o apanágio luminoso de toda sua vida, concordou: «Eu batizo. Pensei que V. ia por no menino o nome de Nero.» Ao ouvir certa vez o Velho contando o episódio, o jornalista Matos Ibiapina, que liderava então uma renhida luta contra o arcebispado a propósito de terrenos de marinha (matéria que nada tinha de religiosa, regulada pelo código civil e não pelo canônico como citava a sentença que excomungou o jornal), observou gravemente: «O Djacir começou a implicar com a igreja muito cedo».

Pois seria o padre Quinderé a vigilância perene do meu aprendizado de latim, informando em casa de meus progressos e descaídas. De modo que poderia descuidar qualquer outra matéria — mas a tradução do livro VIII da *Eneida* ou o acusativo com infinito passando a construção pessoal na voz ativa, isso era pecado exigindo punição.

Mencionei o livro VIII e não foi por mero acaso. Nele passamos longo, interminável ano, ralando o espírito nas arestas gramaticais, remexendo o Dicionário de Saraiva, no esforço de adivinhar o sentido do texto. A história é que Turnus levanta o estandarte de guerra nos muros de Laurencio, ressoam as trombetas, escarvam, indóceis, os cavalos, todo o Lácio mergulha no tumulto. É uma das belas páginas do poema, que precisaria de tempo para ser saboreada. Naqueles anos era um castigo. Na bagunça bélica, sobrevem a noite, tudo se aquieta:

*Nox erar ei terras ammalia fessa per omnes
Alitum pecudumque genus sopor altus habebat. ..*

Eis que o rio Tibre se levanta, de túnica e barbado de folhas, vasta cabeleira. Que diabo era aquilo? Na véspera, o mestre entrara na classe e dissera: «Tragam amanhã a *Eneida*, traduzam os vinte primeiros versos do livro VIII, com argüição gramatical». E só. Quem era Publio Virgílio Maro? que diabo de poema era aquele, com aparições, sem rimas e difícil? Aquele pé de guerra, cavalos e homens relinchando de heroísmo, dois chefes convocando a juventude (e um deles herético — *contemptor Deuml*), os roncões dos cornos, — até este ponto ia-se percebendo a zaragaita. A noite cai, a calma, o sono silenciam os pássaros, as bestas e o pai Enéias — e lá vem o rio vestido e barbado! Demos ruidoso escândalo sob as mongubeiras espantadas.

Só muito depois fomos sabendo o que era metáfora, figuras de retórica, simbolismo e outras corrupções menores. Mas havia desses encontros com o inesperado no velho ensino provinciano.

REMINISCÊNCIAS DE UM PROFESSOR

E o encontro com Luis de Camões? Nem lhes conto. Hoje o vestibular tira Camões e põe Carlos Drummond. Ainda bem. Podia ser pior. Podiam botar, por exemplo. .. Manda a prudência que me cale.

Algumas figuras de professor marcaram a nossa imaginação, naqueles longes. como nossa geração já parece remota, em 1920 e poucos! O sertão vinha quase até a beira da praia, roçando por Maranguape, onde ainda azulavam serras e viviam as cascatas de Pirapora e do Escorrego, águas sorrindo encabuladas, entre verduras. Não é saudosismo, está lá nas crônicas do tempo, cheirando a cheiro colonial. O Liceu era o órgão de humanidades, de onde saíam turmas para Direito, para Medicina, para a Escola Militar. Filhos de uma classe média feliz e modesta, os que não queriam entrar na Salamanca local seguiam para a Bahia ou para o Realengo.

O Liceu era representativo, tinha tradição de estudo e de arruaças mui dignas. Minha geração lembra grandes e modestos profêsozes, humanistas esquecidos, laboriosos na faina de estudar até se apagarem da memória dos outros. O velho Anibal Mascarenhas, que sacava na aula do cornimboque de rapé, falando das guerras púnicas como se fosse cúmplice de Anibal Barca. (Hein, desembargador Carlos de Oliveira Ramos? Lembra-se?) Não me lembro de ter passado pela Idade Média, da qual ainda hoje tenho receio, tal a sementeira das prevenções dos mestres no espírito dos alunos. Nos exames finais da disciplina, havia uma banca nomeada pelo Governo para conferir o «preparatório», com professores da casa e de fora — Autran, Raimundo Ribeiro, o velho Aruda, Jorge de Souza, Guilherme Moreira, cel. José Rodrigues...

No último ano, o mestre querido e admirado foi José Sombra. Meu pendor para o estudo de filosofia nos aproximou ainda mais. Já me libertara das exigências do latim e da matemática e andava em piena lua de mel com o darwinismo. A doutrina chegava atrasada no Brasil e muito mais atrasada no nordeste, como soia acontecer naqueles dias lentos, sem rádios e tevês, recebendo livros por pacotes vagarosos, onde vagarosamente vinham navegando as idéias. Nosso entusiasmo fosforesceu com a hipótese de substituir a besteira de Adão e Eva na vadiagem idiota, pelo casal de antropopitecos, ao qual ainda hoje me prendem recordações juvenis. José Agostinho Nogueira, nosso amigo mais religioso, desamarrou-se às pressas do catecismo e tornou-se um darwinista militante. Deslumbrou-me o dito de Huxley respondendo ao bispo de Wiberforce, de que era melhor descender de um macaco que ascendera do que de um Adão que degenerara. Recheiado de Heckel, de Le Dantec, de Le Bon, de Tarde, de Ingenieros, de tantos do mesmo naipe *[in de siècle]*, considere-me a par das artimanhas metafísicas e de seus segredos. com esse entono, ouvi e aparteei o suave e sutil José Sombra numa aula em que ele procurava heroicamente fazer-nos compreender o que era metafísica.

DJACIR MENEZES

Desessete anos, mais a biologia evolucionista de Lamarck e Darwin, são bastantes para dar uma idéia da petulância e do otimismo que floresciam naquelas adolescências sábias. Ah, que saudade que tenho da aurora de minha filosofia! José Sombra, sutil, era psicólogo e sorria. Ele *compreendia*. Digo *compreendia* grifado, porque ninguém responderia com mais sensibilidade, mais tino, mais astúcia especulativa. Não me recordo agora exatamente da argumentação dele. Falava de Kant, quando lhe atirei Heckel e o macaco. O certo é que, louvando a ignorância primaveril, que tão ousadamente afirmava tais primícias filosóficas, fez uma imagem inolvidável: disse que examinar o problema das origens invocando Heckel em vez de Kant era como acender o pavio da lamparina para ver melhor o disco do sol. Daí por diante surpreendi-me várias vezes a espevitar pavios na claridade solar do bom senso. E a tarefa nem sempre foi fácil; a lamparina pode funcionar no escuro da noite.

Deparei outra figura de mestre no limiar da Faculdade de Direito, — o velho e glorioso Thomas Pompeu de Souza Brasil, que fundara, em 1903, a nossa Salamanca. Em 1926, aposentado da cátedra, ele ainda acedia, em participar dos vestibulares. Por ele fui argüido sobre literatura brasileira.

Todos lhe abriam alas. Aos nossos olhos de calouro, sua eminência intelectual realçava mais pelo prestígio de sua rebeldia contra o carolismo nativo, que comentava sarcasticamente. Não tinha o espiritualismo kantiano de José Sombra. Vinha dos arraiais do evolucionismo, a que adicionava o espírito *[rondeur]* do enciclopedismo francês, que influenciara na geração de Capistrano, de Soriano de Albuquerque, de Joaquim Pimenta e temperara mesmo a mansa heresia de Clovis Beviláqua. Há quem busque hoje exagerar a influência do Recife no meio cearense como dominante no movimento das idéias. Essa influência, entretanto, não foi tão grande nem tão direta, porque as elites de 1870 a 1900 foram beber nas mesmas fontes em que se dessedentavam os pregoeiros da chamada Escola do Recife, ponto que abordei num ensaio e pretendo tirar a limpo próximamente (*).

Nem sequer me detenho em figuras excepcionais, que já vi encanecidas, no recolhimento pacífico das aposentadorias, cercadas de carinho pelos estudiosos, — Desembargador Álvaro de Alencar, Júlio César da Fonseca, Antônio Augusto de Vasconcelos, Antônio Teodorico da Costa, José de Barcelos, Joaquim Nogueira...

*

Que proveito tirar dessas reminiscências, que estou alinhando neste divagar efêmero? Apenas o ajuizar um tanto melancólico sobre dois climas espirituais e as respectivas adolescências desses climas. Outra atmosfera, outras almas, E dizem que a mocidade é a mesma quando

(*) Rocha Lima, *Literatura e Critica*, Imprensa Universitária, Fortaleza, 1956.

REMINISCÊNCIAS DE UM PROFESSOR

nem nós mesmos somos os mesmos! Citam-se audácias, sonhos, rebeldias, esquecendo a matéria das rebeldias, dos sonhos e das audácias, quero dizer, a substância social, que mudou. O protesto de hoje não tem mais o conteúdo do protesto de ontem. Nem, conseqüentemente, a mesma essência as doutrinas que os interpretam. como diz o poeta: mudou o natal ou mudei eu? Mudaram ambos.

Que lia essa geração nas vizinhanças de 30 lá pelo nordeste? Já falei que andavam nas mãos acadêmicas os livros de Le Bon, Dantec, Ingenieros, e outros. Especifico ainda: Renan e Nietzsche. Ia esquecendo Zaratustra, em cujas páginas delirava Moesia Rolim! E a literatura socialista? Só dou notícia de Marx quando vim pela primeira vez para o Rio, onde encontrei alguns sonâmbulos inventando uma revolução proletária em 1929. Transferido, viera concluir o curso de direito; havia estudantes matriculados nalgumas agências do partido e considerando a Avenida Rio Branco como a Perspectiva Nevski. Um colega andava de gorro astrakan e dizia que a coisa era séria. Segredou-me que o Paulo Lacerda era o chefe da Tcheka e já tinha no bolso a lista dos fusilamentos iniciais «para encurralar a burguesia». Era o tempo em que Prestes negociava com o PC, no exílio, e, num manifesto, troçava do Cavaleiro da Esperança como mito pequeno-burguês. Até hoje isso me enraivece.

Dava os primeiros passos na literatura filosófica alemã, mas era a prosa francesa que me deslumbrava. Anatole, Renan, Voltaire era a trilogia sagrada da geração anterior. Deixo de lado o assunto porque teria longas contas a ajustar. Prefiro voltar a lembrar episódios individuais.

Em certos períodos da vida encontramos alguns autores, que ficam convivendo sempre conosco, enquanto outros vão-se, somem da memória. Aqueles ficam, conversam, envelhecem conosco. Vez por outra os reencontramos, noutras perspectivas, que o mudam porque nós mudamos e em cada época temos deles a fisionomia que merecemos. Foi assim que, há mais de quarenta anos, revolvendo velhos livros do antigo sebo Quaresma, propriedade do sr. Matos, compro por preço paternal (o livreiro era sensível à mesada dos estudantes) a obra *Les Partis Politiques*, cuja leitura me impressionou e irritou. O homem desmoralizava metodicamente o socialismo e a democracia. Fiquei quase pessoalmente ofendido (na adolescência as idéias fazem bater o coração). Idade em que se tem a pele das idéias — e as ideologias queimam-nos. Robert Mitchel sustentava a tese (quem diria que viria a defendê-la!) de que a organização partidária era expressão de tendência oligárquica e a democracia, a matriz de oligarquias inevitáveis. A tese estava horrorosamente documentada de modo a enfurecer um estudante sem documentos. Desprezei-o altivamente, qualifiquei-o devidamente — e o mantive durante certo tempo à repugnante distância, como Convinha a um democrata do Ceará.

DJACIR MENEZES

Ora por outra, lá vinha a citação de Mitchel na pena de autores que lhe debatiam as idéias. Corridos todos esses anos, já embebido de ceticismo político, de um saber de experiências feito, como lá diz Camões, de espetáculos miseráveis lidos e vividos ou assistidos, tenho um duplo encontro: com o exemplar da velha edição francesa e da recente edição alemã, com posfácio do prof. Werner Conze.

O prof. Werner Conze! Estou a vê-lo, saindo ao pátio da Universidade de Heidelberg, em março deste ano, sobraçando uma pilha de livros e cadernos, solitário entre grupos esparsos de estudantes, quase todos cabeludos, no edifício de paredes pixadas, onde reinava um vago ar de deserção e acanalhamento revolucionário, que me impressionou vivamente. Fora visitar aquelas salas memoráveis pensando na sombra de Hegel, que lá ensinara em 1820 — e só vi «ativistas» ociosos, cuidando de volantes mimeografados, convencendo-se entre si da necessidade de dismantelar as estruturas de um mundo que envelheceu e não pode parir o outro nem mediante cesariana. Ave, Cesar, morituri ... etc.

O prof. Conze reconheceu o filho do sociólogo Helmut Schelski, que nos acompanhava. Este nos apresentou. Fomos, com minha mulher e a cunhada, tomar chá na vizinhança da Universidade — e bater papo. Disse-lhe que a ambiência parecia a do Brasil às vésperas de 64: todo alunado manobrado pela esquerda e protestando. Sorriu e fez esta reflexão filosófica: «a liberdade deles acabou com a nossa». Explicou que era um dos raros professores que conseguiam dar aulas. Essa tolerância o comovia. A maioria fora vetada por eles. Os métodos de ação e forma de protesto eram os mesmos: no altiplano boliviano, na Argentina ou Califórnia, a técnica e o palavreado coincidiam. Foi depois desse encontro que a Livraria Castelo me pôs nas mãos a *Soziologie des Parteinesens*, reeditado em 1970, em Stuttgart, com o excelente ensaio de Werner Conze. O livro atava, no mesmo fio rememorativo, o Reitor de agora ao estudante de 1930. Quatro décadas de estudo de filosofia, ciências sociais, marxologia, hegelianismo... *Et in pulverem reverteris*. Já é um consolo — e o digo com otimismo.

Do Humanismo Diletante ao Humanismo Militante

VAMIREH CHACON

ALÉM DO HUMANITARISMO CORDIAL

O «Humanismo», a que vamos nos referir aqui, não é o da suposta «Cordialidade» intrínseca do Brasileiro, ambíguo sinônimo de «Bondade», paradoxalmente mais natural que cultural, conforme se viu na discussão entre Cassiano Ricardo e Sérgio Buarque de Holanda.

Este último partia de uma expressão de Ribeiro Couto, em carta ao escritor mexicano Alfonso Reyes, onde anunciava «que a contribuição brasileira para a Civilização será de Cordialidade — daremos ao Mundo o «Homem Cordial». Cordialidade então definida enquanto «lhaneza no trato, hospitalidade, generosidade», «virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam», «com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal». (1)

A última conotação surgiu muito oportuna.

Sérgio Buarque de Holanda terminou reconhecendo «que a própria *Cordialidade* não me parece virtude definitiva e cabal que tenha de prevalecer independentemente das circunstâncias mutáveis de nossa existência». «Associo-a antes a condições particulares de nossa vida rural e colonial, que vamos rapidamente superando. com a progressiva ur-

VAMIREH CHACON

banização, que não consiste apenas no desenvolvimento das metrópoles, mas ainda e sobretudo na incorporação de áreas cada vez mais extensas à esfera da influência metropolitana, o Homem Cordial se acha fadado provavelmente a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo». (2)

Não pode haver muita dúvida a respeito.

Por motivos complexos, os primeiros estágios da nossa convivência nacional tem apresentado «um fundo emotivo extremamente rico e transbordante», bastante além da coercitiva Civilidade, expresso, por exemplo, na nossa mania dos diminutivos («inho»: «É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração») e de prevalecer «o nome individual, de batismo», sobre o de família. (3)

Trata-se da predominância da Comunidade diante da Sociedade, se quisermos usar a distinção de Toennies: associações baseadas no sangue, lugar ou espírito; com fundamento no parentesco, vizinhança ou afeto. (4)

Porém a crescente complexidade da vida coletiva, nos últimos tempos entrando numa era tecnológica das mais sofisticadas, exige, por assim dizer, societalização («Vergesellschaftung») mais racional que efetiva. Então a Comunidade («Gemeinschaft») se revela incapaz de resolver os novos problemas, além de prosseguir herdando os velhos.

Neste ponto Sérgio Buarque de Holanda dissipa, com grande argúcia objetiva, as tentadoras ilusões otimistas em torno dos méritos e vantagens da comunicabilidade cordial: «Essa aptidão para o social está longe de constituir um fator apreciável de ordem coletiva». «Cada indivíduo, nesse caso, afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do Mundo». «Assim, só raramente nos aplicamos de corpo e alma a um objeto exterior a nós mesmos. E quando fugimos à norma é por simples gesto de retirada, descompassado e sem controle, jamais regulados por livre iniciativa. Somos notoriamente avessos às atividades morosas e monótonas, desde a criação estética até às artes servis, em que o sujeito se submete deliberadamente a um Mundo distinto dele: a personalidade individual dificilmente suporta ser comandada por um sistema exigente e disciplinadora.

Daí a que, embora também existam Bacharelismo e Anarquismo intelectual noutras paragens, entre nós assumem virulência específica, no gosto das «palavras bonitas ou argumentos sedutores», tentando conciliar com frequência o inconciliável, ao exaltar, «acima de tudo a personalidade individual como valor próprio, superior às contingências». (6)

Do Humanismo acabaríamos derrapando no mais infrene Individualismo.

Apesar de persistir o otimismo de Cassiano Ricardo, na sua resposta a Sérgio Buarque de Holanda, onde propõe outra saída, para

DO HUMANISMO DILETANTE AO HUMANISMO MILITANTE

explicar o «Ethos» brasileiro, ao seu ver mais «Agape» que «Eros», ao contrário do interlocutor. Assim seríamos mais emotivos, sentimentais, menos cruéis ou mesmo anti-violentos, de modo «Que a Bondade (ao invés da Cordialidade) é a nossa contribuição ao Mundo — é uma verdade que a observação dos fatos confirmam plenamente». Todavia, reconhece-o Cassiano Ricardo, «Trata-se da Bondade empregada com Sabedoria e até mesmo com um certo Maquiavelismo (vamos dizer assim) mas Maquiavelismo cheio de calor humano em lugar do Maquiavelismo frio e agudo nascido da Desesperança e que é o traço do Príncipe». «... técnica que constitui a arma do homem bom governando homens bons. O Brasil nasceu sob esse signo social e político. Talvez seja agora o único país do Mundo em condições de opor, à técnica da violência, a técnica da bondade».

Ao que lhe retrucava Sérgio Buarque de Holanda, «Bondade maquiavélica é Maquiavelismo — ou é fraqueza —, não é Bondade». «Cabe-me dizer-lhe ainda que também não creio muito na tal *Bondade* fundamental dos brasileiros. Não pretendo que sejamos melhores, ou piores, do que outros povos». ⁽⁶⁾

com efeito, não haveria lugar para muito otimismo a respeito.

Ao contrário do pretendido por Cassiano Ricardo («Tôda revolução brasileira termina em acordo, e a pena mais rigorosa para os nossos crimes políticos nunca passou do exílio» ⁽⁷⁾), José Honorio Rodrigues comprova exatamente o contrário: «Lutas sociais sem fim e com grande derramamento de sangue mostram as divisões inconciliáveis e os comportamentos inconformistas». Daí os sucessivos, e às vezes simultâneos, conflitos: extermínio dos indígenas; 17 expedições contra o quilombo dos Palmares, entre muitos outros; rebeliões nativistas e Inconfidências do Maranhão às Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, etc., etc. «Essas explosões de sangue mostram o inconformismo do povo, o radicalismo da liderança popular e a violência e crueldade da repressão pela minoria dominante». ⁽⁸⁾

Porque o Brasil foi, e prossegue, um país substancialmente conservador. O que não implica numa recusa sistemática à mudança e sim em favor apenas da Revolução chamada «conservadora» por Hugo von Hoffmansthal, de cima para baixo («antes que o Povo a faça»), à qual já analisamos antes. ⁽⁹⁾

Por enquanto registremos a vacuidade da discussão em torno do «Humanitarismo» brasileiro, cordial segundo uns, bondoso conforme outros. Na realidade, nem isto, nem aquilo, e sim mera empatia, característica de uma Cultura em rica gestação, receptiva ao Mundo, o que já representa muito e talvez tenha ocorrido em poucos casos com igual intensidade.

Apesar de Alceu Amoroso Lima repisar na Cordialidade, apresentando-a enquanto «marca de um caráter eminentemente humano, lírico,

VAMIREH CHACON

compreensivo, racional, que faz da composição e não da oposição a lei de nossa Psicologia nativa e da nossa conseqüente História Política. Temos tido também as nossas lutas cruentas e civis... Mas é a exceção, que confirma a regra. Se alguma coisa devemos cultivar em nosso caráter nacional, e preservar em nossa História, como típica de nosso Humanismo brasileiro, é precisamente essa tendência inata às soluções pacíficas das nossas mais graves crises políticas». Assim exorcisaríamos «o perigo das radicalizações». .. (10)

Mas sucede que a preferência pela «composição», em vez da «oposição», representa uma típica posição conservadora, enunciada desde 1855 por Justiniano José da Rocha, no seu ensaio político *Ação, reação, transação*, onde ressalta, pela primeira vez nitidamente, a fisionomia da nossa dialética específica... Deixemos, contudo, a discussão, em torno, para depois. Limitemo-nos a evitar confusões entre nosso conceito de Humanismo e o de Humanitarismo há pouco superado.

HUMANISMO DILETANTE E HUMANISMO MILITANTE

Existe uma distância abissal entre o comportamento humanístico de Montaigne e a atitude humanista de Erasmo. O primeiro, um diletante; o segundo, um participante. Ambos em favor da Tolerância, porém ora na Teoria, ora na Praxis. O francês primava mais pela forma elegante, imbuída de Ceticismo; o holandês ousava a militância contra os abusos das Ortodoxias dominantes. Seu comum Universalismo os uniu, ao projetá-los muito além da sua época, convertidos em símbolos, mais que meros indivíduos.

E Jakob Burckhardt muito bem distinguiu «Humanidade» e «Humanismo». (n)

«Estudos humanísticos» que encaminham ou propiciam uma Cosmologia humanística, porém não se confundindo com esta. «Humanismo» que não se limita a «Humanitarismo», sua parte, nunca seu Todo mais complexo e sutil.

Também no Brasil se apresenta perceptível a diferença.

Tivemos os nossos Montaignes e os nossos Erasmos. O muito Conhecer de uns não levou, necessariamente, ao agir; a Ação dos demais não implicava em erudição maior que a dos seus antecessores.

ANTÍTESE E COMPLEMENTAÇÕES ENTRE O DILETANTISMO E A MILITANCIA HUMANISTAS NO BRASIL

Podemos apontar, claramente, as duas linhas, uma vinda pelo menos desde os arcades, inconfidentes mineiros, ao Romantismo também inconfidente dos pernambucanos de 1817 (já Frei Caneca entre eles), atin-

DO HUMANISMO DILETANTE AO HUMANISMO MILITANTE

gindo os Fundadores do Império-Nação (onde se destaca o saber enciclopédico, no sentido de século XVIII, do Patriarca da Independência, José Bonifácio, ao lado da vocação especulativa, pioneiramente néo-kantista, de Diogo Antonio Feijó, além de Antonio Carlos, Evaristo da Veiga e Bernardo de Vasconcelos, todos egressos do Iluminismo recente). Nem mesmo o anglo-saxonicamente pragmático e conservador Cairn, adepto de Adam Smith na Economia e de Edmund Burke na Política, escapou à tentação classicista, chave do seu apolíneo equilíbrio; dele disse o Marquês de Abrantes: «Soube aliar, o que é raro, o Saber de Cicero à constância de Sócrates e o talento de Séneca à virtude de Catão».

Linha de Humanismo ativo passando, em seguida, por João Francisco Lisboa, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, entre muitos outros militantes da Política que não deixaram a Praxis sufocar seu Logos; ao contrário da linha que vem de Matias Aires, em pleno período colonial, até os Marqueses de Maricá e Sapucaí, os Barões de Itamaracá, Loreto, Paranapiacaba e Homem de Melo, Francisco Otaviano, Monsenhor Pinto de Campos, Odorico Mendes e César Zama. Para quem a Cultura significava erudição, lenitivo, fuga diante dos problemas históricos, tentando rever o Mundo de fora para dentro, mais do que nunca de cima para baixo.

Enquanto protótipos opostos evocaríamos Castro Alves, militante, e Gonçalves Dias contemplativo.

Ô FIO DA MEADA DILETANTE

Sem dúvida eram os árcades mineiros mais bacharelescos, que simples bacharéis. Repugnava-lhes igualarem-se a um pobre Alferes-Dentista: fizeram questão de repeli-lo, embora sua grandeza ainda permitisse assumir sozinho responsabilidades que não eram apenas dele. (12)

A revolta dos poetas-desembargadores tropeçava na ausência de «praxis» revolucionária, na formação dos seus proceres, que almejavam objetivos liricamente domésticos, à maneira de Tomás Antônio Gonzaga :

«Tu não verás, Marília, cem cativos
tirarem o cascalho e a rica terra,
ou dos cercos dos rios caudalosos
ou da mina da serra.

Verás em cima da espaçosa mesa
altos volumes de enredados feitos;
ver-me-ás folhear os grandes livros
e decidir os pleitos».

VAMIREH CHACON

É bem verdade que da pena de gente assim acabaram saindo as *Cartas Chilenas*, as quais, embora sem afirmação nativista, não deixam de constituir um brado de Liberdade. (13) *Cartas*, ao ver de Antônio Cândido, brotando da pena de Tomás Antônio Gonzaga, «sem recusar a possibilidade da colaboração acessória de Cláudio Manuel e, quem sabe, algum reparo de Alvarenga». Excetuada a epístola inicial, que «só pode ter sido escrita por Cláudio». Autoria à qual Caio de Melo Franco tentou generalizar, com algum exagero, a tôda a obra, apoiando-se nas «constantes», «repetições de pensamentos, com quase identidade de versos». (14)

Portanto, até no meio de tantas vacilações e contradições, não deixava de existir parentesco espiritual entre diletantismo e ativismo pré-românticos, superados na geração seguinte, a ínclita de 1822, quando o Humanismo literário-naturalista de José Bonifácio, e o filosófico de Feijó, (15) coexistiam e chegavam a estimular a conscientização de Nacionalidade. Mas não morreria o Humanismo contemplativo, vindo desde pelo menos Matias Aires, o La Rochefoucauld do idioma português, aclimatando entre nós suas leituras dos moralistas franceses (do século XVII, hauridas durante longa estada em Bayonne. (16)

Seu mais ilustre discípulo é o Marquês de Maricá, com um volume de *Máximas, pensamentos e reflexões* que, se não atinge as culminâncias do predecessor, procura no mínimo emulá-lo. Senador e Ministro, foi seguido por inúmeros estadistas-beletristas, num rastro mais fosforescente que luminoso, dado o recíproco prejuízo acarretado pelo mútuo diletantismo da combinação...

Assim, o Marquês de Sapucaí chegava à Câmara, ao Senado, à Presidência de Província e ao Supremo Tribunal, entremeando ação política, poesias líricas e um libelo historiográfico onde pretendia negar a liderança de José Bonifácio em 1822... Ao lado dele, Maciel Monteiro (Barão de Itamaracá), médico doutorado em Coimbra, Presidente da Câmara de Deputados na Corte, Ministro dos Estrangeiros, Diretor da Faculdade de Direito então em Olinda e Ministro Plenipotenciário do Brasil em Lisboa. Versejava enquanto encalecia as pontas dos dedos, de tanto levantar saias, conforme ele próprio confidenciou... Já o Barão de Loreto — político, administrador, magistrado — preferia a Academia Brasileira de Letras, conspicuo local onde não teria entrado o erótico predecessor. Paranapiacaba e Homem de Melo, também Barões imperiais, optavam por análises mais objetivas da realidade brasileira, sem faltar um tributo do primeiro às musas ou um elogio do segundo ao Marquês de Maricá, considerado «grandioso e solene». Também Francisco Otaviano, em pleno Império, e César Zama no início da República, celebravam a Ninfa do Lirismo e Calíope, em poemas amantíssimos ou entoando as glórias de capitães e oradores da Antigüidade.

DO HUMANISMO DILETANTE AO HUMANISMO MILITANTE

Alguns, mais radicais, enveredavam por traduções audaciosas, trazendo Voltaire, Virgílio e Homero para o Português, à maneira de Odorico Mendes; ou Dante, segundo o Monsenhor Pinto de Campos, todos a partir de textos originais; o que não impedia a ambos serem jornalistas polêmicos e não só parlamentares.

Nenhum, contudo, atingia os extremos do próprio segundo Imperador, ainda nisto tão diverso do primeiro. com uma gula que daria oportunidade a Ramalho e Eça produzirem uma *Farpa* deliciosa, nosso derradeiro monarca enfrentava a versão de poemas hebraico-provençais, por ele desenterrados após exaustivas buscas... (17)

Não se tratavam de fatos isolados.

Lídia Besouchet registrou muito bem: «A Gramática, a Retórica, a Literatura romântica, eram elementos mais importantes no Brasil do 2º Império, do que qualquer empreendimento que se destinasse a um melhoramento público. O Romantismo levava tudo em sua onda: Hugo era imitado, Lamartine plagiado, e os parlamentares sabiam de cor os últimos discursos pronunciados no Parlamento da França post-revolucionária e da Inglaterra. O próprio Imperador era um símbolo literário, com seu desprendimento pelas coisas práticas. Antes de pensar na navegação do Amazonas, pensava em aprender Sânscrito... Antes das estradas de ferro, o Grego e o Latim. .. (18)

Eram os frutos da Herança ibérico-mediterrânea e contra-reformista dos jesuítas, adversa ao trabalho manual e entusiasta de formalismos barrocos, não só contrária aos cristãos novos, protestantes e iluministas.

Não vamos nos alongar em tema já tão debatido por Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Sérgio Buarque de Holanda e Newton Sucupira. Fixemos aqui apenas o flagrante das raízes do Humanismo dileitante que, embora freando o ritmo de engajamento da intelectualidade brasileira, ao dissipá-la e anestesiá-la, nem assim conseguiu evitar as sínteses teórico-práticas de um João Francisco Lisboa, um Tavares Bastos, um Joaquim Nabuco ou um Rui Barbosa. Diversos nas mensagens e nos caminhos, porém fiéis ao que a Beleza tinha de melhor, sem prejudicar o que lhes parecia a Verdade, compromisso maior que a mera estética das aparências.

Pena que, mesmo destes últimos, tenham ficado, com freqüência, mais gravadas na memória nacional as palavras que os gestos. Porém a culpa não lhes cabe. Antes recai nas deformações coletivas, há pouco esboçadas em suas origens.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) *Raízes do Brasil*, Livr. J. Olympio, Rio de Janeiro, 1956, 3ª ed. (a única que dispõe de «Apêndice» com o debate entre Cassiano Ricardo e Sérgio Buarque de Holanda), pp. 209 e 210.

VAMIREH CHACON

(2) «Carta a Cassiano Ricardo», primeiro publicada na revista *Colégio*, Nº 3, São Paulo, setembro/1948, reproduzida no «Apêndice» da ob. cit., pp. 313 e 314.

(3) *Raízes do Brasil*, ob. cit., pp. 210, 212 e 213.

(4) Ferdinand Toennies desenvolve o tema na sua obra fundamental, *Gemeinschaft und Gesellschaft (Grundbegriffe der reinen Soziologie)*, com a primeira edição em 1887, depois retomada em sucessivas reedições, comprovando sua perene vaidade. Aqui of. na nona (reprográfica), aparecida em 1963 através da Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt. Nela vide, em especial, a «Théorie der Gemeinschaft», pp. 8-39.

(5) *Raízes do Brasil*, ob. cit., pp. 223-228.

(6) «Variações sobre o *Homem Cordial*», primeiro publicadas na revista *Colégio*, nº 2, São Paulo, julho/1948, reproduzida no «Apêndice» da ob. cit., pp. 293 e 294.

Cassiano Ricardo data a «Bondade brasileira» desde o momento em que aqui chegaram «os primeiros degredados, os primeiros oprimidos». Textualmente: «Já estes ficaram *bens*, no contato com o chão agreste e acolhedor» (Sic), (p. 294).

Acontece que a repercussão idilizante, e idealizante, da visita dos ameríndios brasileiros à França, tinha sido analisada desde Luis da Câmara Cascudo no ensaio «Montaigne e o índio brasileiro», in *Cadernos da Hora Presente*, Nº 5, São Paulo, 1939, pp. 99-102 e no nº 6, 1940, pp. 9-50. E foi Afonso Arinos de Melo Franco quem assinalou o itinerário do eco, de Montaigne a Erasmo, Morus, Rabelais, Rousseau e os socialistas, adeptos em geral da Bondade intrínseca do Homem. Cassiano Ricardo (p. 295) não se refere, porém, a *O índio brasileiro e a Revolução francesa (As origens brasileiras da teoria da Bondade natural)*, Livr. J. Olympio, Rio de Janeiro, 1937.

Vide ainda a réplica de Sérgio Buarque de Holanda, ob. cit., pp. 312 e 313.

(7) «Variações sobre o *Homem Cordial*», ob. cit., p. 307.

(8) *Conciliação e Reforma no Brasil (Um desafio histórico-cultural)*. Edit. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, pp. 27-30.

(9) «A Revolução conservadora», Suplemento Literário do *Estado de São Paulo*, 3 de março de 1969.

(10) Nos artigos «30 de março» e «Polarizações II», reproduzidos em *Revolução, Reação ou Reforma?*, Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro/GB, 1964, pp. 222 e 223.

(11) *The Civilization of the Renaissance in Italy*, trad. de original alemão pela Rendom House (The Modern Library), New York. 1954, pp. 140-153.

(12) São típicos os comportamentos dos eruditos Desembargador Tomás Antônio Gonzaga e Cónego Luis Vieira da Silva, o mesmo da biblioteca. Ambos fazem questão de esnoar suas relações com os *Doutores* das Minas Gerais, ignorando o pobre Alferes, que acaba encampando toda a responsabilidade. *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, Rio de Janeiro, 1936, IV vol., pp. 247-321 e 29-99.

(13) *Formação da Literatura brasileira, (Momentos decisivos)*, Livraria Martins Editora, 2ª ed. revista, 1ª vol., p. 173.

(14) Idem, p. 170 e *O Inconfidente Cláudio Manoel da Costa (O Parnazo Obscuro e as Cartas Chilenas)*, Schmidt, Rio de Janeiro, 1931, p. 191. E mais: «As *Cartas Chilenas* são o libelo acusatório, o terrível — *J'accuse* — da época». «Mais do que nenhum outro documento, as *Cartas Chilenas* revelam as causas próximas da revolta», (p. 131). «A voz de Critilo é a própria voz vingativa de um povo», (p. 129).

É oportuno registrar que passou despercebida, aos críticos, a inspiração formal nas *Cartas Chilenas* nas *Lettres Persanes* de Montesquieu, substituindo a ironia pelo calor polêmico.

DO HUMANISMO DILETANTE AO HUMANISMO MILITANTE

Embora continue de pé a discussão em torno da autoria das *Cartas Chilenas*, não cabem dúvidas quanto ao seu sentido político nacional, mais do que uma mera discussão local.

(15) Foi Miguel Reale quem primeiro abordou as implicações filosóficas kantistas do pensamento de Feijó em *A doutrina de Kant no Brasil*, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, São Paulo, 1949, respondendo, na *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, ano XLV, 1950, aos adversários da sua tese amplamente documentada, na réplica «Feijó e o Kantismo (A propósito de uma crítica imatura)». Mais adiante publicou, com uma explicativa introdução, os *Cadernos de Filosofia* do próprio Feijó, Grijalbo, São Paulo, 1967, pp. 11-17. Os referidos textos tinham sido antes editados pelo biógrafo Eugênio Egas, no 2º vol. (*Documentos*) da obra *Diogo Antonio Feijó*, Typographia Levi, São Paulo, 1912, Reale reorganizou-os, comentando e anotando.

(16) Entre outros analistas de Matias Aires, vide Fidelino de Figueiredo, *Literatura portuguesa (Desenvolvimento histórico das origens à actualidade)*, Editora A Noite, Rio de Janeiro, s.d., 2º ed., pp. 201.

(17) Vide as incríveis *Poesias hebraico-provençales du rituel Israélite contadin traduites et transcrites par S.M. Dom Pedro II d'Alcantara Empereur du Brésil*, Arignon Seguin Frères, Imprimeurs-Éditeurs, Paris, 1891. Trata-se de livro raríssimo, que nos foi mostrado por Walter Geyerhahn e Erich Eichner, mais que os antiquados da Livraria Kosmos, autênticos bibliófilos de categoria internacional.

(18) Na introdução e notas de Lidia Besouchet à *Correspondência política de Mauá no Rio da Prata* (1850-1885), vol. 227 da «Brasílianas, da Cia. Edit. Nacional, São Paulo, 1943, pp. 13-15.

Vicente Licínio Cardoso sublinha a influência negativa desempenhada por Dom Pedro II, em pessoa, no culto a estas bizantínicas (*A margem da História do Brasil*, vol. 13 da mesma «Brasíliana», São Paulo, 1933, pp. 157 e 158).

O Brasil no Contexto Continental

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

SOMOS quatro as Américas — a espanhola, a portuguesa, a britânica e a francesa, esta a menor e aquela primeira, a maior. Compomos a terceira. Os Estados Unidos, o Canadá, a Guiana e pequenas ilhas no arquipélago do Caribe constituem a primeira. O Haiti ilhas do arquipélago e trechos do Canadá, com a Guiana, integram a quarta. A América espanhola é a maior do ponto de vista territorial. E porque nós a terceira? Foi esse o título da conferência, posteriormente ampliada em livro de excelente conteúdo, proposto pelo diplomata Nestor dos Santos Lima. Porque, a seu ver, o Brasil, por suas origens portuguesas, distinguindo-se ponderantemente da outra América ibérica, a de cepa espanhola, compondo um Estado único no contexto continental, nação soberana e unificada, sem disparidades conflitantes em seu todo territorial e étnico-cultural, se não vive isolado, na verdade não se repartiu. É um complexo especial, no mundo americano. Pelo processo de desenvolvimento, vem logo a seguir aos Estados Unidos. Pela extensão territorial, a seguir à América espanhola. Somos, portanto, uma terceira América, insista-se, distinta, marcada por peculiaridades visíveis que nos dão caráter e personalidade. Essa situação singular, com o episódio novo do desenvolvimento veloz, traz, como conseqüência, a suspeita, as restrições, as invejas, as distorções na apreciação de nossa conduta e de nossa projeção.

Ainda há pouco, em obras interessantíssimas, intituladas *Porque não somos uma grande potência* e *O Brasil entre as cinco maiores*

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

potências no fim deste século, Pímentel Gomes apresentava-nos um balanço muito realístico da situação, explicando os aspectos negativos e os positivos de nosso processo de existência como povo, como Estado soberano, e assinalando as perspectivas que a dinâmica nacional estava propondo em termos realísticos. Em outra obra de maior avaliação quanto aos objetivos geopolíticos. Caio Lossio Botelho falava muito claramente e com muita objetividade acerca do *Brasil — A Europa dos trópicos*.

Vasta literatura escreve-se agora, entre nós, em que se examina a política e a experiência dos planejamentos, a implantação e o crescimento do setor industrial, analisam-se os desequilíbrios regionais, faz-se crítica um tanto candente à marcha lenta da agricultura, passa-se em revista o problema demográfico, a movimentação das populações e a ocupação dos vazios, a reforma agrária, a desertificação de alguns trechos do território nacional, a nova orientação no campo dos transportes e comunicações, numa avaliação rigorosa e nunca ufanista que, essa sim, levaria à aceitação da tese do milagre brasileiro, quando, na verdade o que está ocorrendo, sem mais hesitação, mas como decisão de povo e governo, em acordo perfeito, é progresso que resulta do nosso esforço e constitui uma excelente demonstração da capacidade brasileira.

Essa literatura é objetiva e não se filia a qualquer corrente de nacionalismo exaltado ou de negativismo impenitente. É incisiva e útil pelo que informa e pelo que indica para as correções ou os novos impulsos necessários. Essa literatura, no entanto, é toda ela escrita em língua portuguesa, portanto sem perspectiva de sua expansão no exterior, onde, o que se escreve, nem sempre recolhe a verdade, antes valendo como desestimulante, derrotismo, e é antibrasileira muitas vezes. É excepcional, por isso, a série de três trabalhos de autoria de Sergio Correia da Costa, nosso Embaixador na Inglaterra, falando a público inglês sobre o desenvolvimento brasileiro, ou um ensaio, como o do professor J. De Mangeot, em *Le Continent Brésilien*, que regeu cátedra na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e nos divulga e explica não com o calor da amizade, mas com a seriedade de um professor universitário que refuta, comenta, louva, contesta, expõe sem segundas intenções.

Em passado não muito distante. Pierre Denis, em *O Brasil no século XX*, como depois, Pierre Monbeig, Maurice Lannom, Roger Bastide, Jacques Lambert, Preston James elaboraram retratos realísticos de nosso país procurando propor o Brasil com a autoridade que não lhes podemos recusar, pois escreveram depois do contato direto com o meio físico, o meio sócio-cultural, o meio econômico nacional.

Ora, se houve e há esse tipo de literatura, a outra, a literatura mais abundante, particularmente em espanhol e na América espanhola,

O BRASIL NO CONTEXTO CONTINENTAL

nao serve à verdade: acusa-nos, condena-nos, desserve à harmonia que deve presidir às relações entre os povos do continente, atribuindo-nos propósitos inconfessáveis e uma posição de caudatários do imperialismo norte-americano, quando não nos increpa a condição de nação imperialista (antes éramos, para ela, um povo subimperialista) com desejos manifestos de hegemonia e de inferiorização dos outros povos das Américas. Tal literatura reflete uma consciência negativista e de desalento dos que a elaboram, ao mesmo tempo que pode permitir a conclusão, talvez simplista, de que há, em certas áreas da Sul América, acentuado prejuízo étnico-cultural juntamente com o mal-estar resultante do caminhar cheio de hesitação, sem ímpeto, a revelar o desânimo e a contestação de que lá a pobreza não diminui e o progresso e o bem-estar não estão à vista, enquanto nós, no Brasil, prosseguimos na linha do desenvolvimento. Há mesmo o caso espantoso da Argentina, potência que um de seus analistas mais recentes, Carlos Garcia Martinez, em *La Talaraña Argentina*, afirma ter descido à condição de «potência econômica de quinta ordem». Lembraríamos, ainda, o livro sobre *El Milagro Mexicano*, em que seus autores, Fernando Cardema, Guillermo Moritano, Jorge Carion e Alondo Aguilon negam-no sem rodeios afirmando que o propalado «milagre» não passa de mistificação. Literatura amarga, essa que já se denominou de pessimista, nem por isso deixa de ser proveitosa, porque, se desalenta, de início, serve também para autorizar a reação necessária, visando a correção dos erros que possamos ter cometido e pondo fim a certa euforia desregrada e profundamente perigosa. Em *Geopolítica de Liberación*, de Norberto Ceresole, *La Cuenca del Plata, Antecedentes para su historia*, de Andres Mille, em *Historia de la Disgregación rioplatina*, de René Orsi, em *Geopolítica del Cono Sur: la cuenca del Piata*, de Adalberto P. Lucchini, em *La energetica y el desarrollo. La cuenca del Piata*, de Alberto Castello e Felipe Freyre, em *Brasil. La expansión brasileña. Notas para un estudio geo-histórico*, de Eduardo Machicote, em *La diplomacia luso-brasileña en la cuenca del Plata*, de Rolando Siloni, há todo um libelo acusatorio contra o Brasil, responsabilizado pela inferiorização do mundo hispano-americano.

Tal literatura existe igualmente no Brasil e desconhecê-la ou repudiá-la, pura e simplesmente, autorizará a suspeita de que há interesse em ignorá-la, quando o certo será, usando-a, restabelecer a verdade. Porque, para sermos leais conosco, temos de partir do fato de que não é guardando silêncio ou escondendo a verdade que podemos criar a confiança nacional, enriquecê-la e conduzi-la para o bem coletivo. Daí porque se faz urgente a divulgação, em termos realísticos, do que somos efetivamente, do que desejamos ser, do trabalho hercúleo que temos sobre os ombros para, vencendo o trópico úmido ou seco, criar uma civilização que nos dignifique e nos assegure a posição de Terceira América, em fraternal e não utópico convívio com as demais coletividades políticas que constróem as Américas.

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

A interpretação cavilosa, falha, do Brasil, não começou, porém, em nossos dias. Deita raízes num passado distante, que podemos encontrar nas diferenças entre portugueses e espanhóis na península ibérica, quando os dois povos procuravam definir-se e realizar-se soberanamente. As diferenças passaram à América, com os descobridores, conquistadores, e colonos. Era natural que assim ocorresse. Agravou-se com o episódio da expansão luso-brasileira. É certo que pela linha do diploma de Tordezilhas teríamos de ser apenas um vasto litoral entre Belém e Laguna. O deslocamento dessa fronteira atlântica fez-se no decorrer de pouco mais de dois séculos, triunfando-se sobre a natureza e a oposição de outros homens, oposição que não era só de ordem sócio-étnico-cultural mas, também, a decorrente de propósitos de absorção política de portugueses e espanhóis que movimentavam as duas coletividades. A história é longa, bela, revela tipos, momentos heróicos e uma decisão incrível daqueles seres admiráveis que Saint Hilaire denominou, com muito acerto, de «Raça de Gigantes», referindo-se aos bandeirantes paulistas que penetraram os sertões e fizeram crescer o espaço brasileiro, mas denominação que podemos ampliar para nela incluirmos os nordestinos e os amazônicos que participaram da grande aventura política. Política de Estado? Política de Estado complementar e não preliminar, porque, realmente, o Estado compareceu sempre para assegurar a cobertura de direito, mas depois do fato consumado, e muito poucas vezes para determinar a façanha.

O certo, no entanto, é que esse crescimento territorial foi o ponto de partida, que fatos históricos, na hora das independências, serviram para somar àquelas diferenças: a ocupação do Uruguai e a de Chiquitos, esse um episódio de mínima significação, mas que vale na urdidura da tese que representamos uma Nação de apetite insofrido, com forma de governo, o imperial, que importaria na existência de um perigo permanente. A América, depois das experiências goradas do México e do Haiti, era o mundo das Repúblicas, não importando que os caudilhos se sucedessem e a anarquia e a desintegração se processasse vertiginosamente, comprometendo o futuro das novas nacionalidades. O Brasil realizava-se sob a forma monárquica, que era a grande lição ainda em vigor na Europa. Daí a insinuação — estávamos a serviço da Santa Aliança e conseqüentemente contra os interesses do Novo Mundo nascente.

No episódio de Chiquitos, às vésperas de encerrar-se o drama militar da independência da América espanhola, o governador espanhol de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, para não aceitar o fato consumado da autonomia, solicitou a incorporação da Província a Mato Grosso, o que uma Junta ingênua, de Vila Bela, aceitou, mas foi desaprovada pe'o Imperador que determinou a restituição do território. A exploração que re fez do sucesso foi imensa e levou uma delegação argentina à

O BRASIL NO CONTEXTO CONTINENTAL

presença de Simon Bolivar para que este participasse de uma ação enérgica contra o Brasil, no que não foram atendidos.

Nosso não comparecimento à Conferência do Panamá permitiu novas desconfianças. Não estávamos ali, apesar de concordarmos com a Assembléia nos objetivos por que Simon Bolivar deseja vê-la funcionando, visto que havia a intenção de aproveitar a oportunidade para condenar o sistema monárquico de governo, o que significava condenar-nos na solução político-administrativa que adotáramos quando da Independência. Representávamos, então, um sistema de ordem, como o próprio Bolivar admitia, em contraste com a agitação que lavrava nas repúblicas vizinhas e não permitira, até, a algumas delas, estar presente à Conferência.

No decorrer do século XIX, as reservas não se encerraram. A diplomacia brasileira procurou invalidar, sem grande êxito, a desconfiança que nos cercava. Os esforços para, através de tratados de limites e de boa vizinhança, que firmávamos não produziram grandes resultados. As questões platinas eram as que mais provocavam as reservas ou mesmo hostilidades. Primeiro fora o reconhecimento da independência do Paraguai, que advogamos no exterior, desse modo contrariando as aspirações da Argentina, que não aceitara serenamente a decomposição do antigo Vice-reinado do Prata, com sede em Buenos Aires. A independência do Uruguai, que se desligara do Brasil para compor uma nova unidade autônoma, depois da guerra entre Brasil e Argentina, desligara por proposta brasileira do Marquês de Aracaty, que dirigia a pasta dos negócios exteriores do Império, como a do Paraguai, insista-se, constituíram o fim do poderio de nosso vizinho platino, que, desse modo, perderia, substancialmente, expressiva força territorial.

O conflito com o Paraguai, é certo, provocara animosidade. Juan Batista Alberdi, realmente um dos maiores pensadores políticos do continente contra nós levantara a voz. nos seus comentários sobre nossa política continental, no livro famoso *El Imperio del Brasil y las Repúblicas del Plata*.

O tratado de limites, de 1867. com a Bolívia, fora obtido sob as reservas de muitos bolivianos que julgavam prejudicado seu país e contra ele se ergueram, tendo à frente, nos comentários condenatorios, Mariano Reyes Cordona.

Em dois volumes candentes. Vicente Quesada, argentino, indiou-nos no que ele denominou de política imperialista do Brasil no Prata, a propósito de nossa expansão no período colonial e posteriormente na ação de nossa diplomacia.

A campanha cresceu, todavia, com a ascensão de Rio Branco, que galvanizava a confiança brasileira e projetava o país na ordem continental, e, numa nova orientação da política internacional que adotara,

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

nos estava conduzindo a uma posição ímpar no quadro americano, ao mesmo tempo em que buscava, lealmente, a compreensão da América espanhola e se avizinhava dos Estados Unidos, cuja orientação imperial, aliás, não via com bons olhos, como se verifica de conceitos e reflexões, que se podem ler em documentos da época. Confiava, desconfiando. Se tivera de enfrentar, no caso do «Bolivian Syndicate», uma tentativa profundamente perigosa e contrária à segurança nacional, pois que, por concessão da Bolívia, o organismo norte-americano passaria a exercer verdadeiro direito de soberania no Acre, que disputávamos e era fruto da nossa presença civilizadora!

A questão do Acre, é certo, provocara escândalo internacional, num mundo que provava a ambição das potências européias sobre a África e sobre a Ásia e, conseqüentemente, tinha pouca autoridade para pronunciar-se em questões que diziam respeito às Américas. No episódio, o que nos movia não era qualquer ambição, mas a preservação dos contingentes nordestinos que haviam ampliado o espaço brasileiro na área amazônica.

A política que o Barão promoveu estava certa e de acordo com os nossos interesses maiores, não escondendo objetivos que refletissem ambições de predomínio no continente. Na defesa de nossas razões nos litígios de limites com a Guiana Francesa e a Argentina, Rio Branco valera-se de seus conhecimentos profundos da história de nossa formação territorial, mas valera-se também de seus recursos diplomáticos que todos lhe reconheciam e nossos contestantes consideravam profundamente perigosos. Sobre o que executou, há boa bibliografia brasileira representada no que escreveram, principalmente, Dunshee de Abranches, Hélio Lobo, Bradford Burns, Teixeira Soares. como há igualmente literatura de negação, de contestação, de rude tratamento, de autoria de hispano-americanos, inconformados com o êxito da ação do Chanceler brasileiro. Ainda agora, em *De la independencia a la liberación. Política externa de America Latina*, C. Puig, C. Moneta, Perez Liana e L. Carella, passam em revista «la política exterior del Brasi!», em 131 páginas de livro de 302 páginas, dando relevo particular ao período do Barão. E o internacionalista espanhol Vicente Gay, professor na Universidade de Valladolid, em *El Imperialismo ij la Guerra europea*, agride-nos e ao nosso titular da pasta das relações exteriores, indo ao ponto de afirmar que sua morte importou em tranqüilidade para os povos de raiz espanho!a do continente!

Na atualidade, a agressão ou a distorção decorre do crescimento, não mais territorial, agora no campo econômico. O desenvolvimento brasileiro, sem que esteja ocorrendo fato semelhante nas outras nações do hemisfério, causa espanto, inveja e provoca a irritação dos que, em meio a dissidências internas, não puderam progredir do mesmo modo. As condições da chamada América Latina são, ninguém pode negar,

O BRASIL NO CONTEXTO CONTINENTAL

ásperas, duras, tristes. Há pobreza, descontentamento, conflitos sociais violentos. A evolução do século XIX para o XX não se fez tranqüilamente. E na atualidade, os erros do passado, agravados por soluções imediatistas sem profundidade, não estão conduzindo a dias menos angustiantes. Não nos cabe a menor parcela de culpa no fato, que a muitos parece, no entanto, conseqüência de nosso comportamento imperialista ...

A literatura antibrasileira avoluma-se. O recente problema da construção de Itaipu deu margem a uma campanha vio'enta. Somos, nos comentários, o país que busca a hegemonia continental. A construção da Transamazônica e da Perimetral Norte, como um genocídio indígena, genocídio que não houve, são artigos válidos para a hostilidade. como já fora, antes, a questão da exploração do petróleo boliviano e a ligação ferroviária com a Bolívia, ligação que lhe daria acesso fácil e seguro ao Atlântico e portanto ao mundo livre para seu melhor relacionamento mercantil. Sobre essa ligação, Lima Figueiredo nos deu excelente ensaio, intitulado *A Noroeste do Brasil e a Brasil-Bolívia*. Sobre o problema do petróleo, Olímpio Guilherme, Teixeira Soares e Mário Leão Ludolf escreveram magníficos ensaios elucidativos, que nos situaram na verdadeira posição que assumimos no caso e em torno de tudo havendo interpretação perfeita no livro *Una obra y un destino*, de Alberto Ostria Gutierrez.

No particular do genocídio indígena o Brasil trucidara um milhão de aborígenes, quando sabemos que a população primitiva brasileira não passa dos cem mil indivíduos. Embora, nos livros de Lucien Bodard e Robert Julien, intitulados *Le Massacre des Indiens* e *Le Livre Blanc de ietnocide en Amérique*, a acusação é feita e circula impunemente sem o revide que se faz imperativo.

Quanto à Transamazônica e agora a Perimetral Norte, com sua construção, comprometeríamos a segurança universal. Porque para rasgá-las e utilizá-las com a ocupação humana de suas margens teríamos de derrubar milhões de árvores da floresta amazônica, com o que destruiríamos o oxigênio que alimenta a humanidade. Daí a *boutade* do Ministro Delfim Neto, de que se assim é, deveríamos passar a exigir pagamento de *royalties*, por que estaríamos suprimindo o mundo de graça, o que não era certo. Quando Belaunde Terry abriu a Rodovia Marginal da Selva, no Oriente peruano, isto é, a Amazônia Peruana, para interligá-la à costa peruana, permitindo a operação de integração nacional, nenhuma voz se ouviu para condená-lo. Porque essa condenação se faz com relação ao Brasil?

Na reunião de Estocolmo, quando os problemas da preservação dos ambientes ecológicos foi objeto da cogitação de especialistas do mundo inteiro, a matéria foi ventilada. A delegação brasileira, com depoimento confirmando o da delegação da Austrália, representada a nossa pela voz

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

de um técnico do maior relevo, o professor José Cândido de Melo Carvalho, especialista nos assuntos ecológicos amazônicos, refutou. E refutou à luz de argumentos irrespondíveis, encerrando-se o debate.

O desenvolvimento brasileiro e não o «milagre brasileiro», resultante, voltemos à nossa afirmativa inicial, nesta conversa agora restaurada, é resultante de nossa decisão e de nosso esforço construtivo. Explica, porém, a desafeição que nos cerca. Fala-se em modelo brasileiro e modelo peruano, que os demais países devem ou procuram adotar. Neste, há a ação nacionalista visando os capitais e os interesses estrangeiros, enquanto naquele, isto é, no nosso, esse aspecto não é o fundamental. Impõe-se, como se pode inferir do que aqui foi sumariamente apresentado, uma divulgação bem ampla da legítima, autêntica imagem do Brasil, a Terceira América, que não caminha preocupada em hegemonia continental. O que desejamos são vizinhos fraternos que se transformem, progridam, caminhem sem tropeços, vençam seus problemas internos, cresçam, afirmem-se dignamente, consolidem suas posições, tomando-nos como exemplo, pode ser, para deixar de ser integrantes do Terceiro Mundo e melhor participar dos destinos continentais.

A Independência como Decisão da Unidade do Brasil

Luis HENRIQUE DIAS TAVARES

NÃO sendo uma revolução, no sentido de mudanças nas estruturas sócio-econômicas existentes antes de 1822, porque permanece a economia de exportação baseada no trabalho escravo, o movimento pela Independência perseguiu o objetivo da conquista e manutenção da unidade territorial, política e administrativa do Brasil. No rico e múltiplo complexo do movimento pela Independência do Brasil, é esta a sua maior projeção na História. Supera a da própria luta política e armada para separar o Brasil de Portugal, desenlace que resulta da resistência dos patriotas brasileiros a toda uma tática dos liberais-constitucionalistas portugueses quando procuram submeter o Brasil retalhando-o em Juntas de Governos provinciais. Ou seja: anulando a sua unidade.

Preocupação máxima de José Bonifácio de Andrada e Silva, a unidade territorial, política e administrativa do Brasil também é o incentivo que move os oficiais militantes brasileiros que primeiro se sublevaram contra as Juntas governativas e a submissão das províncias do Brasil ao distante governo de Lisboa; e que em seguida comandaram as heróicas lutas armadas contra as forças militares portuguesas que ocupavam grandes porções do território brasileiro.

É sobretudo notável que a questão da unidade do Brasil se defina como a grande frente da Independência, observando-se que nem a permanência do governo português no Rio de Janeiro (1808-1821) e nem a

LUIZ HENRIQUE DIAS TAVARES

criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, foram suficientes para alterar as instituições políticas e administrativas que cercavam a divisão do Brasil em províncias quase estanques. como nota Tobias Monteiro: «Os capitães gerais continuavam a governar as províncias e os juízes de fora as cidades e vilas, como em pleno domínio colonial, quando El Rei estava em Lisboa» (*). De resto, havia as distâncias e a absoluta carência de vias de comunicação entre as fatias regionais que os brasileiros depois uniriam no Brasil. Ademais, os interesses locais da camada da população mais poderosa social e economicamente — a dos produtores (senhores dos engenhos, das fazendas, das minas, dos escravos e das terras) — eram estreitos, daí a persistência da contradição entre o regional e o nacional ao longo e após a luta pela Independência, conflitando-se Belém, Recife e Salvador, com Rio e São Paulo, pela hegemonia política e administrativa do Brasil ou das regiões norte/leste e sul/centro-sul do Brasil. Aliás, esse mesmo localismo regional já marcara os movimentos de Independência dos finais do século XVIII (Minas: 1786/87; Bahia: 1794/98; Pernambuco: 1800/1801) e segunda década do século XIX (Pernambuco: 1817).

Quando os conflitos locais de 1821 e 1822, entre comerciantes, oficiais militares e soldados portugueses, e produtores, lavradores, intelectuais, oficiais militares e soldados brasileiros, evoluíram para conflito entre Portugal e Brasil — é somente então que se firma a necessidade de um centro de governo executivo, único e capaz de responder com eficiência pela unidade territorial, política e administrativa do Brasil. E porque já existia o governo do Príncipe, a tática dos patriotas brasileiros (começando pelos de São Paulo) foi a de sustentar essa autoridade, tornando-a aceita e legítima para todo o Brasil.

Nos inícios do movimento pela Independência, Pará, Pernambuco e Bahia são as províncias do Pará, de Pernambuco e da Bahia. Nada têm com o Rio, São Paulo e Minas. Por sua vez, em outro processo político, que iria se definir mais unitário, Rio, São Paulo e Minas nada têm com as «adesões liberais-constitucionais» do Pará, de Pernambuco e da Bahia. No entanto, na rápida sucessão dos acontecimentos do segundo semestre de 1821 e dos semestres de 1822 e 1823, o Rio de Janeiro se firma como centro político e administrativo da luta pela unidade do Brasil, assim conduzindo a separação do Brasil de Portugal de modo que passasse a existir um só Brasil — o Brasil de todas as províncias e não o Brasil da Bahia, ou de São Paulo, ou de Belém do Pará.

É a colocação desta consciência da unidade nacional brasileira que passarei a examinar.

(1) MONTEIRO, Tobias, *História do Império, A Elaboração da Independência*, Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia. Editores, 1924, p. 405.

A INDEPENDÊNCIA COMO DECISÃO DA UNIDADE DO BRASIL

O movimento pela Independência do Brasil participa de quatro contradições:

1. Da contradição entre o antigo sistema colonial mercantilista, que era o de Portugal e Espanha, e a expansão do capitalismo manufatureiro.
2. Da contradição nacional entre Brasil e Portugal.
3. Da contradição de interesses entre as camadas sociais mais poderosas economicamente no Brasil da época (a dos produtores e lavradores proprietários brasileiros e a dos comerciantes, na maioria portugueses).
4. Da contradição entre o regional e o nacional, que opôs, por vezes, Norte-Nordeste ao Sul-Centro Sul.

Cada uma dessas contradições foi se definindo ao longo da luta pela Independência.

Desdobramento das manifestações liberais-constitucionalistas do primeiro semestre de 1821, o movimento pela Independência do Brasil atravessou uma fase de equívocos liberais antes de encontrar a grande motivação nacional da conquista e manutenção da unidade territorial, política e administrativa. Esses equívocos foram as adesões das províncias do Brasil a uma revolução exclusivamente portuguesa, como reconhecemos agora a de 1820 no Porto e Lisboa. No particular dessas adesões, o processo da Independência brasileira é bastante diverso do norte-americano, do mexicano e do venezuelano-colombiano.

No primeiro semestre de 1821, sob o mito da lealdade ideológica aos princípios liberais e da fidelidade ao sistema do Reino Unido, muitos brasileiros aderiram à revolução liberal constitucionalista portuguesa e aceitaram submeter as suas províncias ao governo das Cortes, em Lisboa. Em todas essas manifestações de 1821 — nas de Belém do Pará, Salvador e Rio de Janeiro — há entendimento entre oficiais militares e portugueses e brasileiros, a exemplo do que ocorre em Salvador, Bahia, quando os comandos das tropas regulares de artilharia (Manuel Pedro de Freitas Guimarães), da Cavalaria (Francisco José Pereira) e da Infantaria (Francisco de Paula de Oliveira), apoiaram a adesão às Cortes. Também há a participação de intelectuais e políticos brasileiros ao lado de magistrados e comerciantes portugueses. Ainda nesse exemplo da Bahia, são inclusive alguns dos condenados da revolução de 1817 no Recife (Antonio Carlos, Frei Caneca) que saem da prisão política para autorizarem a formação de uma Junta de Governo desligada do Rio e submetida a Lisboa. Naqueles dias «das adesões», Cipriano José Barata de Almeida abandonou a posição de luta pela separação da Bahia de Portugal e apoiou a Junta em que os portugueses tinham maioria.

LUIZ HENRIQUE DIAS TAVARES

Foi observando esses equívocos que Octavio Tarquínio de Sousa escreveu: «A Revolução constitucionalista portuguesa semeara a maior confusão e tivera o efeito de iludir gente de melhor» (2). com efeito, ao comparecerem à assembléia legislativa reunida em Lisboa, os mais expressivos deputados das diversas províncias do Brasil ainda permaneciam acreditando na possibilidade da fórmula do Reino Unido, com o só acréscimo da nova exigência de um Poder Executivo no Brasil equivalente ao de Portugal. A propósito, cito a frase de José Lino Coutinho: «Digo portanto que deve haver uma autoridade do Ultramar, que possa fazer a este respeito o que há de fazer El-Rei». (3)

Em declaração que acompanha o mesmo sentido, disse Antônio Carlos na sessão das Cortes de 11 de fevereiro de 1822: «é necessário manter o vínculo de todo o Reino Unido: este vínculo é mantido quando há em todo ele um só poder legislativo e um só poder executivo». (4)

Em frente única com os liberais constitucionalistas portugueses, e porque ainda pugnassem pelo Reino Unido, esses deputados das províncias do Brasil também se acreditavam «portugueses do Ultramar». É assim que Vilela Barbosa diz: «todos somos portugueses», e sugere a expressão «cidadão português» em substituição a «natural do Reino». Não recordam a frase de Luis Paulino Pinto da França: «Qual será o português europeu que não preze como seu bom irmão o Português da América»? (5)

É de dezembro de 1821 a declaração do futuro Marquês de Paranaguá: «Se acaso os meus patrícios se esquecendo do que devem à mãe pátria, aonde tem seus pais, seus parentes e seus libertadores, quebrassem o juramento que deram..., eu seria o primeiro a requerer contra eles como perjuros, e embarcar, sendo preciso, para ir obrigá-los a entrar nos seus primeiros deveres». (6)

É de março de 1822 outra declaração inocente, essa de Domingos Borges de Barros: «O Brasil não quer a independência de que sempre se anda falando, mas sim a independência na igualdade e reciprocidade de direitos, e com ela e só com ela quer e há-de ser português, como convém a tôda nação». (7) Aliás, não será demais lembrar que Antônio Carlos desmentiu a acusação do «Astro da Luzitania», segundo a qual teria conspirado no Rio «para proclamar-se a independência» — e o fez em novembro de 1822, negando-a e informando: «Quando me achei no Rio de Janeiro ninguém ainda pensava na independência...»

(2) SOUSA, Octavio Tarquinio de, *José Bonifácio*, Livraria José Olympio Editora, p. 157.

(3) *Diário das Cortes*, volume V, p. 138.

(4) *Idem*, p. 147.

(5) *Diário das Cortes*, volume IV, p. 3.475.

(6) *Correio Brasiliense*, volume XXVII, p. 296 e 517.

(7) *Diário das Cortes*, volume V, p. 154.

A INDEPENDÊNCIA COMO DECISÃO DA UNIDADE DO BRASIL

Na altura dessas manifestações, as Cortes já haviam adotado a tática de divisão do Brasil. Não tem outro sentido o decreto de 29 de setembro de 1821, com o qual criava Juntas de Governo diretamente subordinadas a Lisboa. Assim procurava esvaziar qualquer possível definição de um centro político e administrativo válido para todo Brasil, fosse localizado no Sul (Rio) ou no Nordeste (Salvador ou Recife). No desdobramento da mesma tática, as Cortes consideravam indispensável anular a regência do Príncipe, daí a ordem para o retorno de D. Pedro.

Essas medidas políticas das Cortes exigiram um reforçamento do esquema militar português no Brasil. Exatamente por isso, nesses meses do segundo semestre de 1821 o governo de Portugal passou a alterar os comandos das tropas regulares, nomeando Comandantes das Armas os oficiais de alta patente que seriam os chefes militares portugueses da guerra pela Independência, nos exemplos de João José da Cunha Fidié e Ignacio Luiz Madeira de Mello. Por conseguinte, as nomeações ou substituições de Comandantes das Armas correspondiam à sustentação militar prática para a política das Cortes, de divisão do Brasil. Assim compreenderam os oficiais militares brasileiros que se opuseram às Juntas do Governo, ao retorno do Príncipe e aos novos Comandantes das Armas.

É todavia curioso que a ação decisiva dos militares brasileiros ainda permaneça ausente das Histórias que analisam a História do movimento pela independência política do Brasil. Por que isso? Desconhecimento dos fatos? ou equívoco de uma orientação que leva a enfatizar a ação exclusiva dos intelectuais e políticos?

Não sendo objeto desta análise encontrar respostas para estas indagações, posso acentuar, entretanto, que essa ausência é injusta. com efeito, ao contrário de presença eventual e só profissional, a verdade histórica é a de uma presença constante de militares brasileiros ao longo do processo de formação do Brasil separado de Portugal. E não apenas nas circunstâncias imediatas da enorme decepção com as Cortes de Lisboa e as suas Juntas de governo nas diversas províncias, mas, antes, muito antes, a partir dos movimentos revolucionários dos finais do século XVIII e primeiras décadas do XIX, nos exemplos sagrados do Alferes Silva Xavier, dos Capitães Hermógenes Francisco de Aguilar Pantoja (participante de conspirações pela Independência desde 1794), Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima, Pedro da Silva Pedroso, e do Tenente Antônio Henriques Rebelo.

Mais que outros brasileiros do tempo, esses oficiais sentiam a discriminação colonial que pesava sobre eles, acrescida da consciência da situação de penúria em que viviam os soldados, conforme testemunham vários visitantes estrangeiros, entre os quais Thomas Lind ey ⁽⁸⁾.

(8) LINDLEY, Thomas, *Narrativas de uma viagem ao Brasil*, S. Paulo, Comp. Editora Nacional. 1969, p. 71.

LUIZ HENRIQUE DIAS TAVARES

Portanto, já existia um velho conflito nos quartéis, entre militares brasileiros e militares portugueses.

Quando as Cortes passam à realização prática da tática de divisão do Brasil, «os deputados brasileiros não enxergam logo o mal de algumas dessas medidas à união nacional» (°), como nota Tobias Monteiro. Contudo, os militares brasileiros, negados e discriminados nos quartéis, viram o que estava oculto na movimentação dos comandos e nas remessas de tropas de Portugal para o Brasil. Por conseguinte, são oficiais brasileiros os que formam grupos conspirativos no Rio em outubro de 1821. Não por acaso, as manifestações de rua tinham um tom de desafio.

Tobias Monteiro (10) cita versos afixados nas esquinas:

«Para ser de glórias farto,
Inda que nao fosse herdeiro,
Seja já Pedro Primeiro,
Se algum dia há-de ser quarto.
Não é preciso algum parto
De Bernarda atroardor;
Seja nosso Imperador,
com governo liberal
de Cortes, franco e legal,
Mas nunca nosso Senhor».

Em novembro de 1821, em Salvador, Bahia, oficiais brasileiros (Tenente Coronel Felisberto Gomes Caldeira, Majores José Maria da Silva Torres, José Gabriel da Silva Daltro, Francisco da Costa Branco, José Elói Pessoa da Silva e Cadete João Primo) ocuparam a Casa da Câmara e exigiram a imediata renúncia da Junta de governo submissa às Cortes. Alguns dias após, soldados portugueses do 12º batalhão da Legião Constitucional agrediram soldados brasileiros no forte de São Pedro, ocorrendo um choque de conseqüências fatais na praça da Piedade.

Sob a realidade do conflito, de nada valeu a sensibilidade política do General português Luis do Rego, que se antecipou aos brasileiros na adesão às Cortes. De fato, com a radicalização das posições das Cortes, e por causa da própria brutalidade de Luis do Rego, sobreveio o rompimento, a proclamação de Goiana e a vitória brasileira de 26 de outubro de 1821. Naquele dia, Luis do Rego deixou o Recife, levando consigo o batalhão dos Algarves, o que possibilitou a separação de Pernambuco de Portugal antes da Bahia.

É nesse conjunto de ações que o «Fico» ganha a dimensão real de decisão política inserida na tática brasileira de utilizar o Príncipe

(9) MONTEIRO, Tobias, obra citada, p. 403.

(10) Idem, p. 411.

A INDEPENDÊNCIA COMO DECISÃO DA UNIDADE DO BRASIL

D. Pedro como traço de continuidade para a união política e administrativa do Brasil. D. Pedro, era como se fosse D. João. É fórmula talvez inconsciente, por sibilina. Mas é legítima, pois corresponde ao ideal das camadas sociais brasileiras mais importantes — todas elas conservadoras — de separar o Brasil de Portugal mantendo as estruturas já existentes com a elevação do Brasil à condição de Reino.

Muito distante do espontâneo, o episódio do «Fico» cristaliza uma tática que era informe em outubro, mas que se tornou consciente em dezembro de 1821. Consistia em conhecer a autoridade do príncipe (daí por diante proclamado «defensor constitucional e perpétuo») como base para opor resistência às Cortes e firmar no Rio o centro executivo reclamado para a defesa da unidade política e administrativa do Brasil. Reconhecendo isto, os oficiais portugueses se rebelaram contra a decisão do dia 9 de janeiro e levaram seus soldados para as ruas na noite de 11. Pretendiam forçar o embarque do Príncipe. Patrocinadores do «Fico», os oficiais brasileiros responderam com a mobilização das tropas regulares e de milícia, nas quais haviam homens armados até de facas e cacetes. Que significava essa rápida mobilização? perante ela, como é possível manter a versão do espontaneísmo do «Fico»?

Não importa aqui se foi por cautela política ou deficiência militar que o General português Jorge de Avilez deixou de executar o plano concentrado com os ministros do príncipe (Louzã, Caula...). Em verdade, importante é que tenha existido oficiais brasileiros para comandarem os 4 ou 6 mil soldados e voluntários reunidos no Campo de Santana.

Depois da revolução do «Fico», o problema que se apresentava não era o de separar o Brasil de Portugal; como viu bem José Bonifácio, o problema era o reconhecimento da autoridade do príncipe pelas diversas províncias, o que também envolvia o reconhecimento do Rio como centro executivo para todo o Brasil. E isso não aparecia fácil.

Sob todos os aspectos, o quadro era desanimador. De fato, a partir do extremo norte (Pará e Maranhão), nada indicava a possibilidade de sucesso para esse objetivo. Por último, até mesmo a província de Minas Gerais, que todavia participara do «Fico», elevara forte contestação, definindo, entre outras, a idéia de separar Minas do príncipe e das Cortes.

com pertinaz habilidade, José Bonifácio dosou a colocação da autoridade do príncipe nas províncias com o máximo de prudência. Ademais, deixando escorrer como óleo a dubiedade da posição daquele príncipe que algum dia seria Rei de Portugal, porque D. Pedro não abdicara de sua condição de herdeiro da Coroa ao desafiar as Cortes a 9 de janeiro, e nem as Cortes tiveram qualquer iniciativa para deserdá-lo. Não é também certo que a linguagem das proclamações de D. Pedro (algumas redigidas por Gonçalves Ledo, a maioria por José Bonifácio)

LUIZ HENRIQUE DIAS TAVARES

é cautelosa, faia em «união e tranqüilidade», refere-se a D. João VI como «nosso bom e amável monarca»? (")

A propósito, é bom lembrar que o manifesto «Aos Povos do Reino do Brasil» (Agosto de 1822) dizia:

«Que vos resta, pois, Brasileiros? Resta-vos reunir-vos todos em interesse, em amor, em esperanças, fazer entrar a augusta assembléia do Brasil no exercício das suas funções, para que manejando o leme da razão, e prudência, haja de evitar os escolhos, que nos mares das revoluções apresentam desgraçadamente a França, Hespanha, e o mesmo Portugal; para que marque com mão segura, e sábia, a partilha dos poderes, e firme o código de nossa legislação na sã filosofia, e o aplique às vossas circunstâncias peculiares» ⁽¹²⁾.

Este final: «às vossas circunstâncias peculiares», corresponde à tática dos brasileiros que separavam o Brasil de Portugal mantendo-o como já se encontrava em 1820, mas com a qualidade nova da união política e administrativa definindo um centro executivo no Rio de Janeiro. Assim se fazia, pela primeira vez, um Brasil no Brasil.

(11) CINTRA, Assis, *Brasil-Reino e Brasii-Império*, p. 378

(12) Idem. p. 382.

O Hornera e o Equilíbrio Ecológico Regional na Amazonia Brasileira (*)

ANTÔNIO DA ROCHA PENTEADO

O equilíbrio ecológico regional pode vir a ser profundamente alterado pelo homem, em sua marcha avassaladora pela conquista definitiva de um vasto território que lhe pertence, se não forem tomadas as devidas precauções pelas competentes autoridades do País.

O que mais caracteriza a Amazônia neste particular é a sua diminuta população; o fato de ela estar vazia, não chegando a ter 1 hab/km² e de sua população se distribuir irregularmente, acompanhando o traçado dos rios, numa espécie de dispersão ordenada, formando coágulos ou nodulos populacionais como se nota nas cartas demográficas da região — é ao mesmo tempo causa e efeito da deficiência da presença de uma infraestrutura capaz de suportar uma maior pressão demográfica.

Assim, ela se apresenta de forma diferente daquela existente no nordeste brasileiro; poucos são os municípios que conhecem mais do que 10 hab/km² como índice demográfico: de oeste para leste, no Estado do Amazonas, só existe o de Manaus (16,10); no do Pará, os de Abaetetuba (47,91), Ananindeua (27,84), Augusto Corrêa (14,35), Barcarena (19,20), Belém (1.004,82), Benevides (52,37), Bonito (48,37), Bragança (18,56), Cametá (23,53), Capanema (44,36), Castanhal (24,97), Colares (26,39), Curuçá (25,01), Igarapé-Açu (23,55), Igarapé-Miri (18,77), Irituia (10,95), Limoeiro do Ajuru (11,23), Magalhães Barata (19,13), Maracanã (23,35), Marapanim (26,72), Nova Timboteua (11,17), Peixe-Boi (16,67). Primavera

(*) Este artigo conclui o trabalho *O Homem e as condições Ecológicas da Amazônia Brasileira*, publicado no n° 16 desta Revista.

ANTÔNIO DA ROCHA PENTEADO

(21,76), Salinópolis (17,06), Salvatemi (10,22), Santa Isabel do Pará (23,16), Santo Antonio do Tauá (30,61), São Caetano de Odivelas (25,38), São Francisco do Pará (16,12), São Miguel do Guarna (16,41) e Vigia (28,35) ⁽⁴⁸⁾.

como se nota na relação acima não há nenhum município do Estado do Acre, nem dos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia. Na realidade, entretanto, mesmo para os municípios destacados linhas acima a população se concentra perto das respectivas sedes, dos rios e das poucas estradas que possuem. Restam, portanto, imensos espaços vazios, onde, à beira dos rios e igarapés, vivem isoladamente parte da população rural da Amazônia: aí está um dos maiores problemas regionais: como prestar assistência ao homem que vive isolado na borda da mata, sobre os barrancos dos diques marginais do Amazonas e de seus afluentes? A ordem de comando na Amazônia também em termos de desenvolvimento é, pois, «reunir» e não «dispersar».

Nestas condições é possível sustentar a tese de que a população atual da Amazônia não coloca um sério risco no equilíbrio ecológico regional, pois ela é, numericamente, pouco expressiva; mas, a ampliação do contingente populacional, da Amazônia, de maneira rápida e desordenada poderá romper esse estado de equilíbrio ecológico que caracteriza a grande região do Brasil.

Prova do que afirmamos são os dados estatísticos referentes à produção de lenha e de carvão vegetal na Amazônia e no Brasil (*•)

LENHA (m)	1960	1967
Amazônia (a)	2.305.978	3.078.134
Brasil (b)	102.840.625	135.732.975
(a) / (b)	2,24	2,26
CARVÃO VEGETAL (t)		
Amazônia (a)	15.458	8.952
Brasil (b)	971.150	995.950
(a) / (b)	1,59	0,89

Os números são muito expressivos, pois o combustível doméstico e até mesmo utilizado para certos fins industriais no Brasil é ainda a madeira, representada pela lenha e carvão vegetal, produzidos e consumidos em larga escala, principalmente nas regiões leste e nordeste do Brasil. Todavia é necessário não esquecer as derrubadas destinadas à extração de madeiras e os efeitos desastrosos da agricultura predatória com o emprego indiscriminado das queimadas sobre o solo e sua cobertura florestal primitiva ⁽⁵⁰⁾.

(48) *Anuário Basa*. 1971, págs. 24 a 26.

(49) *Anuário Basa*, 1971., págs. 52 e 53.

(50) LIMA, Rubens Rodrigues — «Os efeitos das queimadas sobre a vegetação dos solos arenosos da Região da estrada de ferro de Bragança», p. 23 a 27.

O HOMEM E O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO REGIONAL

Apesar da farta derrubada da mata que forneceu madeira em quantidade suficiente para a construção de habitações mormente de grandes troncos necessários às edificações das maiores cidades da Amazônia, apesar da penetração européia ter procurado as famosas «drogas do sertão» — a canela, a salsa, a ipecacuanha etc. — durante o século XVIII, apesar da extração da borracha (1870 a 1910) e da castanha, das sementes oleaginosas etc., as matas tropicais continuam a reinar, soberanamente, sobre o vasto território anecúmeno. Hoje se pode dizer, entretanto, que já começa a ser pressentido o perigo que representa a ação de firmas madeireiras em quase toda a extensão da Amazônia, especialmente em seus limites meridionais e orientais, havendo até empresas que se beneficiam de incentivos fiscais, atribuídos a projetos que se desenvolvem dentro da área da Amazônia Legal ⁽⁵¹⁾ •

Já é muito diferente a situação em que se acha a destruição da fauna amazônica; a procura de peles de animais silvestres, assim como a de couros juntam-se à necessidade de uns e à ganância de outros, dando como conseqüência uma desenfreada ação de comerciantes inescrupulosos que empregam pescadores e gateiros para a obtenção das citadas peles e couros.

Assim, os informes obtidos permitiram elaborar o seguinte quadro ⁽⁵²⁾:

PELES E COUROS DE ALGUNS ANIMAIS SILVESTRES

		Unidades	
		1963	1967
ARIRANHA	Amazônia (a)	2.404	1.700
	Brasil (b)	6.228	4.594
	% a/b	38,59	37,00
CAPIVARA	Amazônia (a)	100.440	32.036
	Brasil (b)	243.331	102.114
	% a/b	41,27	31,27
GATO DO MATO	Amazônia (a)	15.757	24.577
	Brasil (b)	124.254	136.680
	% a/b	12,68	17,98
PORCO DO MATO	Amazônia (a)	228.465	451.663
	Brasil (b)	510.382	687.825
	% a/b	56,51	65,66
VEADO	Amazônia (a)	176.219	197.554
	Brasil (b)	329.040	356.953
	% a/b	53,55	55,34
JACARÉ	Amazônia (a)	101.277	490.089
	Brasil (b)	163.008	757.902
	% a/b	62,30	64,66
LAGARTO	Amazônia (a)	940	4.191
	Brasil (b)	948.942	1.284.359
	% a/b	0,10	0,32

(51) SUDAM — «Caderno de Incentivos Fiscais», págs. 1 a 33.

(52) *Anuário Basa*, 1971, págs. 62 e 63.

ANTÔNIO DA ROCHA PENTEADO

Vê-se que a participação da Amazônia é muito importante, principalmente se compararmos estes dados com os que se referem à produção de carvão vegetal e de lenha. Aqui não se trata mais de subsistência da população, mas sim de uma matança sistemática capaz de exterminar a nossa fauna silvestre que nos cumpre proteger, já que entre os gatos-do-mato se classificam o gato-maracajá e a onça-pintada, enquanto que as queixadas e os caietus estão entre os porcos-do-mato. Digno de nota, é o extermínio que vem sofrendo o jacaré na Amazônia, região que produz mais de 60% de couro desse réptil produzida pelo Brasil.

Mas a devastação não pára aí; uma inspeção na lista de produtos de pesca, procedente de rios e lagos da Amazônia nos mostra fatos entristecedores. É o caso dos quelônios, especialmente as tartarugas, que em 1967 com suas 217 t. a corresponder a 77,50% do total brasileiro, como se vê no quadro seguinte ⁽⁵³⁾ :

PRODUÇÃO DE PESCADO

(em t.)

		1958	1967
PEIXES	Amazônia (a)	17.737	43.910
	Brasil (b)	158.366	361.688
	% a/b	11,20	12,40
CRUSTÁCEOS	Amazônia (a)	1.100	6.432
	Brasil (b)	23.347	55.564
	% a/b	5,05	11,57
MOLUSCOS	Amazônia (a)	71	1.226
	Brasil (b)	2.176	4.698
	% a/b	3,26	26,09
MAMÍFEROS AQUÁTICOS	Amazônia (a)	256	48
	Brasil (b)	2.966	6.844
	% a/b	8,63	0,70
QUELÔNIOS	Amazônia (a)	587	217
	Brasil (b)	608	280
	% a/b	96,54	77,50

É bastante significativo o aumento que se verifica na maior parte dos produtos relacionados na tabela anterior, mas é preciso considerar que alguns deles poderão vir a desaparecer pela extinção da espécie, como é o caso das tartarugas e mesmo de alguns peixes, pescados através de processos devastadores da fauna: veneno e dinamite, como comumente se tem notícia.

como a penetração humana na Amazônia está sendo ativada pelo Programa de Integração Nacional, convém analisar a situação em que se acha o processo colonizador na região.

(53) *Anuário Basa*, 1971, págs. 76 e 77.

O HOMEM E O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO REGIONAL

Não sendo nosso desejo retroceder este estudo aos primeiros tempos da colonização da Amazônia, daremos destaque maior à mesma a partir do período que corresponde aos fins do século XIX, quando o problema da colonização foi agitado nas Assembléias das Províncias do Brasil e do Amazonas.

Até então, todo ou quase todo o povoamento e colonização da Amazônia tinha sido feito através dos rios, criando uma «civilização hidrófila» conforme já acentuamos linhas atrás; se repetimos a idéia é porque ela nos parece fundamental para entender o vazio amazônico, particularmente a distribuição de sua população e, mais do que isso, a própria mentalidade amazônica.

É importante acrescentar que tôda a penetração se faz no sentido-geral da foz para o médio curso do Amazonas, só deixando esta direção ao seguir os percursos dos maiores afluentes do grande rio brasileiro; daí as cidades fluviais e subfluviais da Amazônia; daí o povoamento linear de beira-rio; daí a exploração das várzeas e de suas matas, que forneceram madeira, carvão e lenha para os colonos que lá se fixaram e a grande riqueza regional que é a borracha.

Em contrapartida, as terras-firmes do planalto sedimentar permaneceram desconhecidas; a lavoura da cana-de-açúcar e do arroz, assim como a pecuária extensiva, ocupações ligadas aos colonos recém-vindos da Metrópole, às propriedades de Ordens Religiosas e às da Cia. de Comércio do Grão-Pará e Maranhão eram atividades típicas da planície de inundação, ou seja, das várzeas da Amazônia.

Mesmo a colonização militar dos primórdios da história amazônica foi uma colonização subordinada inteiramente às vias de circulação regional, sentindo a presença do curso de água, construindo nas margens elevadas das confluências e dos trechos mais estreitos dos rios, em fortes que marcaram a presença do português em terras amazônicas; assim foi o caso de Belém com o Forte do Presépio, de Macapá, de Óbidos, de Manaus com o Forte São José do Rio Negro etc., até o do Forte Príncipe da Beira — o mais notável marco da penetração portuguesa na Amazônia.

O planalto sedimentar amazônico permaneceu praticamente intocado pelo homem até fins do século XIX, quando graças ao capital fornecido pela borracha, Amazonas e Pará notadamente este último, tiveram ocasião de desenvolver planos para a colonização do Estado. como tivemos ocasião de estudar profundamente este assunto ⁽⁵⁴⁾ teremos que nos reportar a este ensaio pelo interesse que possui como estudo de um exemplo de tentativa de colonização na Amazônia contando com todos os recursos disponíveis na ocasião.

(54) PENTEADO, Antonio Rocha — *Problemas de Colonização e uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará.*

ANTÔNIO DA ROCHA PENTEADO

A euforia que reinava então nas Províncias do Pará e Amazonas levava seus governantes a proclamar repetidas vezes que o solo apesar de ser «ubérrimo» não encontrava braços para a lavoura; importava-se tudo, até o milho provinha de outras províncias brasileiras (65).

Já em 1858 o Presidente da Província do Pará lembrava que para acabar com o

«definhamento da lavoura em um solo da fertilidade do nosso o remédio eficaz não pode ser outro senão a colonização estrangeira, apontada naquela ocasião como 'indispensável' para fazer com que, progredisse a agricultura em virtude de 'seus hábitos de trabalho e de vida arraigada ao solo' (56).

Essas idéias de Leitão da Cunha, o Presidente em questão, são ainda hoje, infelizmente, esposadas por muitas pessoas que desconhecem a realidade amazônica. Já demonstramos estudando as condições ecológicas da Amazônia, que os solos da região não possuem a tão decantada fertilidade; iremos demonstrar agora que o sucesso da ocupação das terras amazônicas não reside na presença do colono estrangeiro e que o fracasso da ocupação humana por parte do caboclo não é uma fatalidade própria do homem brasileiro.

O problema é completamente diferente; nele, as condições da ecologia regional desempenham importantíssimo papel, conforme passaremos a demonstrar, mas o homem possui uma inegável parcela de responsabilidade, talvez mesmo a maior, nas tentativas fracassadas e vitoriosas de sua fixação no solo das regiões em que vive.

O exemplo da colonização da Região Bragantina do Pará é digno de ser estudado; quem percorre hoje essa região do Estado do Pará, situada entre Belém e Bragança, terá diante dos olhos uma triste paisagem de capoeiras raquíticas intercaladas com macegas, onde solo e vegetação atingiram o último grau de degradação ("). À primeira vista, tudo parece indicar que se acha numa velha zona agrícola, na qual a decadência da fertilidade natural do solo e a destruição da cobertura vegetal primitiva sejam conseqüências de uma longa história de colonização da região.

Nada mais errado; a Região Bragantina apesar de sua proximidade de Belém só foi aberta à colonização a partir de 1875, mais de 250 anos depois que teve início a grande aventura portuguesa no vale amazônico (1616, fundação do Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém).

Em poucos anos, de 1875 a 1914, a região foi ocupada através de um processo de colonização «Sul-generis» para a Amazônia: núcleos coloniais onde foram a princípio colocados colonos europeus e, mais

(55) Idem, ibidem, pag. 108.

(56) Idem, ibidem, pag. 108.

(57) LIMA, Rubens Rodrigues — «Os efeitos das queimadas sobre a vegetação dos solos arenosos da região da estrada de ferro de Bragança», pag. 30.

O HOMEM E O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO REGIONAL

tarde, colonos nacionais, especialmente nordestinos. Assim, em 1875 foi fundada a primeira dessas colônias — a de Benevides; em 1883 a do Apeú; em 1893, a de Marapanim e a do Castanhal; em 1888, a do Araripe; em 1894, a de Benjamim Constant, ocupando-se os dois extremos da Região; sua parte central foi colonizada entre 1895 e 1900 e entre 1901 e 1914 consolidou-se a colonização com a expansão de alguns núcleos já estabelecidos ⁽⁵⁸⁾.

Assim, consolidou-se o processo ainda com a construção de uma ferrovia ligando as colônias entre si e a cidade de Belém à de Bragança, na euforia provocada pelos lucros havidos com a produção de borracha; ela já financiava a colonização, a propaganda na Europa, inclusive escrita através de folhetos sobre o Brasil e o Estado do Pará, a vinda e a instalação de imigrantes franceses, espanhóis, suíços, italianos e até de americanos do norte e também a de nordestinos.

Em 1902 existiam na Região Bragantina 10.128 colonos, dos quais 1.726 eram estrangeiros e 8.396 nacionais; entre aqueles se distinguiam pelo número os espanhóis, localizados sobretudo em Benjamim Constant, a colônia próxima de Bragança; entre os nacionais, nordestinos sobretudo para lá levados por ocasião das grandes secas que assolaram o nordeste sertanejo nessa época, eram mais expressivos pela quantidade, os cearenses (5.924 pessoas) e os rio-grandenses-do-norte (1.266 colonos), chegando a somar, ambos, cerca de 70% dos trabalhadores nacionais entrados na região ⁽⁵⁹⁾.

Apesar de todo o esforço o fracasso foi total; as terras da Bragantina não eram tão férteis quanto foram apregoadas; a malária, a varíola e a febre amarela dizimaram inúmeros colonos — especialmente os europeus — e, sobretudo, a organização e a direção das colônias nem sempre conseguiu passar de uma manifesta condição de mediocridade. A produção decaía, a borracha chegara ao fim de seu ciclo econômico, as chuvas caíam normalmente no sertão do nordeste e a colonização chegara ao fim.

Escrevendo sobre o que se passava na Região Bragantina, Luiz Cordeiro afirmava que:

«de Bragança a Benjamim Constant os cearenses abandonaram os seus pequenos campos de culturas, dirigindo-se a pé para o Maranhão, visto não poderem pagar passagem à Estrada de Ferro de Bragança. É incalculável o número dos que se retiram daquela zona rural do Estado ⁽⁶⁰⁾.

Iniciada em 1875 com grandes festejos por ocasião de instalação da colônia de Benevides, com seus imigrantes franceses, em 1920 o fracasso já era total. Em menos de cinquenta anos o homem foi capaz, fosse

(58) PENTEADO, Antonio Rocha, ob. cit. pp. 112 a 115.

(59) Idem, ibidem, pag. 116.

(60) CORDEIRO, Luiz — «Revista Comercial do Pará de 31/12/1921», pp. 26 e 27.

ANTÔNIO DA ROCHA PENTEADO

ele brasileiro ou estrangeiro, de acabar com a cobertura vegetal da região, cuja mata de terra-firme era extremamente rica em madeiras-de-lei e graças ao emprego do fogo, de maneira indiscriminada, fabricou um verdadeiro deserto às portas da cidade que quis criar, na Bragantina a sua despensa-mor, a tal ponto que comentando o estado de dilapidação de natureza existente na Bragantina um caboclo afirmou a Edson Carneiro: «Isto está que nem o Ceará» ⁽⁶¹⁾.

Esse panorama hoje está bastante alterado; primeiro, por que quem percorre a Bragantina atual encontra a ferrovia extinta e substituída por uma razoável rede de rodovias, as principais até mesmo asfaltadas; segundo, por encontrar na região alguns produtos agrícolas de grande importância para o Pará: a pimenta-do-reino, a malva e o fumo, além de outras culturas não comerciais e a presença de dois seringais do tipo «plantation». Estes aspectos figuram detalhadamente estudados, nos resultados de pesquisas que efetuamos nessa região ^(62 e 63).

O uso da terra na Região Bragantina do Pará, da área ocupada pela colônia agrícola de Tomé-Açu, dos lotes trabalhados por colonos japoneses às margens da rodovia Manaus-Itacoatiara e alguns outros casos concretos (criação de gado em Paragominas, por exemplo), ofereceu reais perspectivas para projetos de colonização na Amazônia, pois são amostras de relativo ou total sucesso alcançado pelo homem, nas terras-firmes do Planalto Sedimentar Amazônico, em áreas onde predomina o latossolo amarelo e concrecionário, cujas deficiências pedológicas foram corrigidas pela intervenção racional do homem.

A pimenta-do-reino é, como se pode afirmar, uma «cultura de vaso», pois que na superfície plena dos latossolos as covas quadrangulares, adubadas, tendo ao centro uma estaca de acapu, em perfeita simetria, oferecem ao observador uma paisagem criada pela mão do homem, inteiramente diversa daquela onde se encontram as lavouras de subsistência (mandioca, feijão, milho etc.) quase todas em roçados dispostos desordenadamente sobre as cinzas das queimadas feitas pelo caboclo mal orientado e que no abandono em que vive não conhece outra maneira de usar a terra, senão através da agricultura itinerante.

A pimenta-do-reino é cultura permanente; a produção anual chega a ser de quatro quilos por pé e seu alto valor justifica uma série de tratamentos (do plantio à colheita e secagem dos grãos). Além disso é necessários ressaltar que ninguém cultivava pimenta-do-reino em terra alheia, pois essa lavoura exige a aplicação de um razoável capital. O mesmo se dá com o fumo e, em até certo ponto, com a malva! Os plantadores de pimenta-do-reino, fumo e malva se acham entre os agricultores mais evoluídos da Amazônia, especialmente os que se dedicam aos dois primeiros produtos citados.

(61) PENTEADO, Antonio Rocha, ob. cit. pp. 203 a 453.

(62) Idem, *O uso da terra na Região Bragantina — Pará*, pp. 29 a 49,

(63) Idem, *ibidem*.

O HOMEM E O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO REGIONAL

Os plantadores de fumo, dos campos de Bragança e Tracateua adotam desde muitos anos a associação da pecuária à agricultura; mas noutros currais de gado cujas cercaduras são móveis e se deslocam anualmente de um lugar para outro, aproveita-se o estéreo animal com a «viração», através da qual é o mesmo misturado à terra que vai receber as plantas que constituirão o «lote-de-fumo» ou o «curral-do-fumo». É o melhor fumo produzido na região amazônica e tem mercado assegurado até no Acre; já os que cultivam fumo em áreas de capoeira e empregam o processo das queimadas obtêm um produto cujo valor comercial é muito menor. A comparação entre o fumo produzido nos campos e aquele oriundo das capoeiras, indica com clareza os danos que o homem ocasiona a si mesmo e à natureza, quando investe inadvertidamente ou não contra o meio-ambiente regional e quebra violentamente o equilíbrio ecológico preexistente.

Apesar de tudo o que se tem escrito a respeito, ainda recentemente a Jari S.A., no vale homônimo revolveu intensamente o solo obtendo os piores resultados em sua primeira tentativa de arboricultura.

Muitos agricultores ligados a culturas comerciais de solos com bagaço de cana-de-açúcar, como acontece com alguns produtores de pimenta-do-reino que usam o «mulch» nas leiras entre os pés cultivados com a piperácea e evitam assim a erosão laminar das águas da chuva. Outros já empregam com grande êxito a prática do plantio de leguminosas (especialmente a poeraria e a centrosema) entre as linhas de seringueiras, dando eficiente proteção ao solo contra a pluviação, ao mesmo tempo em que, por ocasião do plantio, essas plantas poderão incorporar nitrogênio aos solos depauperados da região conforme se vê nos seringais da Pirelli S.A. em Ananindeua e a Goodyear S.A. em Anhangá (64).

Esses exemplos demonstram claramente, que é possível através de um sistema racional de uso da terra, que leve em consideração as condições ecológicas da Amazônia, obter-se bons resultados na luta pela fixação do homem ao solo da região. como os bons exemplos frutificam rapidamente, nada é mais satisfatório do que ver caboclos humildes do Pará e do Amazonas repetir, em suas pequenas plantações de pimentas, as técnicas introduzidas na região pelos agrônomos que orientaram os colonos japoneses na Amazônia. Assim sendo, às possibilidades do meio natural juntam-se as condições culturais do homem, possíveis de serem orientadas para um melhor aproveitamento do solo que possuem, em benefício de si mesmo e da Nação, protegendo sua família e o patrimônio representado pela parcela de terra que lhe cabe e por cuja preservação deve zelar, pois o importante para o homem não deve ser, tão-somente, possuir a terra, mas saber como bem aproveitá-la e utilizá-la em benefício de todos.

(64) Idem, ibidem, pp. 59 a 68.

ANTÔNIO DA ROCHA PENTEADO

Este processo de fixar o homem ao solo é perfeitamente realizável na Amazônia; no Congo estava ciando resultados excelentes e admitia transformações, conforme as condições ecológicas regionais. Assim sendo, na província congoleza do Kivu, os colonatos em regiões de solos vulcânicos com topografia movimentada e declividades acentuadas, os corredores foram substituídos por lotes agrícolas com cultura em curvas de nível, reservando-se as encostas mais acentuadas para culturas permanentes (como a da banana, por exemplo) e as partes correspondentes ao topo das colinas, para culturas temporárias, menos afetadas pela fraca declividade desses trechos do relevo ⁽⁶⁹⁾.

Em Angola instalou-se também um colonato na região da Cela (entre Luanda e Nova Lisboa), onde em 17.000ha foram colocados cerca de 2.000 colonos distribuídos por doze aldeias cada qual com seus campos de cultura distribuídos em redor; ali cada colono comprou a sua gleba, distante de sua casa, já que o habitat é concentrado na aldeia. Nela existe escola, igreja, depósitos e a sede de núcleo, dando-se assim contínua assistência ao colono que não vive isolado de seus companheiros.' Todos os colonos obtiveram financiamento para a compra de seus lotes com prazo de até 20 anos para pagar, a juros extremamente baixos. (70) Além disso foi assegurada a comercialização da produção do colonato, cuja direção se incumbe do transporte dos produtos da Cela para Luanda e Nova Lisboa, seus dois grandes centros consumidores.

A Cela em sua grande baixada rodeada por elevações lembra a paisagem de Roraima, particularmente dos campos do Rio Branco na região do Bonfim e de Surumu, onde a presença de uma estação seca cria problemas semelhantes aos que os agrônomos portugueses tiveram que enfrentar e resolver no colonato da Cela.

Os exemplos africanos aqui citados apesar de visarem diferentes finalidades agro-pastoris possuem um divisor comum que é básico para o atendimento de colonização moderna nos trópicos: a concentração do núcleo populacional numa ou mais aldeias ou vilas, para que se possa assistir o colono, orientá-lo e socorrê-lo, a si e a sua família, para que se possa organizar a produção e a comercialização do que se produz, inclusive com a instalação de cooperativas-locais.

Finalmente, muito importante foi a criação de verdadeiros cursos de nível médio e superior, destinados à formação de dirigentes de projetos de colonização e de técnica especializadas a eles subordinados: criou-se assim uma *mentalidade de colonização* da qual todos os que participaram do programa ficaram imbuídos, passando a entender as condições ecológicas regionais, o processo colonizador, os sistemas agro-pastoris,

(69) PENTEADO, Antonio Rocha — «A agricultura itinerante e o problema de fixação do homem ao solo no Congo Eelga», pp. 69 a 75.

(70) PENTEADO, Antônio Rocha — «O colonato da Cela (Angola): um exemplo de colonização branca na África Negra», págs. 110 a 116.

O HOMEM E O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO REGIONAL

o ambiente social, os problemas do colono (desde a sua chegada até o plantio, colheita e comercialização do que produziu) e o porque da necessidade do homem criar amor à terra, que passa a considerar como sendo um verdadeiro capital.

Infelizmente, neste último aspecto estamos perigosamente negligenciando na Amazônia, pela falta de melhor orientação e direção dos empreendimentos coloniais; a conservação da natureza é falha ou inexistente e a ecologia regional se encontra dessa maneira sem nenhuma defesa contra o homem, a não ser aquelas armas que ela mesma possui como parte integrante de sua própria formação.

Não é surpreendente pois lermos nos jornais, intercaladas com artigos que exaltam a obra de colonização que se inicia na Amazônia, reportagens que retratam o fracasso de muitos colonos e que nos fizeram lembrar de um estudo sobre a imigração cearense para a Amazônia nos áureos tempos da borracha. (71) A diferença é que no momento são os sulistas que já estão retornando e não os nordestinos.

Nos tempos da borracha os que para lá foram só pensavam em voltar ao Ceará como o que aquele que declarou:

«O sr. me desculpe seu moço. Tenho 51 anos de Amazonas. Gosto muito desta terra, criei-me a bem dizer aqui, mas não renego a minha pátria: sou cearense até o infinito». (72)

Naquela época houve descendentes de nordestinos ou nordestinos mesmo que para lá foram por serem transumantes, ambiciosos, românticos, crentes, aventureiros, fatalistas, desiludidos, malandros, etc. (72) Nada conheciam da região, como o seguinte depoimento demonstra:

«O paludismo dá pru mode dessas frutas do mato que tem por aí... » (74)

Hoje, as reclamações são feitas da seguinte forma, lembrando a improvisação da época da borracha e o despreparo do homem do Sul para seus primeiros contatos com a Amazônia. São palavras de gauchos:

«Queriam colocar a gente nos confins do Judas. O sol era muito quente, tinha mosquito bravo che e além do mais achamos o clima daquela terra bastante doentio». (75)

«O mosquito de lá é muito bravo. Parece até que marcaram encontro e vêm todos numa só hora, chegando a fazer nuvens para morder a gente». (76)

«Ficamos com medo, porque tão longe da cidade, acabaríamos sem assistência. Afinal todos aqui tem familia, crianças pequenas. O clima é doentio, elas não iam se dar bem por lá». (77)

(71) BENCHIMOL, Samuel — «O cearense na Amazônia».

(72) Idem, ibidem, pag. 43.

(73) Idem, ibidem, págs. 56 e 57.

(74) Idem, ibidem, pag. 56.

(75) JORNAL «O GLOBO», de 24-8-71, pag. 12.

(76) Idem, ibidem, pag. 12.

(77) Idem, ibidem.

ANTÔNIO DA ROCHA PENTEADO

Todas essas declarações evidenciam o despreparo do homem, ou pelo menos, desse grupo de colonos riograndenses do Sul. Seria apenas uma atitude isolada? No mesmo jornal encontramos a seguinte declaração de um colono vindo do Piauí, líder de um grupo de 25 pessoas recém-desembarcadas no campo de pouso de Altamira:

«Olhe, vira porque lá onde eu estava não dava para viver e porque me chamaram dizendo que o Brasil aqui precisa de homens. Na minha terra estava tudo seco e eu vivia amotinado. Então fizeram o convite e aceitei de pronto. Prometeram cama, terra e Cr\$ 156,00. Mãos, braços e vontade para trabalhar não me faltam, é só a terra ajudar». (78)

É sem dúvida alguma um grande problema o da seleção dos que querem ir para a Amazônia; a professora de uma escola do JNCRA assim resumiu a situação de seus alunos:

«O principal problema deles, logo que chegam, é a falta de higiene. Mais do que cultura eles precisam de ensinamentos básicos, de higiene pessoal, para que não fiquem doentes e possam frequentar as aulas regularmente». (79)

Entre a situação existente no apogeu do ciclo da borracha e a época atual há um intervalo de cerca de 80 a 100 anos; mudou o Brasil, atingido por um surto de progresso indiscutível, mas a situação do homem continua quase a mesma. Que moléstias não levarão em seus corpos, como hospedeiros de uma série de larvas, esses homens que vão para a Amazônia?

Querer assim abordar o problema da defesa da ecologia regional diante deste quadro cultural é quase impossível; o baixo padrão cultural, no sentido mais amplo que esta expressão possa ter, será o grande inimigo a ser vencido numa luta pela efetivação de uma sábia política de desenvolvimento para a Amazônia Brasileira. Realmente, em termos de defesa da ecologia da região o primeiro passo a ser dado é defender o colono contra si próprio, obra gigantesca a ser desenvolvida silenciosamente mas, continuamente, em todos os lugares onde o homem já se fixou ou pretende se fixar com a abertura da Amazônia à colonização dos dias atuais.

Percorrendo, recentemente trechos da Cuiabá-Santarém e da Transamazônica próximo a Altamira, trouxemos a impressão de que sérias medidas precisam ser tomadas urgentemente para impedir a dilapidação dos recursos naturais; os sinais de incêndio estão presentes em todas as derrubadas que vimos de perto e a resposta que nos foi dada de que cada colono não pode derrubar senão a metade da área da mata de seu lote não nos pareceu satisfatória, pois da maneira como estão sendo derrubadas e queimadas as matas ao longo do percurso que

(78) Idem, *ibidem*.

(79) JORNAL «O GLOBO», de 25-8-71, pag. 12.

O HOMEM E O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO REGIONAL

percorremos, já está iniciado o processo de rompimento do equilíbrio ecológico regional.

Estas observações fizeram com que se tornasse necessária ainda uma vez mais, levantar este problema da fixação do homem ao solo e da necessidade de ser cuidada com a máxima brevidade, com prioridade a defesa da ecologia regional; mais do que nunca devem continuar a serem feitos inventários florestais na Amazônia (80) e todos os esforços devem ser desenvolvidos para o estabelecimento de um plano de economia florestal para a grande região, (81) como elementos básicos para a defesa da ecologia amazônica.

Assim, as equipes de profissionais que atuarão na Amazônia deverão ter *necessariamente*, ao lado do geógrafo, do economista, do sanitarista, do higienista, do agrônomo, do geólogo, etc., o *engenheiro florestal*, pois caberá ao silvicultor importante papel na luta pela conservação dos recursos naturais renováveis da área. Se tal não acontecer, não temos a menor sombra de dúvida de que os colonos desorientados passarão a vender o carvão e a lenha obtida em seus lotes, na cidadezinha mais próxima; cultivarão suas terras com sucesso nos primeiros três anos de ocupação, graças às cinzas das queimadas que enriquecerão o solo; e logo mais, uns após os outros retornarão aos estados de onde procederam, desiludidos com o El-Dorado amazônico, deixando atrás de si o deserto. Este é o perigo que devemos evitar.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- AB'SABER, Azis — *O domínio morfo-climático, amazônico*, 10 pgs. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.
- AB'SABER, Azis — *Superfícies aplainadas e terraços na Amazônia*, 10 pgs., Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1966.
- ANUÁRIO BASA — 1971, Ed. Banco da Amazônia, Belém, 1970.
- AZEVEDO, Aroldo de — *Brasil, a Terra e o Homem*, Vol. I, Cia. Editora Nacional, 2ª ed., São Paulo, 1968.
- BEIRNAERT, A — «*La technique culturale sous j"Equateur*», 86 pgs. INEAC, série técnica nº 6, Bruxelas, 1941.
- BENCHIMOL, Samuel — *O cearense na Amazonia, inquérito antropológico sobre um tipo de imigrante*, 87 pgs., SPVEA, Rio de Janeiro, 1965.
- CORDEIRO, Luiz — «*Comentário em Revista Comercial do Pará, de 31-12-1921*», pgs. 26 e 27, Belém 1921.
- DABIN, B e LENEUF, N. — «*Étude de l'Érosion et du ruisselement em Basse Côte d'Ivoire*», 20 pgs., Adiopodoumé, 1958.

(80) PANDOLFO, Clara — «Recursos florestais da Amazônia», págs. 24 a 29.

(81) DUBOIS, Jean — «Desenvolvimento de uma economia florestal na Amazônia».

ANTÔNIO DA ROCHA PENTEADO

- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL — *As mais recentes medições do rio Amazonas*, Belém, 1964.
- DUBOIS, Jean — *Desenvolvimento de uma economia florestal na Amazônia*, 36 pgs., SPVEA, Rio de Janeiro, 1965.
- EGLER, Walter E. e SCHWASSMANN — «*Limnological studies in the Amazon estuary*», era Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, agosto, 1962.
- FALESI, Italo Cláudio, SANTOS, Walmir Hugo dos e VIEIRA, Lúcio Salgado — «Os solos da colônia agrícola de Tomé-Açu», em *Boletim Técnico n° 44*, pgs. 7 a 93, IPEAN, Belém, 1964.
- FALESI, Italo Cláudio — «Levantamento de reconhecimento detalhado dos solos da Estrada de Ferro do Amapá — trecho km 150-171», em *Boletim Técnico n° 45*, pgs. 5 a 53, IPEAN, Belém, 1964.
- FALESI, Italo Cláudio e SANTOS, Walmir Hugo dos — «Contribuição ao estudo dos solos da ilha de Marajó — Fazenda Espírito Santo», em *Boletim Técnico N° 45*, pgs. 57 a 159, IPEAN, Belém, 1964.
- FALESI, Italo e RODRIGUES, Tarcisio E. — «As terras roxas na Amazônia Brasileira», em *Caderno de Ciências da Terra n° 6*, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1970.
- GESSNER, Fritz — «O regime de oxigênio do rio Amazonas», em *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Nova Série, Avulsa n° 1, pgs. 43 a 71, Belém, agosto, 1962.
- GESSNER, Fritz — «Observações sobre o regime do fosfato no rio Amazonas», em *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Nova Série, Avulsa N° 1, pgs. 73 a 83, agosto, 1962.
- GOUROU, Pierre — «Observações geográficas na Amazônia Brasileira», em *Revista Brasileira de Geografia*, ano XI, N° 3, pgs. 355 a 408, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1949.
- GOUROU, Pierre — «*Les pays tropicaux*», 196 pgs., Presses Universitaire de France, 3° éd., Paris, 1953.
- GOUROU, Pierre — «Le Plandcs Arachides», em *Les Cahiers d'Outre Mer*, tomo VIII pgs. 105 a 118, 1955.
- IPEAN (Instituto de Pesquisas e Experimentação Agro-pecuária do Norte) — *Os solos da área Manaus-Itacoatiara*, pg. 117, Secretaria da Produção do Estado do Amazonas, Manaus, 1969.
- LE COINTE, Paulo — *L'Amazonie Brésilienne*, 2 vols., Ed. A. Challamet, Paris, 1922.
- LIMA, Rubens Rodrigues — «Os efeitos das queimadas sobre a vegetação dos solos arenosos da região da Estrada de Ferro Bragança», em *Boletim da Inspetoria Regional do Fomento Agrícola do Pará*, Ano 8, número único, pgs. 23 a 35, Belém, 1958.
- MAIA, Alvaro — *Banco de Canoas*, 280 pgs. Ed. Sérgio Cardoso, Manaus, 1963.
- MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA — Departamento Nacional da Produção Mineral — Divisão de Águas — 2° Distrito — *As mais recentes medições do rio Amazonas*, Divulgação Técnica, N° 1, Belém, 1964.
- PANDOLFO, Clara — *Recursos Florestais da Amazônia*, 56 pgs., SPVEA, Rio de Janeiro, 1965.
- PANDOLFO, Clara — «uma visão global dos recursos naturais disponíveis da região», em *A Amazônia, seu grande potencial de recursos naturais e oportunidades de Industrialização*, pgs. 18 a 25, SUDAM, Belém, 1969.

O HOMEM E O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO REGIONAL

- PAÍRDÉ, Maurice — «Les variations saisonnière de l'Amazones», em *Annales de Géographie*, vol. 257, pgs. 502-511, Paris, 1936.
- PARDÉ, Maurice — «*Quelques aperçus relatifs à Hydrologie Brésilienne*», 51, pgs. ed. Howille Blanche, Paris, 1956.
- PENTEADO, Antônio Rocha — «Panorama do Mundo Tropical», em *Anuario da Faculdade de Filosofia «Sedes Sapientiae»*, nº 16, pgs. 75 a 98, São Paulo, 1959.
- PENTEADO, Antônio Rocha — «A agricultura itinerante e o problema da fixação do homem ao solo no Congo Belga», em *Boletim Paulista de Geografia nº 33*, pgs. 41 a 77, São Paulo, 1959.
- PENTEADO, Antônio Rocha — «O colonato da Ceta (Angola), um exemplo de colonização branca na África Negra», em *Anuário da Faculdade de Filosofia «Sedes Sapientiae»*, nº 17, pgs. 106-116, São Paulo, 1960.
- PENTEADO, Antônio Rocha — «*Problemas de colonização e de uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará*», 2 vols. Col. Amazônica, Universidade Federal do Pará, Belém, 1967.
- PENTEADO, Antônio Rocha — «*O uso da terra na Região Bragantina — Pará*», 112 pgs. Ed. do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.
- PENTEADO, Antônio Rocha — «Belém do Pará — *Estudo de Geografia Urbana*», 2 vols. Col. José Veríssimo, Universidade Federal do Pará, Belém, 1968.
- PENTEADO, Antônio Rocha — «Condições geo-econômicas da Amazônia Brasileira», em *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo*, nº 6, pgs. 35 a 51, São Paulo, 1969.
- PENTEADO, Antônio Rocha — «*Os elementos básicos da nacionalidade — a Terra*», em *Segurança e Desenvolvimento*, nº 145, Rio de Janeiro, 1971.
- PENTEADO, Antônio Rocha — Bases Geográficas da ocupação da Amazônia Brasileira, em «*Problemas Brasileiros*», nº 110, São Paulo, outubro, 1972.
- PITT, John — «*Relatório ao Governo do Brasil sobre a aplicação de métodos silviculturais a algumas florestas da Amazônia*», 245 pgs. SUDAM, Belém, 1969.
- QUEIROZ NETO J.P. — «Os solos» em «*Brasil a terra e o homem*» 1º vol., cap. VIII pgs. 463 a 520, 2º Ed., Editora Nacional, São Paulo, 1968.
- RADESCA, Maria de Lourdes de Souza — «A Hidrografia», em *Brasil, a terra e o homem*, 1º vol. cap. X, pgs. 573 a 604, 2º Ed., Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1968.
- RODRIGUES, Tarcísio E. e FALESI, Ítalo — «As terras roxas na Amazônia Brasileira», em *Cadernos de Ciências da Terra* Nº 6, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.
- RODRIGUES, William A. — «Aspectos fitossociológicos das caatingas do Rio Negro», *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* nº 15, 41 pgs., 7 tab., Belém, 1961.
- ROMARIZ, Dora de Amarante — «A vegetação», em *Brasil, a terra e o homem*, 1º vol. Cap. IX, pgs. 521 a 572, 2º Ed., Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1968.
- SANTOS, Walmir H. e FALESI, Ítalo Cláudio — «Contribuição ao estudo dos solos da ilha de Marajó — Faz. Espírito Santo», em *Boletim Técnico* nº 45, pgs. 57 a 159, IPEAN, Belém, 1964.
- SANTOS, Walmir Hugo dos, VIEIRA Lúcio Salgado e FALESI, Ítalo Cláudio, «Os solos da colônia agrícola de Tomé-Açu», em *Boletim Técnico* nº 44, pgs. 7 a 93, IPEAN, Belém, 1964.

ANTÔNIO DA ROCHA PENTEADO

- SIOLI, Harald — «Alguns resultados e problemas da Limnologia Amazônica», em *Boletim Técnico do Instituto Agronômico do Norte* n° 24, pgs. 3 a 44, Belém, junho, 1951.
- SIOLI, Harald — «Estudo preliminar das relações entre a Geologia e a Limnologia da zona Bragantina (Pará)», em *Boletim Técnico do Instituto Agronômico do Norte*, n° 24, pgs. 67 a 79, Belém, junho, 1951.
- SioiX Harald — «Sobre a sedimentação na várzea do Baixo Amazonas», em *Boletim Técnico do Instituto Agronômico do Norte* n° 24, pgs. 45 a 66, Belém, junho, 1951.
- SIOLI, Harald — «Pesquisas Limnológicas na Região da Estrada de Ferro de Bragança do Estado do Pará» em *Boletim Técnico* n° 27 do Instituto Agronômico do Norte, Belém, 1960.
- SIOLI, Harald e KLINGE, Hans — «Solos, tipos de vegetação e águas na Amazônia», em *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Nova Série, N° 1, pgs. 27 a 41, Belém, 1962.
- SIOLI, Harald — «Valores de pH de águas amazônicas», em *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Geologia, n° 1, janeiro, 1963.
- SOARES, Lúcio de Castro — «Amazônia — guia de execução n° 8 do XVIII Congresso Internacional de Geografia», Rio de Janeiro, 1963.
- TAKEUCHI, Mazayuki — «A mata pluvial tropical», em *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* N° 6, 17 pgs., 11 tab., Belém, 1960.
- VIEIRA, Lúcio Salgado, FALESI, Ítalo Cláudio e SANTOS, Walmir Hugo dos «Os solos da colônia agrícola de Tomé-Açu», em *Boletim Técnico* N° 44, pgs. 7 a 93, IPEAN, Belém, 1964.

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

18

Outubro/Dezembro — 1973

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA
Publicação trimestral do Conselho Federal de Cultura

DIRETOR

Mozart de Araújo

CONSELHO DE REDAÇÃO

Octavio de Faria

Djacir Menezes

Adonias Filho

Pedro Calmon

Afonso Arinos de Mello Franco

Redação: Palácio da Cultura — 7º andar
Rio de Janeiro — Brasil

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

ANO V

OUTUBRO/DEZEMBRO - 1973

N.º 18

Sumário

LETRAS

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO ...	<i>Raul de Leoni e o Modernismo</i>	9
-----------------------------------	-------------------------------------	---

CIÊNCIAS HUMANAS

RAUL LIMA.....	<i>Da Problemática da Documentação Histórica.</i>	17
ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS.....	<i>como a Amazônia Procedeu no Momento da Independência</i> ..	31
ELMANO CARDIM.....	<i>Rodrigues Alves — Apogeu e Declínio do Presidencialismo</i> ..	41
DEUSDEDIT ARAÚJO.....	<i>Euclides da Cunha em face da Psiquiatria e da Criminologia</i>	51
IRMÃO JOSÉ OTÃO.....	<i>A Educação Permanente e o Lazer.</i>	67
TEIXEIRA SOARES.....	<i>A Paz Mundial, as Organizações Internacionais e a Ação Diplomática do Brasil.</i>	77
FELTE BEZERRA.....	<i>Dos Modelos em Antropologia</i> .	89
LEANDRO TOCANTINS.....	<i>Pedro Teixeira, Precursor da Transamazônica.</i>	105
GLORIA MARLY DUARTE NUNES DB CARVALHO FONTES.....	<i>Alexandre Rodrigues Ferreira e o Mundo Amazônico.</i>	117
REDAÇÃO.....	<i>Calendário Cultural de 1974</i>	

Letras

Raul de Leoni e o Modernismo

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

EM 1922, ao iniciar-se o movimento modernista, um poeta voltado para a antigüidade clássica e que viria a ser tido quase como o nosso único artista do verso dotado de emoção filosófica, publicava um livro de grande harmonia e beleza e que viria também a ser o único que legaria às nossas letras: *Luz Mediterrânea*. «Semeador de harmonia e de beleza», assim disse ele de Olavo Bilac na «Ode a um poeta morto», dedicada ao nosso parnasiano. Esse verso define na verdade o próprio Raul de Leoni e a sua capacidade de fixar em versos fluidos e musicais não só uma visão pessoal, não isenta de ceticismo, da existência, como também, tal como está num belo verso seu, «a ondulante paisagem da alma humana.»

Raul de Leoni nascera em Petrópolis em 1895 e morreria em 1926, em Itaipava. Vida breve que só lhe permitiu afirmar-se através de um livro, mas de um livro que lhe marcou desde logo um lugar na nossa poesia. Dos três grandes poetas que surgiram no pré-modernismo, ou seja, ele, Augusto dos Anjos e José Albano, foi Raul de Leoni o único a assistir à agitação e efervescência das primeiras horas do modernismo. José Albano viveu até 1923; morreria, contudo, longe do Brasil. Augusto dos Anjos, certamente o mais singular dos três, senão de toda a nossa literatura, ficara em 1914, aos 30 anos, como Raul de Leoni ficaria em 1926, aos 31; ambos muito moços, mas com força bastante para inscrever o seu nome definitivamente na poesia nacional através de um livro único.

NAO UM EPÍGONO SIMBOLISTA

Incluindo Raul de Leoni no seu magistral *Panorama c/o Movimento Simbolista Brasileiro*, Andrade Muricy, depois de dizer que «ele exem-

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

plítica superiormente a irradiação do simbolismo, tanto mais que transparece em poesia na qual todo o simbolismo ortodoxo está superado», aduz com razão: «Também Raul de Leoni não é um epígono simbolista, mas não seria bem como foi se o simbolismo não tivesse introduzido em nossa sensibilidade, em nossa imaginação e em nossa linguagem poética tantos elementos modificadores.» Também do poeta do *Eu*, num capítulo que inseriu no mesmo *Panorama* sob o título «Augusto dos Anjos e o Simbolismo» — um estudo penetrante — dirá Andrade Muricy: «Augusto dos Anjos seria o poeta que foi em qualquer época literária. Tal, porém, como se cristalizou, precisamente assim, só o pôde ser porque passou pela atmosfera do simbolismo.»

Não um epígono simbolista, mas alguém cuja sensibilidade se conciliava com o poder de sugestão, a evanescência e fluidez de linguagem do simbolismo, assim era Raul de Leoni. Mais: alguém possuidor de algo irredutivelmente seu. Ou como se manifestou Carlos Drummond de Andrade em reportagem excelente que publicou sob o pseudônimo de Antônio Crispim no número da revista «Leitura» de dezembro de 1957: «É um poeta diferente, de expressão cuidada e elegante, mas que não se confunde com os cultores do parnasianismo em agonia. O modernismo ainda não surgira; o simbolismo não dava mais frutos. Raul de Leoni surge sozinho, pessoal, e se tornará inconfundível.»

LEONI E O MODERNISMO

O simples fato de ter *Luz Mediterrânea* surgido no ano do modernismo brasileiro, inclina-nos a meditar sobre o conceito que faria o poeta do movimento que se iniciava. Drummond, na citada reportagem, refere-se à posição de Raul de Leoni diante do modernismo, citando trechos do artigo que ele escreveu sobre Marinetti em 1926. Depois de dizer que *Luz Mediterrânea*, sendo de 1922, ano I da era modernista, «nao segue o modernismo nem o contradiz; ignora-o» e, ainda, que «entretanto, Raul de Leoni contraria alguns de seus melhores amigos entre os iniciadores do movimento, e por certo não lhe repugnavam as novas experiências», afirma: «Que não se opunha às correntes de renovação literária, está claro em seu artigo sobre Marinetti, 1926.» Alude, a seguir, a frases do poeta em que se sente que ele compreendia a existência de um espírito moderno, e aceitava a nova estética desde que sem exageros.

O artigo de Leoni pode ser lido no número que «Autores & Livros» dedicou ao poeta em 23.XI. 1941, ou no volume 58 da coleção «Nossos Clássicos», da Editora Agir, escrupulosamente preparado por Luiz Santa Cruz. Informa este que o trabalho foi escrito, segundo testemunho de amigo que acompanhava Leoni, no dia imediato ao da apresentação de Marinetti no Teatro Lírico.

Reconhecia o poeta que «o homem do século XX, no quadro da história humana, vai sendo cada vez mais uma coisa profundamente

RAUL DE LEONI E O MODERNISMO

diversa dos seus irmãos de todas as épocas. Do seu próprio vizinho do século XIX, ele já vai se sentindo quase tão longe quanto de outros homens de idades longínquas. Daqui a pouco, referindo-se a um como a outros, ele não poderá mais dizer: «os meus semelhantes», mas os meus dissemelhantes de tal época. ..» Adiante: «Futurismos, dadaísmos, traismos, simultaneísmos, cubismos, etc., etc., não são afinal mais do que sinais vagos, parciais, turvos, imprecisos, confusos, ansiosos, delirantes, pitorescos, talvez ridículos, mas extremamente expressivos todos, de uma só e mesma coisa, perfeitamente legítima, que é essa formidável agitação do espírito contemporâneo. São um índice dessa hora confusa e trepidante. .. Insuficientes e incompletos eles se referem, apenas, ao aspecto estético do fenômeno, que entretanto traz tão largas finalidades humanas, operando sobre todas as formas da vida, do pensamento e da ação. . . Mas nem por se referirem somente ao lado estético, deixam de ensinar o fenômeno geral, porque a Arte, sendo o mais alto reflexo, a suprema manifestação das coisas, é o ponto de confluência de todas as manifestações da vida. (...) Assim é que no seu aparente absurdo esses sinais desvairados exprimem de qualquer modo o sentido da vida contemporânea: a intensidade dinâmica.»

A ALGUNS E A MARINETTI

Prosseguirá Leoni afirmando que «é aí que não se pode deixar de reconhecer a clara e profunda razão de todo esse largo movimento de reação estética de que Marinetti se presume o grande iniciador.» Movimento, dirá ele, «ainda caótico, nebuloso, sem formas precisas, sem fixações exatas, e arbitrariamente rotulado de nomes rebarbativos e diversos, mas que em essência — dispensados os seus ridículos e extravagâncias — e reduzido à sua intenção, é a própria lógica, o próprio espírito da vida nova. É o dinamismo contemporâneo.»

O poeta define bem a sua posição com referência aos excessos da hora. E virá a compreender até esses excessos: «Marinetti, nesse movimento, não é mais que o Exagero, o exagero indispensável a todas as idéias que vão vencer. (...) O engano de muita gente, a começar por ele próprio, é supô-lo a força inicial e condutriz da tremenda revolução libertadora, que traz no bojo a nova fórmula do Homem sobre o globo. Quando muito, ele terá sido e é o mais audacioso dos seus arautos. Mas na verdade essa revolução nasceu e se está operando por si mesma, inevitável, fatal como uma lei da natureza.»

Ao asseverar que «a Arte nova será, apenas, o espelho do espetáculo novo», não se esquece de censurar «a intrujice de um certo sectarismo zarholho» que vai, segundo suas palavras, «desnaturando o fenômeno até o ridículo.» Compreende-se a sua reação, tanto mais que, mantendo inalterada a sua posição, de que não se afastara (e, cremos, não se afastaria, se mais vivera) mesmo depois do advento do modernismo, sabia

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

ver claro, tanto quanto possível, como ao dizer que a «revolução libertadora» nascera e estava operando por si mesma, inevitável e fatal, salientando o engano de muita gente, e do próprio Marinetti, ao julgá-lo (ou julgar-se ele) «a força inicial e condutriz» dessa mesma revolução. Em defesa de sua posição é que tem frases mais candentes: «Espíritos sem densidade, ralos, vazios, frívolos e leves, aos quais convém sempre a confusão extrema e a extrema desordem — porque à noite todos os gatos são pardos — não percebendo, vagamente sequer, a séria finalidade humana do movimento e não podendo mesmo compreender o que há de profundamente inteligente e estratégico, como apostolado, nas demasias de Marinetti, supõem que o espírito moderno revoga a todas as inspirações do espírito clássico, cortando de vez todos os compromissos com o passado.»

Apostolado de Marinetti: já o vimos falar deste, criticando-o, não só a ele, mas a quantos o julgavam «a força inicial e condutriz.» Dirá ainda que Marinetti «não é um louco nem um farsante», para advertir aos «histriões» do seu cortejo triunfal, bem como aos espíritos ingênuos e medrosos, que não sabem para que lado ficam as coisas (são expressões suas) que não levassem tão ao pé da letra «a palavra solerte do deslumbrante funámbulo italiano.»

Por fim, reconhecia que «haverá sempre um homem novo, mas nunca um outro homem» e que «em essência, o homem não é passadista, nem futurista, é um triste eternista, sempre adaptado ao presente, no seu destino de grande trágico da dor universal, a passar pela ironia das eternas esfinges...» E, mais objetivo: «Agora um conselho prático ao luminoso cabotino romano. Se ele é realmente o patriota orgânico, tônico e dinâmico — pai do fascismo, empresário espiritual da Itália nova — não insista na «boutade» de aconselhar a destruição dos museus e de tôda a antigüidade conservada. Lembre-se que na sua pátria a antigüidade, além de um alto prestígio humano, é uma das colunas da receita pública e privada...»

UM TRISTE ETERNISTA

Se defendia o pensamento clássico, que era o seu mundo e a fonte em que ia encontrar a sua expressão poética, Leoni não se colocaria nunca na posição intransigente de quem tentasse ignorar as conseqüências do movimento que se processava, silenciando, como tantos fizeram. Ao contrário, a sua manifestação é a de alguém sintonizado com uma hora confusa e trepidante. Resguardava o seu ponto-de-vista, a sua conceituação da arte, mas não sem deixar de ressaltar ou analisar com lucidez a realidade. Lucidez, sim, tinha bastante para enxergar no que chamava «tremenda revolução libertadora» como para perceber o que o tempo tornaria ainda mais claro, ou seja, a verdade de que, ao homem do século XX, «a sua ciência ousada, e desmedida, abrindo-lhe, a cada

RAUL DE LEONI E O MODERNISMO

instante, novas e empolgantes concepções da matéria universal e da própria vida humana, e, a cada instante, proporcionando-lhe novas e maravilhosas aplicações de uma e de outra, está-lhe alterando tão profundamente as condições da vida física e social, que em correspondência se lhe vão também modificando a fundo os hábitos da vida física, até um ponto imprevisível, onde afinal se aclare e se defina tôda uma nova e singularíssima mentalidade humana.» Advertindo: «Por agora, ainda que se não possa premarcar os rumos nem prever com exatidão os limites dessa profunda e inevitável revolução do espirito humano — corolários da nova compreensão e utilização científica das coisas — já se lhe sente o latejo violento, em tôda essa complexa e confusa inquietação, em todo esse desentendimento que abala e sacode o mundo inteiro, em todos os sentidos.»

Compreendia, em suma, a revolução científica e estética que se desencadeava: «A ciência moderna, provocando uma espantosa aceleração de todos os ritmos da vida exterior, criou, logicamente, para o homem uma necessidade de síntese extrema de todos os movimentos e operações do seu mundo psíquico. Obrigado a viver mais depressa, ele teve de sentir, de pensar e de agir mais depressa, e, em conseqüência, de dar uma expressão mais rápida ao que sente, ao que pensa, ao que faz, ao que vive. Sua arte, para ser uma coisa viva, deverá ser portanto extremamente sintética, intensa, dinâmica, livre, consistindo, quase, em pura sugestão, em que se condense, no recorte de uma imagem, todo um mundo de formas associadas. Economia de formas; Arte de um homem que não pode perder tempo interior. . .»

«O homem não é passadista, nem futurista, é um triste eternista. . .» Triste eternista: é bem a definição de um ironista, de alguém que erigiu a ironia em consolação e filosofia e via nela «o pudor da Razão diante da Vida.» De alguém que sabia muito bem o que significa a agitação humana ou o que somos nós, «incautos e efêmeros passantes»:

E a nossa alma é a expressão fugitiva das cousas

E a vida somos nós, que sempre somos outros! . . .

A TIRANIA DOS FANTASMAS

De tudo se concluirá que Raul de Leoni não seria nunca um defensor simples e obstinado do passado, incapaz de ver o que neste deva ser substituído por exigência da própria vida, e da sua constante mutação. «E a vida somos nós, que sempre somos outros!», eis um verso que traduz uma visão meio cética do homem, e da vida, como céticos são estes de um soneto que traz o título de «Felicidade»: «Na árvore amarga da meditação,/ A sombra é triste e os frutos têm venenos.»

Sim, ele buscava compreender as «blagues» de Marinetti: «Quando ele malsina o passado, a ordem, a disciplina clássica e a lógica, quer

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

referir-se ao ritmo cansado, à rotina estéril, valetudinária e sonolenta. Porque a Lógica, sendo a própria essência das relações universais, não pode ser banida da vida humana. Longe de ser um inimigo pessoal da Lógica, Marinetti encontra nela, exatamente, a sua grande força: o movimento a que ele serve é a revolta da lógica da vida nova contra a tirania dos fantasmas. .. Exagerada, extravagante, mas legítima no fundo. »

Convenhamos que nessas palavras está o artista capaz de ritmos fluidos, musicais, de uma harmonia que o coloca bem longe do ritmo cansado, a que alude, bem como da rotina estéril, valetudinária e sonolenta. Lúcido e lógico, não poderia aceitar essa rotina. Ainda aí, um defensor «das inspirações do espírito clássico», mas do espírito clássico liberto dos males da repetição e impregnado de novo calor e nova seiva.

Ciências Humanas

Da Problemática da Documentação Histórica

RAUL LIMA

O grande traço que distingue as formas de comunicação é a instantaneidade, ou não, em relação ao fato. Em nossos tempos podemos não apenas saber imediatamente que um homem está pisando o solo da lua, mas vê-lo no exato momento em que isto está ocorrendo. Basta que estejamos diante de um aparelho de televisão ligado para o canal próprio no instante do acontecimento. Mais simplesmente, podemos acompanhar todos os lances de uma partida de futebol em condições melhores, quanto à precisão na observação de detalhes, do que os espectadores no estádio.

Mas, se não estamos diante da tela miraculosa naquela ocasião certa, a possibilidade de ver o acontecido somente nos pode ser assegurada por aquilo que, se chame como se chame, é na verdade o arquivo.

No caso das transmissões televisionadas, o rape nos permite ver mais tarde o que foi visto horas antes, ver de novo daqui a anos. A geração futura poderá igualmente ver o que a atual está vendo, se houver um bom arquivamento de *tapes*.

Ora, o que ocorre agora com os instrumentos de avançada tecnologia eletrônica vem ocorrendo, há séculos, com o material mais difundido e abundante — o documento escrito em papel, para não falar nos outros que o precederam, desde o mais vetusto — a pedra. É a guarda do documento, dos documentos em séries e coleções, para uso intenso e

imediatamente das atividades cotidianas ou para o sereno e metódico estudo do ontem, num e noutro caso com assegurado préstimo para amanhã, que caracteriza o arquivo como fonte e, além de fonte, veículo de comunicação. !

2. Há na moderna Jerusalém, na Jerusalém do Estado de Israel, um monumento de extraordinária significação, originalidade, beleza arquitetônica e especial aparato técnico de segurança, efeitos luminosos, tudo isto para que? Para guardar uns papéis, uns documentos. É impressionante, emocionante. E creio que gostarão de conhecer — os que ainda não conhecem — a descrição que dele faz Érico Veríssimo em seu «Israel em Abril».

Começa pelo jardim, esquisito jardim, onde o japonês Isamu Noguchi dispôs esculturas preciosas, de autores famosos, estátuas que lhe parecem retorcidas em agonia, doadas a Israel pelo empresário teatral americano Billy Rose.

E continua:

«Os Rolos do Mar Morto estão entesourados num edifício conhecido como «Sacrário do Livro», construção moderna inspirada num objeto antiquíssimo: monumental rotunda branca na forma estilizada das tampas dos jarros em que foram encontrados os manuscritos essênios.

Entramos na «tampa do jarro». Iluminação artificial e indireta, num tom de pálido âmbar. No centro da sala principal de forma circular, ergue-se um estrado em cima do qual está assentada a vitrina que contém uma cópia do Livro de Isaías, num rolo de mais de sete metros de comprimento. Descemos ao subsolo para conhecer os Manuscritos do Mar Morto, também guardados em redomas. Podemos examiná-los de perto. Há falhas, gretas e manchas nos pergaminhos, mas o texto, escrito com tinta que o tempo reduziu a um pardo de ferrugem, é duma nitidez surpreendente, se levarmos em conta que estes documentos têm mais de três mil anos,

Quando tornamos à sala da rotunda, Dothan aponta para a vitrina central — encimada, percebo agora, por um bloco de madeira na configuração de um rolo de manuscrito antigo — e informa-nos que em caso de perigo de bombardeio essa montra circular desce para o subsolo, graças a um dispositivo mecânico, ficando no nível dos outros documentos protegidos todos por espessas paredes de concreto. É que nesta terra não só os homens como também as coisas vivem perigosamente».

Não em certo abril, mas em setembro, 1970, tive a ventura de ver aquele que é sem dúvida o mais admirável e precioso arquivo do mundo, fisicamente e pela ancianidade e procedência dos papéis arquivados. E então senti outra forma de comunicação exercida por um arquivo — o magnetismo de sua arquitetura e suas instalações, a carga de inspiração bíblica que emana daqueles pergaminhos milagrosamente conservados, providencialmente encontrados e agora com a sua perpetuidade assegu-

DA PROBLEMÁTICA DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

rada. Nem precisamos saber o que eles contêm para venerá-los. Quando saía daquele pequeno mundo maravilhoso, na noite profunda, que parecia nos fazer contemporâneos das eras antes de Cristo, e subia ao ônibus para voltar ao hotel, o rádio do veículo expandia uma canção de Dorival Caymi, «Marina». A música dolente do baiano, gravada aqui num disco ou fita, fora ter ao arquivo, à discoteca, de uma emissora israelense e eis produzida a graça da comunicação da pátria distante, distantíssima e de repente ali a invadir-nos o coração. Bendito arquivo, bendita comunicação.

3. Atentemos para isto: o documento nasce, vive, morre.

Nasce ao ser produzido, isto é, no momento em que alguém o escreve e o assina. Seja a lei que o Presidente da República sanciona, a portaria do diretor de repartição, a ordem de serviço do gerente comercial, o registro lavrado pelo tabelião, a carta de alguém para outro alguém. Seja também a fita magnética em que está gravado um discurso, uma entrevista. Enfim, é desnecessário enumerar exemplos.

Qualquer desses documentos, conforme sua natureza, vive produzindo efeitos, impondo normas, estabelecendo direitos, comunicando, cada vez que saia da pasta, da caixa, do armário.

A morte física ocorre com a destruição mas, se o documento foi impresso ou multiplicado, seus efeitos permanecem, ou mesmo quem o leu ou ouviu pode guardar na memória o conteúdo e assegurar-lhe sobrevida por certo tempo.

Temos, portanto, que o arquivo, longe de ser o túmulo do documento, é justamente a garantia de sua perpetuidade. Ali ele é conservado, cuidado, tratado, defendido, lembrado. Aquilo que a pobre matéria de que somos constituídos tanto almejaria, a vida para sempre, mas para o que não existe ciência nem hospital, o documento pode ter assegurado: o arquivista deve ser o zelador dessa existência perene, sempre apto a encontrar o papel guardado e proporcionar ao interessado a comunicação do exato teor e a mostrar as características físicas do que lhe foi confiado.

Outra função importante do arquivo é a de dar fé aos documentos, assegurar-lhes a autenticidade. Um documento, mesmo público, exibido por alguém, pode ser inquinado de falso, de fabricado, mas se ele está custodiado num arquivo, que o recebeu diretamente da fonte, da origem, nenhuma dúvida pode ser levantada.

4. A comunicação do conteúdo dos documentos de um arquivo pode ser produzida de diferentes modos. E deve assustar-nos que se expanda a tendência à suposição de que basta justamente apenas a transmissão do conteúdo, à base de um extrato ou síntese que o arquivista ou, mais grave ainda, o detector de palavras-chave para alimentação de um computador tenha produzido.

Pode isto ser válido para diversos tipos de documentos estandarizados ou para contagem de determinadas incidências numa série do-

RAUL LIMA

cumental. Mas, pelo amor de Deus e dirigindo-me aos leitores desta Revista, logo com o nível de cogitações acima de interesses exclusivamente imediatistas, portanto num clima propício à defesa da cultura histórica, tenhamos cuidado com os arquivos de custódia e os métodos de pesquisa nas fontes primárias.

O primeiro desses cuidados é o de não nos deixarmos levar pelo canto de sereia dos vendedores de equipamentos modernos, geniais. como os que garantem condensar em alguns rolos de microfilme, guardados numa simples gaveta, os metros cúbicos de documentos armazenados em caixas e estantes que ocupam salas de alto valor locativo. Ou os que argumentam com a possibilidade da comunicação instantânea da informação contida na documentação arquivada.

O pesquisador histórico consciente tem boas razões para, muitas vezes, não se contentar com a leitura através da imagem fixada numa película e projetada na tela. Ele pode considerar necessário certificar-se da autenticidade do documento pelo exame do papel, da tinta. E, não raro, uma ligeira indicação a lápis, uma anotação levemente deixada à margem, e que o microfilme não reproduziu, transmitem esclarecimento importante.

Quanto à síntese, ao extrato, é suscetível de desinformar sobre o exato conteúdo do documento, fazendo com que o pesquisador o ponha de lado. Ou de informar com imprecisão, erro mesmo, levando adiante essa imprecisão, quando não, nesse último caso, àquilo que o dicionarista caricaturado por autor esquecido, Mendes Fradique (pseudônimo de Madeira de Freitas), chamava de «negância da verdez» e que chamamos mesmo de mentira. Quem se preocupa com esses aspectos não ama a pressa, não se interessa por uma comunicação instantânea mas extremamente sujeita a equívocos.

Além disso, a justa procura da redução de custos na administração pública e na empresa há de ser conduzida com respeito aos valores culturais e atacando as verdadeiras causas como o arquivamento de múltiplas cópias, a tendência de cada setor, numa repartição ou grande escritório, de ter o seu próprio arquivinho que vai crescendo inexoravelmente.

5. Conforme fez sentir a direção do Arquivo Nacional, em circular a responsáveis por outros arquivos, a propósito do delicado problema do descarte e eliminação, esta ocorrendo no Brasil o duplo e antagônico fenômeno do excesso de custoso armazenamento de papéis e do abuso inominável de destruição de outros, o que pode ser causa de um lastimável hiato com que irão deparar-se futuros historiadores.

Ao tomarmos a decisão de destruir um conjunto documental, fazendo precedê-la ou não da microfilmagem, para guardar dele a reprodução de todo o conteúdo, mais ainda, apenas da extração de dados sob critérios e técnicas falíveis, devemos considerar qual será o comportamento do homem de amanhã, isto é, sua sensibilidade ou não em face de valores que o homem de ontem cultivou e o de hoje altamente aprecia.

DA PROBLEMÁTICA DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Para os que raciocinara em termos apenas de riqueza econômica, de índices monetários, tenhamos o argumento do preço que alcançam velhos manuscritos e simples autógrafos em bolsas especializadas.

Decerto não estamos pensando em, por exemplo, transformar a rodovia Transamazônica numa espécie de Esplanada dos Ministérios, com edifícios de ambos os lados, destinados a recolher agora e sempre todos os papéis produzidos no serviço público e os de valor histórico certo e possível existentes em incompetentes mãos particulares, entendida a palavra incompetentes não só no sentido técnico ou cultural mas financeiro, de ausência de recursos para adequada preservação.

Mas defendamos a necessidade da garantia de comunicação, à geração atual e às futuras, dos testemunhos da nossa civilização no passado e no presente.

Recorramos, então, aos fatos, pelo menos alguns fatos ilustrativos.

6. No Seminário para Planificação e Reorganização dos Arquivos Nacionais Latino-americanos, em Lima, Peru, a ilustre diretora do Arquivo Geral de Índias, em Sevilha, em Sevilha, nos contava que em certa ocasião, nos fins do século XVI, o cidadão espanhol Miguel de Cervantes Saavedra, cansado de guerra, considerando suas más condições financeiras, dirigiu um requerimento ao Conselho Geral de Índias no sentido de ir tentar a vida no então ultramar espanhol, a América de Colombo. O Conselho indeferiu o pedido — «Busque por acá en qué se le haga merced» — porém não o pôs na cesta, nenhum burocrata o recomendou à incineração, passados alguns anos, como se faria hoje com qualquer papel semelhante de esgotado trânsito administrativo. A petição foi recolhida, arquivada. Algum tempo depois, aquele modesto requerente estoura com um dos maiores livros da literatura universal, «Dom Quixote de la Mancha». Sobre Cervantes é de notar que só em 1752, ou seja 137 anos depois de sua morte, com o encontro do registro de seu batismo, pôde ser comunicado ao mundo que o lugar de seu nascimento foi Alcalá de Henares e não Madrid, Toledo ou Sevilha como se especulava até então.

E do mesmo modo como continua a ser editada e reeditada, em todas as línguas, a obra admirável, objeto de toda sorte de adaptações para maior divulgação, alvo do interesse perene de gerações, tudo quanto se refere à pessoa e à vida do autor possui imenso valor, não sendo fácil calcular qual seria a cotação do vulgar requerimento indeferido no especializado mercado de autógrafos.

A história dos arquivos e da profissão de arquivista está cheia de exemplos dessa natureza, de sorte a advertir os modestos funcionários administrativos que hoje produzem documentos a seu ver insignificantes, de mera rotina na cinzenta vida cotidiana, sobre a importância notável da comunicação que um desses papéis pode um dia conter.

Lembra-se, numa breve monografia sobre *Les Archives de France* (Ver, em publicação do Arquivo Nacional, Brasil, Robert Favreau e

F.R. Jº. Verhoeven, *Arquivos da Franga e da Malásia*, Rio, 1970), o caso do registro da condenação à morte de um nada mais que boêmio chamado François Villon, a ata da fundação, por um certo Blaise Pascal, de uma sociedade para a secagem de pântanos, os pareceres sobre pedidos de auxílio do Sr. Gerar de Nerval ou Sr. Charles Baudelaire, documentos cujos produtores, pobres amanuenses, no momento em que os fizeram não poderiam imaginar que viessem a ter interesse histórico. O valor histórico veio a ser conferido pelo reconhecimento, muito posterior, da importância daqueles nomes na cultura francesa.

Numa sociedade democrática, em que cada vez mais se dilatam as possibilidades de ascensão de ignorados filhos do povo, nas cidades e nos campos, o pachorrento escrivão do registro de nascimento de uma criança de procedência humilde pode estar produzindo um documento que será objeto de maior atenção e de apreço especial, se referir-se a quem venha a ser um grande cidadão da sua pátria ou do mundo.

7. Mas, não nos deixemos ficar nesse tipo de exemplos, pois à categoria dos chamados homens práticos a comunicação de dados de valor biográfico talvez não satisfaça. Citemos, na publicação a que acima me referi, que quando se decidiu quadruplicar a linha férrea de Chantilly, construída em 1862, «a tarefa foi executada com notável eficácia... graças à descoberta dos dossiês da construção, apesar dos estragos, devidos a gerações de ratos».

Continuo citando: «Antigos planos das intendenças do século XVIII, planos e relatórios do serviço de minas do início do século XIX, trouxeram importantíssimas economias nas primeiras pesquisas de urânio logo depois da segunda guerra mundial, tanto em Haute-Vienne como em Haut-Rhin. Neste último departamento, as pesquisas do arquivista permitiram, para as minas de Saint Hippolyte, perto de Ribeaupillé — antigas minas de carvão, terceira jazida de urânio da França — evitar múltiplas sondagens à grande profundidade que, na época (1956), custavam 10.000 francos por metro. Estes resultados levaram a missão do comissariado de energia atômica a prospectar todos os arquivos antigos das minas em Haut-Rhin, em Bas-Rhin, nos Vosges, na Haute-Saône, e no Território de Belfort, enquanto que em Limousin o escritório de pesquisas geológicas e minerais se dedicava, com resultado, a um exame completo dos documentos dos arquivos departamentais relativos à exploração do subsolo».

Na construção de uma estrada pela Amazônia peruana, apresentou-se o problema da transposição de certo trecho na selva. Pois em socorro dos engenheiros foram velhos documentos de missão jesuíta na área, indicando o ponto viável e econômico da passagem.

Apesar de dispor de uma instrumentação tecnológica que lhe faz grandes revelações, até radiografando o seio da terra para comunicar-lhe a existência de minérios, o administrador não prescinde desses aportes resultantes do conhecimento do passado.

DA PROBLEMÁTICA DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Cabe lembrar que tudo quanto se escrevera e discutira sobre o local exato em que Pedro Álvares Cabral terá pisado pela primeira vez na terra brasílica e o em que Frei Henrique de Coimbra rezou a missa para os descobridores e os índios foi objeto de estudo para fins utilitários, como o do desenvolvimento do turismo na região por onde agora passa uma rodovia asfaltada. A carta de Pero Vaz Caminha escrita em 1500, arquivada, em boa hora, descoberta e só publicada 315 anos depois acrescida de minuciosas interpretações e análises, lá da casa forte onde se encontra, no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, comunicou 473 anos depois, o que o administrador moderno quis saber para plantar uma seta, fincar marcos para atrair viajantes que façam despesas.

E o que dizer da delimitação das fronteiras, num país que tem tantos vizinhos, numa faixa de 15.719 quilômetros, se não dispusesse da informação contida nos velhos documentos? Insistir nisto, enfim, é como sangrar na veia da saúde.

8. Colocados no artigo 180 da Constituição vigente «sob a proteção especial do Poder Público os documentos de valor histórico», tem-se que todas as áreas desse poder devem agir no sentido de preservar da perda ou destruição tanto os que já possuam esse valor quanto os que, além de necessários às atividades de cada ramo administrativo, sejam suscetíveis de vir a adquirir interesse histórico.

Em comentário ao dispositivo constitucional citado e necessidade de implementá-lo, estudo elaborado por encargo do Arquivo Nacional, em 1970, o jurista J. C. de Assis Ribeiro escreveu:

«A proteção de nossas fontes históricas é, irrecusavelmente, imperativo categórico, de ordem nacional. É mandamento de alcance cívico. É preceito de sentido cultural.» Faia dos *[atores integrativos]* da nacionalidade, isto é, da identidade de *língua*, de *religião*, de *tradição*, de *costumes* e de *sentimentos*, que sempre atuavam e ainda atuam beneficentemente no Brasil, inclusive através do seu elemento principal, de *ordem subjetiva*, que, no dizer de Soriano de Sousa (Princípios Gerais de Direito Público e Constitucional, pág. 46) é esse *sentimento íntimo* radicado no coração dos homens, que ressalta os seus interesses *especiais* e as suas *necessidades peculiares*, dando-lhes *consciência da nacionalidade*.

com efeito, somente a preservação de nossas fontes históricas poderá facultar o pleno conhecimento das relações culturais do nosso povo, bem como o comportamento de nossas estruturas políticas, sociais, econômico-financeiras e militares, no tempo e na vastidão do território que possuímos. E aí está porque Jonathas Serrano (Filisofia do Direito — 3ª edição-Revista e atualizada — Berguet & Cia. — Rio — pag. 140) anotou que «é a nação, efetivamente, um produto da história; a comunhão de origem está patente no étimo latino (*nátfo*, de *nafas*, do v. *nascere*); e portanto os fatores naturais que a formam — identidade de origem, de língua, de costumes e de sentimentos — justificam a opinião dos que

RAUL LIMA

dizem que «a Nação é uma associação feita pela História» (Leroy Beaulieu-Precis D'Economie Politique, pág. 351).

Um ponto pacífico quanto ao dispositivo constitucional citado, por extensão a comentários aos dispositivos de Constituições anteriores, é que os documentos de valor histórico ficam sujeitos ao que o insigne Pontes de Miranda chamou de «dupla legislação protetiva: a federal e a estadual», acrescentando que «às Constituições estaduais é possível devolverem aos Municípios todas ou parte dessas atribuições».

Temos, portanto, que está dentro da esfera de sua competência e, direi, de seu dever, o que o governo de cada Estado cuide de fazer com reflexão, estudo e objetividade.

Conseqüência do artigo 180 da Constituição Federal, também proclamada, é a limitação ao direito de propriedade, a fim de que não somente tenha o poder público a faculdade de impedir a saída de bens culturais para o exterior e deformação do edifícios tombados, como já é expresso na legislação, mas também intervir para preservar tais bens — inclusive de documentos históricos de possível destruição, e ainda a faculdade de desapropriá-los.

Entretanto, devemos reconhecer que os governos não têm meios para fazer tudo. Num país como o nosso, de tais dimensões, índices de alfabetização, recursos financeiros disputados para prioridades outras, e mesmo em qualquer país, a tarefa não pode ser cumprida somente por ele. Grandes perdas de acervos documentais importantes e as condições em que se encontram tantos outros, conhecidos e desconhecidos, resultaram e resultam, em muitos casos, infelizmente, de arbítrio ou omissão de agentes do poder público, mas sobretudo do nível cultural em que ainda se encontra o nosso povo, o que leva a uma espécie de insensibilidade mesmo no seio das chamadas elites.

Cumprido, portanto, realizar um esforço no sentido de concientizar todas as camadas do seu papel nesta empreitada que não tem nada de acadêmico nem lúdico, não é divertimento de meros saudosistas retóricos, mas integra o contexto do desenvolvimento nacional deslançado com vigor nestes últimos anos.

Para o professor C. J. de Assis Ribeiro, no estudo citado, necessite-se uma Lei Orgânica sobre a Proteção dos Documentos de Valor Histórico, a qual, de forma sistemática, procure:

a) definir e delimitar a expressão constitucional — «proteção especial» a fim de que a União, os Estados e os Municípios pudessem cumprir devidamente o mandamento contido no artigo 180 — parágrafo único, já aludido;

b) conceituar a expressão — «Poder Público», sob todos os seus aspectos, de modo a que os atos que forem praticados para o exercício daquela proteção especial sejam devidamente informados e fundamentados

DA PROBLEMÁTICA DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

por força de uma sistemática de competência própria, quer em razão de matéria, quer por grau, quer por jurisdição;

c) estabelecer as infrações peculiares às violações pertinentes a proteção especial dos documentos de valor histórico, com a fixação das respectivas penas;

d) consignar princípios de ordem processual que facilitassem a tramitação dos processos judiciais e administrativos, quanto à apuração de responsabilidades;

e) fixar a posição do Arquivo Nacional como órgão central de um sistema de órgãos congêneres, tudo de modo a dar maior eficiência ao texto constitucional.»

10. A par da implementação legal, para a qual existem estudos e anteprojetos, evidentemente há de cuidar da implementação administrativa, ou seja criar ou aperfeiçoar, instrumentalizar devidamente, os órgãos aos quais incumba a guarda dos papéis públicos assim como zelar pela preservação de papéis particulares, uns e outros capazes de nos informar, no presente, sobre o nosso passado, no futuro, sobre o nosso presente.

Em relação aos documentos produzidos nos serviços legislativos, executivos e judiciários, devemos orientar-nos pela prática difundida nos países que estão cuidando mais atentamente dos seus arquivos, a qual consiste em estabelecer, para cada documento, uma discriminação de idades, no interesse do bom andamento, racionalidade e eficácia dos trabalhos e do conhecimento histórico.

Enquanto em curso o assunto de que trata, o documento está em sua primeira idade. Transita ou, mesmo se estaciona, é suscetível de ser procurado, utilizado. Nessa fase, o arquivamento essencialmente dinâmico deve colocá-lo ao alcance do legislador, do administrador ou do julgador com a maior rapidez.

Passado certo tempo, de acordo com a natureza específica de cada departamento, o ofício ou a pasta ou o processo vão perdendo importância ou mesmo utilidade como provas legais, por exemplo, e deve ser transferido para o arquivo dos papéis de segunda idade, também chamado de arquivo intermediário ou intermediano, pré-arquivo ou, na França, quanto à documentação do executivo nacional, de cidade interministerial. Aí, havendo liberado área e encargos na repartição de origem, permanece à disposição dela para eventual consulta, antes que se integre num dos «fundos» do arquivo geral, ou de custódia, em que passa a predominar o critério do interesse histórico.

Na passagem da segunda para terceira idade, eis uma delicada trama de princípios a atender e decisões a adotar.

As decisões a serem tomadas não podem ser deixadas, como até agora tem acontecido, ao arbítrio de um funcionário ou de comissões

RAUL LIMA

meramente burocráticas, que, tranqüilamente confiantes na impunidade tradicional, nem se lembram de que documentos públicos são bens do domínio federal, estadual ou municipal, e, assim, não podem ser destruídos sequer sem a fixação de critérios prévios e razoáveis, quando se exige que sejam legais e científicos.

Colegiados para esse fim devem constituir-se com o jurista, o historiador, o sociólogo, para apoio do arquivologista com descortino e ampla visão.

Vale anotar que a Diretoria de Documentação da Secretaria da Câmara dos Deputados está orientando o seu trabalho, para chegar a critérios de descarte, com louváveis zelo, prudência e descortino.

Parte do necessário exame meticuloso de diversas séries documentais, constituídas de elementos repetitivos, para chegar a decisões adequadas.

Na coleta de experiências, em que o Arquivo Nacional se empenha, é com satisfação que acompanha aquela que ali se desenvolve.

Graças às modernas técnicas de reprografia, no caso a microfilmagem, uma alternativa se oferece para manter-se a memória do conteúdo de certa massa documental sem guardá-la materialmente como se apresenta, desde que suas características o permitam, a juízo dos especialistas.

Quanto à eliminação, o descarte sem o emprego dessa transferência do conteúdo, a decisão de maior gravidade, quaisquer que sejam os documentos, praticamente, encontra sempre a resistência dos defensores do material indispensável à história quantitativa.

Mas há que enfrentar esse e outros obstáculos.

Ao ensejo da triagem para o recolhimento definitivo, o documento, na terceira idade, vinte a trinta anos depois de produzido, já se apresenta com elementos para uma avaliação objetiva de sua utilidade histórica, embora, nesse particular, se registrem as ocorrências mais surpreendentes.

O que sobretudo precisa ser levado em conta é que um funcionário não pode fazer idéia do valor que ele poderá vir a ter no futuro. Não são freqüentes, mas existem, os casos em que a noção da importância desse valor já é possível nessa oportunidade, por exemplo, os recentes processos de aposentadoria, como autônomo, de figuras as mais eminentes da literatura brasileira; eles já interessam à história cultural do país.

Normalmente o juízo de valor somente pode caber à geração seguinte, e mesmo têm ocorrido episódios em que o documento só se tornou peça de arquivo muitos anos, até séculos, depois de produzido, já surgindo, então, como antigüidades altamente preciosas.

Aliás, muitas vezes um funcionário de arquivo pode incidir no grave erro de considerar destituído de interesse, e por isso eliminável, uma

DA PROBLEMÁTICA DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

série documental, pelo fato de que, não catalogada, jamais tenha sido objeto de consulta ou só muito raramente tenha sido.

11. Vem a pelo tratar do papel que cabe, nesse contexto, ao antigo Arquivo Público recordando os antecedentes de sua criação, nesse ano do sesquicentenário da Constituição do Império que expressamente a previu, ou, melhor, determinou.

De fato, já a Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa ao discutir, na sessão de 27 de junho de 1823, disposição referente ao teor da promulgação dos decretos, em redação proposta por Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, mandava remeter o original para o Arquivo Público.

Na discussão. Carneiro de Campos, que um jornalista e dramaturgo de nossos dias chamaria de «idiota da objetividade», opunha: «Arquivo Público não há; e por tanto para se falar nele na lei, é preciso que a Assembléia mande primeiro fazer um».

Dotado de visão larga, ponderava Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, em nome da comissão elaboradora do projeto, o que se tivera em mente. Era indicar o lugar para onde iriam os originais, que esse lugar haveria de ser criado e, enquanto não, seriam guardados na Secretaria.

Intervém Sousa França apresentando emenda segundo a qual aqueles documentos ficariam na Chancelaria «até que se estabeleça o Arquivo Público».

O fato é que, ao surgir o Projeto da Constituição, a redação do artigo a respeito do assunto foi:

«Art. 119 — Referendada a lei pelo Secretário competente, e selada com o selo do Estado, guardar-se-á um dos originais no Arquivo Público, e o outro igual assinado pelo Imperador, e referendado pelo Secretário competente, será remetido ao Senado, em cujo arquivo se guardará».

Araújo Lima assinou o projeto com restrições. Estará aí um dos pontos de sua divergência? Adiante veremos porque a suposição.

Prosseguindo, vemos que, dissolvida a Constituinte e decidido o Imperador D. Pedro I a outorgar a Constituição, como o fez a 25 de março de 1824, a disposição definitiva ficou sendo:

«Art. 70. Assinada e referendada a lei, será guardado o original no Arquivo Público.»

Veja-se a preocupação dos fundadores do Império pelo detalhe — a guarda dos documentos legislativos. Observe-se a singularidade da referência a uma repartição no próprio texto constitucional. Note-se, como fez o futuro Marquês de Caravelas, Carneiro de Campos, que tal repartição não existia. Repare-se que a Constituição estabeleceu o princípio da unidade e da centralização arquivística da Nação.

RAUL LIMA

Onze anos depois, a Câmara dos Deputados, autorizada por Carta de Lei de 12 de outubro de 1832 a reformar a Constituição, aprovou as disposições que a Regência tornou efetivas pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834.

E nesse ato a preocupação dos antigos constituintes era também dos novos, ao determinar a extensão da regra às Assembleias Provinciais, no artigo 18, *in fine*:

«Assinada pelo Presidente da Província a Lei, ou Resolução, e selada com o selo do Império, guardar-se-á o original no Arquivo Público, e enviar-se-ão exemplares...» etc.

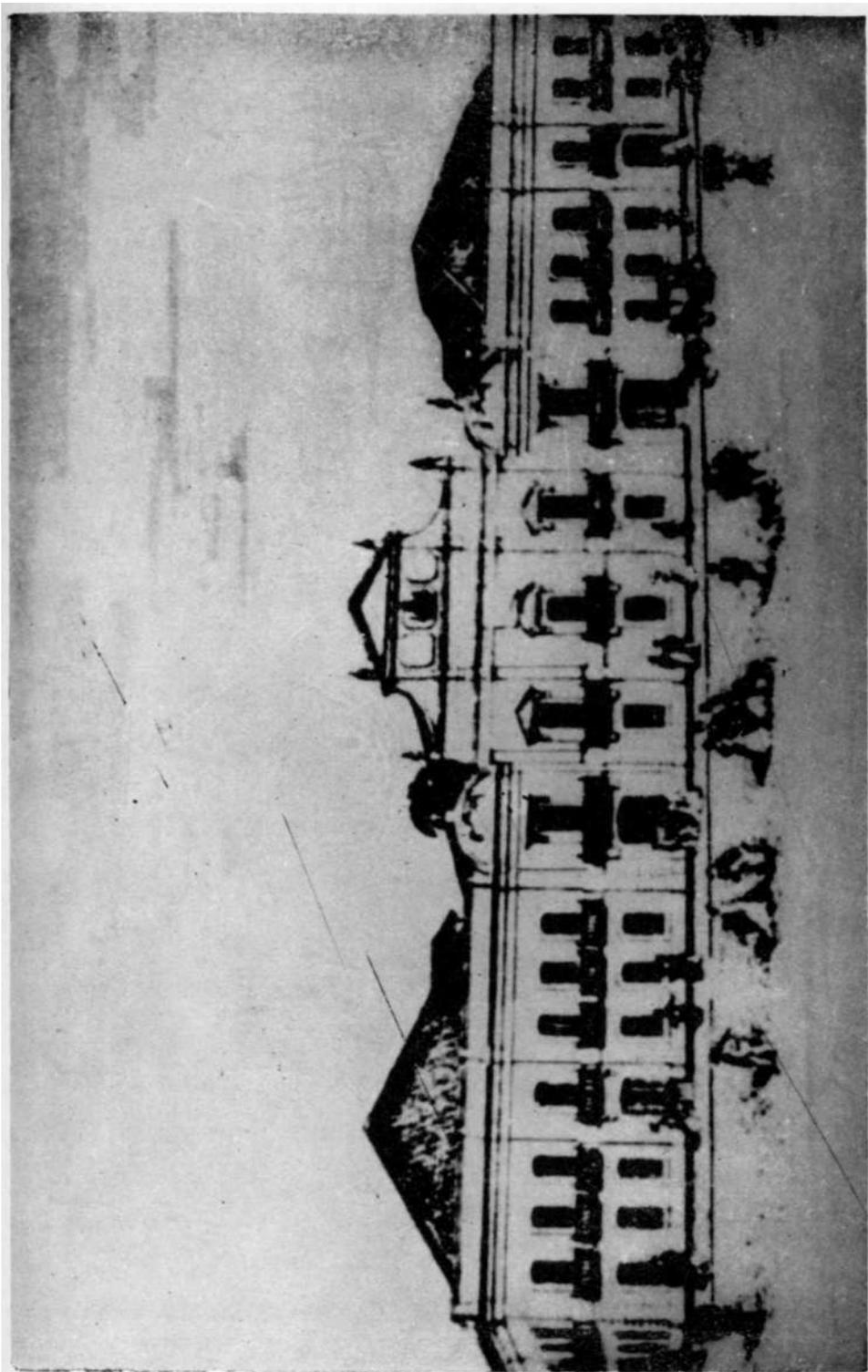
Passaram-se mais quatro anos, quase sempre agitados, após a abdição do Imperador, com a instabilidade dos regentes, quando o último destes, o mesmo Pedro de Araújo Lima, toma a seu cargo preencher a omissão que permanecia na administração Imperial. Embora o admirável e saudoso historiador Otávio Tarquínio de Sousa tenha atribuído essa iniciativa ao Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, os rascunhos existentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não deixam dúvida de que foi o futuro Olinda, o próprio Regente, quem cuidou do Decreto de 2 de janeiro de 1838 que criou o Arquivo Público, mais tarde Arquivo Nacional. E mais quatro anos se passaram até que fosse nomeado Ciro Cândido de Brito para começar a recolher os papéis públicos, reuni-los na Secretaria dos Negócios do Império em prédio da antiga rua da Guarda Velha. O Arquivo andou como a mãe-de-São Pedro, uns tempos ali, uns tempos no Convento do Parto — que se incendiou e foi demolido — outros no Convento de Santo Antônio. Até que em 1907, restaurada e adaptada a velha «morada de casas» do Campo de Santana, comprada por D. João ao comerciante João Rodrigues Pereira de Almeida, futuro Barão de Ubá, a quem pagou 18 contos, para instalar o Museu dos Pássaros, ficou o belo palácio em condições de ser a sede, até hoje, da repartição a que cabe a posição de cabeça do sistema nacional de arquivos.

Mas cumpre assinalar que a retirada, da Constituição republicana de 1891, do previsto na Constituição do Império, certamente por se ter considerado o assunto mais próprio para Regimento Interno, o que é verdade, causou grave prejuízo à reunião da arquivalia nacional.

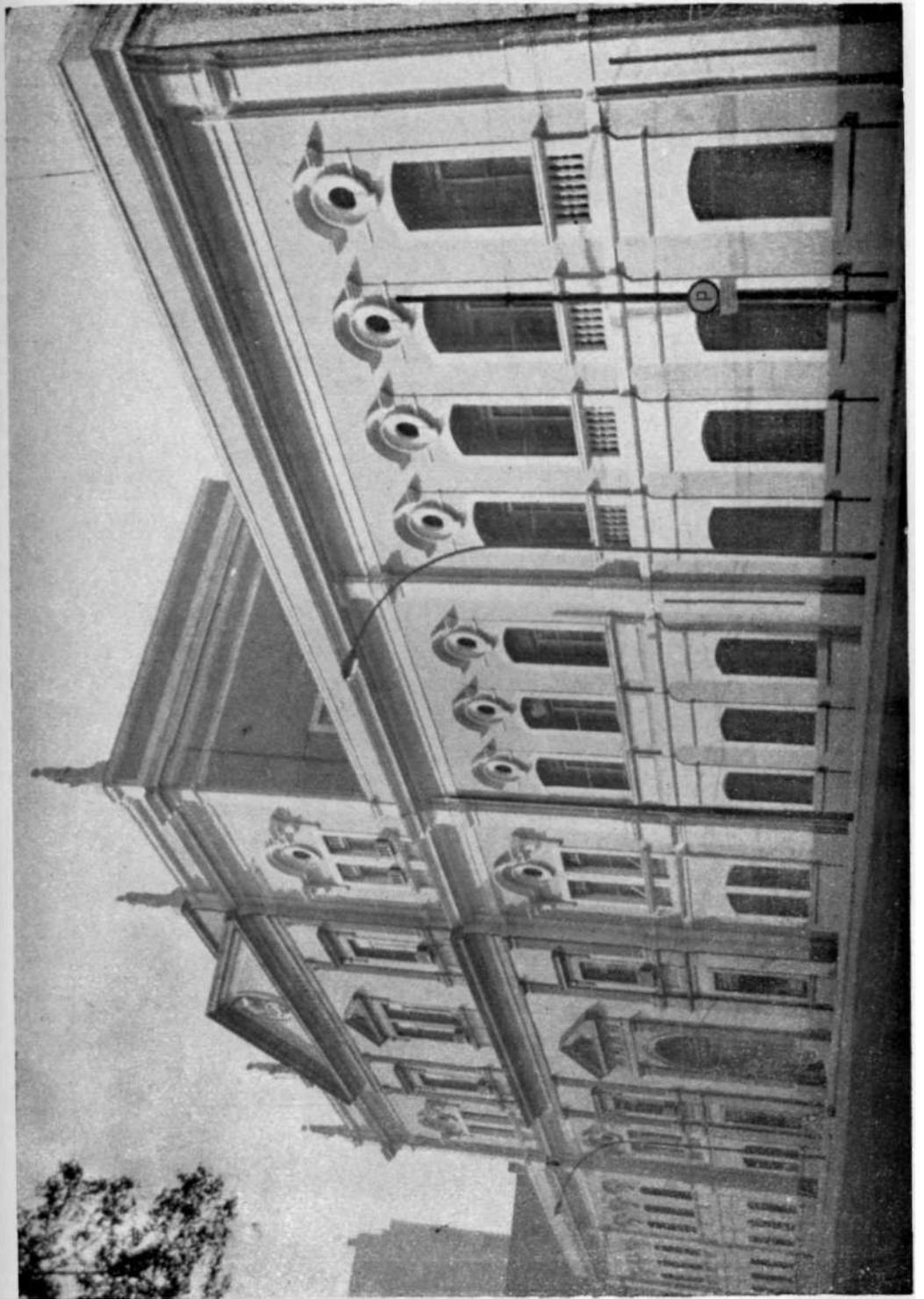
com a facilidade de multiplicação de vias para serem consideradas tais como originais, o Arquivo Nacional deixou de receber o original propriamente dito, porque único, das Constituições, e, sim, um deles. Pior ainda: o Presidente da Assembléia Constituinte de 1946 fez a distribuição daquelas vias especiais, assinadas pelos parlamentares, como presentes pessoais seus. A que se encontra no Supremo Tribunal Federal contém uma dedicatória de seu punho, em estilo barroco. Outra foi aferecida ao governador do seu Estado, por sorte o eminente e saudoso Milton Campos, que a encaminhou ao Arquivo Público Mineiro. E o



«Sacrário do Livro». Edifício especialmente construído para guarda dos documentos do Mar Morto, em Jerusalém, com a forma da tampa de um jarro, como os que os continham e neles se conservaram por tantos séculos.



Vista da antiga fachada da «Morada de Casas» que pertenceu ao Barão de Ubatã, no Campo de Santana. Aí se fundou o Museu dos Pássaros.



Remodelado em 1906 para servir de sede definitiva do Arquivo Nacional, o antigo prédio do Campo de Santana, hoje Praça da República, 26.

Reglamento de Estudios Púlicos

84

Declaración de Estudios Púlicos

Art. 1.º Estudios Púlicos son aquellos que se celebran en los establecimientos de instrucción pública, en los que se enseñe la gramática, la historia, la geografía, la física, la química, la medicina, la cirugía, la veterinaria, la agricultura, la mecánica, la artes y oficios, y las ciencias exactas y naturales, y las que se enseñen en los seminarios de estudios, en las escuelas de artes y oficios, y en las escuelas de agricultura, y en las escuelas de medicina, y en las escuelas de cirugía, y en las escuelas de veterinaria, y en las escuelas de agricultura, y en las escuelas de mecánica, y en las escuelas de artes y oficios, y en las escuelas de ciencias exactas y naturales.

Art. 2.º El establecimiento de estudios púlicos se regirá por las disposiciones que se establezcan en el presente Reglamento, y en las que se dicten con posterioridad, y en las que se establezcan en el presente Reglamento, y en las que se dicten con posterioridad, y en las que se establezcan en el presente Reglamento, y en las que se dicten con posterioridad.

Art. 3.º No se considerarán como estudios púlicos los que se celebran en los establecimientos de instrucción pública, en los que se enseñe la gramática, la historia, la geografía, la física, la química, la medicina, la cirugía, la veterinaria, la agricultura, la mecánica, la artes y oficios, y las ciencias exactas y naturales, y las que se enseñen en los seminarios de estudios, en las escuelas de artes y oficios, y en las escuelas de agricultura, y en las escuelas de medicina, y en las escuelas de cirugía, y en las escuelas de veterinaria, y en las escuelas de agricultura, y en las escuelas de mecánica, y en las escuelas de artes y oficios, y en las escuelas de ciencias exactas y naturales.

Art. 4.º Los establecimientos de estudios púlicos se regirán por las disposiciones que se establezcan en el presente Reglamento, y en las que se dicten con posterioridad, y en las que se establezcan en el presente Reglamento, y en las que se dicten con posterioridad, y en las que se establezcan en el presente Reglamento, y en las que se dicten con posterioridad.

Art. 5.º Los establecimientos de estudios púlicos se regirán por las disposiciones que se establezcan en el presente Reglamento, y en las que se dicten con posterioridad, y en las que se establezcan en el presente Reglamento, y en las que se dicten con posterioridad, y en las que se establezcan en el presente Reglamento, y en las que se dicten con posterioridad.

Art. 6.º Los establecimientos de estudios púlicos se regirán por las disposiciones que se establezcan en el presente Reglamento, y en las que se dicten con posterioridad, y en las que se establezcan en el presente Reglamento, y en las que se dicten con posterioridad.

*Rascunho do Regulamento do Arquivo Público, do
próprio punho de Pedro de Araújo Lima. Marquês
de Olinda, Regente do Império.*

DA PROBLEMÁTICA DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Arquivo Nacional ficou sem nenhuma, apesar dos protestos e apelos feitos, à época.

12. Para evitar-se a evasão de documentos de valor histórico, outro problema que passou a preocupar as autoridades, é necessário saber onde eles se acham, quais são os seus detentores.

A propriedade de tais documentos é um privilégio, que deve ser sujeito a controle e limitação. Mas é também, se o proprietário os conserva bem, e, sobretudo, se lhes permite o acesso de pesquisadores, é um ônus, merecendo a ajuda do Poder Público.

Se não da Lei Complementar pretendida, há pelo menos necessidade de uma inteligência do artigo no sentido de que proteção constitucional, a começar da garantia do bom desempenho do Arquivo Nacional na guarda e conservação dos que estão e forem incorporados ao seu acervo, cabe também a todos os agentes do Poder Público. Isto para que, se e enquanto aquele órgão não estiver em condições de recolher documentos oficiais com aquelas características, já verificadas ou suscetíveis de as possuírem, não se admita a destruição e se imponha a manutenção em locais e com os meios perfeitamente adequados.

Requer-se a definição de que, como acontece em outros países, os documentos produzidos pelo Poder Público são propriedade deste, e, estejam em mãos de quem estiverem, e por qualquer tempo, continuam sendo bens dominiais, portanto, inalienáveis, ilícita a posse por terceiros.

Sobre o assunto, e de data recente (21/6/1972) é a lei, aprovada pelas Cortes Espanholas, «para a Defesa do Tesouro Documental e Bibliográfico da Nação e regulamento do comércio e exportação de obras pertencentes ao mesmo», publicada no Mensário do Arquivo Nacional, nº 9/72, cujos artigos 9 e seguintes regulam a saída, do país, de tais bens culturais.

Para que se conheçam os arquivos de valor histórico sujeitos a vendas para o exterior, é indispensável aperfeiçoar os meios de conhecer-lhes a existência. O único de que agora se dispõe é o registro no Arquivo Nacional. Sendo este registro de caráter meramente facultativo, está longe de alcançar a finalidade. Por outro lado, não advindo para o proprietário de séries documentais de valor histórico qualquer vantagem em registrá-los, dispensam-se de fazê-lo.

Haveria que: a) tornar o registro obrigatório; b) instituir estímulos e recompensas à boa guarda, conservação de acessibilidade de arquivos particulares.

Mais ainda, além de realçar o mérito das doações de arquivos particulares (tema também de divulgação cultural intensa, à base de «antes de destruir ou deixar perecerem seus velhos papéis de família, consulte o arquivo histórico de sua comunidade»), destinar recursos para adquirir os de real valor que não possam ser obtidos por aquele meio.

RAUL LIMA

Na medida em que as instituições arquivísticas do país ofereçam garantia da boa guarda, conservação e utilização de arquivos particulares de valor histórico, haverá menos destruições e menos tentações de venda como papel velho ou para o exterior.

As despesas feitas por pessoas jurídicas e físicas de direito privado com a conservação, a restauração e a acessibilidade de seus arquivos devem ser objeto de vantagens fiscais.

Muito diversamente da saída de coleções bibliográficas ou de objetos de arte, sobre a qual há certa possibilidade de controle alfandegário, coleções documentais cabem em bagagens normais não sujeitas a revista.

Assim, dispositivos meramente proibitivos podem tornar-se inócuos, pois, mal e mal, a proibição já existe, na lei nº 5.473, de 10/7/1968, mas, como se vê, sem resultados, talvez pela carência de uma regulamentação. Ainda um aspecto é o lembrado pelo Sr. Sven Welander, dos Arquivos dos Organismos Internacionais em Genebra, em *aide-memoire* ao Conselho Internacional de Arquivos, quando assinala, a propósito de restrições impostas por vários Estados à exportação, permitindo a suas instituições arquivísticas tomar posse de fundos importantes de propriedade privada que não devem sair da sua situação natural, o fato de haver fundos que aumentam sua importância passando de um país a outro, e exemplifica com os papéis de um estadista morto no exterior.

13. Finalmente, ante o paradoxo de que documentos indevidamente exportados passam a ter um tratamento excepcional de proteção, de conservação, de multiplicação e acessibilidade, enquanto milhões e milhões que aqui ficam, nos depósitos públicos e particulares, perecem pela destruição absurda ou pela falta de condições ambientais, falta de restauração, falta de meios adequados de conservação, limitações de reprografia e outros fatores, voltamos à idéia inicial de que é mais relevante, prioritário, atender a esse problema em todos os seus aspectos, alguns dos quais procuramos focalizar.

No que toca ao Ministério da Justiça, ao qual está subordinado o Arquivo Nacional, é de assinalar o convênio que assinou com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral para elaboração de projetos visando à instituição do Sistema Nacional de Arquivos, à posição do Arquivo Nacional nesse Sistema e aos meios operacionais.

A colaboração do Ministério da Educação e Cultura, já bem valiosa através do Conselho Federal de Cultura, atendendo à importância cultural das atividades daquele órgão, ainda que fora da sua estrutura, deve ser crescente, substancial, indiferente às fronteiras dos organogramas.

como a Amazônia Procedeu no Momento da Independência

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

HÁ 150 anos, a Amazonia, por vontade de sua sociedade política, definira sua decisão de manter-se como parte integrante da nacionalidade brasileira, desligando-se dos vínculos que até então prendiam a região, pela força das armas e não por desejo de seus filhos, ao Portugal distante, que não se apercebera, na conjuntura que vivia, sob os exageros de um liberalismo que escondia o propósito de manter o domínio econômico sobre a antiga colônia, da impossibilidade de o Brasil retroagir à condição colonial depois do que conquistara com a presença da Corte no Rio de Janeiro e as transformações, de toda ordem, que alcançara. Ademais, os exemplos que despontavam na própria América, a britânica, a francesa e a espanhola, eram, então, elemento ponderável por considerar. uma consciência nacionalista se vinha afirmando, de há muito. As conjuras da Bahia, de Minas, do Rio de Janeiro, a explosão nordestina de 1817, como todo aquele imenso acervo de fatos anteriores, a exemplo da expulsão dos holandeses do Nordeste, expulsão que fora um ato de bravura e de civismo das populações daquela área, noutros episódios que refletiam a formação, senão de um pensamento revolucionário de libertação, pelo menos a existência de um estado de espírito que se enriquecia constantemente, na defesa de direitos e de aspirações legítimas. A Amazônia, no gesto de 15 de agosto de 1823, demonstrava sua participação no compromisso autonomista. E no entanto, bem poderia ter sido outro o comportamento.

A conquista começara em 1616, com o estabelecimento do forte do Presépio, assinalando a presença de Portugal e dando início ao núcleo urbano que seria esta cidade de Santa Maria de Belém. Não cessara, efetivando-se através de uma série de medidas e de atos, resultantes da decisão do Poder Público e da própria iniciativa privada, nesse propósito acobertada, ou assistida, autorizada e incentivada pelo Estado. A expansão prosseguindo levaria à formação da primeira fronteira, com a fundação do povoado da Franciscana, por Pedro Teixeira, em 1639, na baixada de Quito em direção ao Atlântico, em pleno *hinterland* amazônico. E se afirmaria pelas Tropas de Guerra, Tropas de Resgate, Expedições Militares, estabelecimentos fortificados, aldeias de missionários, povoados do extrativista, pontos de pesca e na luta contra concorrentes franceses, espanhóis, ingleses e holandeses. Estes dois últimos os primeiros a serem vencidos e expulsos. Haviam chegado, antes dos luso-brasileiros, em fins do século XVI, montando fortins e feitorias. Pretendiam criar um império próprio. Estabeleceram-se da costa do Macapá às cercanias do Tapajós. Utilizaram a especiaria extraída à floresta, o peixe das águas ricas. Plantaram cana e fabricavam açúcar. Os franceses, descendo de Caiena, incursionaram pelo litoral do Amapá, atingindo o Amazonas, que eles afirmavam ser a fronteira legítima das possessões das duas nações conflitantes. Os espanhóis, no Solimões, com as missões jesuíticas, criando povoados, cartografando a região, tentaram a última investida em 1777, no vale do Rio Branco. Todos contidos e postos fora do mundo amazônico que se construía a partir da via Atlântica. Em 1726, sertanistas saídos de Belém surpreenderiam os Jesuítas espanhóis no Orenoco, depois de vencer as corredeiras do alto rio Negro e subirem o Cassiquiari. O mesmo sucederia no vale do Madeira-Mamoré-Guaporé, quando, com Francisco de Melo Palheta, surpreendemos os Jesuítas espanhóis que, em Moxos e Chiquitos, criavam e defendiam o domínio de Espanha no coração das Américas. Os fortes eram vários — Paru, Gurupá, Óbidos, Santarém, São José do Rio Negro, São Gabriel das Cachoeiras, Marabitanas, São Joaquim, Tabatinga. Garantiam a soberania. A criação das Capitânicas do Cabo do Norte, hoje Território do Amapá, Joanes, Caeté, Carnuta e Gurupá, e por fim a de São José do Rio Negro, completavam o propósito político da permanência e do exercício ininterrupto de soberania. O Estado do Maranhão e Grão-Pará, e depois de 1751 do Grão-Pará e Maranhão, e por fim do Grão-Pará e Rio Negro, englobavam, no particular da ação administrativa, o imenso território, reconhecido pelos diplomas internacionais de 1750 e 1777, Tratados de Madri e de Sto. Ildefonso, como espaço sobre que Portugal tinha império perfeito, insofismável.

Definida, no aspecto econômico, pelo extrativismo vegetal, pela produção de cacau, açúcar, anil, da agricultura tropical vitoriosa, promovida pela sociedade mestiça de portugueses e mulheres indígenas, grupos africanos e, em menor escala, casais de açorianos, emigrados para o Extremo-Norte como para o Extremo Sul, a Amazônia, como parte do ultramar

COMO A AMAZÔNIA PROCEDEU NO MOMENTO DA INDEPENDÊNCIA

português, não se vinculava, no entanto, aos demais trechos do Brasil em elaboração, vivendo vida autônoma, diretamente subordinada a Lisboa. Pelo exotismo que a caracterizava, já provocava o interesse maior da curiosidade científica, de que as expedições mandadas de Portugal e os trabalhos de indagação e de inventário eram uma demonstração positiva. Seria suficiente recordar o esforço gigantesco de Alexandre Rodrigues Ferreira, na *Viagem Filosófica*, os estudos de Antônio José Landi, e aquela notável *História dos Animais e Plantas do Maranhão*, que escrevera, ainda no século XVII, frei Cristóvão de Lisboa, como o *Tesouro Máximo Descoberto no Rio Amazonas*, do Jesuíta João Daniel.

Se em fins do século XVIII, modelando-se pelos *Os Lusíadas*, um militar que servia nos trabalhos de demarcação de fronteiras, o engenheiro Henrique João Wilkens, escrevia, em versos, *A Muraída*, editado em Lisboa em 1818, poema heróico a propósito da pacificação do gentio Mura, que durante dezenas de anos opusera resistência à expansão portuguesa! Se um natural do Macapá, o dr. Mateus Valente do Couto, participava da reforma pombalina da Universidade de Coimbra, no particular do ensino das matemáticas!

Em 1820, quando os ventos da revolução liberal sopravam sobre Portugal e atingiam o Brasil, a Amazônia somava cerca de 100 mil habitantes. Em Belém, funcionava teatro e havia ensino técnico-profissional, uma aula militar, para a preparação da mocidade. com a transferência da Corte, de Lisboa para o Rio de Janeiro, integrara-se ao Brasil, numa nova experiência de sua existência política, desse modo passando a compor, com as demais unidades que formavam o Império em gestação, um Brasil unificado e não mais fragmentado como vinha sucedendo por conseqüência da sistemática político-administrativa em funcionamento e que não visava senão a impedir a estrutura unitária.

Ora, se durante dois séculos, a aventura de criação da Amazônia lusitana processara-se sem que ocorresse sua identificação com as demais áreas do Brasil, as do Nordeste, as do Centro-Sul e as do Sul, como explicar a decisão de agora, decisão que não era inopinada, mas seria uma decisão firme, vinculada pelo sangue de paraenses que escreviam, com dignidade e bravura, aquele capítulo de sua história política?

A unidade brasileira, na explicação dos que pretenderam estudá-la para defini-la, decorre de muitos fatores positivos, entre eles a solidariedade que, desde as guerras holandesas, quando «Terços Paulistas» compareceram para a luta, existiu entre as várias partes do continente Brasil. No caso da independência, a Amazônia sabia, pela vizinhança das colônias espanholas, do episódio político-militar a que fora convidada a participar. Na fronteira norte, as guarnições brasileiras do alto Rio Negro sofreram a contaminação das idéias e dos atos de força entre espanhóis e venezuelanos em armas, sob o comando de Bolívar. Havia sido tentadas a participar da ação militar, para que repercutisse de logo no Brasil amazônico. Anos antes, em 1755, descobria-se conspiração para entregar a região aos franceses. A tentativa, no entanto, não

despertara apoio dos que criavam a Amazônia. Na guerra contra os franceses de Caiena, as tropas do Pará haviam sido elemento eficiente para a operação de conquista. Quando, por isso, em fins de 1820, aportando a Belém, de volta de Lisboa, onde assistira ao êxito do movimento liberal, o estudante paraense Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente trouxe a grande nova, não encontrou oposição ao movimento que preparou, com a ajuda de civis e de militares de guarnição da capital paraense e a 1^o de janeiro venceu em Belém. Foi, por isso, o Pará, a primeira Capitania brasileira a manifestar-se, incorporando-se à revolução liberal que levaria, finalmente, à separação total.

Os acontecimentos que a seguir definiram o momento histórico, e sobre os quais Palma Muniz nos deu magnífico ensaio nas páginas da «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraense», e em segunda edição circula agora graças ao Conselho Estadual de Cultura, vieram demonstrar a existência de uma consciência de brasilidade que aquele condicionamento negativo, a que nos referimos, não poderia talvez justificar ou explicar. Porque, na verdade, o sentimento de brasilidade de logo principiou a manifestar-se, inequivocamente, no conflito, que não tardou, entre os que teriam nascido na Amazônia e os que, vindos de Lisboa, procuravam manter viva a vinculação com a Pátria de origem e estava na península e não na América.

Um estudo pormenorizado, da documentação que se guarda inédita no Arquivo Paraense, conduzirá, fatalmente, a essa conclusão. Através dela poderá verificar-se a elaboração do espírito nacionalista que começava a explodir. Nas comunicações das Câmaras Municipais, dirigidas às autoridades que compuseram as Juntas do Governo, que se instalaram na capital paraense, encontra-se a informação de como se estava formando esse estado de espírito, que aos poucos tomava forma e passava a preocupar os responsáveis pela ordem pública. É certo que a uma impressão imediatista poder-se-ia verificar que os elementos, que se subordinavam à idéia da estabilidade do domínio português, eram, na verdade, os senhores da situação. Verificar-se-à, todavia, que se essa impressão poderia ser obtida, nem por isso seria difícil descobrir que tais detentores do poder, nas providências que tomavam e na correspondência com o interior da Província já se denunciavam nos receios que possuíam acerca da marcha dos sucessos.

Logo nos primeiros dias da nova ordem, por exemplo, passado o nervosismo conseqüente ao pronunciamento pioneiro de 1^o de janeiro, os desentendimentos avolumaram-se, defendendo-se a idéia do afastamento imediato de todos os reinóis dos postos de governo. Pedia-se, inclusive, o afastamento de D. Romualdo Antônio de Seixas, que fora aclamado presidente da Junta de Governo, sob a alegação de que não era um aliado no apoio às idéias autonomistas ou de mudanças radicais. A Junta, tentando pacificar os espíritos, lançou proclamação, pedindo calma, confiança em seus integrantes. Papéis contra a situação começaram a circular: dos exaltados, contras os reinóis e destes contra aqueles. Eram

COMO A AMAZÔNIA PROCEDEU NO MOMENTO DA INDEPENDÊNCIA

pregados à porta das residências. uma «Junta Censitária», criada para conter aquela literatura exaltada, não produziu efeito. A Junta de Governo apelou para Lisboa — não se sentia com forças para conter os ânimos. Entregou o comando da guarnição a um oficial reinol, o coronel João Pereira Vilaça. Patroni era apontado como a fonte de toda a agitação. Credenciaram-no, juntamente com Domingos Simões da Cunha, perante as Cortes de Lisboa, onde deveria propor a situação, defendendo os interesses da região. Ali, tendo ocasião de falar energicamente a D. João VI, dissera-lhe, sem mais rodeios: «Majestade, os povos não são bestas», o que lhe determinara o afastamento imediato da presença de S. Majestade. «Eu quisera ser o Penn do Pará», dissera certa vez. Apresentara às Cortes um projeto sobre as eleições na Amazônia, pleiteando, em favor dos próprios escravos, o direito de voto. Pelas colunas do «Indagador Constitucional», em Lisboa, pleiteou fortemente em torno do seu projeto. Alongou-se em considerações a respeito das condições que distinguiam o ambiente geofísico da Amazônia. Para o vale, pleiteou, por isso, a necessidade de um processo todo especial, o que submetia à consideração dos constituintes. Graças a essa sua atividade, as Cortes tinham determinado a realização de eleições nas províncias brasileiras, atendendo, em parte, para a Amazônia, às razões que apresentara e justificara tão calorosamente.»

«A Junta Provisória, ciente do que ele afirmava na metrópole européia, contra os que a integravam em correspondência para o soberano congresso acusava-o fortemente, tachando-o de ambicioso, covarde, intrigante, ignorante, maquiavélico, perigoso ao sistema constitucional, inimigo número um da ordem vigente. Pois se pretendia a independência e a igualdade entre brancos e negros! No fim de contas, com as tintas carregadas do relato, a Junta fazia-lhe o maior elogio.

Sob sua inspiração, os irmãos João, Julião e Manoel Fernandes de Vasconcelos, paraenses, moços como ele, também idealistas, regressando do Reino, deram começo em Belém, em outubro de 1821, a uma propaganda intensa contra o regime. Fizeram circular uma proclamação anônima, a serviço dessa ideologia, concitando os paraenses a romper hostilidades aos portugueses. Fizeram circular outros papéis incendiários, que fomentavam a indisciplina e preparavam o advento da independência.»

Substituíra-o, na defesa dos novos princípios políticos, um jovem sacerdote — João Batista Gonçalves Campos. E em tipografia, trazida de Lisboa por Simões da Cunha, que trouxera também o tipógrafo e impressor Daniel Garção de Melo, começou a compor-se e imprimir-se um jornal, o primeiro que circulou na Amazônia, «O Paraense», em que Patroni, tendo regressado do Reino, abria as baterias em favor da independência e da igualdade entre os que compunham a sociedade local. «Patroni deve ter provocado, naquela linguagem violenta que o caracterizava, verdadeiro terror. Os escravos o tinham na conta de redentor. Aos grupos, ouviam a leitura do que lhe saía da pena demolidora sobre

a igualdade entre os homens. Inflammados pelos princípios ardentes que ele pregava, fugiam em massa para o interior, onde organizavam mocambos e perturbavam a ordem. Já se sentia mesmo o resultado da ideologia revolucionária de Patroni, na atitude que assumiam, desrespeitando sem-cerimoniosamente os brancos. Os lusitanos votavam-lhe agora um ódio feroz. Se ele era a alma de todo o mal-estar que a Província experimentava!

O Brigadeiro José Maria de Moura, que viera de Pernambuco, assumindo o comando da tropa acantonada em Belém, entrara em conflito com a Junta. Pelos memoriais que enviou a Lisboa contra a Junta e os desta contra ele, bem como a correspondência entre os dois, mais o que se dizia às Câmaras do interior ou estas comunicavam a Belém, pode ter-se um quadro da gravidade da situação. Haviam sido eleitos representantes da Província às Cortes de Lisboa. Patroni, por fim, fora preso. Batista Campos, também. «O Paraense» deixara de circular. Escapara a uma destruição, de iniciativa de reinóis, que organizaram uma guarda cívica para defendê-los e assegurar a vinculação a Portugal. «Num banquete de que os filhos da terra tinham participado, as iguarias servidas eram apenas as brasileiras; as européias tinham sido «lançadas pelas janelas». O sentido da independência estava visivelmente criando raízes. Ainda em maio, o marechal de Campo Manoel Marques d'Elvas Portugal, o herói da conquista de Cayenna, trouxera, do Rio, «impressos e a notícia da próxima chegada da escuna *Maria da Glória* com ordem do Príncipe Real para eleições a deputados ou procuradores das províncias nas Cortes do Rio de Janeiro; em junho verificou-se a chegada da escuna; mas não dando a Junta publicidade aos ofícios que tinha recebido, os partidários da independência se prevaleceram da conduta do governo para ativamente chamar ao seu partido a opinião dos habitantes da capital.»

Batista Campos, que fora agredido por oficiais portugueses, não cedeu às violências. «Batista Campos, José Batista da Silva e Silvestre Antunes Pereira Serra, também cônegos e colegas de redação, este último a versejar, mais tarde, clandestinamente, exaltando D. Pedro e a independência, numa atividade maquiavélica, avançaram, daí por diante, até o aliciamento da soldadesca. Jornais e boletins, trazidos do sul e profusamente espalhados, ainda mais faziam ferver o ânimo dos patriotas. Falava-se já, sem constrangimento, em revolução e ajuste de contas com os reinóis.

A sementeira da liberdade caía em terreno ubertoso. Um apelo, contido no manifesto do Bispo do Pará, D. Romualdo de Sousa Coelho, deputado às Cortes, uma *Pastoral* daquele antistite aos fiéis do interior da Província, e a *Proclamação da famosa Velha Amazonas aos seus netos luso-americanos*, peças todas escritas para convocar o povo em torno dos absolutistas, não produziram o resultado almejado.

A 30 de dezembro, dirigindo-se ao Ministro do Reino, a Junta Provisória confessava que a Província caminhava para a revolução, sen-

COMO A AMAZÔNIA PROCEDEU NO MOMENTO DA INDEPENDÊNCIA

tindo-se evidente mal-estar criado pelo progresso das idéias que considerava dissolventes. Os pasquins incendiários circulavam sem que as autoridades conseguissem apurar de onde partiam. Ora, à própria Junta cabia em parte a responsabilidade do nervosismo reinante, com a contenda aberta que vinha mantendo com o brigadeiro. É bem verdade que não deixava perceber inclinações para com a causa de D. Pedro. Considerava sediciosas as participações, proclamações, ordens vindas do Rio. No intuito de sustentar o regime, que estremecia nos seus alicerces, tivera a ingenuidade de pretender constituir uma Liga, com Goiás e Mato Grosso, contra a infiltração dos patriotas.» A eleição para a recomposição da Câmara Municipal de Belém trouxe resultado sintomático — nenhum português conseguira votação para integrá-la. E por ocasião da posse, os eleitos empunhavam «ramos louros e verdes», sendo acompanhados, após o ato, por grande multidão que os aclamava e soltava fogos. A reação que se seguiu, do Brigadeiro e de seus acompanhantes, não se fez esperar. Depôs a Junta, acusando-a de incapaz. «O Paraense», confiscado, foi substituído pelo «Luso-Paraense», confiado à direção de José Ribeiro Guimarães, que denunciara os irmãos Vasconcelos. Foi justamente nesse momento que chegou a Belém um agente de D. Pedro, José Luiz Airoso, encarregado de movimentar a região no caminho da independência. Por terra, haviam seguido, com destino ao Rio, emissários dos patriotas paraenses, que ali deveriam buscar ajuda para por fim ao domínio de Portugal. Eram eles: João Roberto Ayres Carneiro, Joaquim de Macedo e José Batista da Silva. Propusera-se, em Lisboa, a criação do Vice-Reino da Amazônia, diretamente ligado a Lisboa. Era muito tarde. Todo o esforço para conter a onda nacionalista era em vão. E em Belém, os que se mantinham fiéis aos interesses portugueses, num esforço vão, procuravam compor, com o Maranhão e com Goiás uma frente de resistência.

A 14 de abril, às 4 da manhã, parte do 2º Regimento de Infantaria sublevou-se, sob o comando do capitão Boaventura Ferreira da Silva. O pronunciamento fora urdido nos conciliábulos que se realizavam na residência do italiano João Batista Balbi, entusiasta da independência. Não teve êxito. Repetiu-se o episódio, em Muaná, a 28 de maio. A 7 de junho, porém, forças fiéis ao Brigadeiro dominaram o movimento. A idéia da independência, no entanto, crescia no interior. uma Junta de Justiça, a 16 de maio, condenara à morte os rebeldes em Belém. Grande Conselho, promovido em palácio por D. Romualdo Antônio de Seixas, que não era a expressão de fidelidade a Portugal, como se propalava, aprovou-lhe a indicação para que a pena fosse transformada em deportação para Portugal, com o que se evitava o banho de sangue. Na galera «Andorinha do Tejo», seguiram então para Lisboa, sendo recolhidos à prisão de São Julião da Barra, 267 patriotas, dos quais 217 militares e 50 civis, que só regressariam ao Pará depois da independência.

José Bonifácio, proclamada a independência, dirigira-se às autoridades em Belém para que se decidissem integrando a região ao Império

nascente. A Junta, a 11 de junho de 1823, em resposta, dissera das razões em que se firmava para manter-se na área do imperio ultramarino de Portugal. A própria situação geográfica indicava aquele procedimento, alegava, pois se fora uma condição geográfica que levara à criação do primeiro Estado do Maranhão e Grão Pará, com sede em S. Luis e depois em Belém!

À nova de que o absolutismo fora restaurado no Reino peninsular, decidiram, os que dispunham do poder, aguardar informações. No interior, no entanto, o controle da situação piorava. Havia inquietação por tôda parte.

A 11 de agosto, fundeava, porém, no porto de Belém, o Brigue de Guerra Maranhão, sob o comando de John Paschoe Grenfell, que cumpria ordens de Lord Cochrane, comandante das forças navais em operações no norte. Salvador já se rendera. Em S. Luis, ocorrera o mesmo. No Piauí, como nas demais Províncias do Norte, a oposição ao Império não existia mais. A consolidação territorial da nova nacionalidade era agora uma realidade.

Num esforço final para impedir a participação da Amazônia nos destinos continentais da soberania do Brasil, o Brigadeiro Moura e o Coronel João Pereira Villaça tentaram, com a ajuda financeira de negociantes portugueses, articular um movimento de resistência. Não tiveram êxito. Foram presos. À noite desse mesmo 11 de agosto, grande assembléia reuniu-se no Palácio do Governo, assentando a imediata aceitação da independência.

Grenfell trazia instruções positivas de Cochrane. Não devia temporizar. Não devia, no entanto, proceder de maneira a criar dificuldades para que os opositores à nova ordem política pudessem mudar de atitude, e aceitá-la, como sucedera em S. Luis. A 15 de agosto, na «Sala docel», do Palácio do Governo, portanto, há 150 anos, realizava-se o ato solene da aclamação de D. Pedro I como Imperador do Brasil, desse modo completando-se o pronunciamento anterior, de 11 de agosto. O Pará era agora Província do Império. A 9 de novembro, a antiga Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, seguia o exemplo. A unidade brasileira não se perturbara. Se é certo que a Cisplatina em breve seria nação soberana, por sugestão do Brasil, que adotara a fórmula conciliatória para por fim ao conflito no Prata, os demais espaços que havíamos incorporado na fase heróica da elaboração da base física da antiga Colônia, eram agora área de país livre que formava ao lado dos outros Estados das Américas. Aquele mundo territorial que nos assegurava a condição de verdadeiro continente, estava mantido no que, efetivamente, era uma posse e um domínio que criáramos com o nosso sangue. A decisão de manter o Brasil como conjunto físico, social, econômico e cultural, não se alterava. com o 15 de agosto, a decisão recebia a contribuição da Amazônia que, desse modo, revelava os sentimentos nacionais, que não perdera e em nenhum momento he-

COMO A AMAZÔNIA PROCEDEU NO MOMENTO DA INDEPENDÊNCIA

sitara em proclamar e defender. O Brasil continuava incólume na tessitura de sua continentalidade espacial. A unidade não resultara de milagre, como a potencialidade de nossos dias também não se explica como consequência de força estranha aos desígnios humanos. A unidade, como a potencialidade, é fruto da decisão dos brasileiros que não cederam a forças adversas e resistiram, no decorrer dos tempos, a quanto possa ter ocorrido para destruí-la.

Rodrigues Alves — Apogeu e Declínio do Presidencialismo

UM GRANDE LIVRO DE HISTÓRIA CONTEMPORANEA

ELMANO CARDIM

Os historiadores, muitas vezes, concatenam os acontecimentos do passado com os do presente, para continuidade da evolução nacional ou das transformações sociais e políticas que se verificam no decorrer do tempo. Outros deixam aos estudiosos a tarefa da análise que leve às conclusões resolutivas. O livro do Sr. Afonso Arinos de Melo Franco — *Rodrigues Alves — Apogeu e Declínio do Presidencialismo* — coloca-se admiravelmente entre os que, estudando a figura de um grande homem público, narram com fidelidade e minúcia não só a ação desse vulto insigne da política brasileira como também a dos que o cercaram ou viveram esse instante e também os fatos que nessa época se sucederam na marcha dos acontecimentos. Desvenda e revela o processo desenvolvido nos bastidores políticos para permitir a compreensão de uma evolução que, desvirtuando o sistema ideal do regime, levou o país a maléficas conseqüências.

Detendo-se em traços biográficos do vulto cuja vida e ação descreve e analisa, o Sr. Afonso Arinos, dilatando o seu horizonte, procura sempre não ser unilateral e parcial, a evitar assim a parte fraca que o Sr. José Honorio Rodrigues encontra na biografia como gênero histórico.

Repita-se ou não a História, no caso do regime republicano no Brasil houve a constante de erros e abusos, que os críticos e publicistas condenavam, todos reconheciam, mas os responsáveis pela vida pública não queriam ou não podiam remover. E o resultado foi que o mal se agravou e o regime, em vez de aperfeiçoar-se para o bem geral, cada vez mais degenerou até a levar o país às soluções extremas que interromperam a sua marcha e o comprometeram de vez na opinião pública.

De início, o subtítulo do livro que tanto êxito vem obtendo, pode merecer reparos quando admite que houve, na República proclamada em 1889, com o regime adotado do presidencialismo, mais ou menos copiado do modelo norte-americano, um apogeu e um declínio. O próprio Sr. Afonso Arinos, no seu magnífico estudo sobre o presidencialismo, no livro que publicou com Raul Pila, estudando aquele regime e o parlamentarismo, no prefácio que justifica a sua conversão a este último sistema de governo por motivos políticos e não por determinismo jurídico, proclama, com toda razão, que o sistema presidencialista, instituído no Brasil, falhou aqui porque lhe faltaram as três características do sistema dos Estados Unidos: — o culto à Constituição, a influência da Corte Suprema e a ação partidária.

Proclamada a República, iniciou-se um novo regime que sucedia ao que, com a monarquia, nos dera quase cinquenta anos de tranqüilidade política, pela ação dos dois partidos, o conservador e o liberal, pela vigilante atuação de Pedro II, com o Poder Moderador, e pela ausência do predomínio militar-caudilhesco na vida política do Brasil ao contrário do que ocorria em tantos outros países da América hispânica. Assim, pôde a monarquia sobreviver durante cerca de cinquenta anos do segundo reinado, sem a suspensão das garantias constitucionais e com absoluta liberdade de opinião, através do pensamento livre manifestado pela tribuna, pelo livro e pela imprensa. Tanto isso é verdade que ao se proclamar a República, o então presidente da Venezuela. Rojas Paul, disse que se teria extinguido a única república da América do Sul: o Império do Brasil.

Tal observação foi logo comprovada pela República, pois o Governo Provisório do novo regime fez de entrada uma lei restritiva da liberdade de imprensa, o que motivou o protesto enérgico levado a Quintino Bocayuva, o grande jornalista da propaganda, pelo Conselheiro Sousa Ferreira, redator principal do *fornai do Commercio*.

A nosso ver, nunca houve realmente um verdadeiro presidencialismo no Brasil, porque, faltando-lhe as três condições precipuas para a sua legitimidade, enumeradas no magnífico estudo do Sr. Afonso Arinos, acima referido, impôs-se o predomínio do poder pessoal do chefe do Executivo, sobre as instituições e sobre a vida política do país, com a anulação da influência dos outros dois poderes para o equilíbrio e estabilidade do regime. Desde a primeira hora, logo ao alvorecer da República, o que se verificou foi a ação preponderante, senão onipotente,

do Presidente da República, oligarca legitimado e camuflado de figura representativa da vontade da nação. Se assim foi, e excepcionalmente se poderia justificar com a presidência militar de Deodoro e Floriano, no período de defesa do regime, assim continuou sendo, já então sem justificativa, com as presidências civis que se lhes seguiram, já na fase da consolidação, a começar pela de Prudente de Moraes. E isso porque, dissolvidos os partidos da monarquia, os que se formaram na República o foram em função da influência pessoal dos chefes que nele faziam sentir o prestígio da sua liderança regional. E como o mais forte dos líderes, já que nenhum dos partidos se alicerçava em idéias e princípios, era o chefe do Poder Executivo, porque dispunha de todas as graças e favores para a conquista de apoio e adesões, o que se verificava era a preocupação dos elementos partidários em agradar e servir ao presidente da República, para, em troca, receberem as benesses do poder, a começar pelo reconhecimento de seus diplomas no Congresso Nacional, uma vez que as eleições, produto de atas falsas, eram afinal legitimadas pelo parecer das comissões de reconhecimento e pelas votações dos plenários do Senado e da Câmara, onde o presidente da República se esmerava em obter a maioria que obedeceria à sua vontade e às suas ordens.

Isso ocorreu desde o começo da República e foi se agravando com o correr do tempo, a ponto de haver o último dos presidentes da primeira República mandado rasgar o diploma de toda uma bancada para substituí-la pelos seus correligionários, que não tinham nenhum diploma eleitoral. E mandar também excluir de outra bancada todos os deputados eleitos pela oposição ao seu governo.

Desse longo período da vida pública brasileira, que levaria afinal à vitória da equívoca revolução de 30 e depois à salvadora e benemerente revolução de 64, o Sr. Afonso Arinos se fez o historiador avisado, arguto, competente. Primeiro, com o livro sobre a vida do eminente homem público que foi Afrânio de Melo Franco, seu pai, cuja ação constante no regime foi de 1891, com a sua primeira promotoria pública efetiva, em Queluz, até 1943, quando faleceu no Rio.

Nesses 52 anos de vida pública, intensa, laboriosa, modelar, Afrânio de Melo Franco foi o «Estadista da República», cuja vida o seu biógrafo estudou a fundo, serena, perspicaz e minuciosamente. Deu-lhe o relevo que merecia. Promotor público, procurador da República, secretário de legação, advogado, professor, deputado estadual e federal, legislador, embaixador em várias missões especiais, ministro de Estado, embaixador à Liga das Nações, publicista, homem de ação e pensamento, eis em resumo o seu *curriculum vitae*. Nessa longa trajetória, o jurista, o diplomata, o político se afirmaram por uma ação clarividente, prestigiosa, talentosa, numa linha reta de caráter e probidade, numa inflexível conduta de finura pessoal e coerência de atitudes, numa exemplar segurança de convicções e sabedoria. Foi dos melhores e mais completos homens públicos que a República teve e pena que não houvesse chegado à suprema magistratura da nação. O Sr. Afonso Arinos, descrevendo, es-

ELMANO CARDIM

tudando, comentando a sua vida, fez obra de historiador e imprimiu-lhe o cunho do seu senso crítico, o tom ponderado do seu julgamento sobre os homens e os fatos, embora com o sentido polémico, que é do seu feitio de cultor da História.

A essa obra, em três volumes, que é das mais completas e valiosas existentes na bibliografia da História da República, juntou agora o Sr. Afonso Arinos o seu livro sobre Rodrigues Alves, cuja vida pública, iniciada no Império, em 1870, como promotor público, permitiu ao autor retroagir ao período que antecedeu à mudança do regime. Assim, o estudo da história política contemporânea do país, feito pelo Sr. Afonso Arinos e visto de um ângulo especial, abrange o longo lapso de tempo que vai de 1870 a 1943. Permitiu ao historiador fazer uma análise continuada e concatenada de 73 anos de vida pública, através da existência de dois grandes vultos do cenário público brasileiro.

O seu último livro como que completa o primeiro, porque a vida de Rodrigues Alves se projetou e continuou mais acentuadamente no regime republicano, com o relevo que prenunciava na monarquia e com o prestígio e autoridade que a sua personalidade daria ao regime proclamado em 89. Injustificável escrúpulo por certo levou o Sr. Afonso Arinos, na biografia de Afrânio de Melo Franco, a não acentuar e detalhar a ação do Ministro da Viação do Governo Delfim Moreira, posto no qual, escolhido pelo Presidente Rodrigues Alves, foi conservado pelo vice-presidente que assumira o poder, primeiro pelo impedimento e em seguida pela morte do titular eleito para o quadriênio de 1918-1922.

Os seis meses de governo de Delfim Moreira, por assim dizer, poderiam ainda em rigor ser levados à conta dos serviços de Rodrigues Alves ao país, pois os ministros do vice-presidente em exercício foram escolhidos pelo presidente impedido de empossar-se. A exceção de Amaro Cavalcanti, que Delfim Moreira, por ojeriza até hoje não explicada, substituiu pelo conceituado banqueiro mineiro João Ribeiro, todos os titulares das pastas de então haviam sido escolhidos por Rodrigues Alves e tiveram a sua escolha ratificada pela confiança de Delfim.

Esses seis meses de interinidade no governo da República não foram até hoje suficientemente estudados, mas, como bem acentuou o Sr. Afonso Arinos, era promissora a situação do país quando do seu término. «Câmbio alto e firme, comércio interno e externo em restauração, finanças em ordem, tranquilidade geral e confiança pública, eis o quadro deixado pelo governo Delfim Moreira». É o que escreve o Sr. Afonso Arinos. E é a verdade, podendo acrescentar-se, como ele mesmo o fez, que a situação política se havia resolvido a contento das forças majoritárias com a escolha do grande nome de Epiácio Pessoa para a sucessão de Rodrigues Alves. A candidatura de Rui Barbosa dava ao pleito o sentido de uma disputa em que a vontade da nação podia manifestar-se democraticamente.

O que resta dizer é como se operou o milagre do governo Delfim Moreira, quando a sua presença na chefia do Estado era, por assim dizer, nominal, tal o seu estado de saúde que, dia a dia, se agravava, no processo de uma esclerose cerebral, que, como é próprio da doença, tinha períodos de maior ou menor intensidade.

Por um consenso tácito, os seus Ministros, todos homens de valor e prestígio na política nacional, fizeram de Afrânio de Melo Franco o coordenador da ação governamental, dadas as suas relações com Delfim e a sua condição de correligionário político do chefe enfermo. Afrânio foi, *sans en avoir l'air*, o primeiro ministro, o dirigente de um governo colegiado, que João Mangabeira classificou de *regência republicana*. Era ele que dava unidade ao governo, que fazia prevalecer as diretivas assentadas, que removia as dificuldades e mantinha presente às fórmulas oficiais a figura do presidente da República ausente. E foi possível assim, dentro de uma campanha presidencial que estimulava a paixão política, pela presença de Rui no pleito, processar-se a eleição em ordem e normalizar-se o processo da sucessão presidencial. Foi a inteligência, a modéstia, o cavalheirismo, o tino político, o patriotismo desse fidalgo mineiro de Paracatu o que imprimiu ao governo interino de Delfim Moreira um sentido de razão, de equilíbrio, de serenidade, paradoxalmente estranho, dadas as suas condições de enfermo de um mal que poderia levar ao contrário de tudo aquilo.

Foi, portanto, o critério prudente e seguro de Rodrigues Alves, na escolha dos homens, que permitiu ao governo interino de Delfim Moreira manter o país em ordem e as suas instituições em normalidade, para o êxito que não se lhe pode negar.

*
* *

A esse privilégio de saber cercar-se de bons auxiliares, que faziam tudo o que queriam menos o que ele não queria, deveu Rodrigues Alves o ter realizado o melhor governo que tivemos na República, revelando-se o estadista de corpo inteiro que algumas maledicências negaram e talvez ainda hoje negassem, se o seu vulto não ressaltasse agora dominador, pujante, impositivo, do livro do Sr. Afonso Arinos. Dele se conclui que o chefe político de Guaratinguetá tinha privilegiados dons de comando e uma vontade firme, consciente, serena e afirmativa, quando era preciso fazer-se sentir. Assim foi na elaboração da lei que permitiu aos seus auxiliares, Passos, Frontín, Oswaldo Cruz e Lauro Müller, praticar os atos, violentos e ditatoriais, sem os quais seria impossível a transformação, a modernização e o saneamento do Rio de Janeiro. Assim foi, quando teve de enfrentar a ignominiosa campanha política que procurou na vacina obrigatória o pretexto para a sua deposição. Nessa noite de 14 de novembro de 1904, enfrentando a revolta a que criminosamente políticos apaixonados arrastaram a mocidade da Escola Militar da Praia Vermelha, Rodrigues Alves revelou a sua bravura e o seu desassombro, para

vencer corajosamente a desordem e ganhar uma vitória que foi afinal só sua, porque não houve vencedores no embate das forças armadas, pois, tanto a Escola Militar quanto a Brigada Militar, se retiraram do embate, convencidas da derrota. A Escola Militar, ferido de morte o General Travassos e levemente Lauro Sodré, seus comandantes revoltosos, voltou desorientada à Praia Vermelha, e a Brigada Militar, da qual era comandante o General Piragibe, debandou sem comando. No Catete, que era o *seu lugar*, Rodrigues Alves mantinha a autoridade do governo, para continuar a sua benemérita ação em bem da cidade e do país.

como os demais, esse momento trágico da vida republicana foi narrado e documentado pelo historiador com o propósito de ressaltar sempre a verdade, que é preocupação predominante do seu processo de reconstituir os acontecimentos que narra e interpreta.

Desde a sua presença no governo de São Paulo, onde o foram buscar os chefes políticos para a terceira presidência civil da nação, Rodrigues Alves, como mostra o Sr. Afonso Arinos, se preparava para a execução do programa que planejava no cenário federal. A sua preocupação maior era o saneamento do Rio de Janeiro, cidade fatal para os que a ela aportavam, pela constância das epidemias letais que a malsinavam: a febre amarela, a peste bubônica, a varíola e, em escala menor, o tifo, o colera-morbus e a tuberculose. Era então o Rio, para o estrangeiro, embora bela pela sua natureza, uma sucursal do inferno. Ainda hoje, entrando no Cemitério do Caju, confrange-se o visitante diante do mausoléu de toda a guarnição de um navio de guerra italiano liquidado, na baía da Guanabara, pela febre amarela.

Além desse programa, visava Rodrigues Alves a construção dos portos que permitissem a expansão do nosso comércio internacional, e tinha em mente resolver os problemas em aberto das fronteiras com vizinhos da América do Sul. Para o primeiro caso, pensou em Lauro Müller, para o segundo em Rio Branco. Se com aquele não teve dificuldades maiores, com este teve de vencer uma resistência que só a sua paciente obstinação lograria abater. Rio Branco veio para o Brasil, por assim dizer, à força, para a eficiente atividade que o seu gênio político de internacionalista lhe permitiria exercer, na mais gloriosa e patriótica das vidas que o Brasil já teve.

Lendo-se esse capítulo do livro do Sr. Afonso Arinos, não é possível deixar de admirar o tino de Rodrigues Alves, o acerto das suas decisões, a firmeza da sua vontade. Nele encontraria Rio Branco o ponto de apoio inicial para as grandes vitórias que levou a cabo, durante todo o tempo que esteve à testa do Itamarati, no primeiro e nos governos seguintes.

Dessa firmeza de convicções, dessa certeza de sua ação, nada mais convincente do que a atitude de Rodrigues Alves em face do problema da valorização do café, que se firmou no Convênio de Taubaté. Aí o

seu patriotismo atinge as fronteiras da heroicidade, porque teve de enfrentar os interesses econômicos dos fazendeiros dos Estados da federação que detinham então a maior produção de café e lutavam para, à sombra do governo federal, obterem o preço que lhes garantisse os interesses ameaçados. Fazendeiro de café, ele próprio, não hesitou um instante em opor-se, ao programa traçado, com sacrifício dos seus interesses pessoais, certo de que era a sua a diretiva que mais Convinha à nação. Vencido, mas não convencido, teve a triste oportunidade de verificar, com o tempo e a sucessão de desastres verificados com a valorização do café, que com ele estava a razão. Os que, como ele, viveram os longos anos passados daquela tão discutida operação assistiram aos dramas que tem vivido a lavoura de café, com as tulhas apinhadas, com as fogueiras da queima do produto, com a dança dos preços, com o arranque dos cafezais e tantos planos de salvação e tantas improvisações tendentes a evitar a ruína total de uma produção cuja primazia tivemos e perdemos.

*
* *

A biografia de Rodrigues Alves, propriamente dita, é extensa e completa. Não escapou ao Sr. Afonso Arinos nenhum fato, nenhum detalhe, nenhum episódio, que ele não tenha examinado e desvendado, para a explicação de uma vida realmente digna de admiração. Filho de imigrante, de pai português, Domingos Rodrigues Alves, em torno do qual manteve perene a ternura de que o cercou em tôda a sua vida de grande homem, Rodrigues Alves se destacou desde os bancos ginasiais do Pedro II e acadêmicos da Faculdade de São Paulo. Revelou cedo a sua vocação política e começou a vida pública, como todos os bacharéis em direito de então, como promotor, para logo em 1872 ser eleito deputado provincial e depois deputado geral em 1885. Presidente de São Paulo em 1887, nomeado por Cotegipe, voltara à Câmara dos Deputados e aí a República o colheu, para poder logo em seguida contar com a sua colaboração. Foi constituinte em 1891, deputado federal, ministro da Fazenda de Floriano Peixoto, senador federal, Ministro da Fazenda de Prudente de Moraes, novamente Senador e Presidente de São Paulo e no desempenho desse mandato escolhido e eleito Presidente da República. Começa então o período áureo da sua vida pública, com a sua presença, vigilante, atuante e esclarecida, em tantos episódios que passaram à História: os limites com os países vizinhos, o cardinalato brasileiro, o incidente da canhoneira *Panther*, as grandes reformas e o saneamento do Rio, a gestão econômico-financeira, com Leopoldo Bulhões, sucessor de Murtinho, o Convênio de Taubaté, a Caixa de Conversão, as agitações políticas no país, a sucessão presidencial, em que não logrou fosse o seu candidato o escolhido. Deixando a presidência da República, em meio das maiores consagrações populares que houve no Rio, regressou à terra natal, para daí voltar ao governo de São Paulo e depois ao da

ELMANO CARDIM

República, no qual não pode infelizmente empossar-se, pois viria a falecer no dia 16 de janeiro de 1919, aos 71 anos de idade.

Não vamos nos deter nos diferentes capítulos da biografia de Rodrigues Alves, feita nos dois copiosos volumes do livro do Sr. Afonso Arinos. A sua leitura vale como a do romance de uma vida e de uma época, e isso porque a obra tem o cunho literário que o autor imprime a todos os seus escritos. É, pois, livro de sumo valor para a história contemporânea e obra que se incorpora, brilhante, à literatura brasileira.

*

* *

O livro do Sr. Afonso Arinos é sobretudo valioso para a história da República não só pela soma de revelações que contém, oriundas dos arquivos por ele compulsados, entre os quais o principal foi o de Rodrigues Alves, como também pelo poder de fixação dos perfis que o autor desenhou, dos homens públicos influentes na época, dos quais alguns pouco conhecidos; pela interpretação esclarecida de acontecimentos que viviam em bruma de incompreensão; pela sinceridade com que julga os personagens citados, inclusive o próprio Rodrigues Alves, cuja biografia faz sem a preocupação panegírica, antes com a franqueza de apontar-lhe erros e enganos: por uma série enfim de qualidades que são próprias do poder que tem o Sr. Afonso Arinos de reconstituir com clareza os fatos e analisar em profundidade os seus efeitos.

O historiador se beneficia das qualidades literárias que fazem do Sr. Afonso Arinos um dos nossos mais puros e brilhantes prosadores. Ao escrever o seu livro sobre Rodrigues Alves não fugiu ele à tentação de fazer ao mesmo tempo a crônica de pessoas, momentos e situações que oferecem aspecto alheio propriamente à História, mas lhe são pertinentes e lhe dão uma vivência que coloca o leitor na paisagem social e física em que se processaram os eventos narrados. Assim, a transformação do Rio de Janeiro de cidade colonial para a *urbs* moderna, resultante das remodelações do governo Rodrigues Alves, é descrita pelo Sr. Afonso Arinos com o poder evocativo e o colorido dos grandes cronistas da nossa literatura.

Falando de Copacabana, diz ele:

«Na *Copacabana*, como escrevia o presidente, as belas moças, com as formas disfarçadas em horrendos macacões de lã, afundavam-se com delícia nas águas verdes. Copacabana estava apenas a 40 minutos do centro por bonde elétrico, e era um paraíso. Comunicava-se facilmente com os outros bairros, pelo Túnel Novo, aberto em 1905, no morro da Babilônia. A areia se desenrolava branquíssima, e o perfume da vegetação marinha rescendia pelas encostas. Nas ruas ainda não calçadas começavam a aparecer casas boas, tipo mestre-de-obra, abertas no meio de largos jardins, com dois pavimentos, varanda corrida, gradis de ferro. Quase todo o material chegava da Europa, dos alicerces aos telhados.

Vinham grupos da cidade, de dia nos feriados, à noite em qualquer dia, fazer piqueniques na praia do Leme ou próximo à Igrejinha. Areias brancas, mar de infinitas perspectivas, céu azul, solo recoberto de verduras. Copacabana era, mesmo, um paraíso».

Torna-se dessa forma amena e aprazível uma leitura que poderia, pelo assunto, ser fastidiosa na secura dos fatos e acontecimentos revividos e descritos. E no meio de todo o alvoroço renovador, na cúpula de uma paisagem que se remodelava urbana e socialmente e que dava ao Rio da República uma fisionomia diferente, moça, garrida, acolhedora, ergue o historiador a figura austera mas risonha de um Conselheiro do Império, o mágico feiticeiro da *belle époque* da *cidade maravilhosa*, que ele saneara, embelezara e civilizara.

*
* *

Encerra-se o livro do Sr. Afonso Arinos com a descrição da morte de Rodrigues Alves, no palacete de sua residência, à Rua Senador Vergueiro. É uma bela página, escrita em estilo simples, correntio, com um poder de sugestão que emociona e comove. O leitor como que assiste à agonia serena e consciente do grande homem. Sente-se o ambiente de tristeza e sofrimento, em que domina a figura do chefe lúcido, plácido, a expirar como Seneca, com o último conselho de sua sabedoria à família que lhe cerca o leito, em prantos: «Tenham paciência, guardem silêncio». Antes de morrer, quis ficar só com um filho e um amigo dileto e aos dois deu as instruções derradeiras, do chefe que sempre foi: avisassem aos presidentes de São Paulo e de Minas Gerais «do que ia acontecer». Era sempre o homem de Estado a pensar no país e a prever que a sua morte podia ter repercussão e conseqüências em que se devia pensar. Segue a narrativa do autor, na evocação do quadro sofrido e doloroso de uma câmara mortuária. Apagava-se a vida de um grande brasileiro, de um autêntico estadista, que a pena de um ótimo escritor revivera, do berço à sepultura, com a ciência do historiador e a beleza do seu estilo, para a imortalidade.

*
* *

Os três primeiros presidentes civis que a República teve podem, com efeito, dar a impressão de que, com eles, o regime presidencial atingiu ao apogeu a que alude o Sr. Afonso Arinos, para depois deles processar-se o declínio que foi até a sua indisfarçável destruição. Mas o que o historiador atribui ao regime, esse rápido fastigio de grandeza, a nós nos parece o efeito das virtudes e capacidades pessoais dos homens vindos da monarquia para o serviço à República. Os dois primeiros, Prudente e Campos Salles, republicanos históricos, e o terceiro, Rodrigues Alves, conselheiro do Império, mas sincero e devotado servidor da causa pública, capaz de refazer as suas convicções e adaptar os seus ideais à

ELMÃO CARDIM

realidade da vida nacional. A força adquirida da vida pública do segundo Império ainda se fez sentir beneficentemente nos dois primeiros decênios da República, com os três presidentes citados e mesmo com Afonso Penna, também conselheiro do Império. Lutaram eles para preservar, no governo, o Brasil do mal que a politicagem mesquinha, infusa e malsã das unidades federativas acarretava ao bem do país. Se o desgaste de energias e o sacrifício de interesses pessoais tanto prejudicaram aos três primeiros, ao último a luta travada levou-o à morte por *traumatismo moral*, no impressionante diagnóstico que explicou o seu fim de vida.

Para a compreensão dos lamentáveis processos políticos da primeira República, que não variaram, antes se agravaram depois, os livros do Sr. Afonso Arinos recebem a ajuda, que comprova as suas narrações e deduções, de uma obra que apareceu agora, resumindo três livros do saudoso jornalista e ilustre político Dunshee de Abranches — como se *faziam presidentes* — precioso documento que vale como depoimento pessoal de quem, de dentro dos bastidores, acompanhou os acontecimentos da época. Nada mais desolador, para o leitor de hoje, do que esse espetáculo de luta de ambições, de defesa de interesses, de transigências e improvisações, para o domínio de posições, com a degradação dos princípios republicanos. Ao mesmo tempo, nada mais elucidativo para a explicação dos acontecimentos que levaram o país à contingência atual, da qual esperamos venha a sair sem o risco de uma volta ao passado.

O livro do Sr. Afonso Arinos vale por um requisitorio contra a política brasileira na República. Se eleva e enobrece uma figura mal conhecida, embora louvadamente assente na história contemporânea, se dá a Rodrigues Alves as características indubitáveis de estadista, pela sua visão dos problemas nacionais e consciência de como enfrentá-los e resolvê-los, pela sua firmeza de caráter, pela certeza de suas opiniões, pela isenção do seu espírito, pela serenidade de sua conduta, por todas as virtudes, enfim que devem possuir os verdadeiros homens de Estado, ao mesmo tempo torna evidente que a evolução política do país não poderia conduzir senão ao desfiladeiro que o deixaria à tão falada e satirizada «beira do abismo», no qual, no entanto, não mergulhou, mercê de Deus, porque houve, em 1964, a reação reclamada pela opinião pública, em boa hora compreendida e atendida pelas forças armadas nacionais, o Poder Moderador da República, várias vezes posto em ação em meio a crises ameaçadoras da nacionalidade. E naquela hora crucial, o Sr. Afonso Arinos de Mello Franco, incompreendido e injustiçado depois, estava presente para a obra de salvação nacional, aconselhada pelo seu patriotismo e permitida pela sua experiência parlamentar e diplomática, pela sua lúcida inteligência, pela sua competência de jurista e pela sua magnífica cultura.

Euclides da Cunha em Face da Psiquiatria e da Criminologia

DEUSDEDIT ARAÚJO

De Euclides da Cunha pode-se dizer que esteve vinculado à Psicopatologia e à Psiquiatria desde a vida pré-natal até à mesa do necrotério.

Ao nascer, já trazia, pela herança materna, o legado genético da constituição nervosa; ao ser assassinado, acabara de cometer um crime.

Veremos como por um curioso capricho do destino, o crime e a doença mental estão presentes nos pontos culminantes de sua vida e de sua obra.

O MENINO DE CANTAGALO E O CADETE DA ESCOLA MILITAR

Sabe-se que Euclides da Cunha foi uma criança tímida, retraída, tristonha e nervosa, a revelar desde muito cedo os traços neuróticos da personalidade.

Aos três anos de idade, ao ver a mãe morta, teve um abalo emocional tão violento que preocupou a família.

Adolescente, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha.

Estávamos nos últimos dias do Império e os ideais republicanos incendiavam a imaginação da mocidade.

DEUSDEDIT ARAUJO

No intuito de atenuar a exaltação dos jovens, o então Ministro da Guerra, Conselheiro Tomaz Coelho, faz uma visita à Escola Militar. E em plena solenidade o cadete Euclides da Cunha rompe a formatura, verga o espadim e o atira ao solo, transformando a solenidade em tumulto.

O incidente repercutiu no parlamento, na imprensa e nos comentários de rua, aumentando a tensão política do momento. E assim, como disse um de seus biógrafos, um adolescente abalava uma nação. O ato de indisciplina importou em seu desligamento da Escola.

No dia 15 de novembro do ano seguinte, ao saber que a República acabara de ser proclamada, corre à Praia Vermelha e mesmo à paisana, entra na formatura, ao lado dos colegas.

Quatro dias após revertia às fileiras do Exército.

E assim continuou por toda a vida, a deixar nos gestos e nas atitudes a marca de um temperamento.

Além de impulsivo era impaciente, irritadiço e instável. Tinha fobias, tinha medo de doenças imaginárias e não dormia jamais em ambiente escuro.

Era particularmente singular, nos contrastes da personalidade. Emocionalmente era um tímido, moralmente, era de uma coragem invulgar; era organizado na vida literária e desorganizado na vida particular; modesto nos hábitos e pomposo na linguagem; ao escrever era prolixo, mas às vezes numa frase fazia o milagre da síntese; rico de talento, era tão pobre, que nunca possuiu uma biblioteca; seguro ao escrever, mas inseguro e indeciso ao se conduzir na vida.

Alguns consideravam-no pueril, outros julgavam-no incompleto no amadurecimento da personalidade.

Gilberto Freyre afirma que o homem Euclides da Cunha «nunca se completou em adulto feliz ou em personalidade madura e integral».

Faltava-lhe uma percepção mais nítida da realidade, o que o impedia de prever ou de pressentir as conseqüências dos fatos; não tinha capacidade para enfrentar e resolver os problemas que lhe surgiam.

Faltava-lhe uma boa dose de sentimento social. Nele, o retraimento era quase misantropia. Arredio e desconfiado, não era homem de sociedade, não era bom *causeur*, não era orador, ouvia mais do que falava, não tinha facilidade em travar relações sociais.

No entanto, ao escrever aos amigos, era afetuoso.

Faltava-lhe o ajustamento intra e interpessoal da personalidade e, sobretudo, faltavam-lhe as modulações afetivas que tanto facilitam as relações humanas.

Não tinha segurança psicológica, não tinha autonomia íntima. Ele mesmo dizia: «sou um tímido, sou de uma irresolução vergonhosa».

EUCLIDES DA CUNHA EM FACE DA PSIQUIATRIA...

Numa carta a Vicente de Carvalho escreveu: «Tranqüiliza-me, homem! Não imaginas como vivo atrapalhado!» Aliás, como afirmou, atrapalhava-se até em conduzir a espada e em dar o laço da gravata.

Não tinha senso de humor. Ao contrário, havia nele uma boa dose de mau humor. «Meu gênio mau e irascível», confessava nas *Notas Intimas*.

Euclides da Cunha era um homem sisudo, que não ria, não sorria, e que talvez nunca tivesse dado uma gargalhada, observa Gilberto Freyre.

Euclides não tinha a aceitação de si mesmo, condição muito importante para a harmonia da personalidade. A começar pelo físico, isto é, pelo que ele chamou de «minha envergadura esmirrada e seca».

Compare-se com Nabuco, com a figura apolínea de Nabuco, de quem se diz que o fato de assomar à tribuna valia por um exórdio e cujo gesto já era a própria eloqüência.

Tudo indica que Euclides da Cunha não gostava de si mesmo. Era solitário e esquivo, mas sem se comprazer em sê-lo, como se não gostasse de ser o Euclides que realmente era.

Queixava-se de seu «organismo asperamente seco», de sua «tristeza congênita», de seu «pessimismo incurável», de sua «horrorosa inaptidão» e do «romance mal arranjado» de sua vida (de cartas a amigos).

Não tinha traquejo social, não era homem de salão, não tinha magnetismo pessoal, não sabia lidar com mulheres.

Havia em sua vida um grande vazio — a falta de amor.

Certamente foi um homem querido e admirado pelos amigos, mas na vida sentimental não foi amado. Talvez porque, apesar de esteta e de artista, não entendesse dessa arte sutil, que é a arte de amar.

Não podia ser, portanto, um homem realizado e feliz.

CANUDOS

Em 1897 irrompeu em Canudos a rebelião dos jagunços, chefiados por Antônio Conselheiro.

Euclides da Cunha foi enviado para o teatro da luta como repórter d'«0 Estado de São Paulo».

E só o talento literário de um esteta, aliado à cultura científica de um espírito, transformaria uma simples reportagem de jornal num dos livros básicos da língua e da nacionalidade, convertendo a efemeridade de uns artigos na perenidade de uma obra.

Araripe Júnior disse que *Os Sertões* foi o livro que abriu o século.

E José Veríssimo viu no autor de *Os Sertões* um homem de ciência, um geólogo, um geógrafo, um sociólogo, um historiador, uma romancista,

DEUSDEDIT ARAÚJO

um crítico de costumes sociais, um artista e um poeta. Ao que elevemos acrescentar — o pensador, o humanista, o ficcionista, o cultor da língua, o estilista e o psicólogo social. como sociólogo ou como antropologista social, pode-se dizer que Euclides da Cunha ultrapassou as idéias dominantes em sua época e que as idéias de hoje o atualizam.

Foi ele o primeiro a afirmar que o fenômeno de Canudos não tinha caráter político nem anti-republicano, mas um caráter sociológico, porque era um choque de duas sociedades: uma de homens civilizados e outra, «a sociedade rude dos vaqueiros». E entre elas, três séculos de distância social.

Isso equivale a dizer, na linguagem de hoje — um choque de culturas, separadas pelo isolamento geográfico e pelo isolamento cultural.

Naquele tempo a palavra cultura não tinha o conceito sociológico de hoje.

Entre as várias definições correntes, compreendemos cultura como um conjunto de bens materiais e valores espirituais que caracterizam a área e o momento social de um grupo.

Sabemos que a integração do homem ao meio físico e social se faz através de vários processos, como sejam: — a adaptação (plano biológico), a assimilação (plano social), o ajustamento (plano psicológico), e a aculturação (plano cultural).

Sabemos ainda que quando culturas diversas se defrontam pode ocorrer a aceitação de uma pela outra ou a permuta de padrões e valores, disso resultando a aculturação ou transculturação, como se diz ultimamente.

Outras vezes, porém, o que se verifica é o embate de culturas adversas, é a reação contraculturativa, caracterizando o choque ou o conflito cultural.

Foi isso exatamente o que Euclides da Cunha viu em Canudos — um fenômeno de defesa cultural, traduzido numa reação armada.

Antes da luta o arraial de Canudos era um aglomerado humano extremamente promíscuo, com sintomas de inquietação e desordem, tendo como principal fator etiológico o alcoolismo. Apesar disso, os problemas sociais se resolviam ali pacificamente, de acordo com a norma consuetudinária, configurando aquilo que Robert Park chamou de «área culturalmente passiva», mas que, uma vez ameaçada, sofre o fenômeno da «cismogênese», como uma reação de defesa cultural.

Tudo isso foi visto, sentido e descrito por Euclides da Cunha, não com a terminologia de hoje, mas com os atuais critérios de avaliação.

Quando descreveu os mecanismos de interação entre os seres vivos e o meio geográfico ou quando estudou os processos de adaptação do homem a uma determinada área geográfica, estava se antecipando ao que hoje chamamos de ecologia humana.

EUCLIDES DA CUNHA EM FACE DA PSIQUIATRIA...

O termo ecologia foi criado por Haeckel em 1869, significando a relação mútua entre os seres vivos e o meio natural de uma região. Mas Haeckel referiu-se apenas aos vegetais e aos animais. Só em 1915 Park estendeu o conceito ao homem. Euclides, desaparecido antes, não conheceu, obviamente, a conceituação de ecologia humana. No entanto, desenvolveu-a e aplicou-a magistralmente, tornando-se pioneiro desses estudos no Brasil, assim como o foi em antropologia social, segundo o Prof. Artur Ramos, assim como foi o primeiro a aplicar a sociologia criminal entre nós, segundo o Prof. Roberto Lira.

Em vez de se submeter às idéias de Ratzel sobre o «fatalismo geográfico», isto é, sobre a «cega brutalidade» do meio geográfico fatalizando o homem, Euclides admitiu a interinfluência e a interdominância entre o mundo físico e os fatores bio-psico-sociais.

Estava portanto no âmbito da geografia social dos franceses, da geografia humana dos ingleses, da ecologia humana dos americanos, da antropogeografia dos alemães e da geopsicologia de Hellpach.

A respeito de geopsicologia merecem uma referência os estudos do indiano Mukergee, com suas penetrantes observações sobre as marcas impressas no psiquismo do homem pelo ambiente ecológico, desde a paisagem ao acidente geográfico. Tinha pois razão Amiel, quando disse que uma paisagem é um estado de alma...

Euclides descreveu magistralmente a identificação do homem com a terra, inclusive o sofrimento do homem castigado pela terra e o sofrimento milenar da terra, castigada pelos sóis.

Ademais, devemos considerar que o homem de Canudos, além de defender o lar, a família e os bens materiais, estava defendendo também o seu solo, a sua gleba, o seu território.

Os animais têm o instinto de territorialidade. No homem, o instinto se aperfeiçoa em sentimento. O homem tem o sentimento da terra. Ela é o seu berço e o seu túmulo. *Homo-hu.mus...* Por tudo isso ele a defende. Ela lhe pertence e isso significa um direito.

E assim, a nosso ver, o direito de territorialidade, o *jus soli* tem um fundamento anímico, sentimental e ético, a ditar a norma jurídica, nos direitos do homem e no direito das gentes.

A TERRA E O CLIMA, O HOMEM E A RAÇA

Enquanto os nossos humildes patrícios defendiam suas terras, os homens da ciência oficial de então prognosticavam a extinção do Brasil, como uma conseqüência inevitável da má qualidade do clima e da raça.

A região de Canudos é uma das mais atingidas pelo cauterio das secas. No entanto, Euclides não viu apenas a terra comburida. Viu

DEUSEDIT ARAUJO

também o milagre da sobrevivência dos seres, viu o fenômeno das quatro estações num só dia tropical, viu o inverno transfigurar o deserto em jardim, com a «ressurreição da flora sertaneja», e viu finalmente o clima em função do homem, admitindo a vitória do homem sobre o clima.

Enquanto isso, Agassiz afirmava que num prazo de duzentos anos o Brasil não mais existiria. Mau futurólogo, pois que antes do prazo estipulado construímos uma civilização tropical.

Mais do que o clima, o grande fator da degradação e da extinção do homem no Brasil, seria a raça. O mito da pureza racial estava em pleno fastígio. Eram os Le Bon, os Gobineau e os Lapouge, confundindo raça com etnia, sem distinguir o raciológico do etnológico e do culturológico.

O Conde de Gobineau foi grande amigo pessoal de D. Pedro II. Seu livro — *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, tido e havido como a Bíblia do arianismo, teve repercussão mundial. Era racista. Mas, pelo menos no incidente que teve com o Visconde de Saboia, não foi superior. O caso se prende a uma artista italiana por quem ambos se apaixonaram. Gobineau provocou o ciúme do Visconde e este lhe deu uma boa surra, à saída do Teatro Provisório.

Gobineau e os cientistas da época eram antropólogos de museu e sociólogos de gabinete, cujos dogmas, em matéria de raça, constituem hoje verdadeiras heresias. Ignoravam o que a genética moderna chama de «vigor híbrido», nos cruzamentos étnicos. Em vez da degeneração da raça, devida aos pretendidos males da mestiçagem, o que está se operando no Brasil é a clarificação do contingente negro, mediante a diluição progressiva do *humo-afér* (Artur Ramos), ou aquele processo que chamamos de *morenização*, de acordo com o conceito de morenidade, de Gilberto Freyre.

Foi isso exatamente o que Euclides previu, quando observou que o vigor do sertanejo provinha daquela «subcategoria étnica» e quando reconheceu no fenotipo dos cruzamentos uma tendência à homogeneidade física e psicológica do homem brasileiro.

Era a antropologia das caatingas, em oposição à antropologia da Sorbonne.

OS DOIS EUCLIDES

Conta-se que certa vez, numa sessão da ONU, o nosso Embaixador Gilberto Amado foi pilhado numa contradição. Saída de Gilberto: «Mas a contradição é própria dos homens de talento!»

É o caso de Euclides da Cunha. Era um, quando falava em nome da ciência da época. Mas quando punha os livros na estante e falava

EUCLIDES DA CUNHA EM FACE DA PSIQUIATRIA...

por conta própria, era completamente outro, tornando-se o oponente de si mesmo. Assim, quando viu no clima «a tradução fisiológica de uma condição atmosférica», quando reconheceu a resistência orgânica do homem àquele clima e àquele meio físico, quando verificou que daquela forja da natureza saíam os «titãs de bronze», quando afirmou que «o sertanejo é antes de tudo um forte» e quando lhe elogiou a resistência física e moral, estava se opondo a muitas de suas afirmações e aos conceitos científicos da época. Mas não estava contrariando suas convicções e suas conclusões pessoais, conseguindo assim a singularidade de ser, ao mesmo tempo, contraditório e coerente.

ANTÔNIO CONSELHEIRO E O HOMEM DE CANUDOS

Daquele cadinho de etnias e culturas emergia a figura de Antônio Conselheiro. Para os jagunços era um santo, para os civilizados, um doído.

Vejam como Euclides da Cunha lhe faz o diagnóstico. Imagine-se um engenheiro metido nos meandros da psiquiatria! Entretanto, naquele tempo Euclides já fazia o que hoje chamamos de diagnóstico polidimensional.

E assim acompanhou e descreveu a vida de Antônio Vicente Mendes Maciel, desde os seus remotos antecedentes familiares, em Quixeramobim, até a mesa do necrotério do Instituto Nina Rodrigues.

como se sabe, Antônio Conselheiro é um dos sobreviventes dos Macieis, família que quase foi exterminada pelos Araújo, numa das tradicionais lutas de famílias, no Ceará.

Sabe-se que, apesar de ordeiro, certo dia feriu um parente, a faca.

Esteve na prisão, foi perseguido e torturado pelas autoridades e desde então, se embrenhou nas caatingas do nordeste.

Sua vocação porém não era o crime — era a religião.

Em 1893 repontou nos sertões baianos, impressionante pelo *facies* e pelas atitudes. Pálido, o olhar fulgurante, o gesto manso, apoiado num bordão, vestia uma longa camisola, carregando apenas um surrão com uma refeição frugal para o alimento do corpo e um livro de rezas, para o alimento da alma.

como na vida de Jesus, havia em sua vida pregressa um trecho inteiramente ignorado, fato que aumentava a curiosidade em torno de um passado em que os fatos reais eram deformados pela fabulação popular. Sabe-se, ao certo, que Antônio Vicente foi infeliz no casamento, tendo sido abandonado pela esposa infiel. E, segundo a tradição oral, o drama familiar teria terminado numa pungente tragédia. Certo dia, devorado pelo ciúme e instigado por sua mãe, simulou uma viagem

DEUSDEDIT ARAÚJO

e, na calada da noite, esperou que o rival entrasse em sua casa. Um vulto se aproxima e ele o abate com um tiro. Em seguida mata a esposa. E ao se voltar, para reconhecer o rival, verificou que o cadáver do vulto era o de sua própria mãe.

Certo é que, desde então, tornou-se um *fugitivo errans*, palmilhando o deserto nordestino como um Pafnus caboclo, a se imolar no masoquismo das penitências e das abstinências, a procurar no autocastigo a punição para os seus erros e buscando nas «Horas Marianas» a reconciliação de sua alma com Deus.

Por onde passava deixava a marca do missionário — uma igreja, um cemitério ou uma cruz erguida.

Impressionava tanto pela palavra, como pelo gesto, pelo silêncio ou pela reticência...

E lá se ia ele, empolgando as multidões fanáticas, pregando a fé e as virtudes, indulgenciando o erro e o crime, com a superioridade soberana dos grandes iluminados. Dava conselhos, apaziguava as discórdias, fazia profecias. E quando se arvorava em orador sacro, e quando proferia o seu sermão da montanha, porque falava do Alto da Favela, chegava à extrema ousadia de se expressar em latim e, como diz Euclides, era aquele o único momento em que o desgraçado fazia o seu único milagre — o de não se tornar ridículo...

Ginófobo, tinha horror às mulheres e «só olhava de frente as velhas beatas e as megeras horrendas, dessas que foram feitas para amansar faunos». É que, para ele, a mulher era a imago da esposa infiel, que o abandonou por um cabo de polícia. A polícia sempre o perseguiu e daí o seu horror aos militares.

Combatia a República porque, em seu subconsciente obscuro, ela representava a autoridade que não fez justiça e não lhe deu garantias.

No domínio das massas encontrava a compensação para as humilhações sofridas e se não gostava do clero é porque este lhe negou o direito de pregar a virtude e a religião.

Tudo isso foi sublimado na prece e no sacrifício.

No fundo porém, aquela sublimação era uma vingança. Porque, como o deus mitológico, tinha duas faces. Sob as vestes de um santo se ocultava o agitador de massas, pregando a virtude e admitindo o crime, tolerando o crime, mas castigando o erro de quem lhe faltasse às rezas.

Era natural portanto que seus adeptos tivessem numa das mãos o rosário e na outra, o bacamarte. E que o sino da igreja velha convocasse, ao mesmo tempo, os fanáticos para a ladainha e os jagunços para o combate. Era a fé dinamizando a coragem. Pois não era a própria religião que lhes ensinava a praticar essas duas virtudes? E não era a mesma religião que lhes dizia que as virtudes nunca são incompatíveis?

EUCLIDES DA CUNHA EM FACE DA PSIQUIATRIA...

Era assim o estranho silogismo dos fanáticos.

Mas que religião era aquela?

— Na aparência era cristã; no fundo, era uma nebulosa de condensações conceituais e de significações anímicas, resultantes de uma mistura de catolicismo, misticismo, fetichismo, messianismo, credence e superstição.

E nós sabemos que a superstição e a credence partem de concepções culturais pré-lógicas, que se transmitem e se tradicionalizam e que, além da força da tradição, têm uma força emocional e vivencial, fixando a superstição na mentalidade do homem.

Entre aquelas religiões e crenças tão diversas, só uma coisa havia de comum — a fé, a verdadeira fé, a fé que prescinde de provas, embora os fanáticos as tivessem, evidentes e irretorquíveis, nos milagres do Conselheiro...

Era assim a alma do jagunço e do homem de Canudos — primária e ingênua, heróica e bárbara.

Galvanizados pela fé e revelando uma extraordinária resistência moral, os jagunços preferiram a morte à capitulação.

como diz Euclides, Canudos não se rendeu. «Exemplo único na história, resistiu até aos quatro últimos combatentes — dois homens, uma velha e uma criança, diante dos quais rugiam furiosamente 5000 adversários!» Único troféu de guerra: o cadáver do Conselheiro, em cujo cérebro Nina Rodrigues, segundo a imaginação de Euclides, iria encontrar «as linhas essenciais do crime e da loucura...»

Canudos era um foco de sociopatia, dominado pela personalidade dramática de Antônio Conselheiro.

Um dia as autoridades baianas solicitaram a internação do insano no antigo Hospício Nacional do Rio de Janeiro. Resposta: não há vaga.

Euclides da Cunha, baseado em Nina Rodrigues, se propôs fazer-lhe o diagnóstico e viu em Conselheiro um caso de degeneração atávica. Hoje o conceito de degeneração caiu completamente e cedeu lugar ao de constituição.

Euclides concluiu pelo diagnóstico de Paranóia. Diagnóstico que praticamente desapareceu nos livros da psiquiatria de hoje.

Depois da revisão do conceito de Kraepelin a verdadeira paranóia tornou-se extremamente rara.

uma coisa porém não escapou à observação de Euclides. É quando diz que Antônio Conselheiro se ajustou integralmente à mentalidade primária dos jagunços e que esse ajustamento evitou sua desintegração mental.

DEUSDEDIT ARAÚJO

Olímpio de Sousa Andrade, ao comentar a observação de Euclides, afirma que Antônio Conselheiro foi salvo da loucura pelo meio e que este lhe fechou a porta do hospício, enquanto lhe abria a da História...

Efetivamente, foi na Meça sertaneja de Canudos que Antônio Vicente Mendes Maciel encontrou a paz e o ambiente propício ao funcionamento de sua personalidade, e ali ele se realizou plenamente.

Ao analisar esse fato, Euclides mais uma vez se antecipou à Sociologia de hoje, quando esta se ocupa do *homem marginal*, isto é da situação psicológica do indivíduo que sofre a repulsa de uma cultura estranha, causando-lhe o desequilíbrio psicológico e fazendo-o descambar para a crise de marginalismo cultural, ou seja — para a neurose, para a psicose e até para a delinqüência.

O diagnóstico de Antônio Conselheiro, por sua significação em nossa história social merece uma revisão.

O PALIMPSESTO

Ao discorrer sobre a religiosidade do sertanejo, Euclides conceituou-a numa frase — «sua religião é como ele — mestiça».

Assinalou que ela é oriunda de etnias e culturas diversas, donde a diversidade de crenças e concepções. Concepções e crenças que ora se fusionam, ora se superpõem, como se fossem camadas geológicas, na estruturação da personalidade, sem porém se sedimentarem. E, por isso, a religião da gente sertaneja é amorfa, indefinida e instável.

Observou ainda que essa instabilidade é mais evidente nos momentos difíceis, quando as crenças remotas, herdadas de religiões mais primitivas, prevalecem sobre as mais recentemente adquiridas.

Diz ele que é nas quadras agitadas que as concepções arcaicas jacentes na «consciência imperfeita dos matutos» ressurgem, como ressurgem os velhos caracteres raspados, de um palimpsesto.

A imagem euclidiana é perfeita. E mal sabia ele que anos após o seu desaparecimento, um psiquiatra alemão, Bonhoeffer, utilizaria a mesma imagem para significar a obnubilação da consciência em determinados estados de deficit intelectual; e que mais recentemente os técnicos da Organização Mundial de Saúde adotaram a expressão *palimpsesto alcoólico* para designar a imprecisão e as lacunas da memória no alcoolismo crônico, fato que, só por si, denuncia a aproximação de uma psicose alcoólica.

E assim, embora por mera coincidência, uma imagem literária estabeleceu mais um traço de união entre o autor de *Os Sertões* e a Psiquiatria.

EUCLIDES DA CUNHA EM FACE DA PSIQUIATRIA...

EUCLIDES E A PSICANÁLISE

Euclides da Cunha esteve na Amazônia em 1904/1905, poucos anos depois de aparecerem os primeiros trabalhos de Freud sobre a teoria dos complexos recalçados, como era chamada então.

É duvidoso que Euclides tivesse ouvido falar alguma vez nesta palavra mágica — psicanálise.

Vamos surpreendê-lo, não como um psicanalista fazendo ficção, mas como um ficcionista fazendo psicanálise.

Vejamos sua página sobre o Judas Escariotes, em *À Margem da História*. Página que o escritor quase destruiu, como Virgílio quase destruiu a Eneida. Não fosse a intervenção de Coelho Neto, a crônica teria sido queimada, pela ânsia de perfeição do autor.

Ele nos conta que o sábado da aleluia é o único dia alegre para o seringueiro na Amazônia. É o dia em que ele se vinga das tristezas do ano, quando a monotonia da vida e da selva é quebrada pela vibração festiva das populações postadas à margem dos rios, para vaíar, apupar e espingardear os judas que desfilam, rio abaixo, em suas canoas toscas.

O seringueiro se esmera na confecção dos mostrengos de palha, ante a curiosidade dos filhos perplexos. Compõe a escultura com trapos e mulambos e dá o toque final, ao colocar no judas o seu próprio chapéu. As crianças recuam estarecidas, num grito de horror, ao verem no boneco hediondo a imagem de seu próprio pai. E o seringueiro, ele também, ao contemplar o Judas, se identifica com o traidor, e o Super-rego pune-o, a si mesmo, numa dolorosa crise de consciência pelos erros e pecados cometidos.

Aí estão nesta página de Euclides, os mecanismos de repressão, de projeção, de deslocamento e de identificação, além do fenômeno da vivência, não no sentido comum e atual deste vocábulo, mas no significado estritamente psicológico que lhe deu a psiquiatria moderna.

Mas os Judas continuam a desfilar na passarela líquida dos rios, a espavorir as aves e os anfíbios com sua presença macabra.

Por vezes caem num remanso circular das águas. E no silêncio misterioso da noite e da selva os desgraçados se reconhecem e se reúnem num conciliábulo sinistro.

Nos olhares fingidos — a hipocrisia e a perfídia; nas consciências torvas — vinte séculos de remorso.

Neste lanço Euclides penetrou fundo na consciência tenebrosa da humanidade.

Tudo isso sem uma só palavra técnica. E sem o diva...

DEUSEDIT ARAÚJO

A EPILEPSIA DE MOREIRA CÉSAR

Ao ser designado para comandar a Terceira Expedição a Canudos Moreira César já era conhecido pela coragem, pela violência e pela truculência dos atos. Havia em torno do seu nome a mística do heroísmo, e isso fazia prever o fim da luta. Era epiléptico. Tinha portanto, a mesma doença de Napoleão, de quem não herdou, entretanto, o gênio militar... Algumas cápsulas de luminal talvez tivessem mudado o curso da História, no caso de Napoleão e o curso da guerra, nos sertões da Bahia.

E lá se foi Moreira César para Canudos. Imagine-se um epiléptico combatendo um paranóico...

Euclides se deteve na epilepsia de Moreira César. Não se limitou à simples descrição dos ataques, alguns dos quais acometeram o Comandante em meio aos combates. Estudou também os equivalentes epilépticos, os estados crepusculares e sobretudo a personalidade do epiléptico, com suas reações coléricas súbitas e brutais, desencadeadas pelo curto circuito dos impulsos.

Sabe-se que nas mesas de autópsia, a violência revelada nas lesões leva por vezes o legista a afirmar que a autoria do crime deve ser atribuída a um epiléptico.

Euclides disse com razão que o ataque não é a doença, mas uma de suas manifestações. Confundiu equivalente psíquico com epilepsia larvada, mas convenhamos em que não tinha obrigação de ser um epileptólogo.

Em compensação, estava certo quando disse que a epilepsia tanto pode levar ao crime como à glória.

Doença outróra maldita, vítima de abusões e preconceitos, doença dos deuses e do Demônio, doença bíblica, doença de grandezas e misérias, a epilepsia tanto pode estar num sábio como num santo ou num herói. Entre os sete heróis de Carlyle há dois epilépticos.

Renan, em *A Vida de Jesus*, disse que a epilepsia foi outróra um princípio de forças e grandezas. E Wengler afirmou que numa visão retrospectiva de quatro séculos, a epilepsia está intimamente ligada à história do pensamento e da cultura.

Impossível negar a influência de Sócrates, César, Napoleão, Maomé e São Paulo, todos epilépticos, no contexto histórico-cultural da humanidade.

Mas voltemos a Euclides da Cunha.

OS SERTÕES, LIVRO DE PROTESTO

É sabido que *Os Sertões*, considerado por muitos como o maior livro de nossas letras, sofreu algumas críticas. Não pelas idéias nele

EUCLIDES DA CUNHA EM FACE DA PSQUIATRIA. . .

contidas, mas pelo rebuscamento da linguagem, pelo barroquismo do estilo, pelo encachoeirado da frase e sobretudo pela excentricidade vocabular. O que mais se condenou em Euclides foi o seu gosto pela palavra rara.

Não o censuremos, sem antes procurarmos compreendê-lo.

Tudo nele era autêntico. E, segundo confessa nas *Notas Intimas*, escritas quando ainda cadete da Escola Militar, desde muito cedo tinha um gosto todo especial pelo vocábulo incomum. Não que o empregasse por ostentação ou pedantismo, mas porque era realmente um deslumbrado da palavra. Tinha o fascínio e a paixão dionisíaca da palavra. Nele a palavra tinha sempre um valor sonoro, plástico e dinâmico, no arabesco da frase, no jogo das imagens e das antíteses e nos efeitos rítmicos e acústicos que ele utilizava, para reforçar a idéia.

Mas tudo isso é no *Os Sertões*. Pois, como já observou um de seus biógrafos, a linguagem de Euclides no restante de sua obra não é rebuscada. É que o escritor, mais uma vez revelando sua agudeza psicológica, procurou, na grandiloquência da linguagem, polarizar as atenções e mobilizar os espíritos para o seu protesto, em defesa dos nossos rudes patrícios do sertão. E ainda como psicólogo social, foi o primeiro a perceber que a sedição de Canudos era, fundamentalmente, um fenômeno social ocasionado por um entrechoque de culturas.

O CONCURSO DO PEDRO II

Em 1909, a dois meses da tragédia que o abateu, houve um fato muito importante na vida de Euclides da Cunha — o concurso mais retumbante de nossa história intelectual, o concurso para a cadeira de Lógica, no Colégio Pedro II.

Entre os quinze candidatos inscritos estavam dois gigantes do pensamento — Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha e Raimundo de Farias Brito. Um, caboclo de Cantagalo, Estado do Rio; outro, caboclo de São Benedito, Estado do Ceará. Euclides já renomado. Farias Brito menos conhecido, mas já se revelando a maior vocação filosófica do Brasil.

Ponto da prova oral: «A verdade e o erro.» Ponto da escrita «A idéia e o ser.» como se vê, eram mais temas de filosofia do que de lógica.

Desfecho: Euclides é batido por Farias Brito. Mas, amigo de Rio Branco, foi nomeado para a cátedra.

Desgastou-se ao estudar para o concurso, foi derrotado e ainda teve que aceitar a humilhação de ser nomeado, em detrimento do competidor vitorioso.

DEUSDEDIT ARAÚJO

Tudo isso lhe minava as resistências psicológicas e orgânicas. E todos lhe notavam as modificações do humor e da conduta.

A DOENÇA

Segundo Elói Pontes, há uma série de fatos que denunciam o estado mental do escritor, naquela ocasião, inclusive as vacilações, as emendas e as rasuras, nas provas do concurso.

O *stress* mais grave, porém, era o *stress sentimental*.

Seu drama familiar pode ser resumido numa frase, quando disse a Coelho Neto, haver «uma espiga de milho em seu cafezal».

Não comentemos esse episódio.

Mas ouçamos as testemunhas da época, segundo as quais, meses antes de morrer, Euclides apresentava francos sinais de desequilíbrio psicológico. Euclides da Cunha Filho referiu-se aos descompassos de humor. Outros falam em «destemperos de nervos», em «explosões coléricas» e em «descargas neurasténicas».

Os mais íntimos notavam que, ao lado do «desequilíbrio dos sentimentos», Euclides vivia numa atmosfera de pessimismo, de ameaças e receios descabidos, que hoje interpretamos como um estado pré-deli-rante, de fundo persecutório.

Dois meses antes da tragédia, ao ver Machado de Assis morto, ficou tão abalado, que Martins Fontes teve de levá-lo para casa. Um mês antes de morrer, numa carta a um amigo, ele mesmo dizia-se alar-mado com suas falhas de memória.

Tinha insónias terríveis e na noite que antecedeu a tragédia quase não dormiu. Ao amanhecer, munuiu-se de um revólver e saiu para matar um homem. E sem qualquer plano tático, entra como um desvairado na casa do antagonista e este, em legítima defesa, o fulmina com um tiro. Era a «Tragédia da Piedade», como a chamaram os jornais. E com ela, Euclides da Cunha mais uma vez abalava o Brasil.

O Prof. Afrânio Peixoto, auxiliado por outro grande legista, Diogenes Sampaio, fez-lhe a necropsia. *Causa mortis*: um tiro no pulmão.

Mas o exame macroscópico do encéfalo revelou o seguinte: «Calota resistente, meninges duras e bastante desenvolvidas, granulações de Paccione. Edema das circunvoluções rolândicas. Meninges aderentes à base do crânio. Placas leitosas de lepto-meningite. O encéfalo foi retirado para exames posteriores.»

Pergunta-se: foram feitos esses exames posteriores, inclusive o exame microscópico da peça? Onde estará hoje essa peça?

Tarefa para os estudiosos. ...

EUCLIDES DA CUNHA EM FACE DA PSIQUIATRIA . . .

O DIAGNÓSTICO PSIQUIÁTRICO

O laudo acima transcrito contém elementos e provas gritantes de uma afecção cerebral orgânica, correspondentes a uma doença mental em desenvolvimento, provavelmente na fase inicial. Não é este o momento de discuti-lo tecnicamente, como noutra ocasião já o fizemos. Mas podemos afirmar com segurança o seguinte: 1º — Havia no cérebro lesões orgânicas evidentiíssimas (sinais de certeza); 2º — as lesões correspondem a uma meningo-encefalite (sinal de certeza); 3º — o aspecto das lesões faz supor a etiologia: meningo-encefalite sífilítica, ou seja a Paralisia Geral, como é conhecida em Psiquiatria (probabilidade).

Anatomicamente, portanto, havia uma psicose orgânica.

Clinicamente, como já vimos, havia uma série de fatores e de sintomas. Entre os primeiros, o fator terreno, o *stress* intelectual e emocional, a idade propícia (40 anos) a alta incidência da sífilis nervosa naquela época, decorrente da ineficiência dos agentes terapêuticos. Quanto aos sintomas, as modificações da personalidade, da conduta, do humor, da memória, da atenção, do sono, e por fim, a reação anti-social — o delicto.

Tudo isso a constituir a chamada fase pré-clínica ou pré-hospitalar da Paralisia Geral, também chamada fase médico-legal, pois é a fase das manifestações anti-sociais.

Naquela ocasião a doença era *incurável* e terminava irremediavelmente em estado demencial, isto é, no declínio progressivo, global e irreversível de todas as funções intelectuais. O que significa que o sol Euclides da Cunha caminhava para o ocaso.

Há porém uma circunstância curiosa a observar. É que a mesma doença que selou o destino de Euclides da Cunha contribuiu enormemente para o destino da Psiquiatria.

Assim, quando a paralisia geral se tornou conhecida, no início do século passado, a psiquiatria vivia numa densa obscuridade de conhecimentos.

As doenças mentais eram atribuídas a causas sobrenaturais e quase todas, na fase terminal, eram chamadas de demencias. E foi na promiscuidade das demencias que um jovem cientista francês, de 23 anos, — Antoine Joseph Bayle — identificou, isolou, descreveu e classificou a Paralisia Geral.

Bayle depois de examinar mais de quatrocentos cérebros, demonstrou que a afecção era devida a lesões físicas, anatômicas, do cérebro.

O fato revolucionou a Psiquiatria e dele partiu o conceito fecundo de psicoses orgânicas. Mas a causa continuava desconhecida.

Só no século atual se dissiparam as dúvidas sobre a etiologia, quando um japonês e um americano, Noguchi e Moore mostraram os ninhos de espiroquetas no cérebro dos paralíticos gerais.

DEUSDEDIT ARAÚJO

Antes do advento da malarioterapia, em 1917, a doença era inapelavelmente incurável. O que significa que o fim de Euclides da Cunha estava prefixado pela doença — o hospício, o cárcere ou a mesa de um necrotério.

Euclides foi acometido da mesma doença que vitimou Nietzsche, Musset e Baudelaire. No caso de Nietzsche as pesquisas chegaram a identificar a fonte humana do contágio. Nietzsche morreu em plena demência. E como Euclides, tinha no lastro da constituição neuropática, a angústia. Não apenas a angústia vital, a angústia orgânica, emoção básica do homem. Tinha também a angústia existencial, a angústia metafísica, aquela que se exerce no plano da transcendência do espírito e que leva o homem à cogitação sobre os problemas do ser e do existir.

Euclides da Cunha morreu no dia 15 de agosto de 1909, numa tragédia que abalou a Nação e que constituiu o último contraste de sua vida, pois tendo vivido para a arte, não teve, em sua morte, um único lance de beleza, aquele ângulo estético que ele disse existir em tôdas as grandes tragédias.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- EUCLIDES DA CUNHA, *Obra Completa*, Companhia Aguilar Editora, Rio, 1966.
- FRANCISCO VENÂNCIO FILHO, *Euclides da Cunha e Seus Amigos*, Editora Nacional. São Paulo, 1938.
- OLÍMPIO DE SOUSA ANDRADE, *História e Interpretação de «Os Sertões»*, Edarta. São Paulo, 1960.
- ELOY PONTES, *A Vida Dramática de Euclides da Cunha*, José Olimpio Editora, Rio, 1938.
- GILBERTO FREYRE, *Atualidade de Euclides da Cunha*, Edição da Casa do Estudante do Brasil. Rio, 1941.
- NERTAN MACEDO, *Antonio Conselheiro*, Gráfica Record Editora, Rio, 1959.
- JOSÉ CALASANS BRANDÃO DA SILVA, *O Matricídio de Antonio Conselheiro*, in Revista Brasileira de Cultura, nº 14, Out./Dei. 1972, Conselho Federal de Cultura, M.E.C. Rio.



Ensayo de la Cultura

Euclides da Cunha
(desenho de Portinari)



*Única fotografia conhecida de Antônio
Conselheiro — a do seu cadáver — feita
após a exumação.*

A Educação Permanente e o Lazer

IRMÃO JOSÉ OTÃO

APRESENTAÇÃO DO TEMA

A sociedade contemporânea está marcada por problemas de grande repercussão que desafiam a argúcia dos responsáveis pela sua direção e orientação.

Não se trata de problemas insolúveis; mas, de temas que não podem ser entregues a si mesmos aguardando do tempo ou das circunstâncias possíveis soluções.

Não bastam os modernos Nostradamus da futurologia ou os cultores da conjectura para apresentar soluções aos problemas da sociedade. É preciso que em todos os Países surjam estudiosos e pesquisadores porque, muitas vezes, as soluções são particulares ou locais.

Dentre estes problemas, pela objetividade, pela atualidade e pela extensão mais ou menos universal destaca-se o problema educacional considerado no seu aspecto global.

Está o mundo a beirar os quatro bilhões de habitantes. Os cálculos prospectivos indicam claramente que dentro de 30 ou 40 anos a população do mundo vai duplicar e exigir, em todas as regiões, um esforço educacional não somente duplicado quantitativamente, mas melhorado qualitativamente em virtude do contínuo, incessante e variado progresso da ciência e especialmente da tecnologia.

É verdade que os meios de comunicação social de que a sociedade dispõe atualmente e as tecnologias educacionais fornecem um auxiliar

IRMÃO JOSÉ OTÃO

de elevado alcance para facilitar a expansão e a difusão cultural, embora necessite de uma inversão dispendiosa em recursos humanos e em recursos materiais para que os resultados sejam alcançados em plenitude.

Passamos, segundo McLuhan, da Galáxia de Guttenberg para a nova Galáxia eletrônica. Nem todos os Países, todavia, estão colhendo os seus benéficos efeitos.

As afirmações que acabam de ser feitas valem, no geral, para o mundo universo; valem, igualmente, embora com variações acidentais, para cada continente, para cada País, para cada Estado, para cada município, para cada cidade, para cada aglomeração humana.

Ê preciso, pois, parar, pensar e refletir profundamente a fim de procurar soluções. Não soluções quaisquer, teóricas apenas, ou aproximadas; mas, soluções objetivas, realistas, adequadas e eficazes.

O problema está claro: A população aumenta. A educação formal, isto é, a educação escolar tradicional deve ser dada a todos. O ensino profissional e, especialmente algum treinamento profissional deve alcançar tôda a massa populacional, após a educação formal. Estes são dois subsistemas da educação geral. Em virtude das pesquisas e dos inventos contínuos, o ensino profissional deve renovar-se, pois tornam-se em pouco tempo obsoletos os aparelhos usados e rapidamente superadas as técnicas do seu manejo. Este fato, constatado por quantos observam com atenção a evolução da sociedade, exige revisão, atualização dos métodos e dos processos empregados a fim de acompanhar a velocidade de um mundo-que progride sem cessar.

uma simples consideração permite apreciar a rapidez como as coisas se passam no mundo hoje.

Em 1900, com o invento do motor de explosão o homem pôde alcançar a velocidade de 140 Km por hora.

Em 1945, os aviões a jato já haviam duplicado esse limite e alcançado 240 Km por hora.

Hoje, os cosmonautas se deslocam a uma velocidade de 40.000 Km; por hora. (Caio Tácito)

Interessa-nos no momento o fato educacional.

Ele está aí. Vivo. Real. Palpitante.

A primeira parte do problema, isto é, a realização da educação formal e do ensino profissional, encontra em todos os Países montados, ou menos bem estruturados, sistemas educacionais que se encarregam de resolvê-la, pelo menos para a hora presente.

Digo propositadamente «sistemas educacionais bem ou menos bem montados», porque, ainda há pouco o relatório da UNESCO de 1972, organizado sob a coordenação de Edgar Faure, sob o título de «apprendre à être», concluiu com penosas críticas aos atuais produtos da educação institucionalizada.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE E O LAZER

A segunda parte, porém, a revisão, a atualização, a «reciclagem», que implica em reexaminar o que se aprendeu, em atualizar o seu conteúdo, incorporando as novas conquistas da ciência e da tecnologia, de modo a poder, pelo menos, acompanhar com tranqüilidade o mundo que nos cerca, esta segunda tarefa, cada dia mais necessária, está a exigir estudos sérios, programações adequadas.

Não devemos nos esquecer que quarenta anos atrás não se falava em televisão, não se conhecia o radar, menos ainda os foguetes espaciais, a energia atômica, os antibióticos, etc.

O progresso é uma realidade. É preciso preparar-se para compreendê-lo e para acompanhá-lo.

Aqui se situa a nova modalidade de educação que se convencionou chamar hoje da educação permanente.

A reflexão que estou fazendo em voz alta implica em aceitar as premissas levantadas e os exemplos citados são disso parece-me provas convincentes. Penso que eles constituem evidências, e, como tais, podem ser aceitos sem dificuldade.

Não vou deter-me neste trabalho em considerações sobre o que seja a educação no seu aspecto geral. Vou limitar-me à análise e à apreciação da educação permanente como fato novo, como exigência dos nossos tempos, e, consoante indica o título, vou procurar assinalar as grandes oportunidades ensejadas pelo lazer para facilitar-lhe a realização.

Não abordarei, tão pouco, neste trabalho, o ensino supletivo, um novo subsistema já incorporado em nosso País aos outros dois, como integrante do quadro geral da educação.

Há pedagogos que o vinculam à educação permanente. Parece que, pelo menos por enquanto, ele deve ocupar um lugar especial.

CONCEITO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

2 — Um respeitável número de educadores, de pedagogos e de cientistas sociais tem apresentado definições que permitem apreender os vários aspectos do problema e que, no seu conjunto, permitem formular um conceito aceitável da educação permanente.

Assim, para Gozzer, «a educação permanente é a disponibilidade constante da pessoa em repor em discussão todo o patrimônio cognoscitivo, à medida que ele vem se constituindo, cada vez que sobrevêm um conjunto de informações, de situações novas, para extrair delas o que há de mais altamente educativo para o homem.»

Dois tópicos a destacar: não aceitar o patrimônio cognoscitivo como acabado, definitivo e habilitar-se a incorporar os novos elementos, as novas técnicas e os novos valores que surgem na sociedade.

IRMÃO JOSÉ OTÃO

Para Mancarelli, «a educação permanente é a conduta de constante responsabilidade auto-educativa de cada pessoa e ao mesmo tempo o empenho do indivíduo de aumentar constantemente o próprio contributo de operativa originalidade para a vida social.»

Dois tópicos a destacar: a ação auto-educativa contínua e o desejo de contribuir com algo novo, criativo, original para a sociedade.

Para Furter «a educação permanente é o duplo processo de aprofundamento, tanto da experiência pessoal como da vida social global, que se traduz pela participação ativa e responsável de cada sujeito envolvido, qualquer que seja a fase da existência que esteja vivendo.»

Três tópicos podem ser destacados: cada pessoa leva para a sociedade sua experiência pessoal e recebe, por sua vez, influência do meio; a participação há de ser ativa e responsável; e, finalmente, a ação pode ser exercida em todos os períodos da vida.

Sintetizando os conceitos contidos nas definições apresentadas eu diria simplesmente que «a educação permanente é o esforço contínuo das pessoas, dos grupos sociais e da própria sociedade no sentido de engajar-se num progressivo «aggiornamento» ou numa constante atualização, de modo a levar as pessoas a assimilar, a incorporar e a utilizar, para vantagem pessoal e coletiva, todos os avanços e progressos da humanidade.»

Em consequência não há mais dois períodos distintos da vida: o da formação (escola) e o da aplicação na vida (profissão) .

Para a educação permanente cada fase da vida é considerada em sua dupla característica: ser nova e original e, ao mesmo tempo, ser preparatória da fase seguinte.

É por esse motivo que Alvim Toffler em «O choque do Futuro» afirma que «o tempo caminha hoje com tal velocidade que já é difícil ao adulto ser contemporâneo do presente.» «Por isso, continua ele, para que o futuro não nos apanhe desprevenidos, para que não nos desintegramos ao seu impacto, é preciso que nos renovemos para aprendermos a ser contemporâneos do futuro.»

A sociedade do passado preocupou-se mais com o direito do homem à vida, à existência; hoje, preocupa-se também pelo desenvolvimento do homem, pela realização em plenitude, propiciada em muitos casos pela educação permanente.

AGENTES DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

3 — A tarefa reservada à educação permanente é ampla, tanto no plano horizontal (maioria das pessoas da sociedade), como no plano vertical (especialidades, conteúdos, técnicas).

A quem caberá a sua programação e a sua execução?

A EDUCAÇÃO PERMANENTE E O LAZER

Pode-se responder tranqüilamente que, em sentido amplo, no setor da educação, do ensino e da cultura não cabem exclusivismos nem monopólios.

Trata-se de assunto de interesse vital para a sociedade e que requer, em conseqüência, a participação de todos os organismos que a compõem, quer públicos, quer privados, pois, não há institucionalização da educação permanente, e pela natureza da mesma, talvez nunca deva ela integrar-se num sistema.

Este fato, todavia, não exclui a necessidade de uma coordenação de planos, de esforços e de atividades de modo a evitar as repetições ou as iniciativas paralelas, alcançar a adequada extensão às necessidades mais prementes do meio, e objetivar o atendimento consoante as prioridades regionais.

uma entidade existe, todavia, que nunca pode estar ausente quando se faia em educação, permanente ou não; é a Universidade.

A Universidade, pela sua estrutura, pela elevada composição do seu quadro técnico e docente, pelos recursos materiais de que dispõe, como laboratórios e bibliotecas centrais e especializadas, é um organismo sempre indicado para preparar e executar programas de educação permanente nas áreas, é claro, das especialidades que cultiva, cabendo ao Estado e a outros organismos mesmo os empresariais e comerciais, a participação direta ou indireta neste esforço, isto é, a promoção da educação permanente «per se», ou a colaboração financeira com a Universidade para que esta a realize adequadamente.

Todas as grandes programações de hoje, em qualquer campo do pensamento ou da ação, são o resultado de um trabalho de equipe. Ora, onde é que, normalmente se podem encontrar equipes categorizadas para tais tarefas senão na Universidade?

Resulta daí caber a ela também esta tarefa, o que não restringe nem limita o esforço notável de grandes empresas no sentido de preparar cada dia melhor seus servidores, levando-os a um esforço criador e mantendo-os continuamente na linha avançada da tecnologia e do progresso.

Haja vista, para apenas citar alguns exemplos, o esforço desenvolvido neste particular por empresas como a Ford, a IBM, a General Electric, a General Motors, a Fundação Volkswagen, a Olivetti, a Fiat e outras.

É a Universidade não somente o organismo indicado para a educação permanente; é, igualmente, o organismo que tem neste sentido compromissos com a sociedade que a sustenta ou que colabora para mantê-la, pedindo-lhe em troca, que dê à sociedade, em cada estágio do seu status técnico-cultural os pensadores, os técnicos e os profissionais de que necessita, propiciando, outrossim, a atualização daqueles que diplomou em anos anteriores.

IRMÃO JOSÉ OTÃO

Não se trata de assinalar aqui o modo de realizar a educação permanente, pois, cada instituição, consoante sua estrutura e seus recursos humanos e materiais, saberá «o que fazer» e «o que deve fazer», «quando deve fazê-lo» e «como deve fazê-lo», pois, conta para tanto com colegiados de alto nível e de real valor.

ASPECTOS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

4 — Estendendo-se a educação permanente a todas as camadas da população parece natural fazer-se uma distinção ou divisão nas suas atividades: A educação permanente, *stricto sensu*, isto é, aquela que continua a cultivar as pessoas que já receberam educação, contribuindo com elas para renovar, ampliar e completar os conhecimentos e as técnicas correspondentes, e a educação permanente, *lato sensu*, que vem oferecer pela primeira vez oportunidades formativas a pessoas sem educação sistemática, isto é, com educação truncada, incompleta ou insatisfatória, ou, ainda que vem oferecer novas oportunidades a pessoas já engajadas por necessidades imperiosas em atividades que não correspondem aos seus pendores, às suas inclinações íntimas, aos seus interesses maiores, possibilitando-lhes, embora com atraso no tempo, a escolha de um setor de trabalho que venha a representar a resposta a uma aspiração pessoal.

O primeiro aspecto, que considera os diplomados, os formados que voltam a aulas, a cursos, a conferências, a seminários, a encontros culturais, etc, por sua própria natureza, exige organismos culturais de elevado porte, situando-se aqui em primeiro lugar a Universidade.

O segundo aspecto, que considera a grande massa humana, em geral não portadora de diploma algum, e que só conhece bem «a escola da vida», pode ser atendido facilmente por organismos de estrutura mais simples, mais vinculados ao meio sócio-econômico-cultural, vindo a possibilitar a inúmeras pessoas grandes satisfações, grandes alegrias, grandes confortos, porque, embora tardiamente, conseguiram fazer um estudo, participar de um curso, entrar numa escola e realizar um sonho, quiçá, sempre acalentado e sempre diferido por razões conhecidas.

É para ambos os aspectos da educação permanente aqui esboçados, para a sua programação e para a sua execução que o lazer vem propiciar a sua contribuição, e o seu concurso, desde que ele seja entendido nas suas reais dimensões.

O LAZER E SUAS NOTAS FUNDAMENTAIS

5 — Na sociedade de cinqüenta, de trinta, mesmo de vinte anos passados, não havia ainda a necessidade da renovação técnico-cultural hoje exigida por tôda a parte. O diplomado de 1920 por muitos anos

A EDUCAÇÃO PERMANENTE E O LAZER

vivia da bagagem cultural que o Curso Superior lhe dava. Hoje, já não é assim. Dez anos, cinco anos após o Curso feito, em virtude das inovações e renovações supervenientes, faz-se mister voltar aos Cursos, a menos que o diplomado seja um estudioso permanente, o que, aliás, deveria ser fato normal.

Mas, para poder voltar aos livros, aos Cursos, faz-se mister encontrar tempo, tempo livre, tempo que o lazer vem propiciando em extensão cada vez maior, lazer normal ou lazer forçado, pouco importa, mas, sempre lazer.

Ainda bem que é assim, pois, o dinamismo trepidante da vida de hoje esgotaria muito cedo as melhores energias sem os intervalos, sem as interrupções periódicas do trabalho com vistas à recuperação da pessoa em todas as dimensões do ser.

Definirei o lazer segundo Joffre Dumazedier no livro «Vers une civilisation du Loisir?» (Édition du Seuil — 27, rue Jacob, Paris, VI^o, 1966).

«O lazer é um conjunto de ocupações às quais a pessoa se entrega plenamente, seja para repousar, seja para se distrair, seja para completar sua informação e formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua capacidade criadora, após ter-se liberado das obrigações profissionais, familiares e sociais.»

A definição é longa mas extremamente interessante. Tentarei analisá-la a fim de compreender-lhe o alcance e descobrir os elementos fundamentais que contém. Para começar, diz Dumazedier, que o lazer é «uma ocupação». Parece estranho, à primeira vista, essa conceituação, que mostra, aliás, a distância existente entre o lazer e o ócio, pois este se caracteriza por um total «far niente», e aquele, por uma «real ocupação».

Há todavia, três notas que aparecem claramente na definição. Trata-se de «descansar», de «distrair-se» e de «desenvolver-se», o que eu chamaria os três «d» do lazer.

Será interessante tentar apreciar a riqueza de conteúdo que o autor atribuiu a estas três palavras.

5.1 «O lazer é uma ocupação destinada ao descanso, ao repouso». O descanso ou o repouso tem por finalidade libertar da fadiga. Cabe-lhe, assim, refazer as forças físicas, restabelecer o equilíbrio das tensões nervosas provocadas pelos múltiplos quefazeres de cada dia, tensões multiplicadas muitas vezes pela monotonia do trabalho, pelo ambiente de barulho, pela poluição de todos os matizes, pelas penosas idas e vindas diárias ao local do trabalho, pesadelo de muita gente, pela carência de local de descanso, de segurança, de paz e outros.

Esta situação de desconforto, de insegurança, de tensão enfim, não é «privilégio» dos homens da classe média, da classe assalariada, mas é, talvez em grau mais elevado ainda, dos chefes, dos dirigentes, dos

IRMÃO JOSÉ OTÃO

Não se trata de assinalar aqui o modo de realizar a educação permanente, pois, cada instituição, consoante sua estrutura e seus recursos humanos e materiais, saberá «o que fazer» e «o que deve fazer», «quando deve fazê-lo» e «como deve fazê-lo», pois, conta para tanto com colegiados de alto nível e de real valor.

ASPECTOS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

4 — Estendendo-se a educação permanente a todas as camadas da população parece natural fazer-se uma distinção ou divisão nas suas atividades: A educação permanente, *stricto sensu*, isto é, aquela que continua a cultivar as pessoas que já receberam educação, contribuindo com elas para renovar, ampliar e completar os conhecimentos e as técnicas correspondentes, e a educação permanente, *lato sensu*, que vem oferecer pela primeira vez oportunidades formativas a pessoas sem educação sistemática, isto é, com educação truncada, incompleta ou insatisfatória, ou, ainda que vem oferecer novas oportunidades a pessoas já engajadas por necessidades imperiosas em atividades que não correspondem aos seus pendores, às suas inclinações íntimas, aos seus interesses maiores, possibilitando-lhes, embora com atraso no tempo, a escolha de um setor de trabalho que venha a representar a resposta a uma aspiração pessoal.

O primeiro aspecto, que considera os diplomados, os formados que voltam a aulas, a cursos, a conferências, a seminários, a encontros culturais, etc, por sua própria natureza, exige organismos culturais de elevado porte, situando-se aqui em primeiro lugar a Universidade.

O segundo aspecto, que considera a grande massa humana, em geral não portadora de diploma algum, e que só conhece bem «a escola da vida», pode ser atendido facilmente por organismos de estrutura mais simples, mais vinculados ao meio sócio-econômico-cultural, vindo a possibilitar a inúmeras pessoas grandes satisfações, grandes alegrias, grandes confortos, porque, embora tardiamente, conseguiram fazer um estudo, participar de um curso, entrar numa escola e realizar um sonho, quiçá, sempre acalentado e sempre diferido por razões conhecidas.

É para ambos os aspectos da educação permanente aqui esboçados, para a sua programação e para a sua execução que o lazer vem propiciar a sua contribuição, e o seu concurso, desde que ele seja entendido nas suas reais dimensões.

O LAZER E SUAS NOTAS FUNDAMENTAIS

5 — Na sociedade de cinquenta, de trinta, mesmo de vinte anos passados, não havia ainda a necessidade da renovação técnico-cultural hoje exigida por tôda a parte. O diplomado de 1920 por muitos anos

A EDUCAÇÃO PERMANENTE E O LAZER

vivia da bagagem cultural que o Curso Superior lhe dava. Hoje, já não é assim. Dez anos, cinco anos após o Curso feito, em virtude das inovações e renovações supervenientes, faz-se mister voltar aos Cursos, a menos que o diplomado seja um estudioso permanente, o que, aliás, deveria ser fato normal.

Mas, para poder voltar aos livros, aos Cursos, faz-se mister encontrar tempo, tempo livre, tempo que o lazer vem propiciando em extensão cada vez maior, lazer normal ou lazer forçado, pouco importa, mas, sempre lazer.

Ainda bem que é assim, pois, o dinamismo trepidante da vida de hoje esgotaria muito cedo as melhores energias sem os intervalos, sem as interrupções periódicas do trabalho com vistas à recuperação da pessoa em todas as dimensões do ser.

Definirei o lazer segundo Joffre Dumazedier no livro «Vers une civilisation du Loisir?» (Edition du Seuil — 27, rue Jacob, Paris, VI^o, 1966).

«O lazer é um conjunto de ocupações às quais a pessoa se entrega plenamente, seja para repousar, seja para se distrair, seja para completar sua informação e formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua capacidade criadora, após ter-se liberado das obrigações profissionais, familiares e sociais.»

A definição é longa mas extremamente interessante. Tentarei analisá-la a fim de compreender-lhe o alcance e descobrir os elementos fundamentais que contém. Para começar, diz Dumazedier, que o lazer é «uma ocupação». Parece estranho, à primeira vista, essa conceituação, que mostra, aliás, a distância existente entre o lazer e o ócio, pois este se caracteriza por um total «far niente», e aquele, por uma «real ocupação».

Há todavia, três notas que aparecem claramente na definição. Trata-se de «descansar», de «distrair-se» e de «desenvolver-se», o que eu chamaria os três «d» do lazer.

Será interessante tentar apreciar a riqueza de conteúdo que o autor atribuiu a estas três palavras.

5.1 «O lazer é uma ocupação destinada ao descanso, ao repouso». O descanso ou o repouso tem por finalidade libertar da fadiga. Cabe-lhe, assim, refazer as forças físicas, restabelecer o equilíbrio das tensões nervosas provocadas pelos múltiplos quefazeres de cada dia, tensões multiplicadas muitas vezes pela monotonia do trabalho, pelo ambiente de barulho, pela poluição de todos os matizes, pelas penosas idas e vindas diárias ao local do trabalho, pesadelo de muita gente, pela carência de local de descanso, de segurança, de paz e outros.

Esta situação de desconforto, de insegurança, de tensão enfim, não é «privilégio» dos homens da classe média, da classe assalariada, mas é, talvez em grau mais elevado ainda, dos chefes, dos dirigentes, dos

IRMAO JOSE OTAO

donos de empresas de responsabilidade. O problema da tensão fisiológica existe para todos. Ela exige, de tempos a tempos, providências para restabelecer o equilíbrio, sem o que, a própria produtividade de trabalho fica prejudicada. Percebe-se que esta primeira nota se situa no plano fisiológico.

5.2 «O lazer é uma ocupação destinada à distração.»

O objetivo visado pela distração, pela diversão é a eliminação do tédio, do aborrecimento, do fastio.

As ocupações cotidianas, em geral sempre as mesmas para a maioria dos trabalhadores, tornam-se monótonas, cansativas não apenas fisicamente mas também psiquicamente.

O lazer vem possibilitar a variação, a novidade, embora implique em algum esforço real. Daí surgem os esportes, os passeios, as excursões como atividades diferentes que permitem ao indivíduo desligar-se das preocupações de cada dia aliviando o espírito e possibilitando-lhe a recuperação.

Situam-se aqui, igualmente, os recursos à imaginação como as leituras, o cinema, o teatro e as mil distrações que a sociedade de hoje oferece.

Situam-se aqui, também, sugestões para a criação de novos centros de distração, parques de diversão e outros, tão necessários à sociedade moderna, merecendo destaque especial a Disneylândia e outros.

Percebe-se que esta segunda nota se situa no plano psicológico.

5.3 «O lazer é uma ocupação que visa ao desenvolvimento da personalidade.»

Todo indivíduo, por força das ocupações de cada dia, incorpora gradativamente um grande número de automatismos que aos poucos o caracterizam ou o definem, e que, na velhice, constituem os tiques conhecidos, manifestados tanto no pensar como no agir.

O lazer, permitindo a cada qual de fazer novas escolhas em todas as direções, vai propiciar aos indivíduos a realização «daquilo que muito desejaram fazer» mas que não puderam fazê-lo por causa dos compromissos sociais e familiares.

Surgem assim iniciativas as mais variadas como o ingresso em associações recreativas, em clubes culturais, a matrícula em cursos de revisão profissional, a inscrição em escolas de nível médio ou superior para uma nova abertura para a tecnologia ou a ciência, não realizada antes por dificuldades insuperáveis. Surgem, ainda, os «hobbies» de toda ordem, possibilitando ao indivíduo o desenvolvimento de facetas da personalidade até então mantidas embrionárias e que vão constituir-se em motivos de satisfação e de realização pessoal.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE E O LAZER

Percebe-se que esta terceira nota se desenvolve no plano da pessoa, propiciando desenvolvimento mais completo da personalidade.

EDUCAÇÃO PERMANENTE E LAZER

6 — É precisamente da análise da terceira nota que se podem tirar conclusões relacionadas diretamente com o tema em estudo.

Trata-se de utilizar as horas de lazer não só para descansar e para se distrair; mas, para desenvolver-se no sentido amplo do vocábulo, não havendo limites nessa direção.

Deverá ser ponto central a ser sempre considerado o homem, a pessoa humana com todas as suas aspirações:

- aspirações psicossomáticas
- aspirações psicoprofissionais
- aspirações psicoculturais
- aspirações psicofamiliares
- aspirações psicossociais
- aspirações psicotrascendentais

Abre-se, assim, um leque de campos para a ação do lazer.

Todos sabemos que a grande riqueza de uma nação é o homem.

Ora, o homem só consegue desenvolver-se plenamente quando pode realizar as grandes aspirações que alimenta em seu íntimo.

Quanto mais se desenvolve, quanto mais cresce nesta linha, mais se torna capaz de compreender-se a si mesmo, de compreender e assumir o seu papel no mundo e escolher a maneira adequada de nele inserir-se.

Por este motivo todas as classes sociais devem ser consideradas nos objetivos da educação permanente porque todas são integradas por pessoas que, quanto mais desenvolvidas, quanto mais conscientes de seu valor e de seu papel, mais úteis se tornam a si mesmas e aos outros e, especialmente, mais feliz tornam a própria existência.

Associam-se aqui plenamente a educação permanente e o lazer.

Ocupando-nos dela, da educação permanente, pelo aproveitamento do lazer, vamos propiciar a muitas pessoas mais felicidade, mais alegria para a vida em virtude das maiores oportunidades oferecidas de realização pessoal.

Ganharão com isso os indivíduos. Ganhará a sociedade. E ganhará o País.

IRMÃO JOSÉ OTÃO

BIBLIOGRAFIA

- 1 — Educação permanente e educação de adultos no Brasil — MEC, 1973
- 2 — Educação permanente — Veloso Pimentel, em o boletim «O Leão dos balneários» P.A. 1973
- 3 — Educação do Homem Feliz — Caio Tácito, Carta Mensal da Confederação Nacional do Comércio, 1974
- 4 — La Universidad a examen — Pedro Ferrer Pi — Barcelona, Edic. Ariel, 1973
- 5 — Educação Permanente — Dep. Nacional do SESC — a" 10, 1973
- 6 — Tecnologia Educacional — J. Batista Araújo e Oliveira — Vozes, 1973
- 7 — Vers Une Civilisation du Loisir? — Joffre Dumazedier, Editions du Seuil, Paris, 1966
- 8 — Une Civilisation des Loisirs — Georges Hourdin — Calman — Lévy, Paris, 1961
- 9 — O choque do futuro — Alvim Toff ler, 1971
- 10 — Machinisme et bien être — Jean Fourastié — Ed. Minuit Paris, 1951

A Paz Mundial, as Organizações Internacionais e a Ação Diplomática do Brasil

TEIXEIRA SOARES

SE alguém relançar um olhar crítico ao mapa do mundo de hoje, verificará sem demora a existência das seguintes expressões geopolíticas: o Bloco atlântico-ocidental, integrado pela Europa, conglomerada à volta do Mercado Comum Europeu, mais os Estados Unidos da América e a América Latina; o Bloco socialista-comunista, chefiado pela União Soviética e integrado pela Polónia, Romênia, Hungria, Bulgária, Tchecoslováquia e a República Democrática Alemã com seu governo em Pankow; o Bloco árabe, detentor de 53% do petróleo produzido no mundo, e agora em evidência por causa do conflito armado com Israel, no Sinai e em Golan; o Bloco das jovens repúblicas africanas, subdividido em Repúblicas do Mediterrâneo e Repúblicas equatoriais, do Atlântico ao Índico; e, finalmente, os três grandes Independentes: a China, de Pequim; o Japão e a Índia.

É um mundo dividido, por certo. Mas, é um mundo dividido que a Organização das Nações Unidas procura consolidar no respeito à Paz e à Moral internacional. Ideal utópico ? Talvez, se pensarmos que vivemos no século que deu as duas maiores guerras de toda a História, além doutras guerras menores e também das chamadas «guerras periféricas», do tipo da guerra na Coreia e no Vietnam.

TEIXEIRA SOARES

Sem dúvida é um mundo dividido. Mas, convém pensar que a sociedade internacional vive num constante esforço de aperfeiçoamento. É não menos evidente que duas grandes tendências se perfilam para a consecução desse objetivo: — de um lado, a ação representada pela política normativa dos Estados, pessoas do Direito internacional; e do outro, a poderosa influência da Cultura, representada pela doutrinação dos estadistas, dos escritores, dos profetas políticos, dos mestres do Direito internacional e dos grandes pensadores.

Cultura é sempre o produto original de determinado grupo étnico. Cultura é transmitida de geração em geração como uma herança coletiva. Cultura é cristalização, decantação, purificação da maneira de pensar de um grupo étnico traduzida pela liberdade criadora desse mesmo grupo étnico.

Assim, embora o mundo esteja dividido por interesses políticos imediatos, interesses de longo alcance trabalham em benefício do aperfeiçoamento da sociedade internacional, tanto dentro da ONU como fora dela. Assim, para citar apenas um exemplo, não se pode deixar de salientar ação cultural da Comissão de Direito internacional, da ONU, instituída por uma resolução do organismo internacional de 21 de novembro de 1947 e cumprida praticamente na Assembléia Geral das Nações Unidas, na sua reunião de Paris, de 1948. Também não se pode deixar de reconhecer o mérito renovador, o mérito científico da Academia de Direito Internacional com sede em Haia, cujo *Recueil des Cours* é de uma excelência sem contraste. A Comissão de Direito internacional, da ONU, por força da Resolução 174(11), da Assembléia Geral, adotada em 21 de novembro de 1947, foi incumbida de proceder a um «exame geral de todo o Direito Internacional com o fim de selecionar tópicos para codificação, tendo em mira os projetos existentes de origem governamental, ou não».

Por conseguinte, *codificar*. E codificar, tendo em vista o que estabelece o art. 13 da Carta das Nações Unidas que determinou, ao lado da função política, a tarefa de encorajar o «desenvolvimento progressivo do Direito internacional e sua codificação».

Mas, a ação da ONU não fica limitada à codificação do Direito internacional e aos projetos culturais da UNESCO, que é a sua Comissão para a Educação, Ciência e Cultura.

Trabalhosa tem-se tornado a ação da ONU através do mundo inteiro. E isto porque, tanto no passado como no presente, a Sociedade internacional vem sendo contrastada, chocada, retardada em seu aperfeiçoamento por esse fenômeno de dessimetria jurídica, que é a guerra.

Muito já se escreveu e muito se continuará escrevendo a respeito dos conflitos armados na vida internacional, motivados por interesses dinásticos, motivados por políticas aliancistas ou por políticas de equilíbrio de forças; ou, mais modernamente, pelo imperialismo brutal e desenfreado,

A PAZ MUNDIAL, AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS...

tanto colonial, como aconteceu no século XIX, como ideológico-econômico, como vem acontecendo no século XX.

O Estado moderno, ou para sermos mais precisos, o Estado surgente da Segunda Guerra Mundial, estruturou-se sobre fundações novas, levadas a um imenso âmbito de desenvolvimento; e estas fundações novas, estes novos alicerces, foram a Tecnologia, — aplicação prática de uma Ciência extraordinariamente avançada, de um lado; e do outro, uma Cultura, em muitos casos orientada, teleguiada, como acontece nos países do bloco comunista, onde não existe a liberdade de criação do artista.

Em sua evolução, os Estados modernos, nesta Era atômica em que vivemos, adquiriram características de uma espécie de empresariado oracular, presciente e intervencionista, tanto quanto possa sê-lo, porque o Estado moderno se diversificou profundamente do Estado chamado «liberal» do século XIX, posto houvesse recebido como herança os seus grandes ensinamentos em prol da nobilitação da pessoa humana, ideal este consagrado pela ONU na Declaração Universal dos Direitos do Homem, votada pela Assembléia Geral em 10 de dezembro de 1948.

Nos dias de hoje, o Estado moderno é um maquinismo de alta precisão, ou aspira a ser um maquinismo de alta precisão, provido de uma blindagem especial.

Justamente porque o fenômeno da dessimetria jurídica, — isto é, a guerra — aparece tantas vezes, ora ameaçando ora transformando-se numa triste realidade —, também na ordem internacional se assiste à formação de blocos, ou sob a forma de interesses consolidados por forças econômicas como acontece com o Mercado Comum Europeu; ou por interesses ditados por estratégia militar, como acontece com o Pacto de Varsóvia.

Em sua finalidade, esses blocos obedecem a uma política defensiva, seja de caráter econômico, seja de caráter militar. Motivo por que, durante tantos anos, a partir do encerramento das hostilidades da Guerra de 1939-45, o mundo viveu atormentado pela «guerra fria» ou pela «guerra quente», quando esta se materializou. George Lichtheim deu uma definição interessante de «guerra fria»: — «*Competitive attempts to alter the balance of power (between the Soviet Union and the United States) without overt resort to [orce]*». Eis a definição encontrada num estudo de Marshall D. Shulman, intitulado «*Toward a western philosophy of coexistence*», publicado em «*Foreign Affairs*» (outubro de 1973).

Esses blocos supra-nacionais, dotados de forte enfibramento econômico ou de resistência militar, foram sem dúvida alguma *forças retardadoras* de crises graves, porque no mundo da Era Atômica uma guerra total já representa uma aventura na qual convém pensar-se pelo menos duas vezes. O Mercado Comum Europeu (que teve sua origem no Plano Monet-Schuman do *Pool* do Aço e do Carvão) multiplicou a ri-

TEIXEIRA SOARES

queza da Europa ocidental de tal maneira que muitos viram nesse Mercado uma força endereçada contra as tentativas feitas pelos Estados Unidos de estabelecerem seu predomínio econômico sobre a Europa. A situação chegou a tal ponto que, em maio de 1971, «Le Figaro» afirmou que «*L'Amérique commence à Londres*», como a indicar que os interesses ingleses se coligariam com os interesses norte-americanos contra o Mercado Comum Europeu.

A China comunista, com sua vastidão territorial e sua posição estratégica, não deixa de ter uma força insidiosa de irradiação na Ásia, motivo por que o Japão está fazendo com ela uma importante política internacional e uma impetuosa política econômica, já traduzida num intercâmbio comercial da ordem de US\$900 milhões por ano, em ambos os caminhos. A seu turno, o Japão, com seu extraordinário crescimento econômico, pode ser considerado uma encruzilhada ultra-civilizada entre o Oriente e o Ocidente, entre o Atlântico e o Pacífico. Assinale-se que, nessa área do Extremo Oriente, defrontam-se os interesses, nem sempre perfeitamente harmonizáveis, da União Soviética, da China comunista e do Japão. Os governos de Moscou e de Tóquio tentam estabelecer uma cooperação econômica intensiva através do vasto território da Sibéria, que se pode transformar numa verdadeira terra da promessa, num verdadeiro El Dorado.

II

Na conferência de Dumbarton Oaks (Washington, D.C.) se prometeu estabelecer uma organização internacional que se transformasse em organização reguladora das relações internacionais. O pensamento das grandes potências aliadas exposto em Dumbarton Oaks foi posto em ação na Conferência de São Francisco, iniciada em 25 de abril de 1945 e encerrada em 26 de junho do mesmo ano. Dessa importantíssima conferência surgiu a Carta das Nações Unidas.

A ONU foi concebida como uma instituição universalista de caráter fundamentalmente político para consolidar a paz através do mundo e aperfeiçoar a vida de convivência internacional. Contudo, é preciso ponderar com satisfação que a ONU alargou extraordinariamente sua ação em benefício da neutralização dos conflitos armados, da implantação do respeito aos princípios jurídicos regedores das relações internacionais, do aumento dos níveis de bem-estar através do mundo, e do espraio da Cultura a todos os países com o concomitante respeito a um pensamento de melhoria da sociedade internacional pela erradicação do analfabetismo, pela distribuição equitativa e absolutamente necessária do *know-how* e pela familiarização de todos os povos, em particular dos menos adiantados, com os programas criacionistas da Técnica, da Ciência e da Arte.

A PAZ MUNDIAL, AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS...

Assim, as Nações Unidas surgiram com um impacto especial para melhorar a vida de convivência internacional e pregar, não um «equilíbrio de forças», mas o predomínio das forças vivas do Direito e da Cultura.

Tem-se feito, tanto na ONU como fora dela, um esforço desesperado no sentido de disciplinar as relações internacionais por meio da implantação do respeito aos princípios da Carta. No entanto, poderá assinalar-se que, no século da proliferação das agências e dos organismos internacionais, duas grandes guerras atormentaram a humanidade, espalhando as sementes do ódio. Contudo, afirmou o internacionalista francês Maurice Bourquin que, «ao passo que o funcionamento do Direito das Gentes repousava outróra sobre o Estado, ele hoje repousa, em grande parte, sobre instituições coletivas como a Organização das Nações Unidas e as numerosas organizações especializadas que gravitam em torno dela». Quer dizer que o mundo caminhou para uma *federalização* prática, que foi imposta pela necessidade urgente de conciliação de interesses na órbita internacional.

O ideal de um super-organismo internacional capaz de manter a paz entre os Estados e assegurar o bem-estar coletivo não é recente, porque Dante, em sua obra *De Monarchia*, de 1315, defendeu a tese de uma monarquia universal. Reconheça-se, no entanto, que o progresso feito pela humanidade em prol de um fecundo entendimento internacional foi pedregoso e entrecortado de vicissitudes dramáticas de guerras sobre guerras. Durante a Segunda Conferência da Paz em Haia (1907) Rui Barbosa afirmara aos poderosos do tempo: — «É o mais abominável dos erros o que se teima em cometer, insistindo-se em ensinar aos povos que a hierarquia entre os Estados deve estabelecer-se de acordo com a situação militar de cada um, e isto exatamente numa assembléia cujo fim é evitar a guerra». Criara-se então um mundo internacional permeado pelas correntes misteriosas da «diplomacia secreta», atormentado pela pressão incessante dos armamentos e desorientado pelo sistema das alianças militares. Depois de Waterloo, Sedan. Depois de Sedan, Mukden. Depois de Mukden, o Marne. Batalhas e mais batalhas.

Durante a primeira sessão comemorativa do 25^o aniversário das Nações Unidas, Mitchell Sharp, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, afirmara aos delegados dos então 127 Estados-Membros que a humanidade tinha poucos motivos para sentir-se satisfeita diante do lamentável panorama de um mundo cheio de conflitos. E apontou claramente os quatro motivos fundamentais para sua insatisfação com as Nações Unidas: 1^o) as diferenças entre as grandes esperanças de 1945 e o mínimo de progresso alcançado pelo Foro internacional através de um quarto de século. 2^o) o fato de a capacidade do homem para controlar seu próprio destino ser mais incerta hoje do que em 1945. 3^o) a prática bastante comum na ONU de dar-se pouca importância ao desenvolvimento de acontecimentos significativos. 4^o) o fato de muitos dos objetivos e interesses apoiados pela ONU em 1945 já não serem mais

incentivados nem por indivíduos nem por países». (Ver «Jornal do Brasil», de 15.X.1970).

Ademais, a estocagem de armamentos atômicos por parte dos Estados Unidos da América e da União Soviética criou um ambiente tal (após as experiências de Hiroshima e Nagasaki) que o jurista italiano Franco Fornari, em sua obra *Psicanalisi della guerra atomica*, afirmou que a Era atômica acarretou a criação de uma verdadeira psicose que não deixou de ter efeitos distorsivos sobre o comportamento da opinião pública mundial.

Estados Unidos da América e União Soviética são hoje os dois polos do mundo. A bipolaridade do campo internacional foi durante anos seguidos um condicionamento inelutável e parece que ainda continuará a ser anos por diante. Contudo, a *détente*, a distensão a realizar-se entre a União Soviética e os Estados Unidos da América terá de realizar-se à custa do resto do mundo. O choque ocorrido no Oriente Médio não chegou a transformar-se numa verdadeira guerra mundial, porque tanto os Estados Unidos da América como a União Soviética não contaram com o surgimento imprevisto do petróleo, como elemento de coação e de perturbação de todos os mercados do mundo.

Os três problemas fundamentais da ONU — Desenvolvimento, Desarmamento, Descolonização —, os três Dês —, encontram-se hoje numa espécie de *ase congelatôtia*, porque na realidade os entendimentos Zorin-McCloy e Zorin-Stevenson, no campo dos armamentos atômicos, tiveram duplo propósito: 1) estabelecer uma pausa na corrida armamentista atômica; e 2) evitar a nuclearização militar do Japão e da Alemanha, países que, no entanto, dispõem de recursos para perseverar em pesquisas atômicas e chegar ao conseqüente fabrico de petrechos atômicos. como praticamente dependerá apenas dos Estados Unidos da América e da União Soviética o problema da *confrontação atômica*, as duas super-potências, invocando os arts. 11, 26 e 47 da Carta das Nações Unidas, procuraram demonstrar ao mundo que algo se poderia fazer no sentido de um possível retardamento de angústias e de programas práticos de estocagem (*stockpiling*) de armamentos atômicos moderníssimos. Assim em 1963 surgiu o Tratado de Moscou de proibição parcial de experiências nucleares. Em 1967, o Tratado de Londres, de proibição da militarização do espaço exterior. Em 1968, o Tratado de Não-proliferação nuclear. Em 1971, o Tratado de desnuclearização dos fundos marinhos. Em 1972, a Convenção que estabeleceu a proibição de produção, desenvolvimento e estocagem de armas bacteriológicas. Na realidade, porém, um plastrão de esgrima entre a União Soviética e os Estados Unidos, plastrão de esgrima ao qual os demais países ficaram assistindo interessados ou desinteressados. Ademais, o Comitê de Desarmamento, instalado em Genebra em 1962, é co-presidido pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética. Os planos SALT-I e SALT-II procuraram limitar os mísseis anti-mísseis. Na conferência

A PAZ MUNDIAL, AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS...

de Helsínki, de 1972, procurou-se estabelecer o que se chamou a próxima «Conferência de Segurança e de Cooperação» na Europa, com vistas ao lançamento de uma ponte desarmamentista entre a NATO e o Pacto de Varsóvia.

Houve desarmamento? Os japoneses possuem um velho livro de lendas folclóricas chamado *Uguetsu Monogatari* («Histórias de noites de chuva», em Português), coligidas por Akinari Ueta. Pois bem, o desarmamento no papel tem sido efetivo, mas na realidade muito diferente, — história de noites de chuva... E isto porque os Estados Unidos instalaram o MIRV (Multiple independently-targeted Reentry Vehicle) sobre o Minuteman e sobre o Poseidon; criaram o submarino Trident, que pode lançar mísseis a 6.000 milhas de distância, enquanto o Polaris o fazia até 3.000 milhas; construíram o bombardeiro B-1, que poderá transportar 20 mísseis SRAM. Os Soviets construíram um míssil anti-míssil a ser lançado do seu colossal míssil SS-9; e um novo sistema que tornará ainda mais preciso o tiro do Sawfly.

Por conseguinte, o problema do Desarmamento (e, portanto, do fortalecimento da paz através do mundo) continua precário. Mas, não é possível deter, estagnar, estancar e congelar a História. Motivo por que o Brasil se tem interessado pela revisão da Carta das Nações Unidas. As condições do mundo de hoje são muito diferentes das do mundo de 1945. Hoje seria impossível obter-se o consenso dos Grandes para a criação de uma nova ONU, como se obteve em 1945 por causa da euforia da terminação da guerra de 1939-45. Num memorandum, de 3 de abril de 1970, o Brasil propôs ao Secretariado da ONU um processo de reativamento diplomático da Organização internacional por meio da criação de Comitês *ad hoc* de Negociação no âmbito e sob a égide do Conselho de Segurança; e que um dos primeiros comitês a ser organizado dentro desse módulo deveria dedicar-se ao estudo de uma solução pacífica para os problemas do Oriente Médio. Contudo, poderia dizer-se aqui o que se diz familiarmente: a história entrou por um ouvido e saiu pelo outro. .. As Super-potências esfriaram em relação à proposta brasileira, acolhida com muito interesse pelos Israelenses e pelos Árabes. A verdade é que hoje existe certa tendência no sentido de transformar-se a ONU num arsenal de problemas tecnológicos.

A Organização internacional vive arditosamente, porque as potências médias e pequenas o desejam. As grandes potências aspiram a imobilizar o ONU numa espécie de Museu de Cera. Mas, é preciso pensar que desarmamento não consiste em desarmar os desarmados. Desarmamento é fundamentalmente «exame de consciência». Quer dizer: desarmamento é tarefa de sinceridade. É preciso desimperializar o mundo, antes de mais nada.

Num ensaio sobre «The changing essence of power», publicado em «Foreign Affairs» (Janeiro de 1973), o publicista norte-americano Seyom Brown afirmou que a desintegração da bipolaridade global e o surgi-

TEIXEIRA SOARES

mento de questões de não-segurança abrem novas oportunidades e proporcionam maiores incentivos aos países para cultivarem uma pauta maior e mais diversa de amigos internacionais, pauta muito maior e interessante do que era possível dantes. Por isso, as potências médias e pequenas se interessam pelo descortino de novas possibilidades de convivência internacional com os novos Estados-Membros da Organização que perfazem agora o total de 135.

III

A traços rápidos, o Pan-americanismo é um longo caminho já marcado de pedras brancas. Lá longe se encontra a Carta escrita em 1815 por Bolívar em Jamaica; logo a seguir, a Declaração de Monroe em 1823; e depois o Congresso de Panamá, esforço desesperado feito por Bolívar no sentido da criação de uma grande Liga de Nações Americanas. Mais tarde, a Conferência de Lima (1847-48) e depois o Congresso de Montevidéu, de 1889. Afluentes históricos de um grande rio luminoso, que arrancou de um passado incerto para os dias construtivos de hoje.

Contudo, por uma questão de fidelidade histórica, necessário se torna dar destaque a James Gillespie Blaine (1830-1893). Esta personalidade, muito discutida no seu tempo, como Secretário de Estado do Presidente James A. Garfield planejou o convite às nações latino-americanas a se encontrarem com os Estados Unidos em Washington no ano seguinte à posse do Presidente, isto é, em 1882. Nessa ocasião, Chile, Peru e Bolívia encontravam-se empenhados na Guerra do Pacífico, que iniciada em 1879 durou até 1882. O convite, ideado por Blaine, foi expedido pelo Presidente Chester A. Arthur, sucessor de Garfield. Havendo, porém, Blaine deixado o Departamento de Estado, o convite ficou sem efeito.

Assinale-se que nos poucos meses de exercício da Secretaria de Estado, Blaine iniciou a discussão com a Inglaterra do Tratado Clayton-Bulwer, de 1850. Este tratado determinava que, em perfeito pé de igualdade, tanto a Inglaterra como os Estados Unidos teriam o controle de qualquer canal que viesse a ser construído através do Istmo do Panamá. A aspiração de Blaine, exposta com vivacidade e energia aos ingleses, consistia no seguinte: — que os Estados Unidos tivessem o direito exclusivo da construção de um canal através do Istmo do Panamá. Blaine não conseguiu realizar seu plano, o qual só foi cumprido vinte anos depois pelo Tratado Hay-Pauncefote. Não é à-toa que este precedente histórico vem aqui citado. Indicado como candidato republicano à Presidência da República pela Convenção de 1884, Blaine foi derrotado pelo candidato democrático Grover Cleveland. Blaine voltou ao Departamento de Estado, sendo Presidente Benjamin Harrison, e voltou também ao seu antigo plano de 1881. Da realização desse plano surgiu a

A PAZ MUNDIAL, AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS. . .

1º Conferência Pan-americana, que transcorreu em Washington de 1889 a 1890.

A delegação brasileira, nomeada pelo Imperador Pedro II, tivera como chefe o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, que acabava de deixar a presidência dos tribunais arbitrais bilaterais, estabelecidos em Santiago em consequência da Guerra do Pacífico. Não se conformando com a proclamação da República, Lafayette Rodrigues Pereira (que iniciara sua vida pública assinando o manifesto republicano de 1870) renunciou à chefia, encerrando de vez sua carreira política.

Blaine dominou a 1º Conferência Pan-americana, que estabeleceu a chamada reciprocidade de comércio entre os Estados Unidos e as nações latino-americanas, o que era vantajoso para o governo de Washington, porque o então chamado «free trade» na realidade admitia que os Estados Unidos impusessem taxas sobre produtos latino-americanos; enquanto os produtos dos Estados Unidos entravam nos mercados latino-americano livres de impostos. Outra novidade dessa conferência foi o Bureau Commercial das Repúblicas Americanas, que seria dependente do Departamento de Estado. Na verdade Blaine foi decidido partidário de uma política precisa e eficiente dos Estados Unidos em relação aos países latino-americanos. Blaine intuía o Pan-americanismo como um instrumento fundamental para a realização de uma política de preponderância norte-americana no Continente.

Somente na 2º Conferência Pan-americana realizada na Cidade do México em 1901, onde o delegado do Brasil José Higinio Duarte Pereira lançou a idéia da codificação do Direito internacional americano, foi o modesto Bureau Commercial das Repúblicas Americanas entregue a um Conselho de representantes dos Estados Americanos junto ao governo de Washington. Contudo, na 3º Conferência Pan-americana, realizada no Rio de Janeiro, o Bureau foi transformado em organismo permanente de cooperação entre as Repúblicas americanas. Na 4ª Conferência Pan-americana, realizada em Buenos Aires em 1910, o Bureau passou a chamar-se União Pan-americana. Foi na 5ª Conferência Pan-americana, realizada em Santiago em 1923, que se pensou na possibilidade de se transformar a União Pan-americana em algo de parecido com uma Sociedade de Nações Americanas, — plano considerado idealista ou utópico na sua época. Na 6ª Conferência Pan-americana, realizada em 1928 em Havana, a União Pan-americana evoluiu para uma União moral, alicerçada na igualdade política deste Hemisfério, mas destituída de qualquer significação política. Na Conferência da Paz, realizada em Buenos Aires em 1936, estabeleceu-se o Sistema de Consulta. Sentiu-se então o efeito da Política da Boa Vizinhança, estabelecida pelo Presidente Franklin Roosevelt. Contudo, quadrava bem perguntar-se: — através dessa evolução lenta e mesmo penosa de 1889 a 1936 não conseguira o Pan-americanismo lançar as sementes de uma política de entendimento transcendente entre as nações do Continente em consonância com os princípios do Direito internacional? Não poderiam subsistir dúvidas quanto

TEIXEIRA SOARES

à existência dessa corrente poderosa — produto da consciência continental — que iria ser posta à prova pela Segunda Guerra Mundial. As resoluções das Reuniões de Consulta de Panamá (1939), Havana (1940) e Rio de Janeiro (1942) mostraram aos estadistas americanos a necessidade do fortalecimento de tudo quanto viesse a ser ideal de unificação. Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, alçou-se como o paladino da *solidariedade continental* em face do tremendo conflito armado que ameaçava então a civilização ocidental. Verificou-se no Rio de Janeiro, em 1942, o rompimento com as potências do Eixo. Na Conferência de Chapultepec alargou-se o conceito de segurança coletiva e de solidariedade continental firmado na Reunião do Rio de Janeiro com a conceituação nova do caso de agressão por parte de um Estado americano.

A Carta das Nações Unidas perfilhou muita coisa do que o Pan-americanismo lançara através de sua longa evolução desde José Bonifácio, Henry Clay e Andrés Bello. O Tratado do Rio de Janeiro, assinado em 2 de setembro de 1947, representou um avanço extraordinário quanto à consolidação da unidade continental e à defesa do Hemisfério contra qualquer agressão de fora. A Junta Interamericana de Defesa, fundada em 1942, resultou de uma recomendação da Reunião do Rio de Janeiro.

Da 9^a Conferência pan-americana reunida em Bogotá surgiu a 30 de abril de 1948 a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), que se declarou «organismo regional das Nações Unidas», de acordo com o art. 52 da Carta da ONU que prevê os pactos regionais. Pouca gente sabe ou rara gente se lembra de que a Resolução XI, a chamada «Declaração do México», oriunda da Conferência de Chapultepec, em seu parágrafo 17 estabeleceu este belo princípio: «A Comunidade Interamericana está ao serviço dos ideais de cooperação universal».

A evolução do Pan-americanismo teve, contudo, suas águas revêssas.

E continua a tê-las em consequência da situação internacional, na qual os Grandes procuram estabelecer o estancamento (*Dichtigkeit*) da História por meio do congelamento da evolução da obra livre da ONU em prol da aceitação dos princípios que tendam a afastar o imperialismo de palavras e de atos, na órbita internacional. Motivo por que a Organização dos Estados Americanos entrou numa fase crepuscular de ação. Essa circunstância despertou a estranheza dos seus Estados-Membros. Por que motivo o esvaziamento progressivo? Pelo fato de a OEA ter sua sede em Washington? Ou por causa do desinteresse do governo de Washington, empenhado em resolver problemas na «globalidade imperialista»?

Alguém já afirmou que, nos tempos modernos, o mundo muda muito de dez em dez anos. A década seguinte é sempre mais avançada ou mais contraditória que a anterior. A ONU estabeleceu uma galáxia luminosa de organismos e agências através do mundo, cada qual dotada de jurisdição própria e realizando um trabalho de primeira ordem. Nem por

A PAZ MUNDIAL, AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS...

isso a situação do mundo melhorou; e críticas azedas não faltaram à Organização internacional. No entanto, no que diz respeito ao trabalho secundário, acessorial e subalterno, a ação da ONU tem sido de primeira ordem; mas, ela não resolve os assuntos *dramáticos*, como o desarmamento ou agora os conflitos armados entre Israel e os Países árabes. Ao invés de levantar alteres de 500 quilos, a ONU vem levantando alteres de 50 quilos.

Alguém disse em 1969 o seguinte: «Os Estados Unidos não se encontram mais em posição de operar programas globalmente; os Estados Unidos têm que encorajá-los. Os Estados Unidos não podem mais impor uma solução preferida; devem forcejar para que ela apareça. Na década dos 40 e dos 50 nós oferecemos remédios; nos 60 e nos 70 nosso papel terá de ser o de contribuir para uma estrutura que fomenta a iniciativa dos demais. Esta tarefa exige uma espécie diferente de criatividade e outra forma de paciência, muito à parte das que revelamos no passado». Quem o disse? Quem o disse num livro de três ensaios sobre Política externa dos Estados Unidos? Apenas o Sr. Henry A. Kissinger.

Certa vez Shakespeare sentenciou: — «se nossa condição é baixa, não atiremos a culpa disso nos astros». Se existe esvaziamento da OEA, de quem a culpa, senão dos próprios Estados-Membros? Não vai nisso censura alguma à ação do Brasil, porque tanto no governo Médici do qual foi Ministro das Relações Exteriores o Embaixador Gibson, como no atual governo Geisel do qual é Ministro de Estado o Embaixador Azeredo da Silveira, o Brasil reiteradas vezes assinalou as deficiências de motorização da OEA, reclamando remédios urgentes para que a máquina do pacto regional não viesse a parar por falta de energia.

Ainda há pouco, na 4ª Assembléia dos Ministros das Relações Exteriores dos Países membros da OEA a posição do Brasil foi exposta com nítido recorte. O Embaixador Azeredo da Silveira declarou alto e bom som que o Brasil não aceita hegemonia de quem quer que seja, tampouco pretende exercer hegemonia sobre quem for; e que ademais o Brasil não é potência satelitezável.

O chamado enfaticamente *novo diálogo* entre as nações americanas, — na realidade entre os Estados Unidos da América e as nações latino-americanas — após a reunião de Tlatelolco (México) veio evidenciar que a conceituação do chamado Pan-americanismo da OEA vale como um enquadramento acadêmico, quando as verdadeiras coordenadas do problema continental se resumem em Desenvolvimento continental conjugado com Solidariedade continental.

As nações latino-americanas precisam compenetrar-se da adoção de um dinamismo interno que seja manifestação da vontade coletiva no sentido de vencer dificuldades que se antolham ao seu desenvolvimento. Por conseguinte, ao invés de se lastimarem, as nações latino-americanas devem confiar em si mesmas, devem levar por diante a dramatização da

sua epopéia de atalhar o supostamente invencível no caminho do seu desenvolvimento econômico.

Os Estados Unidos da América, com a atenção volvida para a sua política global e para o cenário da bipolaridade internacional (Washington x Moscou), não têm dedicado atenção aos problemas da América latina no imenso campo do relacionamento comercial, bem como no campo de uma política de ajuda que seja profícua e não represente vassalagem para os Estados latino-americanos.

Se é verdade que a mensagem do Presidente Nixon manifestou o ânimo de melhorar as relações dos Estados Unidos com os países do Hemisfério, não menos verdadeiro será afirmar que, após cada reunião de Chanceleres do Continente com os poderosos de Washington e na qual se dizem coisas muito bonitas, a situação posterior se compatibiliza com a inércia de ação ou de planos.

Mas, evidenciou-se na reunião de Washington que a Carta de Bogotá está reclamando urgente revisão; e que as consultas multilaterais entre os líderes e os povos do Hemisfério devem tornar-se mais frequentes. Estimam-se os que se conhecem intimamente. O isolamento não representa senão uma atitude de falso orgulho.

A necessidade urgente do restabelecimento do fator confiança representa o primeiro grande passo para conseguir-se conjugar o Desenvolvimento continental com a Solidariedade continental. A confissão de que certos remédios acadêmicos falharam no passado indica que a nova etapa das relações dos países latino-americanos com os Estados Unidos deverá ser uma etapa construtiva. Antes de mais nada, *construir* a confiança mútua. Depois da construção da confiança mútua, os Estados Unidos e a América latina deverão convencer-se de que mutuamente se necessitam, não como poderosos e mandados, mas como Estados que se miram de igual para igual.

A América latina, já bastante sofrida, entrou numa fase de amadurecimento político e social. Por conseguinte pode encarar os Estados Unidos de maneira bem diferente dos tempos de Blaine e Olney.

Muito mudaram os tempos. O mundo moderno descompartmentalizou-se. As nações da América latina que, noutros tempos, poderiam ser expressões geográficas para o governo de Washington, são hoje realidades atuantes. Querem cumprir seu destino como nações americanas e nações pertencentes à Comunidade internacional. No momento atual, a política internacional do Brasil consiste em dedicar atenção a todos os pontos do quadrante, — motivo por que a política internacional do Brasil apresenta hoje singular plasticidade de pensamento e de ação. O Brasil universaliza-se em sua conceituação internacional, porque caminha para grande potência.

Dos Modelos em Antropologia

FELTE BEZERRA

A seu tempo, Franz Boas já havia preconizado que se fizesse um exame penetrante em uma dada cultura, para bem conhecer os relacionamentos entre suas instituições e os indivíduos a ela pertencentes, de modo a que se pudesse estabelecer o mecanismo dos processos ocorrentes entre a cultura e o indivíduo.

Aproximava-se do que atualmente procuram realizar os modernos antropologistas em seu trabalho de campo. As investigações se intensificam no seio daqueles que produzem a cultura dentro de qualquer sociedade humana, ao criá-la, transmiti-la, perpetuá-la e acrescê-la sempre de novos elementos.

Idêntico foi o procedimento de Branislaw Malinowski em suas duas estadas entre os Trobriandeses, herança que deixou em mãos dos antropólogos ingleses, principalmente. Assim sendo, pode-se dizer que voltar a Boas, em termos, é progredir.

como é de compreender-se, esta retomada do método boasiano de investigação veio retocada dos novos processos de análise e de técnicas modernas e sempre renovadas.

Talvez por isso Lévi-Strauss haja declarado que os fatos devem ser estudados segundo se oferecem ao pesquisador, que os observará e descreverá ao abrigo de preconceitos teóricos, para que se não corra o risco de afetar sua importância intrínseca, ao considerar que uns sejam mais importantes do que outros (*). Não podemos traduzir este pensamento

(1) L. Strauss: «Social Structure». In: *Anthropology Today*. Chicago Press, 1953:526

senão como um empirismo bem dosado, que permita ao operador uma avaliação tão correta quanto possível das características sócio-culturais que forem encontradas.

A nosso ver, é o encaminhamento atualmente imprimido às pesquisas antropológicas. Quando Meyer Fortes procura salientar as diferenças entre o modelo e a realidade, não parece estabelecer rigorosamente uma oposição — como pensa Lévi-Strauss —, mas tenta mostrar que uma vez que fatos reais e concretos não podem ser superpostos em uma dada estrutura previamente esquematizada, não cabe dar a mesma identidade a uns e a outra.

Esta ordem de idéias nos conduz a uma distinção muito em voga, enunciada, referida ou manifestada de maneiras diversas segundo cada autor, mas que está a pedir uma conceituação mais precisa, isto é, mais aprofundada no exame para ver se, em verdade, terá a rigor muita procedência ou deverá ser reformulada.

Referimo-nos aos decantados modelos «conscientes» e «inconscientes», velho pensamento que se esboça desde Durkheim, Mauss e Boas, até aos autores atuais. Dos dois tipos, os primeiros promanam dos próprios indígenas, enquanto os segundos são obra da cultura a que pertence o antropologista ⁽²⁾.

Quando Lévi-Strauss discute o assunto, deixa sentir claramente que aqueles termos não serão os mais condizentes ou adequados, o que parece acertado, sem nenhuma dúvida.

Se os modelos ditos «conscientes» estão na essência de uma sociedade ágrafa, pois constituem suas «normas», a maneira de proceder e de comportar-se de seu povo, segundo o aprovado ou assegurado por sanções devidamente respeitadas e prescrições obedecidas, estes caracteres que parecem justificar o modelo em causa poderão ser apreciados sob outros prismas, de maneira a que sejam encontradas as origens de tais normas e por que são elas as dominantes em uma dada cultura e não outras.

Se as chamamos de representações conscientes, sentimos certa dificuldade em opor-lhes, sob o título de inconscientes, os modelos construídos pelo pesquisador, só por serem do desconhecimento do povo analisado, mas que são por igual e indiscutivelmente também modelos conscientizados, pois que pensados racionalmente e à base do que se verifica e registra no seio do povo examinado.

As representações nativas terão por certo falhas, imperfeições e até mesmo incongruências, porém merecem a atenção e o respeito do analista, por mais que se possam afastar de uma realidade bem construída, receio do qual se tem chamado a atenção, como se fora uma restrição insuperável. Tal realidade não é mais do que o bom acabamento, técnica-

(2) Ibidem, 527

DOS MODELOS EM ANTROPOLOGIA

mente bem feito pelo antropólogo, dentro dos dados oferecidos pelas características sócio-culturais do povo em causa.

Há quem se queixe de que aquilo que um pesquisador oferece como generalização ou afirmação de normas e valores entre os pré-letrados deixe dúvida se traduzem exatamente as auto-avaliações dos membros de uma sociedade, ou se expressam tão-sòmente o que é proclamado pelo pesquisador (³). Na hipótese não haverá falha no objetivo, mas na maneira nem sempre conveniente pela qual o assunto é tratado, uma vez que nos resultados dos tipos de casamento pode haver o envolvimento de interesses políticos.

A este propósito, ao estudar os Tiv, Bohannan procura distinguir entre a interpretação que o citado povo confere a seu próprio sistema e a análise do mesmo sistema encetada pelo antropólogo Devons; contudo considera que as normas de conduta de um povo formalmente estabelecidas, embora se afastem do observado na prática, não perdem sua validade diante da realidade (⁴), o que nos parece pouco convincente, pois a desobediência não só invalida aquelas normas como impede sua conceituação. Se as normas vigoram não ampla, mas restritamente, perdem sua força de expressão e são abaladas em suas raízes. Esgota-se, com o tempo, o caráter formal de sua importância.

Parece conveniente lembrar que a discussão encetada por Lévi-Strauss se reporta mais precisamente ao caráter consciente ou inconsciente dos modelos que ele já considera estruturais; e chama a atenção para o fato de que tal distinção em nada afeta a natureza dos dois tipos.

Em verdade, é-se levado a assim admitir, uma vez que o modelo «consciente» do ágrafo só existe a partir de quando o analista o percebe e acomoda em um determinado tipo. Neste caso, confundem-se os limites ou as espécies dos dois modelos, sendo a distinção meramente metodológica ou taxionômica. O que realmente tem importância é a análise situacional de cada caso.

Esta definição de modelos produzidos pela cultura, isto é, feitos pelo povo estudado ou seus próprios observadores, modelo «feito em casa», por assim dizer, e os que resultam da construção do pesquisador, não constitui uma definição suficientemente clara. Não permite uma útil apreensão dos primeiros, a não ser mediante o trato do antropólogo, e oferece a cada dia maiores embaraços.

Ao examinar uma população de pesqueiros do sul da China, que formam a comunidade da pequena ilha de Kau Sai, a antropologista

(3) J. Van Velsen: «The Extended-Case Method and Situational Analysis». In *The Craft of Social Anthropology*. Tavistock; 1967:135. Baseada em observações próprias sobre os Tonga, de A. Richards sobre os Bemba, além das feitas em outros povos.

(4) Ibidem: 1967:138. Chocam-se assim os interesses dos «*folk systems*» do povo estudado, com os do «*analytical systems*» oriundos do pesquisador.

Bárbara E. Ward deparou com o que classificou de três diferentes tipos de modelos «conscientes», isto é, produzidos pela cultura em estudo, assim distinguidos: «modelo imediato», correspondente à auto-avaliação da sociedade em apreço, ou seja, como eles se reconhecem a si próprios, equivalente ao modelo «feito em casa»; modelo «ideológico», que nasce da representação tradicional idealizada, como se o fora por uma sociedade letrada; e finalmente o que a citada autora intitula de modelo dos «observadores internos», ou seja, resultante de arranjos sócio-culturais, através dos quais membros da comunidade Kau Sai vêm comparativamente outros grupos chineses. Este terceiro tipo se distingue do chamado modelo «inconsciente», alheio ao povo observado e construído pelo investigador de fora, isto é, o antropólogo, apenas porque os observadores internos, ou seja, os informantes não podem ser considerados diferentes daqueles a quem avaliam e sobre os quais se manifestam; estão cômicos de que se referem a indivíduos da mesma sociedade a que também pertencem. Melhor explicando, eles opinam sobre outros tipos individuais que, embora espacialmente separados e com certos costumes que divergem dos seus, fazem parte contudo do mesmo *in group* ⁽⁵⁾.

Em conseqüência, Ward argúi a conveniência da substituição da tipologia de modelos «conscientes» e «inconscientes», que requerem uma reinterpretação, em face da — para ela — multiplicidade de modelos conscientes. Em verdade, esta é uma das muitas ambigüidades resultantes de uma escassa terminologia que urge seja ampliada com a criação de novos termos específicos. A «multiplicidade de modelos conscientes» da antropóloga retrata enfaticamente a dificuldade classificatória e a urgência de novos termos mais adequados.

Conquanto seja provável que o que levou a mencionada autora a distinguir como três espécies ou variantes de um mesmo tipo de modelo venha a ser na realidade três diferentes aspectos da mesma maneira de conceituar o povo que estudou, a análise tem o mérito de despertar a necessidade de uma reformulação para as denominações utilizadas desde Durkheim e Mauss até Lévi-Strauss e que, por serem formadas do mesmo vocábulo e sua negativa, acabam por perturbar os investigadores.

Mesmo que se não queira concordar com os tipos, ou melhor, os verdadeiros subtipos «conscientes» de Bárbara Ward, lembremo-nos de que a própria expressão — modelo — pode dar margem a tipologias psicológica, sociológica ou uma combinação de ambas, psico-sociológica. Ter-se-ia, assim, três modelos diferentes e combinatorios, que poderiam *lato sensu* se resumirem em um só.

Tendo como fulcro o indivíduo, agora no terreno mais estritamente psicológico, os mencionados tipos poderão se constituir em sistemas, considerando-se que o *back-ground* de um grupo de variáveis poderá

(5) B. Ward. *Varieties of the Conscious Model* ASA. 1. Tavistock SSP, 1968:135/7

DOS MODELOS EM ANTROPOLOGIA

compor o que alguns denominam de «estrutura da personalidade», ou personalidade estrutural, que por sua vez poderá gerar dados de comportamento. Definirão deste modo a condição social do indivíduo, ou seja, uma retaguarda em que assentam os característicos sociais.

No plano sociológico, é possível que às vezes não se possam usar os dados psicológicos dos vários indivíduos, conquanto aqueles elementos se liguem e se componham no campo da Psicologia Social.

Contudo, o «modelo» facultará a distribuição de traços da personalidade nas diversas categorias sociais. Em verdade, os modelos psicológicos e sociológicos são interligados e permanecem sempre em função de muitas variáveis, quer originárias quer atuais. A intimidade entre ambos os modelos é tal que um vai buscar no outro os elementos básicos no decorrer de uma pesquisa ou de uma análise ⁽⁶⁾.

Destarte, teremos que fatos sociais explicados por outros fatos sociais, na concepção durkheimiana, serão hoje em dia compreendidos como uma composição estrutural, onde os valores se alteram em diferentes concepções, propiciando uma interiorização sob vários ângulos, que poderão ser visualizados como «modelos de pesquisa», dentro da dinâmica social e implicitamente cultural ⁽⁷⁾. Formarão, assim, consoante Van Velsen, um método amplo de análise situacional.

Os modelos sobre os quais se acaba de tratar diferem, obviamente, daqueles concebidos em Antropologia, já que estoutros, embora contendo tacitamente elementos psicológicos, quando bem analisados são fórmulas estritamente sociológicas.

Estas observações só servem para revelar que o emprego dos decantados modelos «conscientes» e «inconscientes» como vêm sendo utilizados em Antropologia, podem dar causa a muitas ambigüidades e confusões com a maneira de conceber ou traduzir seu significado nos campos psicológicos e sociológico. Só há um modelo: aquele constituído pelas normas do povo em estudo. O antropólogo apenas o codifica, o elabora, o descreve, o caracteriza e identifica, ao tornar conhecido o que préexiste. O mais são acomodações classificatórias.

A duplicidade de modelo em «consciente» e «inconsciente» é puro artificialismo; ele é construído pelo povo observado e interpretado pelo investigador. O trabalhador de campo colhe suas características e depois as ordens; deste modo o compõe e o dá a conhecer, como representativo da sociedade estudada, que assim fica rotulada. O modelo obtido desta forma pode assemelhar-se a qualquer outro, mas há de possuir suas características ímpares, de maneira a jamais ser confundido. Será o retrato esquematizado de um povo, que poderá ser enriquecido com dados

(6) Johan Galtung. *Theory and Methods of Social Research*. Alien e Unwin, London, 1969:29 a 35

(7) *Ibidem*: 505

FELTE BEZERRA

complementares e integrativos, na medida e direções em que decorrerem as pesquisas a seu respeito e na constituição de seu todo global.

Conseqüentemente, cada cultura e/ou sociedade possui um modelo que a identifica e é um único. Não existe qualquer necessidade de desdobrá-lo ou de modificá-lo, a fim de distingui-lo no que ele é para o povo examinado e no que significa para o investigador. Por que separar um do outro? Seria mais aconselhável acomodar em um só os dois esboços. Só haveria sentido e utilidade em desligá-los se com tal procedimento nos fosse dado sentir como o ágrafo se vê dentro de sua comunidade. É aquilo que o «observador participante» deveria ter alcançado, porém tal não aconteceu. Este é um problema até aqui insolúvel e, pois, fora de cogitação, uma vez que é impossível ao pesquisador despir-se por inteiro de sua própria cultura.

A consideração de um modelo único facilita a análise e o conhecimento da sociedade estudada; e é para este objetivo que devemos nos encaminhar.

Por outro lado, distinguem-se os modelos em «mecânicos» ou «algebricos», e «estatísticos». Os primeiros se referem aos constituídos à custa de fenômenos cuja natureza permita sua formação, tendo em vista que são da mesma escala dos elementos componentes do modelo. Quando, porém, os fenômenos devido a sua natureza, características, irregularidade ou multiplicidade não se enquadrarem no contexto, o modelo passará a ser «estatístico» e somente por este processo matemático poderá ser apreendido. Esta é mais uma maneira estruturalista de encarar o problema. Aqui, pouco importa que os dados sejam manipulados pela sociedade em causa ou pelos observadores que os apreciam através dos cânones da cultura ocidental. Interessa unicamente o processo e possibilidade de fazer-se ou não o enquadramento dos dados obtidos ⁽⁸⁾. Reafirma-se mais uma vez a necessidade da criação de novos vocábulos terminológicos.

De outra maneira se pode encarar a distinção dos modelos ditos «mecânicos» e «estatísticos», que não fica suficientemente aclarada por Lévi-Strauss. O modelo «estatístico» equivalerá por ventura ao modelo «estético» ou «estrutural» do analista. uma vez conhecidos, embora por prismas diferentes, os fatos tanto da parte do pesquisador como do povo examinado, tal modelo jamais deveria ser considerado pelo antropólogo como imaginário ⁽⁹⁾. A dificuldade estará apenas na impossibilidade em que se acha o investigador de conhecer o verdadeiro pensamento do primitivo, isto é, seu auto-conceito, o que constitui uma barreira intransponível, que impede a superação do impasse. Ou muitas vezes as informações sobre determinado povo contém inverdades, enganos ou

(8) Lévi-Strauss: «Social Structure». In *Anthrop. Today*. Chicago, 1953:528/9

(9) John Beattie: *Introduction à l'Anthropologie Sociale*. Payot, Paris 1972:78/9

DOS MODELOS EM ANTROPOLOGIA

impropriedades — embora nem sempre resultantes de má-fé —, que não podem ser confundidas com o que o antropólogo deve elaborar ⁽¹⁰⁾.

como se vê, as classificações, apenas não dirimem as dúvidas, não resolvem os problemas. Esta a grande dificuldade do analista em atingir uma solução satisfatória e plena no respeitante ao assunto.

Parece-nos mais aconselhável reconhecer que o modelo é um e único, estruturado, descoberto e interpretado pelo antropologista. Ao mesmo tempo ele possui seu dinamismo intrínseco e peculiar. É uma questão apenas de traduzi-lo. Representa a cultura e a sociedade, assim fundidas em um só *corpus*. Desaparece, por inútil, a necessidade de um desdobramento, pois que ele sendo um só, embora preexistindo, obviamente ao analista, só passa a ser conhecido a partir de quando o antropólogo o descobre e identifica.

Na realidade, a manifestação do primitivo, angariada através de seus depoimentos, isoladamente ou em grupos, ou sobretudo através de intérpretes, não funciona jamais por si só. É indispensável que o operador colha os dados, classifique-os, ordene-os, compare-os e finalmente erga o modelo. Este jamais existirá ou será conhecido sem o trabalho do pesquisador.

Nestas condições não existe qualquer coleção de modelos. Cada cultura ou sociedade possui seu esquema, se contém dentro de determinados postulados, constituindo uma estrutura própria, uma rede de elementos dispostos relacionadamente. Não se trata, pois, de padronizar modelos, mas de apreciá-los em tôda sua diversidade, no geral ou no particular, e isto faz o encanto da Antropologia.

É óbvio, no entanto, que a repetição dos sistemas poderá enquadrar as sociedades em tipologias, aspecto didático, por assim dizer, que facilita cotejos, estabelece algumas regras e postulados, os quais todavia não devem ser tomados de maneira absoluta.

Ao oposto, a devassa dos povos indígenas na América, na África, na Oceania ou na Ásia tem revelado que todo e qualquer esquema de cultura é rompido pela ação, intensidade e constância com que passa a sofrer os reflexos e efeitos dos processos aculturativos. A dinâmica social e cultural, isto é, a mudança de estrutura daí decorrente vai alterando ou destruindo aquilo a que se insista em denominar de configuração, modelo ou padrão, de maneira a transfigurá-lo em seus elementos e na coordenação dos dados que possuir. Quebram-se os esboços e rompem-se as linhas mestras, através da modificação de comportamento no terreno das relações de parentesco, dos esquemas políticos ou da estrutura de sua economia, capazes todos de sofrer profundamente em sua substância.

É o que se tem observado à medida que progridem os estudos e investigações da espécie, principalmente depois que a Antropologia, can-

if 10) J. Copans: *L'Anthropologie, Science des Sociétés Primitives?* Denoel, 1971:37.

FELTE BEZERRA

sada de explorar apenas os resíduos» (Lévi-Strauss) das sociedades arcaicas, penetrou também na seara das sociedades complexas.

Os modelos seriam então, sob novo critério, simples ou regulares, nas culturas primitivas, ou variáveis e irregulares ou até quase amorfos nas sociedades civilizadas., pela redução de constantes e excesso de variáveis em função das quais se desenvolvem. Isto seria, por outras palavras, o a que se chamou de modelos mecânicos e estatísticos — como antes visto —, os quais denunciam tão-sòmente um processo metodológico de encará-los, e permitiria que os modelos se confundissem com as próprias estruturas. Na realidade, só existe um tipo único de modelo, aquele que é construído pelo observador. Os modelos ditos conscientes, ou seja, as normas e diretrizes seguidas pelo grupo estudado são devidamente dissecadas, analisadas e interpretadas, do ponto de vista estrutural, até que se alcance o «modelo verdadeiro», que o estruturalismo straussiano considera capaz de desvendar o que ele tem de mais recôndito, equivalente ao modelo dito inconsciente (ⁿ), devidamente aprofundado em sua estrutura.

Mas afinal o modelo, qualquer que ele seja, não passa de uma concepção do antropólogo, ou a maneira que ele descobre para ter acesso às «relações sociais completas ... e observáveis». Ora, este descobrimento só se pode dar por intermédio do chamado modelo mecânico, dado que o estatístico contém incertezas que seriam entrave a que se atingisse o âmago da estrutura, que corresponderia ao «inconsciente» que Strauss subscreve (¹²). Ele analisa e investiga ambos os tipos mas não revela intenção de substituir-lhes a nomenclatura.

Chega-se melhor agora à compreensão de que o modelo é apenas um artifício. Fora de seu significado metodológico outro não nos é dado vislumbrar, a menos que se queira, ainda segundo Lévi-Strauss, considerá-lo equivalente ao próprio conceito de estrutura, o que a nosso ver torna as coisas complicadas e desnecessariamente pouco esclarecidas. Só existe um único tipo de modelo para cada sociedade, que será o modelo *real* ou *verdadeiro* — chamemos assim ou se dê outra qualquer denominação —; seu reconhecimento só se fará por conduto da construção do antropólogo. Será desta forma o modelo «inconsciente» tradicional ou o modelo «mecânico», único que corresponderá ao que indique a estrutura global da sociedade.

Em verdade, não há como conter a morfologia das culturas dentro de limites precisos. Quanto maior o número de sociedades pré-letradas conhecidas, tanto mais diferenciações foram sendo registradas. Esta diversidade ampliou-se quando os antropologistas decidiram penetrar no seio das sociedades complexas, quer históricas quer contemporâneas. A instabilidade de dados se acentuou a cada passo.

(11) Rui Coelho, *op. cit.*, 1969:83

(12) *Ibidem.*

DOS MODELOS EM ANTROPOLOGIA

Os historiadores e os sociólogos teriam de início imposto uma barreira entre as sociedades não-mecânicas e aquelas cujos povos são dotados de escrita. De um lado, uma Pré-história, a que se seguia cronologicamente uma série das chamadas civilizações; de outro lado, a Arqueologia, com suas paisagens conjecturais, desde um Homem Natural com os pré-homídeos, até *Homo Sapiens* ou ao *Homo Fabilis* de hoje, a que se seguem sociedades organizadas, dentro de sistemas devidamente classificados. A atmosfera de cada época concorria para o traçado desses esquemas. O evolucionismo e o transformismo tiveram, como sabido, sua participação implícita no desenvolvimento e encadeamento de tais idéias.

A Antropologia Sócio-cultural, entretanto, destruiu estes esquemas. Houve uma mudança de perspectiva e, conseqüentemente, alteraram-se os ângulos de visão.

Prosseguem ainda nos dias atuais os debates entre Natureza e Cultura, entre o Natural e o Social, e sente-se que, longe de se constituírem termos de um binômio, ou uma antinomia de significados, a Filosofia e as Ciências Sociais começam a sentir que se ligam sem solução de continuidade, ou melhor, se ajustam e superpõem, de modo a estabelecerem um *continuum* como base histórica e sociológica no estudo da totalidade do homem.

A Antropologia formou-se e surgiu dentro desta emaranhada correnteza e se espraia sem prévia deliberação, em procura do estudo do ser humano, em todas as manifestações provocadas pelas faculdades ímpares e singulares que este possui, por seus preciosos instrumentos de atividade, incomparavelmente valiosos mas que arrastam, em seu bojo, um número crescente de problemas que desafiam a argúrcia e a inteligência para uma solução integral e definitiva de muitos enigmas.

*

O modelo, neutro de si mesmo, é, afinal de contas, uma concepção. É um esquema construído pelo pesquisador, que deste modo se esforça por interpretar e traduzir as «normas» seguidas por uma dada sociedade ágrafa.

Desta só logramos alcançar uma estreita camada superficial, seja através da comunicação (linguagem), seja por intermédio da observação cuidadosa, até onde possa chegar a capacidade de nossa penetração, mesmo se nos utilizamos de concepções filosóficas. É a operação que modernamente se entende entre antropólogos norte-americanos como uma etnografia formal⁽¹³⁾, ou formalística, isto é, obediente àquilo a que a seu tempo já Sumner denominava de «normas».

Só existe um modelo para cada grupo social e não dois ou mais; e é sempre consciente, seja porque construído pelo próprio povo em causa, seja porque levantado pelo antropologista, com base nos elementos **que**

(13) Harold W. Scheffer, «Estruturalismo y Antropologia» em *Estruturalismo* — 3 — col. Nueva Vision. B. Aires, 1971:10.

FELTE BEZERRA

angariou em suas pesquisas. Do contrário as coisas se tornam desnecessariamente emaranhadas e confusas, sujeitas embora, sempre, a uma reinterpretação, na dependência do que for registrado ao correr do tempo e que pode modificar a conceituação. Esta é, assim, movediça; pode ser instável, na dependência do desdobramento dos acontecimentos ou do que venha a ser anotado pelo analista, ao longo de sua permanência no seio do povo estudado (**). Neste particular, a contribuição cinemática da História é inegável e inestimável.

De resto, o modelo é um e único, aquele real, autêntico, verdadeiro, edificado pelo observador. Este modelo, indevidamente denominado em geral como «inconsciente», deveria ser o «consciente», o modelo mecanicamente exigido pelo conhecimento do pesquisador, que o delimita, ao seguir o comportamento e as relações registradas no povo estudado e assim traçar-lhe os ditames que o regem. A denominação seria desta forma mais facilmente compreensível.

Em vista disto, torna-se irrecusável que «todos os modelos são produtos das mentes humanas» ⁽¹⁵⁾. Na sua construção não se torna impossível que se possa captar o sistema social como uma totalidade; mas o que realmente se deseja precisar é outra coisa, é apreendê-lo e examiná-lo de uma maneira global, inteiriça, se assim se pode dizer.

Disto são um exemplo as novas considerações tecidas em torno do problema do avunculado, que a princípio parecia em condições de ser solucionado exclusivamente por via psicológica. Não apenas mudou esta perspectiva, passando-se para o terreno sociológico, estrutural, segundo as investigações de Malinowski e posteriores revisões de Powell, Uberoi e outros, assim como atualmente difere seu ângulo de visão, quando se considera que o filho, a mãe e o tio materno fazem parte do mesmo subelã ou da mesma linhagem, da mesma unidade segmentar, que é o que realmente está em jogo.

O minucioso exame que, a seu tempo, fizera Radcliffe-Brown em seu «*The Mother's Brother of South Africa*», tido por clássico, tornou-se deste modo superado. E ao que tudo indica as coisas não hão de parar aqui, desde quando em um grupo de parentesco qualquer os afins poderão ser assimilados aos de uma mesma linhagem, que desta maneira os absorve, ao menos para fins político-jurídicos.

Destarte, um modelo poderá considerar ao mesmo tempo as relações de parentesco, através da extensão daquelas ditada pela exogamia, em demanda da «integração e da comunicação», a partir da proibição do incesto ⁽¹⁶⁾.

O modelo da família nuclear, por exemplo, parte do intercursos sexual — fato meramente biológico —, que a gera; por sua vez, a família

(14) Ibidem: 12

(15) Ibidem: 11

(16) Harold W. Scheffer, op. cit., :24

DOS MODELOS EM ANTROPOLOGIA

nuclear é um legítimo fato social humano, em face das conotações que toma e pelas quais se torna conhecida em uma sociedade.

Sendo assim, uma estrutura elementar de parentesco parece já incompatível com o alargamento dos sistemas classificatórios ⁽¹⁷⁾, uma vez que da família elementar passamos para a composta, as poliginias e poliandras, em esquemas que se elastecem e modificam.

De resto, as categorias dos relacionamentos resultantes do parentesco poderão ser assim estabelecidas: consangüinidade, irmãos; filiação: pais e filhos; aliança matrimonial: marido e mulher. Os demais relacionamentos conseqüentes destes lhes serão complementares, na constituição da estrutura geral do parentesco. Deste modo, sendo a família nuclear ou elementar o «átomo do parentesco», constituirá o equilíbrio de um sistema que se mantém através da proibição do incesto, instituição cultural, embora universal, que separa o homem dos outros animais ⁽¹⁸⁾. É um novo ângulo de visão do assunto, que difere do apontado por Lévi-Strauss, conquanto se chegue às mesmas conclusões.

O abundante exame dos povos africanos que durante todo este século tem sido realizado, sobretudo por pesquisadores britânicos, acabou por superar as discussões entre a filiação ou parentesco de um lado, e a aliança resultante dos enlaces matrimoniais, de outro.

As dificuldades discutidas por muitos e sublinhadas por outros tantos ⁽¹⁹⁾, puderam convergir segundo os dois caminhos da aliança e da descendência, em demanda dos mesmos objetivos ⁽²⁰⁾. Estas e outras análises conduzidas nesse terreno terão levado insuspeitamente os antropólogos mais percucientes em suas investigações a chegarem, estafados, à compreensão de que discussões desta natureza se tornaram improficuas e inúteis, uma vez que, através da aculturação, rompem-se os círculos de certos relacionamentos e desaparecem, pouco a pouco, os casamentos impostos ou recomendados: prescritos e preferenciais ⁽²¹⁾.

A essa altura, pouco interessa perquirir a origem do incesto ou o fundamento pelo qual existe, visto como seus principais efeitos são: garantir a subsistência do parentesco como solidariedade grupai que se conserva; ampliar os relacionamentos pelas alianças geradas em face dos casamentos exogâmicos; em conseqüência, manter um constante sistema de comunicações entre grupos de indivíduos que assim se aproximam, se entendem e permutam uma hostilidade potencial por ventura existente, por uma paz e entendimento duradouros.

(17) Ibidem: 33

(18) Cario Tullio-Altan, «O Estruturalismo de Lévi-Strauss e a Investigação Psicológica», em *Estruturalismo. Nueva Vision*; Buenos Aires, 1971:45

(19) D. M. Schneider: *Some Muddies of de Models* ASA1-SSP. 42-1968:25 a 79

(20) E. R. Leach: «C. Lévi-Strauss, Antropologo y Filosofo», em *Estruturalismo Nueva Vision*; 3. Buenos Aires, 1971:163

(21) Rodney Needham. *Remarks on Analysis of Kinship and Marriage*. ASA. 11-1971:29 a 32; e outros autores

FELTE BEZERRA

Desta maneira chega-se sempre a conclusões idênticas, seja por conduto do caminho seguido por um Lévi-Strauss, ou por um Meyer Fortes, ou por um Needham e tantos outros dedicados a estes assuntos. Ao final atingirão semelhantes resultados, do ponto de vista antropológico *stricto sensu*, desprezadas outras vizeiras, sobretudo filosóficas.

A nosso ver, não devemos porfiar por uma substituição de métodos, exaltando a conveniência deste ou daquele, porém trabalharmos pela somação dos processos de investigação, a fim de que possam ser alcançadas as finalidades em Antropologia.

uma técnica não valerá unicamente por sua importância utilitária, mas também por seu valor funcional, expresso por meio de dados históricos, geográficos, ecológicos, sociológicos e até mecânicos ⁽²²⁾.

Tenha-se em mente, portanto, que a importância de um modelo de pesquisa não deve permanecer nas análises superficiais, meramente descritivas de uma dada sociedade; mas tem de ser aprofundado o mais que for possível, para que se chegue ao âmago das estruturas sociais ⁽²³⁾.

Conseqüentemente, uma análise estrutural poderá levar-nos ao conhecimento de um «sistema de símbolos», de «representações» que, do ângulo do estruturalismo serão seus próprios modelos ⁽²⁴⁾. Estes não se cingem apenas à realidade empírica, hipótese em que se tornariam unicamente descritivos.

Convém notar que os aludidos sistemas de símbolos poderão, no fim de contas, equivaler às estruturas sociais, isto é, a modelos que assemem na realidade empírica ⁽²⁵⁾.

Desta maneira, passa-se do modelo para a estrutura, o que pode ocasionar dificuldades de conceituação. Lévi-Strauss tenta solucionar o impasse através de um desenvolvimento da matéria de caráter epistemológico.

Neste caso, o modelo devidamente construído pelo antropólogo será «mergulhado nos fatos observados, para pôr a descoberto as estruturas» ⁽²⁶⁾.

Ao traduzir o pensamento do mestre franco-belga, pode-se no entanto verificar que proceder desta maneira é emprestar ao modelo um caráter formal, o que é repellido pela intenção de Lévi-Strauss, que disto quer fugir. Então, tendo-se em pauta um fato concreto, a exploração se encaminha de modelos observados e experimentados, conscientes e

(22) Carlo Tullio-Autran, op. cit. 1971:85, ao citar Lévi-Strauss

(23) J. B. Fages. *Comprendre Lévi-Strauss*. Privât, Toulouse-France-1972:55

(24) Yvan Simonis. *Lévi-Strauss ou la «Passion de l'Inceste»* Aubier, Paris, 1968:170

(25) Ibidem, 170

(26) J. B. Fages, op. cit. 1972:56, ão interpretar Lévi-Strauss

DOS MODELOS EM ANTROPOLOGIA

inconscientes — na linguagem bem conhecida —, ou mecânicos e estatísticos (27).

São apenas prismas diferentes através dos quais os modelos podem ser encarados e estudados, mais superficial ou mais profundamente. Nenhum destes caminhos, todavia, impede o modelo de ser devidamente correlacionado com a realidade social de onde ele sai e que Strauss procura interpretar e traduzir o mais fielmente possível. No primeiro caso permanece apenas ao nível dos modelos mencionados e por todos conhecidos; na segunda hipótese o aprofundamento irá até o conhecimento da estrutura social (28).

Destarte e ainda consoante as idéias de Lévi-Strauss, os modelos são ao mesmo tempo pesquisados e traduzidos estruturalmente (29).

De qualquer maneira, fica-se sempre preso às classificações do citado antropólogo: modelos mecânicos ou estatísticos; os primeiros contidos em fórmulas condizentes com a fenomenologia habitual, assim: o sistema classificatório entre os povos primitivos, dentro do esperável e sobejamente conhecido, ou as descrições informativas que a Etnologia é capaz de prestar quanto às sociedades agrafas. Enquanto isto, o amontoado dos mitos ameríndios ou africanos ou de quaisquer outras etnias sem escrita, permitindo às vezes a justificativa de episódios aberrantes ou imprevisíveis, seriam exemplos de dados com que levantar modelos estatísticos.

Tudo isto, contudo, se relaciona com o empirismo na apreciação dos modelos, podendo-se traçar uma linha demarcadora — na linguagem straussiana — entre o *formalismo*, onde o conteúdo desce de importância significativa, e — como quer o professor Strauss — o *estruturalismo*, em que tanto a forma como o fundo, o continente e o conteúdo requerem a mesma atenção e, por serem da mesma natureza, merecem os mesmos cuidados e são igualmente analisados (...).

Por este caminho se chega a estabelecer as decantadas oposições: o pico e a planície, o macho e a fêmea, o grande e pequeno (alto e baixo *status*), como formas de representação do natural e do cultural.

Assim sendo, volta-se sempre às mesmas questões: doadores (classes altas) e tomadores (classes baixas) de esposas; parentescos e alianças influenciando na vida social e político-jurídica dos diferentes povos, em todas as paragens. A reciprocidade generalizada. Os casamentos simétricos e assimétricos como veículos de tudo isto. O gado, adquirido com esforço — em sociedade em mudança — por parte dos jovens, que os trocam, nos mercados, por moedas e estas, finalmente, por mulheres, na disputa com os homens maduros, aos quais a gerontologia, como respaldo, faculta

(27) Yvan Simonis, op. cit. 1968:172, cujo gráfico ali traçado permite melhor compreensão do assunto. Repetido por J. B. Fages.

(28) Ibidem: 172, esquema

(29) J. B. Fages, op. cit. 1972:57

a aquisição delas como esposas. Não que a mulher seja considerada, em si, um objeto, mas este é o árduo caminho deixado ao jovem mais audaz para adquiri-la. A questão não é, de modo algum, econômica, porém tipicamente social. São aspectos que nos levam a idênticos objetivos ⁽³⁰⁾.

Vê-se que a fenomenologia é ampla e complicada em seu entrelaçamento, que a desdobra e desenvolve, compelindo o pesquisador a se aprofundar mais e mais na característica estrutural.

Consoante deixa entrever Lévi-Strauss, a noção de modelo ficará melhor esclarecida através de uma tentativa de definição, devidamente explicitada por Neumann e Morgenstein (1944), em que se exigem certos requisitos.

como construção teórica conterà implicitamente «uma definição precisa, exaustiva e não demasiado complicada». Terá de aproximar-se o mais possível da realidade quanto ao que possa interessar à pesquisa a que se procede. Deverá possibilitar um tratamento matemático e o modelo terá de ser suficientemente expressivo ⁽³¹⁾.

Desta maneira, se entende que: a) uma estrutura ofereça caráter de sistema, em que a alteração de qualquer de seus elementos repercute nos demais; b) o modelo pertence a um grupo de transformações, o que significa que um conjunto delas compõe um agrupamento de modelos; c) em sendo assim, será possível prever a reação que o modelo poderá oferecer, na hipótese de modificação de qualquer de seus elementos; d) o modelo deve ser construído de tal modo que, ao funcionar, tenha condições de explicar a maioria, senão todos os fatos observados ⁽³²⁾.

Inferese daí que existe semelhança de concepção — embora não sejam a mesma coisa —, entre sistemas e modelos; que existe correlação entre as transformações que os modelos venham a oferecer; que se podem prever as reações dos modelos quando afetados em seus aspectos de intensidade, grau, características e assim por diante; finalmente, os modelos devem ser o mais possível explícitos.

Se os diversos fatos concernentes aos modelos e às estruturas podem ser observados e descritos, sem que «preconceitos teóricos alterem sua natureza e sua importância» ⁽³³⁾, então estaremos diante de indisfarçável empirismo, e a explicação mais segura há de corresponder a um modelo real e simples, que não se envolva com outros aspectos a serem postos em realce e analisados, a fim de não perturbar o esquema corres-

(30) E. Ronald Leach. «Lévi-Strauss, Antropólogo y Filósofo», em *Estruturalismo y Antropología*. Nueva Vision, B. Aires, 1971:162 e 163

(31) Apud C. Lévi-Strauss. *Antropología Estructural*. Tempo Brasileiro, 1967: 316/7

(32) C. Lévi-Strauss. Op. cit. ibidem

(33) Idem ibidem: 317

DOS MODELOS EM ANTROPOLOGIA

pondente a um modelo verdadeiro, único, que deverá existir, para cada objeto tratado.

Importa tão-sòmente manter cada modelo dentro de uma «escala comparada à dos fenômenos» ⁽³⁴⁾ que lhe sejam pertinentes, sem o que não o poderemos reconhecer e muito menos descrever. Sem estas condições ele jamais será analisado e nem tampouco se tornará um esquema necessariamente existente.

Desde que se desconheçam as lucubrações filosóficas sobre a matéria, ou dela nos venhamos a nos abster, o modelo — do interesse antropológico estritamente —, deverá ser definitivamente desligado de classificações dos tipos conscientes e inconscientes, ou estatísticos e mecânicos, ou outras quaisquer, de maneira que se possa considerar, em definitivo, a existência de um único modelo, o «real» ou verdadeiro, que a inteligência interpretativa do pesquisador de campo construirá, consoante os elementos que puder colher, ordenar, organizar e estruturar devidamente. Só assim um problema deveras intrincado poderá ser superado.

(34) C. Lévi-Strauss. Op. cit., ibidem: 320

Pedro Teixeira: Precursor da Transamazônica

(Notícia sobre o Capitão-Mór Pedro Teixeira, conquistador do Rio das Amazonas, e as analogias, no tempo e no espaço, com a Transamazônica).

LEANDRO TOCANTINS

VENHO com muito prazer, falar, de uma figura portuguesa: o capitão-mór Pedro Teixeira, filho de Cantanhede, mas brasileiroamente integrado na epopéia lusíada dos trópicos amazônicos, e brasileiroamente havido como o grande conquistador do Rio Amazonas. ^(x)

Quando propus o nome de Pedro Teixeira ao ilustre Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para ser o da rua em que o destino me pôs nesta amável cidade, o Engenheiro Santos Castro teve a sensibilidade de entender a homenagem a um compatriota que acrescera de glória à mãe-pátria. ⁽²⁾

(1) Conferência proferida no Centro de Estudos da Marinha (Lisboa — Portugal) a 26 de janeiro de 1972.

(2) O Engenheiro Santos Castro, então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (Prefeito da Capital), baixou decreto designando «Rua capitão-mór Pedro Teixeira — Conquistador do Amazonas, século XVII», a uma artéria nova no bairro do Restelo.

LEANDRO TOCANTINS

«Dê-se a cada um o que lhe for devido», é a evidência aconselhada pelo grande épico. Se é Camões que fala, repitamo-lo para merecer o capitão-mór Pedro Teixeira:

*«E assim não tendo a quem vencer na terra
Vai cometer as ondas do oceano*

Não foi cometer as ondas do oceano, como Vasco da Gama, Fernão de Magalhães, Bartolomeu Dias, a quem se iguala em valor e nas conseqüências da descoberta, mas cometeu pelas águas do Amazonas, que bem se poderia denominar de oculto e grande rio, «a quem chamais vós outros» de rio das Amazonas.

Trezentos e quarenta anos depois, outros Pedros Teixeiras, naquilo que certa vez denominei de «Fábula da Verde Navegação», repetem o cometimento através da floresta povoada de mistérios que se abrem às nossas vistas sem tantos mistérios — deixemos os mistérios para os poetas — mas repleta de promessas válidas: o de um vale de Canaã aberto a novos diálogos de grandezas do Brasil. É a Transamazônica, ganhando fama e citação em todo o mundo, que possui o mesmo sentido de conhecer, de afirmar, de ampliar base política no espaço físico, de possuir o que o destino (por falta de outra definição histórica mais positiva) concedeu, ontem, aos intrépidos lusíadas, hoje, aos brasileiros, descendentes dessa admirável conjugação de etnia, de cultura, de ação, que nos legou o português. Para estar de acordo com a terminologia já usada pelo Barão do Rio Branco, diria: o nosso destino manifesto.

Pois é assim: esse destino manifesto impeliu Pedro Teixeira em 1637 a subir o chamado Grande Rio das Amazonas, viajando com quarenta canoas, 70 soldados e mil índios.

E quais os motivos dessa temerária expedição por territórios ignotos, infestados de índios, encomendando a sua fama, como disse um cronista do Século XVIII, «às precipitadas correntes do rio das Amazonas?» E aqui cabe frisar o emprego exato da frase «precipitadas correntes», desde que Pedro Teixeira enfrentou um grande obstáculo que as anteriores expedições espanholas, a de Francisco de Orellana, em 1542, e a de Pedro de Urma — Lopo de Aquire, em 1560, não conheceram — a corrente contrária do rio — pois estes espanhóis saíram de Quito e desceram o Amazonas até o Atlântico.

As raízes históricas da jornada de Pedro Teixeira se encontram evidentemente nessa extraordinária acuidade política de Portugal, naquela época em conspirações e lutas para alcançar a libertação dos Felipes de Espanha. Veja-se o ano em que ele partiu do povoado de Cameté, às margens do Rio Tocantins, em demanda a Quito, no Equador: ano de 1637, às vésperas da Emancipação.

É claro que se aproximava a hora gloriosa de Portugal recobrar sua autonomia. Até então, em quase sessenta anos de dinastia unificada na península, não se apresentaram problemas de fronteiras, mas seria fatal,

PEDRO TEIXEIRA: PRECURSOR DA TRANSAMAZÔNICA

em futuro próximo, um choque de soberanias naquele extraordinário mar verde, onde água e vegetação se reúnem virginalmente, ao ponto de Euclides da Cunha ter observado: «A Amozônia é, ainda, a última página do gênese, a escrever-se».

Os portugueses, estabelecidos desde 1616 no Forte do Presépio, gênese da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, já haviam expulsado ingleses, irlandeses, holandeses e franceses da Foz do Amazonas. O erguimento do Fortim teve esse objetivo militar, ao lado do propósito de estabelecer a colonização. É nesse instante que começa a formidável epopéia dos lusitanos no vale do maior rio do mundo, o que inspirou a Joaquim Nabuco esta expressão: «Nada mais extraordinário nas conquistas de Portugal, do que a conquista do Amazonas».

Por isso mesmo, costumo referir-me à figura de Pedro Teixeira, como «O Vasco da Gama da Amazônia», na convicção de que raros, raríssimos são os feitos na história das empresas humanas, naqueles séculos de aventura e descobrimento, que se iguaem, em importância geográfica, repercussão histórica, denodo pessoal, à expedição de Pedro Teixeira.

A presença de espanhóis no Alto Amazonas, e em seus tributários, era um pesadelo para as autoridades portuguesas, conscientes de seu destino, livre da subordinação a Castela. O Governador do Estado do Maranhão Jácome Raimundo, a que estava subordinado o Forte de Presépio e todo o Grão-Pará — que se media por extensões incalculáveis — foi quem resolveu organizar a expedição. Não havia, por lá, espanhóis, só portugueses mantinham o poder político, apesar de sujeitos à soberania dos Felipes.

como hoje há pessoas no Brasil que consideram uma loucura a Transamazônica, e que houve cassandras que classificaram a rodovia Belém-Brasília de «estrada das onças», o mesmo fato, a que a natureza do homem jamais ficará imune — o fato da descrença e o do pessimismo — ocorreu em 1637.

O historiador Bernardo Pereira de Berredo, tão justo quanto consciencioso nas páginas de seu *Anais Históricos do Maranhão*, oferecidos ao rei D. João V, refere-se às oposições ao projeto de Jácome Raimundo: «mas na certeza já de que se murmurava o seu empenho como loucura, o procurou justificar mostrando, que eram tais as conveniências, que se seguiam deles a serviço de Deus, ao do Príncipe, e utilidade pública, que preferião bem a todos os receyos da conservação própria».

A verdade é que Jácome Raimundo não estava tranqüilo com a chegada à Cidade de Belém do Grão-Pará, em 1637, de alguns religiosos e leigos espanhóis, que largando-se do rio Napo, entraram no Amazonas, descendo-o, até Belém. Berredo, com a linguagem saborosa da época, descreve o acontecimento: «Sem mais derrota, que a da Divina Providência (depois de uma larga navegação, em que tratando ç memoráveis

LEANDRO TOCANTINS

Províncias de gentios, que se alimentavam de carne humana, não só se não servirão naquela ocasião para banquetear a sua voraz gula, mas liberalmente os socorreram dos mantimentos necessários à viagem) chegarão à cidade de Belém do Pará, com huma geral admiração dos seus moradores».

Ora, se espanhóis passavam a freqüentar aquelas águas destinadas a ser portuguesas, por que então os lusitanos do Pará não darem a conveniente resposta, o que significaria um ato definitório da sua presença, da sua vigilância, de jurisdição política, mesmo sob a aparente obediência aos Felipes ?

E repete-se a casuística do dissentimento: quando Pedro Teixeira, já nomeado por Jácome Raimundo, em São Luis do Maranhão, para chefiar a empresa, chega a Belém do Pará, ergue-se a voz da oposição no Senado da Câmara. Era temerário, era inconveniente, era enfraquecer as forças da cidade. Pediram o cancelamento, ou o adiamento da expedição. Mas o Governador Jácome Raimundo foi inflexível. E Pedro Teixeira partiu para ocupar o seu lugar na História.

O capitão-mór, Pedro Teixeira, experimentado nas lutas contra ingleses, e holandeses, no estuário amazônico, antes já se revelara um sertanista de tempera, quando seu chefe Francisco Caldeira de Castelo Branco fundou, em 1616, a rústica cidadela do Presépio de Belém, e o fêz emissário da boa nova ao governador Alexandre de Moura, em São Luis do Maranhão. O jovem alferes vence a grande distância a pé: era a primeira vez que o homem civilizado ia de Belém a São Luis através da selva que bem se podia comparar à *selva selvaggia* do Poeta.

É o princípio de saga amazônica do futuro conquistador do Amazonas, pois em tal cenário, de grandezas imemoráveis, de perspectivas imprevisas, a realidade chega a misturar-se com a lenda, e quando nos apercebemos já nos encontramos neste estranho campo: o da *visualização onírica*. Euclides da Cunha referiu-se: «a inteligência humana não suportaria de improviso o peso daquela realidade portentosa, terá de crescer com ela, adaptando-se-lhe para dominá-la.»

Mas, se nos livrarmos da imaginação e nos atermos às realidades da ciência social, vemos quanto se acentua na Amazônia a predisposição do português em ocupar áreas tropicais. Processo ecológico verificado nesses espaços, que mereceram estudos notáveis dos Professores Gilberto Freyre e Arthur Cezar Ferreira Reis, este último, em particular na Amazônia, onde os trópicos são mais tropicalmente intensos.

Dos estudos realizados, verifica-se que o português é dos povos europeus o mais favorecido em suas tendências bio-sociais, ao tratamento com espaços e gentes tropicais. Assim, observa o Professor Gilberto Freyre que os lusos não degradaram os trópicos e nem se deixaram degradar por eles. Os trabalhos numerosos do Professor Arthur Reis, que é a maior autoridade contemporânea na História e na Sociologia

PEDRO TEIXEIRA: PRECURSOR DA TRANSAMAZÔNICA

da Amazonia, estão cheios de afirmações que motivam acertadamente o ponto de vista do sociólogo pernambucano.

Agrupamentos humanos portugueses, diminutos em relação à enormidade da área, conseguiram um equilíbrio biótico, sócio-cultural e sócio-ecológico, que o luso-tropicalismo do Professor Gilberto Freyre bem explica, sociólogo que se queixa do Professor Arnold Toynbee havê-lo esquecido. Esquecimento imperdoável o de omitir esse importante processo ecológico, em parte redimido pelas posteriores impressões do mestre inglês quando teve ocasião de visitar o Brasil. Lamentavelmente, por uma doença que o acometeu em Brasília, deixou de realizar o seu acalentado projeto de ir à Amazônia, onde o esperava o Governador Arthur Cezar Ferreira Reis. como representante do governo do Amazonas, no Rio de Janeiro, coube-me, em 1966, coordenar essa frustrada viagem, que teve no então Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Itamaraty, Ministro Hélio Scarabótolo, o interesse maior da casa de Rio Branco em levar à Amazônia o insigne historiador inglês.

Mas outros ilustres antecessores e patrícios de Toynbee, no século XIX, tiveram oportunidade de visitar e até de viver na Amazônia, como Russell Wallace e Henry Walter Bates. Sobretudo Bates, que viveu onze anos nas selvas amazônicas e escreveu um admirável livro de ciência, de intensa experiência humana, e de conotações poéticas. Bates já desmentia as falsas teorias da inadaptabilidade da chamada raça branca nos trópicos, e, de certo modo, lançava alguns fundamentos do moderno tropicalismo, do qual o luso-tropicalismo é matéria integrante.

A área amazônica, das áreas tropicais brasileiras, é a que maior desafio apresenta à capacidade de criação brasileira, como no passado constituiu o maior desafio aos portugueses, que galhardamente o enfrentaram, e pode-se dizer, quase por milagre a sustentaram como área de soberania lusa. Milagre, bem entendido, da inteligência, da tenacidade, da argúcia, da coragem, com que se apoiaram. Afinal de contas, qualidades bio-sociais do português extra-europeizado, ou melhor, luso-tropicalizado.

Sem essa inata predisposição, nem se poderia pensar na empresa Pedro Teixeira, nem na manutenção integral do império luso-amazônico, de que a mesma é o toque inicial de grandeza e de plenitude política. Daí os brasileiros herdarem não só a dimensão física do território, mas também o espírito pioneiro, de aventura construtora, de passagem ao absoluto-necessário, típicos da dinastia dos Avis, que teve no Infante D. Henrique, o padrão. Porque, não imaginaríamos demasiado se dissessemos que a empresa do Infante continuou em Pedro Teixeira e prossegue na Transamazônica.

É Pedro Teixeira, como se tivesse planejada a sua viagem no Promontório de Sagres, quem vai por rios «nunca dantes navegados», no sentido do levante para o poente, vencendo a correnteza contrária à proa das frágeis embarcações. Teixeira vai devassar horizontes novos

LEANDRO TOCANTINS

para os lusos, pois que só haviam chegado à foz do Tapajós, e daí para cima era a heroicidade da ação e a surpresa do desconhecido aos olhares portugueses.

Amazonas acima, Solimões, Marañon, Ñapo, estavam os expedicionários vencendo as escarpas petrificadas que o levariam ao Equador. Em meio da jornada, Pedro Teixeira, recebe cartas de D. Afonso Peres de Salazar, Presidente da Audiência de Quito, do Bispo da Diocese e dos Prelados Principais. Na sua linguagem barroca, o historiador Berredo assinala o fato: «com os parabéns da singular vitória, que havia conseguido na sua jornada, e vivas expressões dos alvoroços, com que o esperavão, para a festajarem com as demonstrações que ela merecia».

Pedro Teixeira entra gloriosamente em Quito, depois de mais de ano de viagem. Os espanhóis oferecem-lhe, à entrada da cidade, cavalos com ricos jaezes. A nobreza local, em trajes de gala, aplaude-o no Tribunal da Câmara, que em corpo de cerimônia apresenta-lhe votos de boas vindas e as congratulações pelo seu notável feito. As homenagens alcançam o ponto máximo durante o cortejo triunfal nas ruas quitenses e na recepção oferecida pelo Tribunal do Reino de Quito, quando seu Presidente engrandeceu o valor português naquela jornada heróica.

O Conquistador partiu de Quito, em regresso a Belém do Pará, acompanhado dos Padres Cristovam da Cunha e Andre Artieda, da Companhia de Jesus. As autoridades espanholas os designaram para testemunhar o retorno. Cristovam da Cunha escreveu a sua famosa memória *Novo Descobrimento do grande Rio das Amazonas*, descrevendo as humanidades indígenas e os principais acontecimentos dessa tornavíagem.

Nas proximidades da foz do Aguarico, afluente do rio Napo, Pedro Teixeira fez erguer o famoso padrão português — o marco de posse que assinalava a fundação do povoado de Franciscana. Na ata solene, subscrita por todos os presentes, foi declarado: «que o dito capitão-mór, em nome de el Rey Filipe IV nosso Senhor tomou posse pela coroa de Portugal do dito sítio, e mais terras, rios, navegações e comércios».

Pedro Teixeira arrancou terra com suas próprias mãos, lançou-as ao ar e disse em altas vozes que tomava conta do território em nome de Felipe, mas pela coroa de Portugal, frisou. Era o dia 16 de agosto de 1639, e a expedição encontrava-se a mais de mil e duzentas léguas de Belém do Pará.

Consumou-se, assim, a conquista do Amazonas, a posse incontestável dos portugueses em todo aquele dilatadíssimo território, porque a emancipação iminente daria um cunho jurídico, prático e consumado da presença e da soberania lusa. O Tratado de Madri, em 1750 foi o executor, no que diz respeito à bacia amazônica, da linha mestra da conquista de Pedro Teixeira, que, em paralelo histórico às bandeiras paulistas que dilataram o oeste brasileiro, construiu, em extraordinário alongamento, os horizontes físicos brasileiros na Amazônia.

PEDRO TEIXEIRA: PRECURSOR DA TRANSAMAZÔNICA

A 12 de dezembro de 1639, o capitão-mór aportava, em triunfo, na cidade de Belém do Grão-Pará. Consumira mais de dois anos a bitraversia amazônica. Menos de um ano depois, veio a sonhada Emancipação. E podemos avaliar o que significa, no novo processo político armado na península ibérica, a empresa de Pedro Teixeira.

É uma realidade posta aos nossos olhos diante do mapa: o Norte brasileiro espichou-se para o oeste de um modo acentuadamente amazônico, isto é, com proporções de grandeza amazônica, ultrapassando a expansão verificada no centro e no Sul.

Embora hoje não cheguemos às águas do Aguarico-Napo, onde o Conquistador fundou o povoado de Franciscana, Portugal ganha nessa jornada o título válido para ser o quase exclusivo proprietário do rio Amazonas e das terras que atravessa.

Se nos fixarmos no traçado da rodovia Transamazônica logo sentiremos que hoje é brasileiro graças a Pedro Teixeira. A sua progressão de Leste para Oeste acompanha os passos do sertanista luso. É, sempre, a *Marcha para o Oeste*, objeto do notável ensaio sociológico de Cassiano Ricardo, que nos explica o fenômeno da «bandeira», ocorrido no Planalto de Piratininga. E mestre Jaime Cortezão nos adverte: «O bandeirismo foi, sim, e acima de tudo, um gênero de vida enraizado em São Paulo, e aí levado às últimas conseqüências, a ponto de irradiar para o resto do país e tornar-se, com o andar dos tempos, a própria consciência audaz dos brasileiros, no seu esforço para adaptar o Estado às realidades geográficas da América do Sub.

Eis a tese que sempre defendeu o admirável autor de *História do Brasil nos velhos mapas: o mito da ilha-Brasil*, a realização geográfica e a expansão do mito, e, por fim «o traço geográfico fundamental, que imprimiu caráter à História do Brasil».

É o caso do Amazonas, que, apresentando condições excepcionais de navegabilidade e de intensa penetração para o Oeste, veio a ser o eixo primordial da expansão lusitana no Extremo Norte. Através dele os portugueses chegaram aos Andes, e, como acentua Jaime Cortezão, subiu por seus afluentes, logrando «espraiar-se por duas terças partes da imensa bacia e favorecidos por essa facilidade de penetração, breve os portugueses subiram até aos contrafortes andinos, e assim traçaram o segundo lado dum triângulo que implicava numa hipotenusa vastíssima».

Agora afirmarmos que esta «hipotenusa vastíssima», assinalada por Jaime Cortezão, deve-se a Pedro Teixeira.

No entanto, há condições peculiaríssimas a considerar na organização e desfecho da expedição Pedro Teixeira. Bandeira, no sentido sociológico ela o foi, sem dúvida, mas sem o caráter de descobrimento de minas de ouro, e nem sequer influenciou o mínimo aqueles propósitos espanhóis de descobrir o país da canela, ou oníricos Eldorados.

LEANDRO TOCANTINS

A expedição Pedro Teixeira teve um sentido estritamente geográfico e político. Hoje está desmentida a versão de que ela foi preparada por ordem de Felipe III, e que Teixeira, ao tomar posse do vale amazônico, desde a foz do Aguarico, lugar da povoação Franciscana, até à foz do Amazonas, o fizera com recomendação explícita da Real Audiência de Quito.

Jaime Cortesão cita numa série de documentos, agora conhecidos, que invalidam historicamente essa versão. Publicou-os Cortesão em sua tese «O significado da Expedição Pedro Teixeira à luz dos novos documentos». As peças existentes são a relação da viagem de Belém a Quito, escrita pelo próprio Pedro Teixeira ao Vice-Rei Conde de Chinchón, o roteiro do piloto-mór da flotilha, Bento da Costa, duas informações do Presidente da Audiência de Quito, Afonso Perez de Salazar, uma carta do Vice-Rei do Peru, Conde de Chinchón a Felipe IV, acompanhada de vários depoimentos, a consulta do Conselho das índias sobre os resultados da Expedição. Todas estas peças não admitem qualquer conclusão de ordens do Rei espanhol no sentido de arremeter Amazonas acima.

O próprio Jaime Cortesão, com sua autoridade incontestável, declara que a «expedição fêz-se por iniciativa do Governador do Maranhão, Jácome Raimundo de Noronha, e com o apoio dos principais moradores de Belém, todos, porventura, inspirados pela conspiração nacionalista que já então se urdia em Portugal, mas, sem dúvida, por motivos estritamente relacionados com a expansão da soberania portuguesa, no vale do Amazonas, e contrariando com plena consciência os interesses e as intenções das altas autoridades espanholas».

A figura desse pouco citado e menos conhecido governador do Maranhão Jácome Raimundo, a nosso ver é a chave da interpretação histórico-política da Expedição Pedro Teixeira. Ele próprio entregou ao Capitão-Mor suas instruções, que mandavam reconhecer minuciosamente o rio Amazonas, apontar os sítios mais convenientes à construção de fortes, conquistar a amizade das humanidades indígenas, e lançar as bases de uma povoação que delimitasse a soberania portuguesa no Amazonas.

Em Quito, muito embora ocorressem manifestações especiais ao Capitão-Mor, o oficialismo particularmente teve-o como suspeito, chegando a considerar a Expedição como abusiva e intrometida, e, portanto, contrária aos interesses da coroa espanhola. Todo o Peru estaria em perigo com essa inesperada presença. E até se pensou em reter como prisioneiros os expedicionários, e só a ameaça dos holandeses, que ainda pairava na foz do rio Amazonas, salvou Pedro Teixeira, cuja presença, como força de segurança, os espanhóis necessitavam em Belém do Pará.

O Conselho das índias, em Madri, propôs a Felipe IV que fosse «gravemente repreendido e castigado dito Jácome Raimundo de Noronha, por haver-se atrevido» (são palavras da ata) «sem consulta e sem licença

PEDRO TEIXEIRA: PRECURSOR DA TRANSAMAZÔNICA

a descobrir aquela entrada e navegação até o interior do Peru». Os irritados membros do Conselho, não escondiam seu temor histórico em relação ao vizinho ibérico e adversário secular. Devia-se, segundo eles, «procurar ou encobrir e apagar da memória dos homens», aquela entrada e navegação ao Peru. E até propunham expulsão dos lusos da boca do Amazonas e províncias do Maranhão. O que significaria ficar espanhola toda a Amazônia atual!

Infelizmente não existem documentos, pelo menos conhecidos, que possam explicar o procedimento de Jácome Raimundo Noronha, determinando a expedição Pedro Teixeira. Inexiste outro cabal explicativo, senão o do sentimento nacionalista que previa a emancipação próxima, e a presciência política de que sempre deram mostras os estadistas portugueses no Brasil. Pode-se dizer que nestes sobreexistiram aquelas três frentes de fé apontadas por Pascal: «a razão, a inspiração e o costume». Isto, aliado ao seu dinamismo cultural, pode explicar lances como o que acabamos de trazer à saciedade.

Talvez essa formação, ou preponderância etnocultural, psicológica, venha explicar a tendência ao pioneirismo e a impetuosidade com que o brasileiro de hoje está ocupando os espaços vazios, sobretudo os amazônicos, em operação de nítido cunho geopolítico, justamente o que agora se pode alegar ao ato do Governador Jácome de Noronha e à ação de Pedro Teixeira.

Na realidade, a Transamazônica sucede-se, respeitando-se as condições de tempo e de História, ao transamazonismo de Jácome de Noronha e de Pedro Teixeira. A Transamazônica segue o mesmo rumo de Pedro Teixeira, à procura de objetivos idênticos: uma comunicação entre o Atlântico e o Pacífico. Ambos vão ao rumo do Peru, onde Jácome de Noronha previa um intercâmbio comercial. A Transamazônica ligará o Nordeste Brasileiro, a partir do Recife com Lima, atravessando os Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Acre, de onde infletirá para Pucalpa e Lima.

Não está, assim, definida histórica e politicamente a linha mestra da conquista de Pedro Teixeira que a Transamazônica alcança, naturalmente com as variações do tempo histórico e social e do espaço físico?

Cumpra o Brasil o já referido destino manifesto, desenvolvendo uma civilização nacional, com ímpeto criador, cujas raízes encontramos em nosso próprio passado, no exemplo que a História traz ao presente. É útil não esquecermos as palavras de Ortega: de que «o futuro é sempre plural, é feito do que pode acontecer (...) e daí resulta um fato paradoxal, mas essencial para a nossa vida — o único meio para o homem se orientar para o futuro é tomar consciência do que foi no passado, passado cujo contorno é inequívoco, fixo e imutável».

No entanto, o Brasil sabe utilizar-se desse passado-sociológico, não agarrando-se a ele, em culto estático de valores que, apesar de válidos, ultrapassaram-se pelo tempo-dinâmico, tempo-atual. Tôda essa expe-

LEANDRO TOCANTINS

rienda acumulada é vista e revista em novas dimensões, através do ânimo de criar, recriar, inovar, renovar valores, eis que é impossível nos apegarmos ortodoxamente à herança — e toda herança se constitui sociologicamente de passado — pois que futuro e pretérito são dissonantes em muitos aspectos. O espírito de uma época é que nos guia na grande aventura do presente, mas sabemos que o arsenal pretérito contém a gama de valores necessários à idealização, à corporificação de nossos projetos atuais. Eis o motivo por que Ortega percebeu ser o passado e o futuro «as duas grandes dimensões fatídicas de que se compõe a nossa vida».

Para percebermos essa consonância com passado-presente, alongando-se em futuro, basta o exemplo do Brasil moderno que, partindo de uma civilização européia, *Sul-generis*, como é a portuguesa, desenvolveu-se de um modo em que não renega suas origens, embora saiba projetar a sua personalidade, e seu *ethos* nacional. Mas em suas constantes culturais, vigorosamente dinâmicas, o complexo do lusotropicalismo marca de maneira positiva as manifestações de sua vida espiritual e material.

Assim, este exemplo intemporal que procuramos analisar em sua expressão sociologicamente temporal — a expedição Pedro Teixeira e a Transamazônica — fortalece o faciocínio que aqui se tenta desenvolver. Porque, há um paralelismo entre as duas grandes empresas, essencialmente geopolíticas, e por isso imperduráveis no dinamismo histórico.

O tema, como se vê, atrai indagações e maior estudo seria útil para revelar novos aspectos. A história não se faz somente pela simples enumeração de fatos e de datas, mas, sobretudo, pela sondagem cultural ou social, porque o homem é essencialmente um ser que pensa, que age, dentro de uma dinâmica temporal, experimental, existencial. Portanto há fatos e valores que se desenrolam no tempo e no espaço. Já alguém disse que nossas paixões emprestam vida ao mundo, e que nossas coletivas paixões constituem a história da espécie humana.

Pergunta-se: a empresa Pedro Teixeira e a Transamazônica não são duas paixões nacionais, que fazem História e constroem nacionalidade?

É hora e vez de encerrarmos esta breve comunicação, que faço, creiam-me, com visível alegria, e, porque não dizer, com orgulho cívico de ser escutado neste magnífico Centro de Estudos da Marinha, superiormente dirigido pelo Almirante Sarmiento Rodrigues, em quem reconhecemos aquele homem «de saber de experiências feito», do Poeta. Mas, importa finalmente aludir à vida breve de Pedro Teixeira: muito breve foi a sua vida de luso-brasileiro, brevíssima a sua vida de português. Partindo de sua pátria muito jovem, em demanda do Nordeste, Pernambuco, possivelmente, daí passou a São Luis do Maranhão e a Belém do Grão-Pará, marco inicial de sua memorável viagem pela História. O

PEDRO TEIXEIRA: PRECURSOR DA TRANSAMAZÔNICA

moço desconhecido de Cantanhede abre o seu caminho de glória nas selvas amazônicas, e lá ficaria para sempre, como se os deuses da floresta quisessem guardá-lo em seus verdes Olimpos.

Pedro Teixeira governou o Grão-Pará, de 28 de fevereiro de 1640 a 26 de maio de 1641. Preparava-se para regressar ao Reino quando veio a falecer a 4 de junho de 1641. Seu corpo foi sepultado na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça, padroeira da cidade de Belém. Quando a primitiva ermida foi deslocada para o local onde se encontra hoje — bela, majestosa em plástica de pedras modeladas pelo português setecentista — perderam-se os ossos do Conquistador. Mas não se perdeu a memória, viva e palpitante na História e no apreço dos brasileiros. Lá está a sua estátua em proporções grandiosas, perto da baía do Guajará, Teixeira olhando os horizontais oeste que ele trouxe rendidos à vontade lusitana, para glória de Portugal e do Brasil.

Quando, em julho de 1969, o Primeiro Ministro Marcelo Caetano, visitou o Brasil, sua escala inicial fêz-se em Belém do Pará. O Presidente do Conselho deslocou-se do Aeroporto de Val-de-Cãs à cidade, especialmente para ver a estátua de Pedro Teixeira e reverenciar sua memória. Parece-me que esta foi a primeira homenagem feita por um chefe de Governo português ao seu ilustre compatriota.

Tivesse Pedro Teixeira retornado a Portugal, aqui ele agregaria à fama e fortuna de seu feito, a recompensa cálida, cordial, amiga de seu governo, de seu povo.

À falta de consagrar em vida, é justo pedirmos nestes Portugais em que passo, ganhando experiência, emoção, vida, agradavelmente sentida, palavra de louvor ao remoto compatriota, eis que já dizia o Épico:

*«Que não é prêmio vir ser conhecido
Por um pregão do ninho meu paterno.
Ovi:veréis o nome engrandecido.**

Penso que, no consenso da História, Pedro Teixeira e Transamazônica ficarão como imagem comum, em diferentes tempos, porém em mesmos espaços. Tempos histórico-sociais e também políticos, em espaços igualmente desconhecidos e necessários à extensão humana do Brasil-Moderno.

Pedro Teixeira, em vida breve que se torna longamente histórica, é um daqueles «varões assinalados» que passaram além das Tapobanas, sejam elas asiáticas, sejam amazônicas.

«Se o lavrador não houver de lavar, nem semear com bom tempo, nunca semeará, nunca chegará a colher novidade», ensina-me o mestre Frei Luis de Sousa. Espero, que nesta simples notícia, ato de lavar e semear a inteligência, eu tenha colhido alguma novidade para os que pacientemente me ouviram.

Alexandre Rodrigues Ferreira e o Mundo Amazônico

GLÓRIA MARLY DUARTE NUNES DE CARVALHO FONTES

O tema AMAZÔNIA nunca esteve tão presente no pensamento nacional, como nos últimos anos. Vivemos, realmente, sob o impacto amazônico. Graças à programação estabelecida no governo do saudoso Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, deu-se partida à gigantesca obra, de, digamos assim, redescobrimenho da Amazônia, ou pelo menos de sua efetiva integração na pátria brasileira.

Entretanto, já na 2º metade do Século XVIII, o mundo amazônico também foi alvo de manifestação objetiva da preocupação governamental. Refiro-me à Viagem Filosófica, determinada pela Coroa Portuguesa, por inspiração do Ministro Martinho de Melo e Castro, estadista de escol, tocado pela aura renovadora da reforma Pombalina.

Era necessário que Portugal conhecesse o potencial do Mundo Amazônico e qual a política certa a adotar. «As riquezas naturais nas mãos de quem não sabe ou não as quer explorar, constituem permanente perigo para quem as possui» (disse Bismark). Sentia-se já a presença da «Cobiça Internacional» na hiléia amazônica: espanhóis, franceses, ingleses e holandeses olhavam, avidamente, para aquele imenso celeiro inexplorado.

O jovem naturalista brasileiro, Alexandre Rodrigues Ferreira, foi o homem de confiança que o Governo Português encontrou reunindo todas as qualidades para chefiar a citada Expedição Científica, deter-

GLORIA MARLY DUARTE NUNES DE CARVALHO PONTES

minada em Carta Rêgia de 29 de agosto de 1783. Esse documento, diga-se de passagem, tanto quanto sei, até hoje não foi encontrado.

Todavia, o vulto e a extensão dos trabalhos realizados na viagem e os mandamentos contidos nas Ordens Reais subseqüentes, mostram que o intuito do governante era fazer efetuar o inventário, em seu sentido mais amplo, da região a ser estudada.

Entre 1783 e 1792 foram viajados, em idas e vindas, 39.372 km — quase uma volta ao mundo — tendo como pontos inicial e final, respectivamente, o Porto de Belém do Pará e o Presídio de Nova Coimbra, no atual Estado de Mato Grosso, estendendo-se a incursão até Caia-Caia e Içana, no extremo Norte brasileiro.

A simples inspeção ocular desse roteiro, demonstra que os créditos maiores dessa «operação Amazônica», como hoje seria chamada, cabem a Alexandre Rodrigues Ferreira, com efeito o sábio naturalista, dotado de invulgares dotes de talento e erudição, haurida esta na sua formação escolar, embora sem descumprir as determinações reais, estendeu suas observações a todos os campos do conhecimento humano, agindo, o mais das vezes, por conta própria, sem entretanto, fugir aos deveres da disciplina.

Tentarei, a seguir, com a brevidade que se impõe, apresentar o MUNDO AMAZÔNICO visto pelos olhos privilegiados do chefe da Expedição, fixado nas suas memórias e outros trabalhos escritos e no que ficou gravado, por sua ordem e sob sua determinação, pelos seus desenhistas José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, exímios artistas e abnegados companheiros, co-participantes, por direito de conquista, do bom êxito da viagem.

A Obra

No dia 21 de outubro de 1783 Alexandre Rodrigues Ferreira, os mencionados riscadores (hoje desenhistas) e Agostinho Joaquim do Cabo, Jardineiro botânico, desembarcaram em Belém do Pará, onde deram início às suas atividades.

Daí, entre outros feitos, salienta-se a reprodução em aquarela da vista panorâmica da referida cidade, documento único no gênero. Também ressalte-se a remessa, para Portugal, nessa ocasião, de uma cabeça de índio tapuia, conservada, espécimen então inexistente nos museus da Europa.

Do portal da Amazônia rumou a Expedição para a Ilha Grande de Joanes, ou Marajó, onde o Naturalista realizou trabalho de fôlego sobre a economia local. Percorreu o arquipélago e divulgou, entre os ilhéus, noções mais modernas sobre agricultura, objetivando remediar deficiências constatadas. Distribuiu sementes para novas culturas e ins-

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E O MUNDO AMAZÔNICO

truiu os agricultores quanto à técnica para o cultivo de cânhamo, anil, tabaco, cana, arroz, cacau e algodão. Também difundiu conhecimento sobre a criação de gado.

Documenta essas atividades a memória «Notícias Históricas da Ilha de Joanes ou Marajó», segunda memória, em ordem cronológica, enviada a Portugal.

Da viagem pelo Tocantins, encetada a seguir, resultaram as memórias «Miscelânea Histórica para servir de explicação do projeto da cidade do Pará» e «Estado Presente da Agricultura do Pará». A importância desse último trabalho é manifesta, posto que representa um depoimento de como se encontrava a atividade econômica preponderante na região. Merecem especial relevo os desenhos de maquinaria em uso no local, provando o estágio em que se achava a primitiva agro-indústria.

A seguir, a Expedição subiu o Rio Amazonas, passando por Monte Alegre, Óbidos até alcançar o Rio Negro, indo a Barcelos, ao Uaupés e prosseguindo até o foz do Cucuí, ultrapassando, assim, o nosso último estabelecimento, a Fortaleza de Marabitanas no R. Demitry, perto do R. Ixié e Içana. Esta também foi desenhada, bem como as 14 cachoeiras vencidas no percurso.

Essa parte da viagem está narrada na monografia «Descimentos dos Rios e Diários da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro, com a informação de Estado dos Estabelecimentos Portugueses na sobredita capitania, desde a vila Capital de Barcelos até a Fortaleza da Barra do dito Rio». Nesses dois trabalhos estão incluídas informações utilíssimas sobre a navegabilidade dos cursos d'água, sobre as povoações ribeirinhas, e o que era mais importante, sobre como se encontravam os marcos da soberania lusa no território viajado.

Voltando pelo Rio Negro a Expedição alcançou o Rio Branco navegando-o até o Riacho Caia-Caia, no atual território Federal de Roraima. Nesse trajeto o Naturalista explorou a Serra dos Cristais, identificando e classificando o mineral ali existente, «Cristallus Montana» e não, como se pensava, as tão esperadas esmeraldas...

Ressalta, ainda, nesta parte dos trabalhos, a defesa feita pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira do domínio português sobre a área fronteira com a atual Guiana Inglesa, área então ocupada por espanhóis, afinal expulsos pela autoridade portuguesa. Os trabalhos realizados estão no «Diário do Rio Branco e limites do Brasil com a Guiana Inglesa», onde o Naturalista fez um amplo estudo sobre as condições geossociográficas locais. Também a parte etnográfica foi objeto de várias memórias e desenhos, focalizando diferentes tribos indígenas: Iurupixunas, Cambebas, Curutus, Caripuna, Uerequena e outras. Pasma e encanta ver sua compreensão para com os silvícolas, defendendo sempre as regalias dos índios. Lembra o naturalista, em várias oportunidades, que o direito do índio, à liberdade, fora reconhecido pelos Papas Alexandre VI, Paulo III, Benedito XIV e várias leis portuguesas.

GLORIA MARLY DUARTE NUNES DE CARVALHO FONTES

Impedido por Ordem Regia de explorar o Rio Japurá, em 1788, o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira iniciou seus estudos e pesquisas pelo Rio Madeira. Entrementes, escreveu a monografia sobre os gentios Muras, então pacificados, com a sua participação.

A viagem pelo Rio Madeira, foi, talvez, a parte mais perigosa, cansativa e sofrida do empreendimento: quer pelo número de cachoeiras a serem vencidas, quer pela insalubridade da região, quer pelas deserções e hostilidade dos índios, sobretudo os Mundurucus, os mais cruéis e temidos. Embora doente, Alexandre Rodrigues Ferreira conduziu a Expedição até o Forte Príncipe da Beira onde chegou em julho de 1789. Data daí a memória «Relação Circunstanciada do Rio Madeira e seu Território» (1787/1789).

Chegados a Vila Bela, então capital de Mato Grosso, seis dias após o retorno, faleceu Agostinho Joaquim do Cabo em 3 de outubro de 1789. O jardineiro botânico, excelente especialista e devotado auxiliar, é credor, também, de parte dos lauréis alcançados pela expedição.

Resultado das impressões colhidas, na viagem pelo Rio Madeira, a monografia «Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato Grosso». Trata-se de exposição de doutrina médica, sendo que as observações da existência do beriberi são, certamente, as primeiras verificações feitas sobre o assunto no Brasil. Registra-se aí o uso do termômetro até então desconhecido. Apesar de não ser médico, o autodidatismo de Alexandre Rodrigues Ferreira permitiu-lhe dominar, na medicina de sua época, o que viria a ser mais tarde a Medicina Tropical. Notáveis conhecimentos sobre nosografia, patologia e patogenia das doenças endêmicas, na vastíssima região amazônica, bem como soluções atinentes a sintomatologia, diagnóstico e terapêutica, são revelados nessa monografia. Tais conhecimentos foram ressaltados pelo eminente Prof. Olympio de Oliveira Ribeiro da Fonseca, em seu livro «Alexandre Rodrigues Ferreira, o Patólogo». A referida monografia foi divulgada, na íntegra, pela primeira vez, na Série «Cadernos da Amazônia» nº 10, de nossa autoria.

Ainda em Mato Grosso, a Expedição examinou as lavras de ouro, comprando e remetendo amostras do minério para Portugal. Sobre o assunto o Naturalista escreveu «Prospecto Filosófico e Político da Serra de São Vicente e seus Estabelecimentos».

Visitou e descreveu a «Gruta das Onças» e recenseou a população da localidade de Albuquerque. Foi à «Gruta do Inferno», que fica a 190 palmos de profundidade, e, segundo suas palavras «assemelhava-se a uma mesquita subterrânea onde pode aquartelar-se, à vontade, um corpo até de 1.000 homens».

Daí a Expedição Filosófica deslocou-se até o Rio Jauru, último rio a ser percorrido, retornando a Belém no dia 12 de janeiro de 1792, após quase dois lustros de ausência, tendo percorrido cerca de 40.000 kms.

Em Belém, Alexandre Rodrigues Ferreira, estudou e descreveu o fenômeno da pororoca no Rio Guamá. Nessa ocasião recebeu, do go-

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E O MUNDO AMAZÔNICO

verno português, a incumbência extra de advogar o direito de Portugal à posse das terras do Cabo do Norte, contestado pelo governo francês.

Desempenhou-se magnificamente bem da tarefa, resultando de seu trabalho a monografia «Propriedade e Posse das terras do Cabo do Norte pela Coroa de Portugal», datada de 2 de abril de 1792. O Barão do Rio Branco fez referências elogiosas a esse trabalho, fato que demonstra não só a erudição do autor, como sua elevada sensibilidade política.

O breve e singelo relato da magnífica aventura vivida pelo insigne patricio, tantas vezes nomeado, certamente não espelhou, com a necessária limpidez, o incomensurável valor da obra construída.

Assim, faz-se mister ressaltar, pelo menos, os seus aspectos principais, em qualidade e extensão.

Malgrado os obstáculos encontrados no desempenho da missão, quer os de natureza pessoal, inclusive de índole física, quer os decorrentes do autoritarismo do governo metropolitano, Alexandre Rodrigues Ferreira realizou, nesse decênio de andanças por invia região, obra indispensável, ainda hoje, aos estudiosos dos problemas da Amazônia.

O primeiro aspecto a destacar é, sem dúvida, o cunho científico imprimido pelo naturalista aos seus trabalhos. Note-se que, na época, preocupação dessa natureza não era comum aos investigadores de coisas e de pessoas, do homem e do meio. Coube ao chefe da Viagem Filosófica, mercê de sua formação cultural, aplicar pela primeira vez no Brasil, na pesquisa da realidade amazônica, método científico de investigação, fundado na observação e experimentação, esta quando possível, e na identificação de relações de causa e efeito, tudo servido por sólido lastro de conhecimento. Some-se a essa ausência do empirismo, até então prevalente, o louvável hábito do cientista em reduzir a escrito, ou a fazer reproduzir em desenho, o fruto de suas observações ou o que, a seu juízo, merecesse atenção especial. Graças a esse costume de documentar, eleito como processo rotineiro de trabalho, embora os extravios e os desvios, serve-se, ainda hoje, o estudioso, das lições sobre urbanismo, agricultura, medicina, botânica, zoologia, geografia, geologia e sociografia colhidas e ministradas no Século XVIII.

Numa palavra, a cultura da região estudada na Viagem Filosófica está, em corpo inteiro, nos resultados do empreendimento, apresentado pelo chefe da missão científica à Coroa Lusa, à proporção que os ia alcançando.

Embora, como se disse, o conjunto das observações constitua um todo representativo da cultura do território estudado, não é desarrazoado examiná-lo, ainda que sumariamente, por partes, objetivando melhor fixar a aludida multivariabilidade dos assuntos tratados, com mão de mestre, pelo ilustre patricio.

GLORIA MARLY DUARTE NUNES DE CARVALHO FONTES

A partir da fixação no papel, da já aludida vista panorâmica da cidade de Belém, foram incorporados, ao acervo da expedição, desenhos de edificações, sacras ou profanas, existentes naquela cidade, bem como idênticos aspectos de quase todas as vilas e povoações ribeirinhas visitadas. Desse modo, a colonização lusitana, cerca de dois séculos e meio depois do descobrimento, no que respeita à arquitetura e urbanismo da amazonia foi, graças a tais flagrantes, fixada de modo fiel, livre, distante das distorções fáceis de ocorrer em relatos escritos, quase sempre apoiados na tradição oral,

A vida comunitária do conquistador da terra, alienígena ou seus descendentes, miscigenados com o índio e com o negro, transcorria, mostram os desenhos, em ambiente materialmente português, transplantado para a selva equatorial. Não escapou à argúcia do investigador o afastamento da influência do elemento nativo nas povoações ditas civilizadas. Não há, nos traços coletados, exemplo de atuação, pelo menos marcante dos costumes habitacionais dos indígenas, nos aglomerados reproduzidos fisicamente. As construções, tipo palafitas, nas habitações ribeirinhas, são imposições das cheias periódicas.

Cabe, aqui, menção especial ao arquiteto bolonhês Antônio Giuseppe Landi. A esse artista, radicado em Belém do Pará, deve-se a construção dos mais importantes edifícios públicos e religiosos da cidade. Particularmente os desenhos das igrejas de Belém e Barcelos, incluídos na parte iconográfica da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, são da autoria do mestre europeu, que introduziu o neoclassicismo no Pará. Seu estilo era uma inteligente combinação no Neoclássico com elementos do barroco tradicionalizado nas construções portuguesas.

Além do mencionado trabalho escrito sobre o estado da agricultura no Pará, cuja importância já foi assinalada, inúmeras outras monografias, no gênero, foram produzidas. Nelas destaca-se a preocupação constante de Alexandre Rodrigues Ferreira em recomendar a agricultura, racionalizada e dirigida, como a atividade econômica mais adequada para a região.

Acresça-se a essa indicação teórica, de inegável valia, inclusive como subsídio ao governante, a efetiva contribuição do naturalista, divulgando conhecimentos especializados entre os agricultores e distribuindo mudas e sementes das espécies que, no seu entender, melhor se adaptavam às condições locais.

Resulta do exame da Viagem Filosófica, sob esse prisma, que a atividade agrária detetada na região, era precária, incipiente, irracional e, obviamente, antieconômica.

Louvável o esforço do naturalista, que, em a percebendo assim, tentou modificar a situação. Condenável a inação do governante que tomando conhecimento do estado de coisas, marcado pela objetividade do expositor, deixou-o intocado, embora as vãs promessas da adoção de providências reparadoras.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E O MUNDO AMAZÔNICO

Mais que medicina, restrita a arte de curar, vedada ao leigo Alexandre Rodrigues Ferreira, cabe salientar, nas realizações da Viagem Filosófica, as observações divulgadas sobre o estado sanitário das populações e as providências da modesta saúde pública da época, adotadas pelo improvisado sanitarista, em favor das mesmas.

A monografia antes referida, sobre as doenças endêmicas da Capitania de Mato Grosso, demonstra que não passou despercebido, ao viajante, o problema ligado à Medicina.

Os estudos de Botânica, embora extraviada sua parte descritiva, constituem ponto alto da obra do Naturalista. As 846 aquarelas de espécies diferentes, enfeixadas em cinco volumes ainda hoje existentes na Biblioteca Nacional, e os dois herbários reunindo 2.327 exemplares, saqueados na invasão napoleônica, em Portugal, mostram a seriedade e o valor do trabalho realizado nesse campo.

No domínio da Zoologia o Naturalista reuniu importantes coleções e escreveu trabalhos de grande mérito para o seu tempo, sendo taxonomista de relevo. As descrições do «Estudo Torticollis», o «Canis Jubatus», a «Memória sobre o peixe pirarucu», a «Relação dos Peixes dos Sertões do Pará», onde menciona 83 espécies e outras, provam a assertiva. Mas, a praxe de classificar os exemplares em Latim, facilitou a alguns desonestos vaidosos a fruição, indevida, dos trabalhos do Naturalista.

Cita-se como exemplo que Domingos Vandelli, seu antigo mestre e amigo, rebatizou de HISTRIX o peixe classificado e desenhado por Alexandre Rodrigues Ferreira como «LORICARIA SPINOSAE» e remetido para o museu da Ajuda, em Portugal. Esse peixe foi, depois, várias vezes descrito por outros cientistas como espécie nova e aparece, finalmente, como tendo sido classificado por Spix.

Vale ressaltar, aqui, ter o Naturalista verberado a exploração predatória do peixe-boi, temendo, já naquela época, a extinção da espécie, fato hoje em vias de ocorrer.

O MUNDO AMAZÔNICO, sabem todos, ainda está sendo desbravado. Não obstante, na longa e vasta excursão científica a que nos reportamos, parte do seu mistério foi desvendada.

com especial relevo para Potamografia, em razão do deslocamento constante, via fluvial, da expedição, muitas vezes em rios «nunca dantes navegados», pelo civilizado, a geografia da região ficou à mercê do viajante ilustre. Este retribuiu, da forma assinalada, o privilégio das primícias. Mostrou ao mundo de então, em seqüência de trabalhos gráficos e escritos, aspectos importantes do meio, sob o ponto de vista físico, humano e econômico.

Ressaltem-se como realizações essencialmente geográficas o «Estado Geral do Território Brasileiro», mapa que, no dizer de Ponte Ribeiro, merece ser consultado, e compreende as Províncias do Pará, Amazonas,

GLORIA MARLY DUARTE NUNES DE CARVALHO FONTES

Mato Grosso, Goiás, parte do Maranhão e das Colônias da França, Holanda e Espanha (atuais Guianas e Surinam) e a «Carta Geográfica dos Rios», também riscadas pelos desenhistas da Expedição Filosófica.

João Ribeiro Mendes, grande estudioso da obra do sábio naturalista, em sua premiada tese «Alexandre Rodrigues Ferreira — Geógrafo», disse a palavra certa sob essa faceta da polimorfa tarefa desempenhada pelo naturalista.

Nenhum estudioso de Ciências Sociais poderá prescindir, atualmente, do acervo de observações legadas por Alexandre Rodrigues Ferreira sobre o homem e o meio da amazonia. Cabem aqui, como luva, as palavras do doutor Almir de Andrade: «Sentimos pela primeira vez e assistimos a uma tentativa de arrancar os estudos sociais do Brasil do quadro primitivo e grosseiro da mera sociografia e inaugurar o que poderíamos chamar período Pré-Sociológico dos estudos brasileiros, isto é, um período de preparação científica intensíssimo de aplicação do método científico indutivo e experimental, ao estudo do homem e das coisas do nosso país — período que alimentou as obras dos naturalistas viajantes do século XIX e sobre o qual iria assentar, no Século XX, a verdadeira ciência social das realidades brasileiras ou o verdadeiro estudo sociológico da nossa formação e da nossa cultura.»

O MUNDO AMAZÔNICO, visto e mais que visto, sentido, por Alexandre Rodrigues Ferreira, está retratado, repetimos, em sua obra enciclopédica. Esta, embora desfalcada por motivos vários, pode ainda nos mostrar aquele universo. Entretanto, a insensibilidade comum dos responsáveis nas duas pátrias fez dormir no esquecimento, por aproximadamente dois séculos, esse monumento de cultura. Não os absolve da omissão dolosa, a publicação, aqui e ali, esparsamente e ao acaso, pelo esforço de alguns estudiosos, de monografias e de excertos.

Para redenção nossa, o CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, então presidido pelo ilustre Mestre Arthur Cezar Ferreira Reis, eminente amazonólogo, deliberou publicar, na íntegra, em forma sistematizada, sob a direção desse órgão máximo da cultura nacional, a obra de Alexandre Rodrigues Ferreira.

A divulgação, já feita, dos volumes editados — dois sobre iconografia e um contendo as memórias que estão no Brasil, sobre zoologia e botânica — revela parte do quadro que o modesto e genial brasileiro legou à posteridade.

Por último, cumprindo indeclinável dever de justiça, algumas palavras sobre

O *Homem*

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, nasceu em Salvador, na Bahia, em 27 de abril de 1756. Ex-seminarista, no Brasil, doutourou-se

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E O MUNDO AMAZÔNICO

em Coimbra, na Faculdade de Filosofia, aos 22 anos. Ocupou o lugar de Demonstrador de História Natural, durante dois anos na faculdade que cursava. Obteve o prêmio acadêmico do último ano, sendo convidado para reger, depois de formado, uma das cadeiras de Filosofia. Foi nomeado membro da Real Academia de Ciências em 22 de maio de 1780. Retornou a sua pátria, cumprindo Ordem Regia, para dirigir a Viagem Filosófica. Em 1792, quando de volta à cidade de Belém, casou-se com D. Germana Pereira da Cunha. Retornou à Lisboa, definitivamente, em janeiro de 1793, onde foi alvo de homenagens e honrarias: — Nomeado Oficial da Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, condecorado com a Ordem do Hábito de Cristo, feito Vice-Diretor do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico e Deputado da Real Junta de Comércio. Mas, em contrapartida, teve a desdita de assistir a espoliação de sua obra, parcialmente apropriada por inescrupulosos locais e saqueada pelo invasor francês assessorado, no particular, pelo renomado naturalista Geoffroy de Saint-Hilaire.

Irônica e paradoxalmente a importância universal do indigitado dirigente dessa ação menos digna serve para exaltar a qualidade dos trabalhos do até bem pouco tempo injustiçado e esquecido Alexandre Rodrigues Ferreira. O Naturalista morreu em Lisboa, aos 23 de abril de 1815, sem ter visto sua obra publicada.

De John Kennedy, o pensamento lapidar:

«uma nação não é grande apenas pelos homens que produz, mas sobretudo, pela coragem com que repara seus erros».

Calendário Cultural de 1974

JANEIRO

- 01.01.1874 — Inauguração do telégrafo submarino entre o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará.
- 05.01.1824 — Nasce na cidade de Campanha, Minas Gerais, Agostinho Marques Perdigão Malheiros, jurista, parlamentar, historiador. Autor de *A Escravidão no Brasil* (Rio de Janeiro, 1866 e 1867). Morreu no Rio de Janeiro a 3 de junho de 1881.
- 07.01.1874 — Nasce em Pedra Branca, Ceará, Teodosio Freire, poeta, professor e compositor.
- 13.01.1874 — Nasce em Estância, Sergipe, João Pereira Barreto, poeta e jornalista.
- 16.01.1874 — Nasce em Catolé do Rocha, Paraíba, Elviro Dantas Cavalcanti, advogado e tribuno, professor da Faculdade de Direito de Manaus. Morreu em Manaus a 19.10.1947.
- 20.01.1874 — Nasce José Antônio de Abreu Fialho, médico e humanista, mestre da oftalmologia no Brasil. Autor de *Que é Ser Médico*.
- 27.01.1824 — Nasce em Mariana, Minas Gerais, Guilherme Schuch de Capanema, depois *Barão de Capanema*. Doutor em matemática e ciência física, engenheiro pela Escola Politécnica de Viena, publicou trabalhos científicos sobre geologia, mineralogia, geografia etc.
- 29.01.1874 — Nasce em Limeira, São Paulo, Ezequiel de Paula Ramos, pianista, compositor, poeta, crítico e teatrólogo. Morreu em Jundiaí, S. Paulo, a 18.12.1928.

CALENDÁRIO CULTURAL DE 1974

- 31.01.1924 — Morre Alberto Muylaert, pianista, compositor e regente. Nasceu em Campos, Rio de Janeiro, a 17.10.1866.

FEVEREIRO

- 12.02.1874 — Nasce em Belém, Pará, Samuel Wallace Mac-Dowell, juriconsulto, professor e político. Morreu no Rio de Janeiro a 21.05.1947.
- 24.02.1874 — Morre Pedro Calazas, poeta, nascido em Estância, Sergipe, a 28.12.1836 (Sacramento Blake informa que nasceu em Santa Luzia, Sergipe, a 29.01.1837).
- 24.02.1874 — Nasce em Belém, Pará, Flavio Cardoso, poeta, jornalista e engenheiro. Morreu no Rio de Janeiro a 29.03.1909.
- 26.02.1874 — Nasce na vila do Teixeira, Paraíba, Odilon Nestor de Barros Ribeiro, advogado, tribuno, professor, jornalista e poeta.
- 27.02.1874 — Nasce em Barreiros, Pernambuco, Gonçalo Casimiro Jácome de Araújo, poeta. Morreu no Rio de Janeiro a 10.11.1943.

MARÇO

- 04.03.1874 — Nasce em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, João da Silva Belém, poeta, conferencista e teatrólogo. Morreu em Santa Maria a 24.06.1935.
- 09.03.1874 — Nasce em Setúbal, Portugal, Manuel Francisco Pacheco (*Fran Paxeco*), jornalista, escritor e teatrólogo ligado à vida cultural do Maranhão. Morreu em Lisboa a 17.09.1952.
- 13.03.1874 — Morre em Niterói, Rio de Janeiro, Estela Sezefreda, atriz e grande companheira de João Caetano. Nasceu no Rio Grande do Sul a 04.01.1810.
- 15.03.1874 — Nasce em Maranguape, Ceará, Antônio da Cunha Mendes, advogado, jornalista e poeta. Morreu em São Paulo a 02.06.1934.
- 15.03.1874 — Nasce em Macaíba, Rio Grande do Norte, Henrique Castriciano de Sousa, poeta, jurista e escritor. Primeiro presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Morreu em Natal a 26.07.1947.

CALENDÁRIO CULTURAL DE 1974

- 21.03.1874 — Primeira audição da ópera *Salvador Rosa*, de Carlos Gomes, no Teatro Carlos Felice, de Gênova.
- 25.03.1824 — Outorga da Constituição do Império do Brasil.
- 31.03.1924 — Morre em Belém, Pará, Gentil Augusto de Moraes Bittencourt, político, republicano histórico, nascido em Cametá a 22.09.1847.
- 31.03.1924 — Morre no Rio de Janeiro Nilo Peçanha, político fluminense, parlamentar, ministro e Presidente da República. Nasceu em Campos, Rio de Janeiro, em 1867.

ABRIL

- 10.04.1874 — Nasce em São Luis, Maranhão, Antônio dos Reis Carvalho, jornalista, poeta e teatrólogo mais conhecido pelo pseudônimo Oscar *d'Alva*, Morreu no Rio de Janeiro em 1946.
- 11.04.1824 — Morre em Recife, Pernambuco, Antônio de Moraes Silva, autor do primeiro *Dicionário da Língua Portuguesa*. Nasceu no Rio de Janeiro em 01.08.1755.
- 14.04.1874 — Nasce no Crato, Ceará, Álvaro Bomfílcar da Cunha, escritor e sociólogo.
- 22.04.1924 — Morre Vicente Augusto de Carvalho, poeta e jornalista. Nasceu em Santos, São Paulo, a 06.04.1866.
- 23.04.1874 — Criação da Escola Politécnica no Rio de Janeiro.
- 04.1724 — Instalação da Academia Brasílica dos Esquecidos, na Bahia.

MAIO

- 03.05.1874 — Nasce em Ingazeiro, Pernambuco, Manuel Evêncio da Costa Moreira, o popular *Cadete*, cantor, o primeiro a gravar, em cilindros, na Casa Edison do Rio de Janeiro. Morreu em Tibagi, Paraná, a 25.07.1960.
- 09.05.1774 — Nasce em Santos, São Paulo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, *Visconde de São Leopoldo*, estadista do primeiro reinado, pioneiro da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Morreu em Porto Alegre aos 06.07.1847.
- 17.05.1924 — Morre em Belém, Pará, João Alfredo do Nascimento, jornalista, desenhista, caricaturista e teatrólogo, autor

CALENDÁRIO CULTURAL DE 1974

do livro *Três Séculos de Moda*. Nasceu em São Luis, Maranhão, a 14.04.1855.

- 24.05.1874 — Morre em São Paulo Antônio Pereira Rebouças, engenheiro militar, dedicou-se ao estudo e à implantação de ferrovias e portos no Brasil. Nasceu em Salvador, Bahia, em 13.06.1839.

JUNHO

- 16.06.1874 — Nasce em Vigia, Pará, Teodoro Rodrigues, poeta, jornalista, professor e gramático. Morreu em Belém a 20.10.1912.
- 17.06.1874 — Nasce em São João dei Rei, Minas Gerais, Basílio de Magalhães, historiador e folclorista. Morreu em Lambari, Minas Gerais, em 14.12.1957.
- 22.06.1874 — Fica terminado, no Recife, o assentamento do cabo submarino transatlântico e começa, nesta data, a correspondência telegráfica entre o Brasil e a Europa.
- 24.06.1924 — Morre no Rio de Janeiro Narcisa Amalia de Oliveira Campos, poetisa. Nasceu em São João da Barra, Rio de Janeiro, em 03.04.1852.

JULHO

- 02.07.1824 — Proclamação, no Recife, da Confederação do Equador.
- 05.07.1924 — Rompe em São Paulo a revolta chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes.
- 09.07.1874 — Morre no Rio de Janeiro Tomás Gomes dos Santos, médico e político. Nasceu na mesma cidade em 17.04.1803.
- 17.07.1974 — Nasce na Bahia o Dr. João Muniz Barreto de Aragão, patrono da Veterinária do Exército Brasileiro.

AGOSTO

- 09.08.1874 — Nasce na fazenda Rolinda, Serra Negra, Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine de Faria, advogado, parlamentar, governador do Estado. Morreu a 18.04.1956.
- 13.08.1774 — Nasce na colônia do Sacramento Hipólito da Costa, patriarca da imprensa brasileira. Morreu em Londres a 11.09.1823.

CALENDÁRIO CULTURAL DE 1974

- 15.08.1874 — Nasce no Rio de Janeiro Raul Paranhos Pederneiras, poeta, professor, desenhista, caricaturista, autor teatral. Morreu a 11.05.1953.
- 21.08.1874 — Nasce em Sao Paulo Francisca Júlia, poetisa. Morreu a 01.11.1920.

SETEMBRO

- 09.09.1824 — Nasce na vila do Rio das Contas, Bahia, Abílio César Borges, *Barão de Macaúbas*, médico e educador. Morreu no Rio de Janeiro a 17.01.1891.
- 28.09.1874 — Morre Luis Ferreira de Lemos, médico, membro da Imperial Academia de Medicina. Nasceu em Porto Imperial, Goiás, a 21.07.1839.
- 29.09.1824 — Morre o padre Domingos Simões da Cunha, poeta satírico, latinista, músico e dramaturgo. Nasceu em Paracatu, Minas Gerais, em 1755.

OUTUBRO

- 09.10.1874 — Nasce em Niterói, Rio de Janeiro, Emílio Kemp, médico e poeta simbolista, romancista e comediógrafo. Morreu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a 11.10.1955.

NOVEMBRO

- 09.11.1784 — Nasce no Rio de Janeiro Carlos Augusto da Costa Vasconcelos, poeta simbolista mais conhecido pelo pseudônimo *Carlos Nelson*. Morreu no Rio de Janeiro a 23.11.1923.
- 11.11.1874 — Morre no Rio de Janeiro Francisco Freire Alemão, sábio naturalista. Nasceu na freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, a 24.07.1797.
- 26.11.1874 — Morre José Marcelino Pereira de Vasconcelos, jornalista e magistrado. Nasceu em Vitória, Espírito Santo, a 01.10.1821.

DEZEMBRO

- 05.12.1874 — Morre Francisco Gaudêncio Sabbas da Costa, dramaturgo e romancista. Nasceu no Maranhão a 5.12.1829.

CALENDÁRIO CULTURAL DE 1974

- 12.12.1874 — Nasce em Sao Francisco de Uruburetama, Ceará, Alba Váldez (Maria Rodrigues), escritora.
- 23.12.1874 — Nasce em Xiririca, São Paulo, Júlio César da Silva, contista, crítico, cronista e teatrólogo. Morreu a 15.07.1936.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)